

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ELIANA ANDRADE DA SILVA

OS DETERMINANTES DA ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

RECIFE
2008

ELIANA ANDRADE DA SILVA

OS DETERMINANTES DA ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO CONTEMPORANEO

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutora
em Serviço Social, sob a orientação da Profa.
Dra. Zélia Maria Pereira da Silva.

RECIFE/PE
2008

Catálogo da Publicação na Fonte. UFPE / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Silva, Eliana Andrade da.

Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo / Eliana Andrade da Silva. – Recife: o autor, 2008.
253 f.

Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2008.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos

1. Intelectuais. 2. capitalismo. 3. Reforma Agrária. 4. Política Social. 5. Classes sociais

I Título.

364.05 CDU (17. ed)

361.7 CDD (22. ed)

CSA- 2010-007

ELIANA ANDRADE DA SILVA

OS DETERMINANTES DA ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO CONTEMPORANEO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós
graduação em Serviço Social da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de
Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra.
Zélia Maria Pereira da Silva.

Aprovada em 22 de agosto 2008 de _____

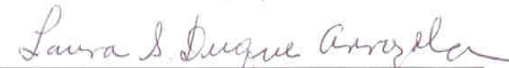
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Zélia Maria Pereira da Silva (orientadora)



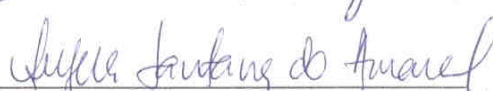
Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (examinador externo)



Prof. Dra. Laura Suzana Duque-Arrazola (examinadora externa)



Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues (examinador interno)



Prof. Dra. Angela Santana do Amaral (examinadora interna)

RECIFE/PE
2008

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a participação e presença (direta ou indireta) de pessoas que me acompanharam ao longo desta jornada.

Agradeço inicialmente a Zélia Pereira, orientadora a quem muito admiro e com quem experimentei momentos prazerosos de estudo teórico, mas também de debates sobre filmes, lugares e cultura em geral. Os agradecimentos à Zélia se estendem também à sua família, com a qual convivi intensamente nos últimos anos. Não posso deixar de lembrar de sr. Cezar (esposo de Zélia), que brindou-me sempre com seu bom humor inigualável; um agradecimento à Maria (secretária de Zélia) que presenteou-me com muitos “mimos” açucarados e com almoços deliciosos, os quais tornavam os dias de orientação mais doces. Este clima geral de leveza contribuiu muito para tornar o trabalho teórico, em geral extenuante, em momentos de troca e de alegria.

Agradeço à UFRN, pela concessão da bolsa, e em especial aos colegas do Departamento de Serviço social pela liberação para cursar o doutorado.

Agradeço à coordenação e aos funcionários do PPGSS da UFPE, pelos serviços prestados durante o período do doutorado e, principalmente, no momento de realização do estágio sanduíche em Portugal.

Agradecimento à Anita Aline, incentivadora exigente e carinhosa que contribuiu muito para que eu ampliasse as fronteiras acadêmicas para além do Brasil.

À Ângela Amaral, interlocutora a quem admiro pela força e intensidade intelectual e política, e, ao mesmo tempo, pela forma carinhosa de realizar suas observações. As exigências de suas indicações me fizeram querer avançar mais e mais. Ao fim desta jornada é muito bom poder dizer: “fiz a escolha certa dos companheiros de viagem”. Um abraço carinhoso.

À João Emanuel Evangelista, a quem recorri inúmeras vezes durante o decorrer deste doutorado. Sempre prestativo e disposto a colaborar com seus livros e idéias. Agradeço imensamente a interlocução que iniciamos desde 2006, momento em que forneceu-me pistas relevantes para o projeto de pesquisa e que posteriormente se tornaram elementos chave na análise do objeto de pesquisa.

Aos amigos M A R A V I L H O S O S que encontrei na ocasião do doutorado: Eduardo, Elisângela, Cezar, Judy e Miriam. Em especial à Eduardo Moura (Dinho), - amigo querido que aprendi a gostar muito e com quem partilhei momentos muito legais em Recife e aventuras engraçadíssimas no Chile. Um cheiro enooooooooorme.

À Judy Rosas, amiga querida com quem aprendi muito sobre a simplicidade da vida e com quem dei muitas gargalhadas nos últimos quatro anos. Judy você é máximo!!!!!!

Um agradecimento à Severina Garcia que contribuiu com a elaboração do anteprojeto de pesquisa para seleção de doutorado e com o empréstimo de livros e textos e ainda com apoio afetivo.

Agradeço à Denise Câmara, pelo apoio constante para realizar o doutorado, principalmente no momento inicial do curso. Também agradeço pelas orientações preciosas no processo de organização e a análise dos dados.

À Íris Maria de Oliveira, agradeço a atenção, o estímulo e a orientação carinhosa que concedeu-me durante o doutorado sanduíche, e também na elaboração da estrutura da tese.

Não poderia deixar de lembrar das minhas queridas amigas Ilена, Miriam Késsia e Diva que acompanharam a elaboração de cada capítulo da tese e presenciaram as dificuldades e as alegrias deste momento da minha vida acadêmica e pessoal. Valeu alteradas !!!

À minha família, que, mesmo sem entender muito bem os rituais da academia, esteve presente e respeitosa nos momentos de “reclusão” necessários à elaboração deste trabalho.

À Josélia Araújo, pela revisão e normatização da tese.

À Adaciara e Shirley, pela transcrição e digitação das entrevistas.

À Bosco, amigo querido e incentivador constante da minha trajetória profissional, com quem partilhei momentos de alegrias e dificuldades no trabalho e na vida pessoal. Um beijo querido amigo.

Um agradecimento carinhoso à Alexandra Mustafá pelas contribuições na qualificação do paper, e ainda, pelo incentivo e vibração que demonstrou quando da minha passagem pela pré-banca.

Um agradecimento ao professor Manuel Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, o qual me recebeu gentilmente, e guiou-me pelos caminhos da pesquisa portuguesa.

RESUMO

Este estudo discute os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo, a partir da realidade dos projetos de assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Norte. O desvendamento deste objeto teve como caminho metodológico a análise das principais transformações que ocorrem no âmbito do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil na atualidade. Dessa forma, partimos do pressuposto que as transformações do capital tem forjado determinações para a atuação dos intelectuais do trabalho, de forma que a ordem burguesa madura, tem construído novas formas de assimilação destes intelectuais, através de uma estratégia transformista. Foi-nos evidenciado na pesquisa, que o fenômeno do transformismo se situa no interior dos embates de projetos hegemônicos na sociedade brasileira, e ocorre de forma molecular sobre os intelectuais do trabalho, no conteúdo dos programas de reforma agrária, na precarização do trabalho experimentada pelos intelectuais e na fetichização da parceria Estado/sociedade civil, presente na visão de mundo dos entrevistados. O transformismo como assimilação dos intelectuais do trabalho ganha relevo diante do processo de identificamos na pesquisa como reatualização da modernização conservadora, a qual aponta continuidades e rupturas em relação ao processo que ocorre no meio rural brasileiro a partir de 1964. A ofensiva transformista expressa-se também na tentativa de substituição da função histórica do intelectual do trabalho pela figura do “mediador”, movimento que reivindica “novas” formas de atuação para intelectuais do trabalho no contexto contemporâneo. A análise da ampliação do fenômeno da “mediação” e dos “mediadores” nos indica em verdade uma forma de assimilação dos intelectuais do trabalho, forjada pelos setores burgueses filiados em uma tradição liberal conservadora, que, desintegrando a idéia de classes sociais e de suas contradições imanentes, objetiva destituir o intelectual do trabalho e capturá-lo para fortalecer a hegemonia dominante.

Palavras-chave: intelectuais-capitalismo contemporâneo-transformismo

ABSTRACT

This study discusses the determinants of the action of the intellectuals of the work at nowadays from the reality of the settlement projects of land reform on Rio Grande do Norte. The unveiling of this object has as methodological way the analysis of the major transformations that occur within the Market, on the State and on the civilian society at the present. Thus we think the transformations of the capital have obstructed the determinations to the intellectuals of the work action so that the mature bourgeoisie order has built new ways to understand these intellectuals through the change strategy. At this research was clear to us the phenomenon of transformisms is inside the confronts of the hegemonic projects on the Brazilian society and occurs in a small form upon the intellectuals of the work in the land reform program, on the bad condition of the work tested for the intellectuals and on the fetishism about the partnership State/civilian society in the opinion of the interviewees. The transformism like assimilation of the intellectuals of the work gains some difficulty forehead the process that we identify in the research like renovation of the conservative modernization its shows continuity and ruptures in relation to the process happens in the rural areas from 1964. The transformist offensive express itself also on the attempt of the substitution of the historical function of the intellectual through the “mediator” and the “mediators” phenomenon reveals forged by the bourgeois affiliated in a conservative liberal tradition – that disintegrates the idea of social classes and the concrete contradictions – has the objective to destitute the intellectual of the work and capture this professional to strengthen the dominate hegemony.

KEYWORDS: intellectuals – contemporaneous capitalism – transformism

RESUMEN

Este estudio discute los determinantes de la actuación de los intelectuales del trabajo en el capitalismo contemporáneo, a partir de la realidad de los proyectos de asentamiento de reforma agraria de Rio Grande do Norte. Desvendar el objeto de esto, tuvo como sendero metodológico el análisis de las principales transformaciones que ocurren en el ámbito del Mercado, del Estado y de la Sociedad Civil en la actualidad. De esa forma, partimos del postulado de que las transformaciones del capital han forjado determinaciones para la actuación de los intelectuales del trabajo de modo que la orden burguesa madura está construyendo nuevas formas de asimilación de estos intelectuales a través de una estrategia transformista. Nos fue evidenciado en la investigación que el fenómeno del transformismo se sitúa en el interior de los embates de proyectos hegemónicos en la sociedad brasileña y ocurre de forma molecular sobre los intelectuales del trabajo en el contenido de los programas de reforma agraria, en la manera precaria del trabajo experimentada por los intelectuales y en el fetichismo de la sociedad Estado/sociedad civil presente en la visión de mundo de los entrevistados. El transformismo como asimilación de los intelectuales del trabajo, gana relevo ante el proceso de identificar en la investigación como atualização de la modernización conservadora que apunta continuidades y rupturas en relación al proceso que ocurre en el medio rural brasileño, a partir de 1964. La ofensiva transformista se expresa también en el intento de sustitución de la función histórica del intelectual del trabajo por la figura del “mediador”, movimiento que reivindica “nuevas” formas de actuación para intelectuales del trabajo en el contexto contemporáneo. El análisis de la ampliación del fenómeno de la “mediación” y de los “mediadores” nos indica en verdad, una forma de asimilación de los intelectuales del trabajo forjada por los sectores burgueses afiliados en una tradición liberal conservadora que, desintegrando la idea de clases sociales y de sus contradicciones immanentes, objetiva destituir el intelectual del trabajo y capturarlo para fortalecer la hegemonía dominante.

Palabras Claves: intelectuales - capitalismo contemporáneo - transformismo

ABREVIATURA E SIGLAS

AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ACR – Ação Católica Rural
Ates – Assistência Técnica, Social e Ambiental
Aesca- Associação Estadual de Cooperação Agrícola
Bid – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEAAD – Centro de Assessoria Aplicados e Desenvolvimento
CEAHS – Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DESSO – Departamento de Serviço Social
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA- Estados Unidos da América
Fao - a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fetarn – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte
Fetraf – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIERN- Federação das indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FIESP - - Federação das indústrias do Estado de São Paulo
FIEPA - - Federação das indústrias do Estado do Pará
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
HA – Hectares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA- instituto Brasileiro de Reforma agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MACA – Ministerio de Asuntos Campesinos y Agricultura da Bolívia

MEB – Movimento Eclesiais de Base

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Sem Terra

NAFTA- Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos

PEQ – Programa Estadual de Qualificação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamentos

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PFL – Partido da Frente Liberal

Planfor – Plano Nacional de Formação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDR – Plano de Nacional de Desenvolvimento Rural

PNRA – Plano de Nacional de Reforma Agrária

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PT – Partido dos Trabalhadores

Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

RN – Rio Grande do Norte

SAR – Serviço de Assistência Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária

SRB – Sociedade Rural Brasileira

Supra –Superintendência de Reforma Agrária

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDR- União Democrática Ruralista

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

URSS - União das Repúblicas Soviéticas Socialistas

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa.....	24

CAPITULO I As transformações do capitalismo contemporâneo e seus impactos para as classes subalternas

1.1	A configuração das transformações do capitalismo contemporâneo.....	33
1.2	Contemporaneidade: restauração e ofensiva capitalista.....	37
1.3	Um Estado para o capital: novas determinações e novas funções estatais sob o capitalismo contemporâneo.....	43
1.4	Uma aproximação necessária: o capital e a reforma agrária.....	50
1.5	A luta pela reforma agrária na realidade norterio-grandense e os intelectuais do trabalho.....	62

CAPITULO II Os intelectuais do trabalho e os termos da hegemonia sob capitalismo contemporâneo

2.1	Os termos da hegemonia e as orientações ideológico-políticas dominantes na atualidade.....	72
2.2	Intelectuais do trabalho e hegemonia no contexto do capitalismo contemporâneo.....	85
2.3	Formação, constituição e projeto dos intelectuais do trabalho no contexto da hegemonia.....	100
2.4	Características gerais da trajetória dos intelectuais do trabalho.....	119

CAPÍTULO III Mercado, Estado e Sociedade Civil: reprodução social e condições de trabalho dos intelectuais

3.1	A relação Estado e sociedade civil: os intelectuais do trabalho e as ong's no contexto dos assentamentos de Reforma agrária do RN.....	138
3.2.	As respostas governamentais as demandas dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária: O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).....	159
3.3	As condições de reprodução social e de trabalho dos intelectuais.....	176

Capítulo IV: Transformismo: estratégia de hegemonia do capital frente aos intelectuais do trabalho

4.1	Os intelectuais do trabalho e o fenômeno do transformismo na sociedade contemporânea.....	194
4.2	“mediação” e “mediadores”: novas expressões do transformismo junto aos intelectuais do trabalho.....	217
4.3	À guisa de conclusão...para além da atuação de mediador: os desafios de ser intelectual do trabalho em tempos de ofensiva do capital.....	242

REFERÊNCIAS	252
--------------------------	-----

ANEXOS

Anexo A.....	270
--------------	-----

APÊNDICES

Apêndice

A.....	271
--------	-----

Apêndice

B.....	272
--------	-----

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto central os *determinantes*¹ da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Norte, objeto que se encontra demarcado pelas transformações que ocorrem no âmbito do mercado, do Estado e da sociedade civil nos dias atuais.

No âmbito do mercado², as principais transformações são determinadas pelas mudanças no padrão de produção. Ou seja, através do processo de reestruturação produtiva, as empresas passam a adotar a acumulação flexível, em detrimento da rigidez do fordismo, que vigorou a partir de 1945. Articulada à reestruturação da produção, os grupos orgânicos do capital investem em mudanças de base econômica as quais contribuem para causar modificações no perfil dos Estados-Nação. As mudanças são verificadas na organização do Estado, tanto naqueles países que nos anos gloriosos do capitalismo, constituíram os chamados Estados de Bem Estar, quanto naqueles nos quais esta forma estatal não chegou a se construir.

A segunda metade dos anos de 1970 pode ser considerada como ponto de partida para a constituição da face contemporânea da ordem burguesa, fortemente marcada pela reorganização da divisão internacional do trabalho e das relações que se estabelecem entre os países e continentes. A partir deste período, o cenário mundial aponta igualmente para uma maior dependência dos países periféricos em relação às economias centrais, dando origem a uma nova divisão do trabalho,

¹ Determinantes são compreendidos como condicionantes históricos de ordem econômica, política e cultural, os quais influenciam, organizam e moldam a atuação dos intelectuais do trabalho.

² Marx (1974) ao analisar o processo de produção capitalista em sua totalidade, estabelece os nexos entre produção, consumo, distribuição, troca. Na trajetória de análise afirma que entre estes momentos há uma relação de reciprocidade de ação. Dessa forma, ao adotarmos o entendimento de mercado enquanto esfera da troca, nos firmamos na ótica de Marx, principalmente no momento em que investiga os movimentos da troca e circulação e sua relação com a produção. Afirma o autor: “[...] a troca aparece .como independente junto à produção e indiferente a ela, na última etapa, quando o produto é trocado, de imediato, para o consumo. Mas primeiro, não existe troca sem divisão do trabalho, quer na tural, quer como resultado histórico; segundo, a troca privada supõe a produção privada, terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção. [...] A troca aparece, assim, em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção e por ela determinada. [...] A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente. [...]” (MARX, 1974, p. 115-116)

baseada na oposição indústria de ponta X indústria de força de trabalho. Este processo gera novos países industrializados ou economias em desenvolvimento, como Hong Kong, Brasil, México, Coréia, Taiwan e Cingapura.

No bojo das transformações capitalistas, a chamada tríade, formada por Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e Japão, países centrais da economia burguesa- orienta as principais transações econômicas responsáveis pela dinamização do capitalismo contemporâneo.

Neste sentido, o fenômeno conhecido como mundialização tem levado os países periféricos a tornarem-se ainda mais dependentes e frágeis em relação aos países centrais, o que contribui para impulsionar o movimento de desterritorialização e de livre circulação do capital. É, portanto, esta necessidade de livre movimentação dos fluxos de capital que torna imperativa a realização de mudanças nas relações institucionais entre os países centrais e a periferia da economia burguesa.

É assim que através de pacotes de ajustes estruturais, os países da periferia capitalista se inserem na nova dinâmica econômica mundial, tendo em vista que foco dos ajustes reside, sobretudo, na forma e na função desempenhadas pelos Estados Nacionais. Assim, a contra-reforma do Estado é o fenômeno que lança o Estado brasileiro em um movimento de adaptação aos fluxos do capital mundial, operando efeitos regressivos para as classes subalternas. Em síntese, a contra-reforma do Estado pode ser compreendida como a restrição de funções democráticas do Estado, a desregulamentação de direitos sociais e o estabelecimento de garantias econômicas, políticas para a expansão do capital.

Em uma relação inversamente proporcional à expansão do capital, é explícita a degradação das condições materiais de vida das classes subalternas, contribuindo para o agravamento da questão social nos meios rural e urbano brasileiros.

A agudização da questão social pode ser observada através do desemprego estrutural, da precarização do trabalho, da exploração crescente e da destituição de direitos sociais, diante da privatização do Estado pelo capital. Este quadro degradante nas condições de vida e de reprodução das classes subalternas repercute também em suas condições de enfrentamento político, diante dos interesses burgueses; ou seja, nas suas possibilidades de contra-hegemonia. No atual contexto, não apenas as classes subalternas têm sido impactadas por uma

ofensiva capitalista, mas podemos observar que tal ofensiva repercute igualmente de forma material e espiritual nos intelectuais desta classe, ou como convencionamos chamar, sobre os *intelectuais do trabalho*.

De forma concreta, a ofensiva do capital avança em direção aos intelectuais através das condições de reprodução social e de trabalho dos mesmos. A ofensiva burguesa diante do intelectual do trabalho tem incidido fortemente na função histórica desempenhada por estes intelectuais, na perspectiva da contra-hegemonia. Este processo tem apresentado sob a forma de criação de consensos de “crise” ou “morte” do intelectual, ou na afirmação do “mediador”, como substituto histórico do intelectual do trabalho.

É diante deste cenário que este estudo tem como questão central a seguinte indagação: quais as determinações que incidem sobre os intelectuais do trabalho na contemporaneidade, e em que medida estas determinações possibilitam uma atuação na perspectiva da contra-hegemonia. Contra-hegemonia que entendemos, como ação das classes subalternas e dos intelectuais do trabalho no enfrentamento e na superação da hegemonia econômica, ideológica e política burguesa.

Ao longo deste estudo sustentamos a tese de que as transformações do capital têm forjado determinações para a atuação dos intelectuais do trabalho, de forma que, a ordem burguesa madura, tem construído novas formas de assimilação destes intelectuais, através de uma estratégia transformista. Assim, é situado no âmbito das disputas por hegemonia, que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária se encontram.

Nesse sentido, as mediações existentes na relação das agências multilaterais e o Estado brasileiro, as contradições das ONG e os desafios materiais e espirituais das classes subalternas no enfrentamento político, diante da ofensiva burguesa, permitem-nos argumentar a existência de uma ação transformista na direção dos intelectuais do trabalho, por nós investigados, os quais encontram-se inseridos em ONG e atuando nos assentamentos de reforma agrária através de projetos em parcerias com o Estado, de forma que, parte do financiamento é oriundo do Banco Mundial e do BID.

A pesquisa indica que os nexos macro-estruturais e a direção política do governo nesta conjuntura, aponta não a implementação de uma reforma agrária, mas, a realização de uma contra-reforma agrária, que em nossa perspectiva, assume traços de *reatualização da modernização conservadora*, a qual contém elementos de continuidades e rupturas do processo em curso nos anos do regime militar. Este processo de reatualização da modernização conservadora torna imprescindível a adesão e o consenso dos trabalhadores rurais, de seus movimentos e de seus intelectuais. Adesão obtida pelas potencialidades que se apresentaram com a promulgação do II PNRA, com a composição dos quadros do MDA e dos INCRA regionais, com a realização dos concursos para Emater/INCRA, com o início do programa de ATES e seu *status* de política de governo com os investimentos previstos no orçamento da União.

Em tal processo a adesão dos intelectuais do trabalho à direção do governo foi se transformando em contradição entre assimilação e resistência, tendo em vista os desafios que se colocam para a reforma agrária no embate hegemônico entre as forças sociais, dentro e fora do Estado. A assimilação expressou-se na pesquisa através da exaltação da sociedade civil, da visão negativa do Estado, da crítica romântica ao capital, bem como por meio da adoção de idéias como desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e de “mediação” e mediadores”. Estas últimas merecem destaque em nossa análise, pois as entendemos como desconstrução da função histórica de intelectual do trabalho e sua subsunção à lógica do capital, materializada por uma visão de mundo liberal.

Em nossa perspectiva, o recurso à ação de “mediar” ou intermediar relações e conflitos, constitui-se como expressão renovada do transformismo diante dos intelectuais do trabalho. No que tange a reforma agrária, esta ação transformista contribui para despolitizar a luta dos movimentos rurais e reduzi-las a mera formalidade de negociação e diálogo, através da colaboração de classes, visando criar um contexto de convergência de interesses .

De forma geral, o objetivo geral do estudo foi analisar os principais determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho que exercem atividade de assessoria nos projetos de assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Norte.

Nesta direção, o percurso analítico deste estudo buscou estabelecer os nexos para compreender como as *transformações* no mercado, no Estado e na sociedade têm contribuído para a *hegemonia burguesa*, aspecto que passa, necessariamente, pela função desempenhada pelos intelectuais, como agentes de hegemonia.

O interesse para realização do estudo advém da expressividade do debate acerca da reforma agrária no país, na última década, impulsionado pela atuação dos trabalhadores rurais e de seus movimentos sociais, e também pela proeminência da atuação dos intelectuais do trabalho ligados às demandas dos trabalhadores rurais. Estes intelectuais historicamente, têm apoiado, defendido e construído propostas juntamente com os trabalhadores rurais. O nosso interesse foi motivado também pela ação estatal nas políticas voltadas para o campo, sobretudo, após a promulgação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 2003.

Nesse sentido, os interesses das agências multilaterais, como Banco Mundial no financiamento de ações de combate à pobreza rural, e a atualidade do debate sobre as fontes de energia natural, pela via dos biocombustíveis, também nos impulsionaram a realizar este estudo, pois estes processos têm reatualizado a polêmica em torno da propriedade territorial rural, das modalidades de utilização da terra e dos projetos de reforma agrária em disputa no Brasil atualmente, balizados pela proposta dos trabalhadores rurais em oposição à proposta do grande capital de uma “reforma agrária de mercado”.

Este estudo se propõe a aprofundar as análises realizadas durante o nosso mestrado, momento no qual nos debruçamos em torno da relação entre assessores e trabalhadores rurais e as possibilidades de constituir relações democráticas³.

Através da investigação dos determinantes da atuação dos intelectuais nos assentamentos de reforma agrária tornou-se possível fornecer subsídios para aprofundar as análises da relação dos intelectuais do trabalho e das classes subalternas, e suas possibilidades de hegemonia, no contexto do capitalismo contemporâneo. E foi possível também apreender algumas demandas e desafios postos pelas determinações estruturais que se impõem para os intelectuais do

³ referimos-nos aqui a Dissertação de mestrado intitulada **A Relação entre Assessores e Trabalhadores Rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, defendida em agosto de 2002.

trabalho, na desafiadora tarefa de colaborar para a organização política dos trabalhadores rurais.

Este estudo se propôs a contribuir com o acúmulo de pesquisa no âmbito da problemática agrária, no sentido de fortalecer o debate em torno do papel dos intelectuais do trabalho na organização dos movimentos sociais rurais no processo de luta pela terra no Brasil. Esta é uma questão que interessa ao Serviço Social, tendo em vista que a problemática dos movimentos sociais, rurais ou urbanos e da reforma agrária se constituem em demandas para os assistentes sociais, seja na atuação direta com os movimentos rurais, seja na formulação, elaboração e implementação das políticas agrárias e agrícolas. A pesquisa revela que as determinações que se encontram no mercado, no Estado e na sociedade contribuem para que no âmbito da profissão de serviço social observem-se tendências de aprofundamento da idéia de “mediação” e de “mediadores”.

De forma mais geral, a importância deste estudo também reside no fato de que a atuação dos intelectuais do trabalho se constitui como um problema teórico-prático fundante na sociedade, tanto para os movimentos sociais quanto para os pensadores clássicos os quais, a exemplo de Antonio Gramsci, debruçam-se sobre a tarefa de analisar os principais dilemas que se colocam para as classes subalternas no processo de conquista de hegemonia. Atuação que é determinada por questões macro-estruturais de ordem econômica, histórica, cultural e política. No entanto, ressaltamos que, embora figurem como condicionantes de extrema relevância, as determinações não são absolutas, dado o próprio devir da sociedade e da dinâmica das relações sociais.

Para efeito de exposição, esta tese está estruturada em quatro capítulos e a exposição dos conteúdos segue a lógica ora apresentada:

O capítulo primeiro aborda as transformações do capitalismo contemporâneo, e seus impactos para as classes subalternas e seus intelectuais. Partimos da consideração de que estas transformações econômicas se constituem como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, pois operam impactos regressivos significativos nas condições de vida e de organização política das classes subalternas, no atual contexto. Tais transformações têm resultado, particularmente no campo brasileiro, em mudanças cujas tendências apontam para o fortalecimento da burguesia agrária, expressa principalmente no agronegócio. Os

interesses capitalistas no campo se vêm fortalecidos atualmente, dada a atuação estatal, que embora atenda algumas demandas dos trabalhadores, tem privilegiado o agronegócio, a “reforma agrária de mercado” e a transferência de renda no meio rural, em detrimento de uma ação macro econômica que beneficie a pequenos e médios agricultores.

Em resposta a este contexto, os movimentos rurais e seus intelectuais têm defendido um modelo de reforma agrária que não obedeça às diretrizes de mercado e que considere os interesses dos trabalhadores rurais. Abordamos aspectos das relações de classes no meio rural norte-riograndense, recuperando a ação dos intelectuais do trabalho nos conflitos por terra, através do trabalho desenvolvido pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), principalmente nos fins de 1970 e ao longo de 1980, e as formas recentes de atuação dos intelectuais que se apresentam por meio de ONG que desenvolvem atividades no meio rural, através de programas governamentais, a exemplo do Programa de Assistência Social e Ambiental para assentamento (ATES).

No capítulo segundo, identificamos as características da formação e constituição dos intelectuais, e como estes elementos se constituem como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo. A formação, constituição dos intelectuais e sua vinculação aos projetos de sociedade se inserem no quadro da disputa das classes por hegemonia, que, no cenário contemporâneo, assume novas expressões e formas. No processo de formação dos intelectuais, a inserção no movimento estudantil, nos partidos políticos e no movimento pastoral católico, contribuíram para a criação de um vínculo com as classes subalternas e seus interesses, aspectos fundantes para sua convergência com um horizonte contra-hegemônico. As transformações nas condições materiais, reestruturação produtiva, mundialização dentre outros, têm constituído as bases para que a hegemonia burguesa figure também nas manifestações ideológico-políticas do tempo presente, e avance sobre as classes subalternas não apenas nas suas condições de vida, mas também na cultura e na política, na perspectiva de criar uma subjetividade inflexionada fortemente pelo mercado.

Dessa forma, em meio às formas e disputas por hegemonia, a formação dos intelectuais do trabalho se desenvolve de forma que, mesmo diante da

predominância das formas de ser e pensar burguesas, presentes nos aparelhos privados de hegemonia, os intelectuais do trabalho experimentaram um processo de formação e constituição que os conectou com uma perspectiva voltada para a contra-hegemonia. Perspectiva esta que atualmente é contraposta com o ambiente cultural e político do capitalismo contemporâneo, pelo qual o pós-modernismo se apresenta como a lógica cultural própria da ordem burguesa contemporânea.

Assim, as transformações sistêmicas do capitalismo têm germinado um ambiente cultural no qual o discurso do fragmento, do culto ao individualismo, da cultura da imagem e da perda da historicidade são formas ideológicas que se espalham pela sociedade. Estas transformações são negadoras de uma sociabilidade histórica, marcada pelas contradições econômicas e políticas e que encontram, na organização e na luta política, a possibilidade de superar tais contradições. Em tal contexto, a tradição do intelectual politizado e engajado, é posta em questão, em detrimento da formação de técnicos e profissionais. Aliado a isto, podemos observar que a ofensiva do capital também avança diante do intelectual do trabalho através da assimilação dos mesmos, seja pela criação de espaços de atuação, seja no campo das idéias, através da negação das classes e da função dirigente e política destes intelectuais. Foi possível constatar as expressões espirituais desta ofensiva, observadas através do avanço da dominante ideológica do capitalismo, pela via do pós-modernismo, o qual tem contribuído para criação de um ambiente cultural facilitador da hegemonia do capital financeiro, presente nos diferentes aparelhos privados de hegemonia. Neste contexto, as fragilidades teóricas dos intelectuais se constituem como elementos que potencializam o avanço do ambiente ideológico-político, abrindo um flanco para ambigüidades e contradições na visão de mundo destes intelectuais.

No capítulo terceiro, encontramos na relação mercado, Estado e sociedade civil elementos que se configuram como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho na atualidade. A interferência das inflexões do mercado na relação Estado e sociedade civil é um nexo extremamente relevante para compreendermos esta relação e, especificamente, para identificarmos como as ONG – *lócus* no qual se localizam os intelectuais do trabalho - se inserem na complexa trama da sociedade civil, no quadro da hegemonia burguesa contemporânea. É em meio a esta relação que se encontram as condições de reprodução social e trabalho dos

intelectuais, através das quais observamos que estes intelectuais se encontram submetidos a regimes precários de trabalho, trabalho temporário, baixos salários, descontinuidade de projetos etc. Aviltados em suas condições de reprodução social e de trabalho, os intelectuais ainda se encontram desafiados pela degradação da vida das classes subalternas e suas dificuldades de organização política no contexto atual, diante da ofensiva burguesa.

No capítulo quarto, identificamos, a partir do transformismo e das formas pelas quais este fenômeno se apresenta contemporaneamente, os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho. Transformismo que se situa nos embates de projetos hegemônicos e que ocorre de forma molecular sobre os intelectuais, particularmente na ação do governo federal na condução dos programas de reforma agrária, na precarização do trabalho, na fetichização da parceria Estado/sociedade civil. Porém, o transformismo, como assimilação dos intelectuais do trabalho, ganha relevo diante do processo que identificamos na pesquisa, como *reatualização da modernização conservadora*, que aponta continuidades e rupturas em relação ao processo que ocorre no meio rural brasileiro, a partir de 1964. O transformismo se expressa também na tentativa de substituição da função histórica do intelectual do trabalho, pela figura do “mediador”, movimento que reivindica “novas” formas de atuação para intelectuais do trabalho no contexto contemporâneo. A análise da ampliação do fenômeno da “mediação” e dos “mediadores” nos indica, em verdade, uma forma de assimilação dos intelectuais do trabalho, forjada pelos setores burgueses filiados em uma tradição liberal conservadora que, desintegrando a idéia de classes sociais e de suas contradições imanentes, objetiva destituir o intelectual do trabalho e capturá-lo para fortalecer a hegemonia dominante.

Ainda no capítulo quarto encontram-se as considerações finais, nas quais realizamos as sínteses gerais do trabalho e problematizamos os limites e possibilidades que se apresentam aos intelectuais do trabalho, diante das transformações que ocorrem no mercado, no Estado e na sociedade civil. Transformações estas que geram determinações econômicas, históricas, culturais e políticas, que desencadeiam novos contornos para a disputa por hegemonia na sociedade. Hegemonia que avança sobre as classes subalternas e sobre os intelectuais do trabalho, e coloca inúmeros desafios materiais e espirituais para forjar uma perspectiva contra-hegemônica. Desafios que não são intransponíveis,

pois à medida que os intelectuais do trabalho, em articulação com as classes subalternas se apropriam da identidade política e reconhecem as contradições dessa hegemonia, a perspectiva de uma nova *civiltá* começa a ser resgatada e (re)elaborada.

Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

No intuito de analisar os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária no RN, desenvolvemos um percurso metodológico que compreendeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, bem como coleta de dados primários, sua agregação, sistematização e análise.

As bases teóricas que fundamentam este trabalho e orientam a análise do objeto de pesquisa são fornecidas pelos diversos pensadores com os quais trilhamos o não tão fácil caminho da elaboração teórica. Assim, recorreremos ao arsenal categorial fornecido por Antonio Gramsci, no conjunto da sua obra com destaque para os Cadernos do Cárcere, especialmente, os volumes I, II, III, IV e V. Além destas obras, utilizamos alguns textos incompletos, como “Alguns temas da Questão Meridional”, e ainda algumas notas obtidas através do Jornal L’ordine Nuovo, quando da pesquisa na Fundação Instituto Gramsci/Roma em 2006.

Para efeito deste estudo, a contribuição do pensador sardo no tocante ao fenômeno histórico dos intelectuais, é o fio condutor e a espinha dorsal que permitem analisar contemporaneamente os determinantes da atuação dos intelectuais que desenvolvem atividades nos assentamentos de reforma agrária no RN numa perspectiva de totalidade. É preciso ainda ressaltarmos que o objeto de estudo encontra-se inflexionado pelas contradições que se articulam ontologicamente à forma de organização social na qual estamos situados, ou seja, a ordem burguesa contemporânea.

Recorreremos também às contribuições de gramscianos como Edmundo Dias, Carlos Nelson Coutinho, Ana Elizabete Mota, João Emanuel Evangelista, Ângela Amaral, e outros que, seguindo fielmente a trajetória analítica de Gramsci, contribuem para enriquecê-la com dados do tempo presente e avançam na elaboração de mediações para que, à luz dos fundamentos teórico-metodológicos

deixados por este autor, torne-se possível estabelecer interfaces com o entendimento do fenômeno dos intelectuais na realidade brasileira.

A nossa pesquisa é situada no cenário agrário brasileiro. E por este motivo, foi fundamental a adoção de fontes bibliográficas que recuperem a análise histórico-crítica da questão agrária e da reforma agrária no país. Dessa forma, buscamos autores como Guilherme Delgado, José de Souza Martins, Leonilde Medeiros, Severina Garcia de Araújo, Plínio de Arruda Sampaio, João Pedro Stédile, dentre outros, subsídios para esclarecerem os fenômenos pertinentes ao mundo rural brasileiro.

Este estudo também se constitui a partir das contribuições de George Lucaks, Istivan Mészáros, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Francisco de Oliveira, Marcelo Braz, Marilda Iamamoto, dentre outros, a partir dos quais procuramos fôlego para compreender as principais transformações que ocorrem na base material da sociedade, na fase atual do capitalismo, e as expressões desses fenômenos na superestrutura social. Estes autores fornecem, através de uma relação conservação–superação com o pensamento Marx, uma análise dos processos em curso, já antes analisados em sua época, na perspectiva de reafirmar a validade do método no qual totalidade e contradição não apenas se articulam, mas são inerentes à nossa forma de organização social, bem como representam as relações que as classes desenvolvem nos embates hegemônicos.

A trajetória teórico-metodológica da pesquisa teve como eixo norteador a opção por método que, parte-se do concreto idealizado e passa-se à abstrações cada vez mais tênues, até atingir determinações mais simples, para em seguida, fazer a viagem de volta à realidade, como totalidade rica de determinações e relações diversas (MARX, 1974). Em tal percurso, procuramos identificar as determinações abstratas gerais que regem a sociedade, as categorias que articulam esta forma social determinada, as expressões desta sociedade na forma do Estado, bem como elementos presentes nas relações internacionais de produção (MARX, 1974).

Neste sentido, algumas categorias foram fundamentais para o entendimento dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Norte. Inicialmente, buscamos, a partir de Gramsci, o entendimento de Intelectuais orgânicos, para que,

estabelendo algumas mediações, pudéssemos conceituar os intelectuais do trabalho e os intelectuais do capital. Referimo-nos aos intelectuais do trabalho como os indivíduos ou grupos que contribuem para a contra-hegemonia econômica política e cultural das classes subalternas. Denominamos intelectuais do capital os indivíduos ou grupos que contribuem para fortalecer a hegemonia burguesa.

Uma categoria fundante para nosso estudo diz respeito a hegemonia, a qual compreendemos como campo de ação das classes, no qual se incluem seus projetos e pontos de vista, num processo embate de deperspectivas classista. (DIAS, 2006, p. 1997)

As classes sociais ocuparam central para o entendimento dos embates de hegemonia que ocorrem na sociedade, os quais atingem, sobremaneira, os intelectuais do trabalho. No que toca a sociedade burguesa, podemos dizer que “[...] se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente.; burguesia e proletariado [...]” (MARX, 2000, p. 9-10) a burguesia é identificada ao capital e a classe trabalhadora moderna desenvolve-se enquanto uma [...] classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra enquanto seu labor aumenta o capital (MARX, 2000, p 19).

A modernização conservadora como dialética entre mudança e conservação, constituiu veio explicativo para análise das transformações capitalistas e sua materialização no meio rural brasileiro. A partir do entendimento de modernização conservadora como [...] processo que articula o progresso no marco da ordem e atribui um ritmo lento às transformações operadas de modo que surja como desdobramento do velho [...] (Iamamoto, 2001, p. 103), foi possível indicarmos a existência de uma reatualização da modernização conservadora que ocorre no campo e que revela particularidades na realidade estudada.

Para designar a concretude das disputas hegemônicas e suas incidência nas condições de produção e reprodução das classes subalternas e seus intelectuais, esposamos a categoria questão social, a qual pode ser compreendida como uma “[...] expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa da totalidade histórica concreta [...]”. (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

A categoria mediação constituiu-se como fundamental para demarcarmos, a partir de uma perspectiva crítica, a contraposição teórica à noção de “mediadores”.

Entender a mediação como categoria ontológica e reflexiva significa afirmar que [...] as categorias exprimem [...] suas relações [burguesas], a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas (MARX, 1974, p. 120).

Demarcados os eixos teórico-metodológicos da pesquisa podemos apresentar os momentos que constituíram o trabalho de campo, o qual teve início com a escolha das instituições a serem pesquisadas, tendo em vista o conjunto das dezesseis entidades que desenvolveram atividades de assessoria no Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental para as áreas de reforma agrária no RN, no período correspondente a 2003-2007.

Em função da natureza social do objeto de pesquisa, optamos por fazer uma análise através de uma abordagem qualitativa, o que se por um lado não permite-nos realizar generalizações, dado o número reduzido de entrevistas, por outro, possibilita-nos uma análise em profundidade do objeto de estudo

Em razão da opção por uma abordagem qualitativa, foram estabelecidos critérios teórico-metodológicos para a seleção das instituições e dos entrevistados. Do conjunto de dezesseis instituições selecionamos seis para as entrevistas, sendo estas: associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) criada nos anos 1985 e que exerceu função de articuladora das entidades atuantes no programa de ATEs; Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), criada em 1998 entidade ligada ao Movimento dos Sem-Terra; Centro de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (CEAAD), criado em 1997, entidade ligada ao movimento sindical rural no RN; Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), criado nos anos 1998; e a ÁPICE Empresa de Consultoria, criada nos anos 2000.

Também escolhemos uma instituição governamental: a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para identificar como se estabelece a relação entre Estado e sociedade civil, considerando que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho foram analisados a partir do Programa governamental de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para os assentamentos rurais, executado tanto por ONG, quanto por entidades governamentais.

Delimitados os critérios para seleção das instituições, estruturamos os critérios para escolha dos sujeitos de pesquisa. Foram realizadas cinco⁴ entrevistas semi-estruturadas com assessores de ONG e uma com assessor da Emater, utilizando como critério, a escolha de profissionais com atuação direta nas áreas de reforma agrária, com no mínimo, quatro anos de exercício na atividade rural, e que tivesse desempenhado funções no Programa de ATES do governo federal no período 2003-2007. A delimitação deste período esteve relacionada ao contexto de implementação da primeira fase do programa de assistência técnica governamental para os assentamentos de reforma agrária no país e no estado do RN.

Iniciamos a coleta de dados primários em maio de 2007 e esta estendeu-se até agosto do mesmo ano. Em maio, realizamos uma entrevista, em junho duas, em julho duas e em agosto, a última entrevista. Apesar do reduzido número de entrevistas a serem realizadas, a demora deveu-se à disponibilidade dos entrevistados, tendo em vista a carga horária e a quantidade de trabalho dos mesmos, elemento que se constatou durante a coleta de dados. Além disto, o exercício das atividades nos assentamentos demanda o deslocamento frequente dos entrevistados para as áreas rurais distantes da capital do RN, fato que também dificultou as entrevistas, tendo em vista a pouca permanência destes em Natal. Em algumas situações foi necessário o nosso deslocamento até um município fora da capital para realizarmos uma das entrevistas.

As entrevistas tiveram duração mínima de uma hora e meia e máxima de três horas e meia; logo, tratara-se de um trabalho que demandara tempo e disponibilidade dos entrevistados e do pesquisador para concretizá-lo. Destacamos que também realizamos uma entrevista piloto, utilizada como pré-teste para aperfeiçoar o instrumento de coleta, no mês de abril de 2007. Muito embora esta não tenha sido contabilizada no grupo dos entrevistados constituiu-se um momento importante para a pesquisa no sentido de aprimorar o instrumento de coleta de dados.

⁴ Faz-se mister destacarmos que, embora a pesquisa não tenha se voltado para análise das relações de gênero, a coleta de dados indicou uma forte participação das mulheres nos processos de assessoramento no meio rural, inclusive no universo das ONG. Dentre os entrevistados apenas um foi do sexo masculino. Diante deste quadro, podemos inferir que às determinações classistas que se apresentam ao longo da pesquisa articulam-se as determinações de gênero. Dessa forma, consideramos as mulheres entrevistadas como intelectuais do trabalho, partícipes de uma classe. Para uma apreciação de algumas relações entre as determinações que articulam classe e gênero na contemporaneidade conferir Antunes (2001) e Bouffartigue (2001).

Um outro momento constituinte da pesquisa foi a coleta de dados secundários. Para este momento selecionamos alguns documentos fundamentais. Dentre os quais, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003a), Plano Regional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003b), Política Nacional de Assistência Técnica (BRASIL, 2005), Relatórios de atividades das Executoras de ATES (AACC, 2006) e Relatório “Balanço do Plano Regional de Reforma Agrária” (AACC, 2007). Através da análise documental, buscamos entender as diretrizes, os princípios e a fundamentação ideológico-política das ações governamentais de reforma agrária, bem como o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos entrevistados, bem como identificar os principais desafios encontrados em sua atuação. Procuramos, através de tal análise, compreender quais determinações que a política estatal projeta na atuação dos intelectuais que exercem atividades nos assentamentos de reforma agrária na particularidade norte-riograndense.

Após a coleta os dados, os mesmos foram transcritos e depois agregados no sentido de extrair os principais temas presentes nos depoimentos, e sua relevância para a análise do objeto de estudo. Buscamos identificar os temas através da sua relevância para análise dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho. Nesse sentido, origem de classe, formação, visão de mundo, trabalho, aparelhos privados de hegemonia foram inicialmente os temas de relevo presentes nas entrevistas.

Após este processo de “garimpagem”, a sistematização forneceu inicialmente uma recuperação da trajetória dos entrevistados, os principais aspectos e tendências de sua constituição e formação, processo através do qual a noção de classe social se confirma como um elemento de relevo para compreender não apenas a inserção dos mesmos na estrutura social, bem como sua constituição como sujeitos políticos e sua vinculação aos projetos de sociedade.

Os dados que apresentamos neste momento da análise registram os elementos da formação destes sujeitos, o que possibilita-nos apontá-los como intelectuais do trabalho vinculados às classes subalternas e especificamente ligados aos trabalhadores rurais e às suas necessidades.

Durante a pesquisa realizamos um esforço de construir análise em uma perspectiva de totalidade e de forma histórico-crítica. Isto demandou ainda a articulação de momentos nos quais se conjugam sistematização de diário de campo

(contendo observações como anotações de indicações de locais de pesquisa durante o estágio doutoral), levantamentos de dados oficiais obtidos pela Internet; e ainda, a participação em eventos sobre as políticas de reforma agrária em âmbito local. Neste processo, somam-se ainda a visita realizada à Fundação Gramsci, momento no qual tivemos acesso a alguns títulos originais da obra de Gramsci. Nesta ocasião, realizamos também uma visita ao museu do Risorgimento Italiano, o que nos forneceu entendimento de alguns elementos da história da unificação italiana, aspectos que nos auxiliaram e enriqueceram a compreensão do pensamento de Antonio Gramsci.

Em síntese, indicamos que, na lógica que rege a estrutura da tese, ou seja, no método de exposição, encontra-se a síntese e a articulação dos diferentes momentos que constituíram a pesquisa: levantamento documental, bibliográfico, pesquisa de campo, debates, disciplinas cursadas, e as orientações que possibilitaram refazer o caminho de volta, em busca dos vários elementos e determinações, os quais se constituem como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária na atualidade.

CAPITULO 1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS IMPACTOS PARA AS CLASSES SUBALTERNAS

O capítulo que ora apresentamos aborda as transformações do capitalismo contemporâneo e seus impactos para as classes subalternas no Brasil de hoje. As transformações capitalistas recentes se constituem como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, pois as mudanças na base material reconfiguram o cenário econômico e político no qual se movimentam as classes sociais. E em tal processo, as classes subalternas⁵ sofrem impactos de degradação em suas condições de vida, trabalho e organização política.

Estas transformações datam da década de 1970, quando do falimento do padrão vigente a partir do pós II Guerra, momento em que se inicia uma crise de superprodução. Para fazer frente ao cenário de crise, os grupos ligados organicamente ao capital esboçam respostas visando a recuperação da expansão capitalista. Assim, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a mundialização do capital são as respostas que contribuem para reorganizar a sociedade sob a lógica capitalista, em sua fase financeira. Estes processos reordenam as relações internacionais e estabelecem funções ainda mais distintas entre os países centrais e aqueles, como o Brasil, considerados “economias em desenvolvimento”, os quais se inserem de forma subalterna, adaptando-se aos processos de contra-reforma do Estado.

Este movimento de contra-reforma estatal gera consequências dramáticas para as classes subalternas através do desemprego estrutural, da precarização das relações de trabalho do aviltamento dos direitos sociais. Este quadro de perda de direitos se alastra pelo Brasil e pode ser observado tanto na cidade quanto no

⁵ Para efeito deste estudo adotamos a noção de classes sociais em Marx, no momento em que a respeito das classes o autor afirma: “[...] a sociedade burguesa moderna [...] estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente.; burguesia e proletariado [...] ” (2000, p. 9-10). Na distinção de classes realizada por Marx (2000), a burguesia é identificada ao capital e a classe trabalhadora moderna desenvolve-se enquanto uma [...] classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra enquanto seu labor aumenta. No sentido de explicitar as formas de expressão destas classes assinala o autor que “[...] A camada mais baixa da classe média, os pequenos comerciantes, os lojistas e os artífices aposentados em geral, os artesãos e os camponeses, todos eles se afundam, gradualmente, no proletariado [...] ” (MARX, 2000, p. 21)

campo. Dessa forma, o meio rural também passa a ser capturado pela lógica do capital seja através do financiamento de políticas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), seja no avanço do agronegócio, que tem disputado hegemonia com uma proposta de reforma agrária sob a ótica dos trabalhadores rurais e seus movimentos.

1.1 A Configuração das transformações do capitalismo contemporâneo

Para compreendermos as transformações por que passa o capitalismo contemporâneo é preciso considerarmos as mudanças que ocorreram ao longo do século XX, especialmente, a partir de suas três últimas décadas. A partir deste momento histórico, ocorreram significativas alterações nas esferas da economia, da política e da cultura, as quais ao estarem articuladas, provocaram alterações nas dimensões objetiva e subjetiva da sociedade contemporânea. Estas transformações, por sua vez, expressam-se nas formas de organização do capital, no âmbito do Estado e do Trabalho.

Tais mudanças são impulsionadas pelo avanço das forças produtivas na atual fase do capitalismo contemporâneo. E, portanto, em tal processo, as condições objetivas são determinantes das relações que as classes estabelecem entre si. Nesse sentido, recuperamos a assertiva marxiana de que o desenvolvimento histórico não ocorre apenas a partir da vontade dos homens, mas são as condições objetivas que fazem movimentar a engrenagem da história.

Na tentativa de alcançarmos o objetivo de entender os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, faz-se necessário obtermos uma compreensão das mudanças que ocorrem na esfera econômica, e seus nexos com as demais esferas da vida social.

Partimos da premissa de que é através das metamorfoses operadas pelo capital, na base material da sociedade, que encontramos os nexos para compreender como as classes subalternas e seus intelectuais se movimentam. E ainda, quais os elementos que se constituem como determinantes da atuação destes mesmos intelectuais atualmente.

As transformações da sociedade têm sido amplamente debatidas e polemizadas sob diversas perspectivas (subjetividade, política, cultura dentre outros). Diante da multiplicidade de pontos de vista, optamos por entender nosso objeto de estudo a partir das *transformações da sociedade operadas pelo movimento do capital*, na perspectiva deste reproduzir-se constantemente de forma ampliada, para preservar sua hegemonia como a única forma social viável à civilização.

É consenso entre estudiosos da tradição marxista que falar em transformações da sociedade recente significa, necessariamente, discutir as respostas elaboradas pelo capital para superar a sua crise, sobretudo, no sentido de garantir sua reprodução ampliada através do aumento das taxas de lucratividade. Por seu turno, estas transformações operam reflexos nas relações entre as classes sociais, acentuando seus antagonismos, reorganizando as formas de Estado e gerando um contexto desafiador para as classes subalternas (MÉSZÁROS, 2002; MOTA, 2000).

Referir-nos às transformações sob a égide burguesa, portanto, é destacar o movimento das forças fundamentais. Ou seja, da relação capital/trabalho e do delineamento de suas relações na atual fase na qual se encontram as forças produtivas. Mas, urge-nos questionar quando se iniciam tais transformações e como estas se configuram?

A partir da década de 1970 ao nosso ver, encontramos um marco não apenas temporal, mas também histórico para definirmos as transformações do capitalismo contemporâneo⁶, o qual é marcado pelo falimento do padrão de acumulação vigente até o pós II Guerra. Nos anos de 1974-75, o capital experimentou uma recessão generalizada que se constituiu como um abalo em todos os países capitalistas; e, do ponto de vista da economia significava, uma *crise recessiva de superprodução*⁷, a qual viria impactar a lei geral da acumulação capitalista, já que a taxa média de lucro encontrava-se estagnada; Do ponto de vista ideológico-político, seria a segunda vez no século XX que o capitalismo daria sinais de crise ao deixar explícitas as fragilidades, ou melhor dizendo, as contradições que lhes são intrínsecas.⁸

⁶ Autores do porte de Antunes (2001), Netto; Braz (2006), Bühr (1999), Wood (2003), Mézáros (2002) são consensuais ao delimitarem o final da década de 1970 como período no qual tem início as grandes transformações do capital.

⁷ Encontramos em Antunes (2001), um diagnóstico dos elementos denotadores da chamada crise de superprodução. Segundo o autor a referida crise encontra raízes profundas num descontrole de produtividade, resultante do excesso de capacidade de produção do setor manufatureiro internacional. Nesse sentido, o significativo deslocamento do capital para as finanças foi consequência da incapacidade da economia real, sobretudo das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. O excesso de capacidade produtiva, acarretou ainda, perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960. Este processo contribuiu para o impulso e aceleração do crescimento do capital financeiro, a partir da década de 1970.

⁸ Os elementos ideológico-políticos podem ser apresentados através das conquistas obtidas pela classe trabalhadora principalmente nos países centrais. A força da organização política dos trabalhadores resultou em modificações substantivas nas condições de reprodução dos

Este cenário econômico é ameaçador para o capital se considerarmos a “estabilidade” que este conquistou nos anos que vão do imediato pós II Guerra até meados de 1970, quando se esgotou a tendência de expansão e agravou-se a recessão originada, sobretudo, quando a queda nas taxas de lucro torna-se irreversível. Damos um destaque ao termo “estabilidade”, pois esta não é a melhor designação para definir uma forma social que, de tempos em tempos, cria as condições para sua instabilidade. É o que ocorre na segunda metade do século XX, quando “[...]o boom terminou nos anos 1970 em parte porque a competição entre as potências capitalistas (EUA, Alemanha e Japão) produziu uma crise de superprodução e queda na taxa de lucros; e um movimento decrescente começou” (WOOD, 2003, p.43).

Para um melhor entendimento dos fatores que desencadearam a nova onda de recessão não basta inferir que a taxa de lucro estava em movimento decrescente apenas em países de economia menos desenvolvida. Os abalos desencadeados pela onda recessiva chegam também ao centro do capitalismo. Dados revelam que “entre 1968 e 1973 ela [a taxa de lucro] cai na Alemanha ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã Bretanha de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos EUA de 18,2 para 17,1%, e no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 213).

A crise do capital gestada neste período da história mundial retrata não uma excepcionalidade da reprodução capitalista mas, ao contrário, sua dinâmica cujas as oscilações são momentos constitutivos.

Muito embora o sistema capitalista tenha a irregularidade em sua lógica interna, no início dos anos 1970, a decisão dos EUA de desvincular o dólar do ouro, o choque do petróleo e o poder de pressão política da organização dos trabalhadores⁹ foram elementos de relevo para detonarem a crise econômica.

trabalhadores, através da conquista de direitos e proteção social, consubstanciado no *Welfare State*. No Brasil, embora não tenha havido essa forma de Estado, nos anos de 1980, devido à uma ampla mobilização, a sociedade conquistou alguns direitos sociais e políticos importantes. A promulgação da Constituição de 1988 e as Eleições Diretas em 1989 foram alguns marcos de avanço na sociedade brasileira.

⁹ É preciso destacar que não nos referimos apenas a força do operariado, representada principalmente pelo movimento sindical, que tanto no Brasil quanto em grande parte do mundo encontrou nos idos de 1970, um momento de ascensão. O movimento sindical do “ABC” paulista simboliza bem a vivacidade das lutas sociais no país. É evidente que uma gama de outros sujeitos e

A junção destes elementos é fundamental para entendermos a restauração do capital na atualidade, pois as oscilações econômicas, aliadas à própria estrutura instável da dinâmica capitalista, constituem as suas formas contemporâneas, marcadas, essencialmente, pela primazia das ondas longas recessivas, em detrimento das ondas longas expansivas. Desta forma, a retomada dos padrões de acumulação ocorre, na forma de exceção, e não mais de regra.

Assim, no conjunto das estratégias que os setores ligados ao capital esboçam para superar os desequilíbrios orgânicos, algumas respostas se articulam. Tais respostas podem ser compreendidas segundo o que Behring (2003) denomina como “reação burguesa”, significando o processo que engloba fenômenos como a reestruturação produtiva e a corrida tecnológica pela produtividade do trabalho como fonte de superlucros; o ajuste neoliberal, que dota as políticas econômicas e industriais do Estado de um novo perfil no qual o traço principal é a maior consonância com interesses do capital; a mundialização e a instituição de uma nova divisão internacional do trabalho; e novas relações entre centro e periferia cuja dinâmica tem sido orientada pela tríade EUA/NAFTA¹⁰, Alemanha/União Européia e Japão/países asiáticos.

Estas transformações, em seu conjunto, reorganizam a sociedade em geral e, principalmente, se fazem sentir em países como o Brasil, no qual as contradições sociais se agravam, dada a posição subalterna que ocupa na divisão internacional do trabalho, especialmente como exportador de produtos agrícolas e de força de trabalho pouco qualificada.

As expressões de tais transformações se fazem sentir tanto no campo quanto na cidade. E, principalmente, junto às classes subalternas, pelo seu empobrecimento crescente, pela precarização das condições de vida e trabalho, pela desregulamentação dos direitos e pela fragilidade de sua organização política e nos desafios que se colocam para os intelectuais do trabalho. Isso tudo numa conjuntura na qual a hegemonia burguesa realiza uma ofensiva econômica e ideológica junto à sociedade em geral, mas cujos impactos sobre as classes subalternas são ainda mais fortes, como veremos a seguir.

movimentos sociais também fazem parte deste contexto de efervescência política, a exemplo dos movimentos estudantil e feminista.

¹⁰ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio cujos países participantes são Estados Unidos, Canadá e México

1.2 Contemporaneidade: restauração e ofensiva capitalista

Como destacamos anteriormente, o capitalismo contemporâneo¹¹ é fortemente marcado de recessões e crises. Dessa forma, para compreendemos os contornos de sua ofensiva, faz-se necessário observarmos as estratégias adotadas pelo capital¹² para restaurar-se e superar seus próprios limites.

A crise recessiva na qual mergulha o capitalismo a partir da década de 1970 é pressionada pela desaceleração do crescimento, pela queda na taxa de lucro e pelos custos despendidos com garantias trabalhistas-, frutos do nível de organização da classe trabalhadora; e ainda pelas conquistas obtidas em termos de proteção social, objetivadas no *Welfare State*.

Mesmo em países como o Brasil, no qual os direitos sempre apresentaram caráter restritivo, são obtidas conquistas significativas a partir do pós II Guerra, sobretudo, aquelas que concernem à organização e à gestão da força de trabalho, bem como o reconhecimento de direitos trabalhistas, tais como estabelecimento da jornada e patamares salariais.

Este quadro revela que o padrão de acumulação e o entrelaçamento entre fordismo/taylorismo e a orientação econômica de bases keynesianas já não possibilitaram a manutenção dos níveis de desenvolvimento do período que se convencionou denominar “os trinta anos gloriosos” ou “anos dourados” do capitalismo mundial.

O esgotamento do desenvolvimento segundo os padrões até então vigentes demandou uma reorganização no ciclo de acumulação e reprodução social¹³,

¹¹ Como apresentado no item anterior o capitalismo contemporâneo é assim chamado, tanto em virtude do nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas no atual estágio capitalista, quanto pelas transformações conjunturais do pós II Guerra; e, principalmente, nos anos de 1970, e também pela importância que a financeirização assume na atualidade para o avanço do capital.

¹² Em sua obra “Para além do capital” István Mészáros (2002) utiliza uma diferenciação entre capital e capitalismo. Capital ou “sistema de sociometabolismo do capital” “[...] é o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital. Este, o capital, antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. Já o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital.” (2002, p.15-16).

¹³ Esposamos aqui o entendimento de reprodução social a partir das análises em perspectiva de totalidade de Marx, o qual afirma que produção é, ao mesmo tempo, reprodução; e que ambas estão dialeticamente articuladas, de forma que as condições de uma são condições da outra. Na reprodução social está inserida também a garantia dos meios de vida dos trabalhadores por meio do salário, através do qual os mesmos garantem sua existência não só como homem, mas como classe.

sobretudo, no que concerne à gestão da força de trabalho. A recuperação do capitalismo passaria, principalmente, pela desestruturação do trabalhador coletivo, tendo em vista a força da organização dos trabalhadores e o seu poder de pressão diante do capital.

Restaurar o capitalismo, dessa forma, consistiria num aumento na contradição capital X trabalho, transformando-a, numa relação ainda mais favorável ao primeiro. Assim, no seu conjunto, a restauração pode ser sintetizada pela adoção da reestruturação produtiva, pela financeirização do capital e pela ideologia neoliberal (NETTO; BRAZ, 2006).

Seria necessário “libertar” o capital, que até então, encontrava-se “aprisionado” pela forma de gestão rígida, própria do taylorismo-fordismo¹⁴, pelo ônus da regulação do trabalho protegido; e, conseqüentemente, por uma classe trabalhadora organizada, expressa, principalmente, pelo movimento operário, tensionando constantemente as leis que regem a dinâmica da acumulação e da exploração nos moldes burgueses.

Assim, no plano da produção de mercadorias, a rigidez do taylorismo-fordismo é substituída pela acumulação flexível, traço que caracteriza a terceira fase do imperialismo. As bases para esta transição se encontram no enfraquecimento do fordismo, o qual é resultante da diminuição nos ganhos de produtividade, na elevação da composição orgânica do capital e na saturação da norma social do consumo em curso (BIHR, 1999). Nos idos de 1970, o fordismo perdeu fôlego e apresentou sinais de esgotamento, que expressaram contornos objetivos e subjetivos. Neste aspecto, concordamos com Bihl (1999) quando afirma que neste momento,

[...] diremos que o próprio fordismo finalmente caiu na armadilha da ‘massificação’ em que ele pegara o proletariado e que acabará impondo-lhe seus limites. Limites subjetivos, com a revolta do operariado-massa contra as formas fordistas de produção (trabalho em cadeia e trabalho por turnos), mas também com o deslocamento das práticas de consumo para fora da norma fordista. Limites objetivos, com a massificação do capital constante (e, particularmente, fixo), levando à diminuição dos ganhos de produtividade e à alta da

Assim, as condições de trabalho, os meios de vida e as necessidades de reprodução dos indivíduos e das classes sociais passam pelas determinações do mercado (MARX, 2000;1993).

¹⁴ Segundo Antunes (2001) o binômio taylorismo/fordismo “[...] baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada [...]”. Este padrão produtivo estruturou-se com base no trabalhador parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo [...]” (ANTUNES, 2001, p. 37).

composição orgânica do capital, enquanto a massificação do capital variável (força de trabalho) traduzia-se pela saturação dos mercados que sustentavam o crescimento fordista e pelo aumento dos 'custos sociais' [...] (BIHR, 1999, p. 73)

A superação do fordismo é realizada através da adoção da acumulação flexível, que encerra a fase da acumulação capitalista sob bases rígidas. A acumulação flexível se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. A introdução da automação e da robótica contribui para o desenvolvimento de uma estrutura produtiva mais flexível e ágil, possibilitando, freqüentemente, aos setores capitalistas a desconcentração produtiva e a ampliação das empresas terceirizadas.

Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico e científico atua como aliado e impulsionador da nova estratégia de produção flexível, neste momento do capitalismo contemporâneo, facilitando a comunicação e a realização de transações via *"on line"*. Aliado a isto, o capitalismo utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipes, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos de semi-autônomos. Além disto, requiere, ao menos no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores. Na verdade, uma participação manipuladora, que preserva em sua essência as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, 2001).

Além desses fatores, a flexibilização da produção, pela incorporação da automatização, tem possibilitado divorciar ainda mais a relação saber/poder dos trabalhadores. Portanto, a nova forma de acumulação, objetiva intensificar ao máximo as condições de exploração da força de trabalho.

E é na esteira desta transição para a flexibilização da esfera produção que se opera a reestruturação produtiva. O capital, apesar de adotar medidas para modificar as bases do modelo de produção, mantém a característica anterior de produção em grande escala; a qual, porém, agora destinada a atender mercados específicos, atentos às particularidades dos consumidores de mercadorias¹⁵.

¹⁵ A partir deste momento os mercados procuram atender públicos diversificados, produzindo mercadorias que atendam a diferentes níveis de demanda. Criam-se, assim, produtos voltados para consumidores de várias etnias, faixas-etárias, níveis de renda etc.

Um traço renovado do movimento do capital é a desterritorialização da produção de mercadorias e dos fluxos de capital. As unidades produtivas se deslocam para outras localidades, na busca de melhores condições de expansão: a existência de força de trabalho mais barata e menos qualificada, e a inexistência de legislação protetora e de organização política são elementos fundamentais, que colaboram com a retomada da taxa de lucro.

Trata-se de um processo de internacionalização do capital, que supera um modelo de *desenvolvimento autocentrado* ao adotar uma modalidade de expansão na qual a internacionalização dos mercados e da produção são estratégias constitutivas. (BIHR, 1999)

Experimentamos, pois, uma época de liberdade máxima para o capital expressa na internacionalização de seus fluxos, na busca de novos mercados de força de trabalho e na criação de novos mercados consumidores.

O processo que se convencionou denominar *financeirização* (BIHR, 1999; BEHRING, 2003; WOOD, 2003; NETTO; BRAZ, 2006) tem seu ponto de partida nos anos de 1970, e demarca bem as feições contemporâneas assumidas pelo capitalismo na atualidade. Financeirização, ou no dizer de Bouffartigue (2001), “[...] globalização financeira”, se traduz por uma transferência massiva de lucros das empresas não-financeiras para as empresas financeiras [...]” (BOUFFARTIGUE, 2001, p. 157). Em consonância com Netto; Braz (2006) consideramos que a financeirização representa uma das transformações mais significativas da economia, e imprime uma feição contemporânea à dinâmica do capitalismo.

Neste momento, as transações comerciais entre periferia e centro são modificadas, tendendo a desenvolverem-se mais entre as economias mais desenvolvidas. Ou seja, “[...] os três grupos de países que lideram o campo imperialista, constituintes da chamada tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão), realizam entre si o grosso das transações comerciais, fundamentalmente operadas pelos grandes monopólios e processadas entre suas matrizes e filiais/subsidiárias (trata-se do comércio chamado *intracorporativo*) (NETTO; BRAZ, 2006, p.229 grifo dos autores).

Assim, o cenário econômico mundial aponta igualmente para uma maior interdependência das economias centrais e para uma nova divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, sobrepondo uma nova divisão, baseada na

oposição indústria de ponta X indústria de força de trabalho. Este movimento gera novos países industrializados ou economias em desenvolvimento. Nesse sentido, são casos exemplares a Coreia, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, México e Brasil.

Embora situados no *ranking* de desenvolvimento, a condição desses países é eminentemente subalterna, pois estes dependem dos acordos engendrados pelos países mais desenvolvidos, e permanecem na situação de fornecedores de força de trabalho barata ou escrava. O caso brasileiro demonstra que, apesar de altos índices de produtividade no setor de exportações, a balança comercial tem como principais produtos aqueles de origem agrícola, como soja, frutas e café.

Isto demonstra que economia permanece ligada a produtos primários, cuja cotação é atrelada ao dólar e com pouco valor agregado. Uma outra face do mesmo processo é a existência de força de trabalho barata ou escrava, a qual é utilizada nas áreas de forte produção do agronegócio brasileiro, como na região centro-oeste. Ou ainda, aquela força de trabalho que migra para países do continente europeu ou norteamericano, em condições de quase escravidão. Portanto, é desta forma que o Brasil se situa na mundialização do capital na contemporaneidade. E é neste contexto que a questão dos intelectuais do trabalho e da reforma agrária estão inseridas e sofrem alterações significativas.

O capitalismo contemporâneo é dinamizado pelo desenvolvimento que alcançaram as forças produtivas, particularmente, pelo desenvolvimento tecnológico, donde o auxílio da informática vem a ser um agente facilitador do processo. A base da economia passa a ser monetarização em detrimento da produção, o que gera uma minimização da atividade produtiva. E, paradoxalmente, a maximização da atividade financeira, geradora de lucro, o que permite uma superacumulação.

Contraditoriamente, caem as taxas de lucro em investimentos industriais, gerando a ilusão de que, nesse período da história do capitalismo, ele gera a si mesmo, sem a mediação do trabalho como criador de valor (MARX, 1993). É necessário criticar e negar o fetiche deste discurso, pois, segundo Mészáros (2002), a dependência do trabalho face ao capital é superável, mas o inverso não é possível.

As transformações em curso possuem, na sua base, uma “liberdade máxima” para o capital. Ou seja, este prescinde de qualquer forma de regulação para expandir-se. Desta necessidade decorre o fato de que até mesmo os padrões

de regulação que vigoraram até os anos 1980, nas economias centrais, estão sendo destruídos face às recentes necessidades de expansão do capital, como é o caso do *Welfare State*¹⁶.

Assim, as mudanças na produção, na gestão do trabalho e nas formas de regulação do Estado possibilitaram ao capital exponenciar sua tendência constitutiva de auto-expansão, limitada com os acontecimentos dos anos 1970. Nesta conjuntura, a capilaridade do capitalismo vence as barreiras da relação entre o local e do global, e gesta novas condições, que resultam no fortalecimento das economias centrais, na inversa proporção da vulnerabilização das economias ditas “em desenvolvimento”.

Este fenômeno conhecido como *mundialização*¹⁷, tem levado os países dependentes e periféricos tornarem-se exportadores de capital para os países centrais (NETTO; BRAZ, 2006). Além do capital, um fluxo cada vez maior de migrantes todos os dias tentam burlar as regras da migração da União Européia e dos EUA, já que estas duas áreas do planeta se apresentam como “oásis de prosperidade”.

Ora, aqui podemos observar dois traços fundamentais do desenvolvimento capitalista que são a tendência à concentração e centralização, na medida em que cada vez mais o poder econômico e político está sob a batuta das grandes potências econômicas, sobretudo dos EUA; e o desenvolvimento desigual e combinado, através do qual o êxito da economia de países desenvolvidos significa, necessariamente, a crise e o desmonte das economias periféricas e o aumento de sua dependência.

Conforme Wood (2003) a fragilização causada nas economias da periferia do capital, em face da sua mundialização são determinadas, principalmente, pela ênfase em produtos para exportação e pela remoção dos controles de importações. Assim, torna os produtores dependentes do mercado, interferindo cotidianamente na

¹⁶ Para uma apreciação crítica e atualizada da crise e declínio do *Welfare State*, consultar Behring, (2003); Netto; Braz (2006) dentre outros.

¹⁷ Preferimos utilizar o termo mundialização porque há uma polêmica quanto ao uso do termo globalização. Chesnais (2002) critica o uso deste último, pois o mesmo mistifica a mundialização do capital e seus efeitos de desregulamentação, liberalização e polarização. Contudo, apesar da carga ideológica do termo, alguns marxistas, como é caso de Ellen Wood (2003), fazem uso do termo globalização (mesmo aspeado) e aponta convergência com Chesnais. Neste trabalho, utilizaremos a noção de mundialização segundo Chesnais (2001).

balança comercial dos países. Outro aspecto importante é que as dívidas externas dos países menos desenvolvidos aumentaram muito.

[...] o caso da América Latina é emblemático: se em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões - apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares [...] (NETTO ; BRAZ, 2006, p. 234)

A tessitura deste processo requer uma mediação fundante: a ação do Estado e as funções que o mesmo desempenha na dinâmica do capital. Nesse sentido, analisamos a seguir a relação que se estabelece entre o capitalismo contemporâneo e os Estados Nacionais.

1.3 Um Estado para o capital: novas determinações e novas funções estatais sob o capitalismo contemporâneo

É incontestável a afirmação de que o capital superou a crise gestada a partir de 1970. Primeiro, porque, embora as crises imponham limites à expansão e a acumulação, elas não significam extinção ou quebra de hegemonia, pois o capitalismo é *continuum em depressão* (MÉSZÁROS, 2002). Em segundo lugar porque, enquanto sistema metabólico, o capital continuou, comprovadamente, ainda mais poderoso após a crise que se iniciou nos anos 1970.

No processo de restauração do capitalismo contemporâneo, houve um significativo aumento da taxa de lucro. Dados revelam que, com o aumento desta a partir dos anos 1980, a economia capitalista cresceu em média 2,5%; ou seja, quase a metade do crescimento alcançado entre 1950-1970 (NETTO, 2006). Isto quer dizer que se considerarmos tal como Marx, que o capital cresce na exata medida em que crescem a desigualdade social e a diferenciação, será possível perceber que o desenvolvimento econômico prescinde de desenvolvimento social, e que avança sempre e mais a tendência de ser a produção cada vez mais socializada, e a acumulação da riqueza socialmente produzida cada vez mais apropriada privadamente.

A tendência do desenvolvimento desigual e combinado se materializa na realidade brasileira sob a forma do aumento da taxa de lucro e da riqueza na inversa proporção em que são corroídas as condições de reprodução dos grupos subalternos, seja no rebaixamento dos salários, seja na diminuição dos postos de trabalho e sua precarização. Esta tendência de desenvolvimento se observa também no meio rural onde convivem pequenas “ilhas de prosperidade”¹⁸ do agronegócio, fundado na propriedade territorial latifundista, na monocultura, na pecuária extensiva e no uso de tecnologia de ponta em termos de maquinaria e de força de trabalho especializada. Este cenário caminha em paralelo com a situação seja do trabalho escravo, seja com a miséria de trabalhadores sem terras. E é marcado por contradições entre o avanço do capital no campo e o aviltamento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, constituindo-se historicamente, em um palco de lutas políticas, no qual os movimentos sociais rurais, apoiados pelos seus intelectuais, protagonizam uma batalha incessante na luta pela resposta aos seus direitos e demandas.

No momento atual, este quadro gerador de contradições que emerge tanto na cidade quanto no campo é agravado pela tendência cada vez maior de concentração de renda, terra e poder. Isto significa que, através da mundialização, o desenvolvimento das economias centrais tem se dado à base do movimento de ajuste/desajuste da economia periférica. Os países ditos “em desenvolvimento”, e até mesmo aqueles com níveis de desigualdade e desagregação sócio-econômica monumental como África, desempenham papel relevante na restauração do capital, seja pelo fornecimento de condições objetivas (matérias primas, força de trabalho farta e barata, legislação frágil), seja pela disposição de massa humana para testes de drogas da potente indústria farmacológica¹⁹.

Podemos afirmar, em consonância Wood (2003), que o capitalismo é antidemocrático, porque atividades e serviços são passíveis de mercantilização e estão sob o comando do mercado, orientado pela e para a competição, a

¹⁸ No nordeste do Brasil as regiões da fruticultura irrigada do Açu no Rio Grande do Norte (RN) e das margens do Rio São Francisco em Pernambuco (PE) têm demonstrado potencial extraordinário de produtividade para exportação, dada a introdução de tecnologias de ponta, disposição de recursos hídricos e força de trabalho especializada.

¹⁹ O filme “O jardineiro fiel”, do diretor Fernando Meireles, lançado em 2005, faz uma denúncia clara da manipulação da massa humana na África, que tem sido utilizada como cobaia para testes de grandes laboratórios norte-americanos, na perspectiva de desenvolver novas drogas. O mais flagrante é que isto tem ocorrido com a conivência dos líderes políticos do país.

maximização e acumulação, o que não permite qualquer responsabilidade democrática com segmentos das classes subalternas.

Como bem sabemos o capital é uma relação social que assume objetividade nas relações dos homens entre si. Assim, é necessário detectar através de quais instrumentos e/ou mediações o movimento do capital toma concretude. Ora, se retomamos à pergunta por nós esboçada sobre “qual a relação que se estabelece entre o capitalismo contemporâneo e os Estados Nacionais”, encontramos uma mediação necessária: a atuação do Estado na perspectiva do capital.

Ao constatar a importância do Estado para a dinâmica capitalista, consideramos que [...] “a forma política do capitalismo global não é um Estado global e sim um sistema global de múltiplos Estados-Locais” (WOOD, 2003, p. 47) o que quer dizer que o capitalismo depende, necessariamente, do Estado para expandir-se. De forma concreta, ao observarmos a forma de expansão do capital no campo, podemos identificar que o agronegócio demanda constantemente intervenção estatal para garantir suas condições de ampliação.

Nesse sentido, uma nova forma de regulação estatal coloca-se para o capital como necessidade histórica, diferentemente do contexto do pós II Guerra quando da constituição do *Welfare State*.

O desmonte nos padrões de regulação do Estado, a exemplo do declínio do *Welfare State* nos países centrais, é a prova cabal de que qualquer tipo de regulação está em oposição à expansão capitalista. Por este motivo, entendemos que “[...] o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital está destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras [...]”(NETTO; BRAZ, 2006, p. 225).

No caso de países da periferia capitalista, como o Brasil, é na ação estatal e, particularmente, na desregulamentação no campo dos direitos sociais que se opera a ofensiva para atender às necessidades do capital. A Contra-Reforma do Estado é o fenômeno articulador desta ofensiva. Por contra-reforma podemos entender o processo de caráter destrutivo, não criador e conservador, que lança o Estado brasileiro em um movimento de adaptação aos fluxos do capital mundial, operando efeitos regressivos para as classes subalternas.

Tal fenômeno pode ser chamado de contra-reforma porque,

[...] existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política [...] (BEHRING,2003,p.58).

Diante de tal assertiva, a reforma da Previdência pode ser compreendida como um dos efeitos da contra-reforma do Estado no Brasil.

É na esteira do ajuste estrutural,²⁰ consubstanciado na contra-reforma do Estado brasileiro que está baseada a minimização da atuação estatal, orientada na perspectiva de restrição das funções do Estado, especificamente aquelas responsáveis pela resposta às necessidades sociais objetivadas na forma de direitos. É através desta estratégia desreguladora que o capitalismo tenta livrar-se do “ônus” gerado com os custos do trabalho ao longo das últimas décadas.

Para os setores dominantes, a desestruturação dos direitos sociais na esfera estatal é fundamental, pois as mudanças operadas pelo capital, na base material, apenas se tornam possíveis na medida em que se constitui também uma base social que lhe forneça suporte no âmbito da superestrutura social, processo no qual o Estado desempenha função organizadora preponderante.

Dessa forma, superadas as limitações no âmbito da produção direta de mercadorias, restavam aquelas concernentes à esfera ideológica. Como substituir a ideologia do Estado gestor e interventor até então em vigor? Dessa forma, dos países centrais para a periferia, tem início a disseminação de teses esboçadas por F. Hayek. A estas teses convencionou-se chamar *neoliberalismo*, que, em seu conjunto, supõe uma visão de homem competitivo, de sociedade como reino dos interesses privados, de naturalização da desigualdade social e de liberdade que se realiza no e pelo mercado. (NETTO; BRAZ: 2006)

Esta ideologia neoliberal, amplamente difundida ao longo dos anos 1980-90 vai constituir o terreno ideológico-político no qual o capital e seus representantes vão flexibiizando os Estados Nacionais, sobretudo na periferia capitalista, adaptando-as

²⁰ Refere-se ao processo de reorganização das economias em desenvolvimento, orientadas pelas principais agências capitalistas, formalizadas em um pacote de medidas “sugeridas” aos Estados, com a recomendação de corte de gastos e privatização de serviços (NETTO; BRAZ, 2006).

à ofensiva burguesa operada sob o capitalismo contemporâneo. Neste sentido, a articulação cultura, ideologia e economia são fundamentais para a hegemonia do capital junto aos grupos subalternos.

Em países como o Brasil, as privatizações, a desregulamentação da gestão do trabalho, o corte no financiamento das políticas sociais e a intervenção direta de organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial na elaboração e financiamento das políticas e programas sociais são alguns dos aspectos mais explícitos da ofensiva burguesa.

No âmbito das práticas sociais de grupos hegemônicos ligados ao capital, seus intelectuais tratam de massificar a idéia de uma crise do Estado gestor, gerada pela dívida pública e pelo esgotamento deste mesmo padrão. A “confirmação” de tal discurso seria expressa pela ineficácia, pela burocratização, pela inoperância da esfera estatal. Trata-se de, na esfera ideológica, promover uma destruição do Estado e atestar seu falimento diante da sociedade. É assim que se constitui uma base social amplamente massificada, que referenda o discurso de crise e sua repercussão de forma indiferenciada no seio da sociedade, aliada a um chamamento à integração da sociedade civil-instância que aparece difusa, desagregada, e em oposição à sociedade política.

No que toca as classes subalternas e seus intelectuais, a ação contra-hegemônica segue na direção de identificar os nexos que levam o Estado a responder preponderantemente aos interesses do capital, de forma a compreender que a origem da ofensiva burguesa não advém do Estado, mas apenas expressa seus reflexos nesta instância.

Aspear o termo sociedade civil é necessário, porque, neste trabalho, esposamos o conceito de Gramsci (2004a) pelo qual esta faz parte de um dos planos superestruturais. Ou seja,

[...] o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade [...] (GRAMSCI, 2004a, p. 20-21).

É dessa forma que num movimento de ampliação de seu domínio, o capital se apropria da esfera cultural e da *práxis* social, diluindo compreensões fundantes como antagonismos de classes, concepção de sociedade civil/sociedade política, exploração do trabalho, produção e reprodução etc.

O capital se encarrega de fomentar uma racionalidade funcional, capaz de construir uma sociabilidade apropriada para este momento, e que responda às suas necessidades de reprodução. sociedade civil e Estado perdem seu significado histórico, de forma que a primeira é fetichizada como sendo uma instância autonomizada da esfera produtiva, como lugar da prosperidade, da solidariedade, da política, da ação dos grupos e da “responsabilidade social”. Enquanto que o Estado é personificação do mal, da dominação e que precisa ser combatido.

O Estado passa a ser o destinatário da fúria dos movimentos e organizações sociais, que perdem de vista a identidade de classe, e consequentemente, a perspectiva de uma crítica anti-capitalista. É este um processo de “apagamento” da reprodução ampliada do capital, de suas conseqüências para as classes subalternas, e da contradição capital X trabalho. É como se o capital, enquanto relação social, deixasse de existir. E assim, a “sociedade civil”, pairando no ar, encontrasse no Estado, o seu maior inimigo.

Para Bihr (1999), esse é um processo de socialização capitalista da sociedade, através do qual várias relações sociais são fetichizadas, homogeneizadas e reificadas e expressa “[...] uma apropriação (privada) e tendencial do atores sociais (indivíduos ou grupos e, embora em menor medida, de classes) em relação ao controle de suas práticas sociais, expropriação que constitui o reverso e o complemento inevitáveis da autonomização das forças sociais” (p.148).

A perda do horizonte de “pelo que lutar” e “contra quem lutar” gera um processo de aparente uniformização e homogeneização da sociedade, e contribui para destituir o sentido das contradições que envolvem as forças fundamentais. Esse processo é obtido através do estímulo à participação, à cooperação e à união de “todos” para enfrentar a crise. Dessa forma, ocorre um tipo de consentimento ativo²¹ das classes subalternas na medida em que as mesmas vão endossando o discurso elaborado pelo seu pólo antagonista.

Podemos assim dizer que esta seja uma condição à qual Amaral (2001) denominou “desidentidade de classe”. Ou seja, os sujeitos das classes subalternas

²¹ Na busca pela conquista da hegemonia os setores burgueses costumam alternar momentos de coerção e consenso junto as classes subalternas. Isto ocorre porque em processos democráticos a classe dominante só pode ser dirigente a partir do momento em que obtém o consenso da maioria dos segmentos subalternos. Dessa forma, o consentimento ativo é uma expressão da hegemonia burguesa sobre os demais segmentos sociais. (COUTINHO, 2003; GRAMSCI, 2004a; 2004b)

vão, gradativamente, sendo destituídos de sua consciência de classe; e, através de um consentimento ativo, sendo passivizados e integrados ao ordenamento burguês, sem a menor resistência. É este divórcio entre sociedade civil a qual é para Gramsci a “realidade de fato” e o Estado que permite a este último, e, em última instância, ao capital e seus legatários, dominar a sociedade, universalizando seus interesses (GRAMSCI, 2004b, p108).

Nesse contexto, “sacrificar” a sociedade civil e eliminar o Estado torna-se um lema bastante instrumental ao movimento contemporâneo do capital. Inicialmente, porque são enfraquecidas as possibilidades de resistência contrárias ao corte da face democrático-reguladora do Estado, ao mesmo tempo em que operar uma ofensiva à regulação dos direitos. Isto incide diretamente na organização política das classes subalternas, particularmente o operariado, o que contribui para criar um novo equilíbrio de forças na relação capital X trabalho, em favor do primeiro.

Depois, promove uma corrida para a criação de iniciativas de caráter “social”, deixando o Estado à serviço do capital, seja no ordenamento social, jurídico, político, administrativo, ou até mesmo econômico. Um resultado imediato de tal processo é que a sociedade civil assume seu próprio ônus ensaiando ações todos os dias, na perspectiva da resolução da questão social, que em um país como o Brasil, campeão de desigualdades sociais cria um contexto que abala mesmo os mais otimistas. Este quadro é expresso pelo o índice de Gini, indicador de concentração de renda e de terra, o qual pode variar entre 0 e 1. Os níveis nacionais revelam um percentual de 0,86%, dado que coloca o Brasil no *ranking* latino americano de desigualdade, perdendo apenas para Paraguai.

Este quadro de desigualdade permite também que o capital internacional, em seu movimento ofensivo, constitua um processo de passivização da sociedade, o qual possibilite sua livre circulação num contexto de diminuição da interferência e da resistência das classes subalternas e tendo ainda os Estados Nacionais das periferias ao seu dispor. Acrescentamos ainda a interferência direta do capital estrangeiro no rumo das economias dos países em desenvolvimento (re/des)organizando, como é caso do Brasil, as política sociais estruturantes para a vida do país, como saúde, educação e reforma agrária, que passam, necessariamente, pelos ordenamentos do Banco Mundial e FMI, como veremos a seguir.

1.4 Uma aproximação necessária: o capital e a reforma agrária

Compreender os nexos da luta pela reforma agrária é fundamental para o entendimento do objeto de estudo o qual estamos analisando, qual seja: os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Norte.

Com efeito, a disputa em torno da reforma agrária no Brasil, e as configurações da questão agrária nesta fase do capitalismo contemporâneo, na qual este se apropria de todas as esferas, constituem um cenário rico de determinações que apontam para uma das formas através das quais o capital se restaura ao capturar a terra e os diferentes sujeitos nela inseridos.

Assim, o campo é também incluído no contexto da contra-reforma do Estado e do ajuste estrutural, processos pelos quais a participação do Banco Mundial é decisiva e intensa, no que tange à elaboração e ao financiamento de programas e projetos voltados para trabalhadores rurais sem-terra ou pequenos agricultores. Ao mesmo tempo o capital tem determinado uma atuação estatal voltada para alavancar o setor do agronegócio no país.

O jogo de interesses e a disputa por hegemonia no campo se acirram na medida em que avança cada vez mais a interferência das determinações estruturais do capital. Ou seja, as transformações nas formas de produção, a mundialização do capital, a reforma do Estado e o declínio das condições de trabalho e reprodução social das classes subalternas, contribuem para agravar as desigualdades históricas que envolvem o contexto da reforma agrária brasileira e os interesses nela envolvidos.

A formação sócio-histórica brasileira passa, necessariamente, pela estrutura latifundiária e pelas relações dela resultantes. A extensão territorial, o passado colonial, a junção entre posse de terra, poder econômico, poder político, e o

comprometimento do Estado com o grupos detentores do latifúndio são alguns dos elementos que contribuíram para a não realização da reforma agrária no Brasil.

Isto se deve ao fato de que, para os setores ligados à burguesia agrária brasileira mais reacionária e atrasada, a reforma agrária sempre foi um entrave à livre expansão do desenvolvimento mercantil, porque colocava em xeque a propriedade territorial - elemento fundamental para a expansão da produção para o agronegócio. Entretanto, os setores agrários mais “modernos”, como empresários do agronegócio, identificam possibilidades de aumento de lucratividade através de ações de reforma agrária²². Porém, não obstante a diversidade de opiniões dos setores burgueses no campo, há uma convergência de opiniões que se manifesta na defesa ferrenha dos interesses econômicos de tais setores. Defesa de interesses que se expressa no poder de influência que estes setores da burguesia agrária detêm já que se encontram representados no Executivo, no Legislativo e Judiciário, e interferem diretamente na correlação de forças em uma perspectiva regressiva e conservadora em favor do capital agrário. Este quadro tem “abortado” a possibilidade de uma reforma agrária que se constitua numa intervenção global, de caráter econômico e político, e ainda com alteração na estrutura fundiária que tenha impactos na desconcentração de terra e de renda.

E mesmo no bojo das contradições da sociedade do capital, sabemos que alguns países desenvolvidos realizaram reforma agrária, a exemplo dos Estados Unidos. Porém, a perspectiva desta reforma esteve centrada na modernização da agricultura e na criação da figura do *farmer*- agricultor afeito com industrialização, protegido pelos acordos comerciais de exportação/importação.

No Brasil teve início a partir de 1964, com a instituição do Regime Militar, o que se constituiu como uma modernização conservadora, processo através do qual o capital monopolista penetrou no campo, reorganizando de forma global a ocupação e uso da terra (incentivo ao latifúndio e dinamização do mercado de terras), a produção agrícola (introdução maciça da mecanização) e a gestão da

²² Na pesquisa por nós realizada durante o mestrado, foi possível identificar que proprietários de terras e de agroindústrias falidas encontraram na venda de suas fazendas para fins de desapropriação de terra, um negócio lucrativo. Houve casos inclusive em que os proprietários convidaram movimentos sociais para realizar ocupações em suas terras forçando assim a desapropriação da área. Com isto estes proprietários se livrariam das dívidas financeiras e ainda obtiveram alguma margem de lucro com a negociação.

força de trabalho (assalariamento), movimento que contou com intensa participação do Estado, sobretudo, no que toca às questões de gestão da força de trabalho

A forma através pela qual a modernização se processa no Brasil complexifica as relações econômicas e políticas no campo, pois reforça a propriedade, incentiva a monocultura para exportação, inclui setores de trabalhadores rurais no assalariamento da agroindústria, expulsa outros de suas pequenas propriedades, enfraquece ainda mais a organização política dos trabalhadores rurais e gera um exercito de reserva e de sem-terras que se espalham pelas diferentes regiões do país a partir de 1970, com conseqüências para a agudização da questão urbana brasileira.

Dessa forma, os impactos da modernização, da militarização da questão agrária²³ e da não realização da reforma agrária têm se expressado como agravamento da questão social no campo, que chega às páginas policiais como violência e atentados contra dirigentes de movimentos sociais rurais, prisões, marchas, ocupações de terra etc. Este é o cenário agrário brasileiro que deita raízes nas contradições originárias da estrutura agrária desigual que remonta ao período da colonização, e que o capital contemporâneo faz agravar.

Isto quer dizer que em países como Brasil, cujo quadro de concentração de terra e de renda gerador de desigualdades no campo e na cidade, a realização da reforma agrária assume importância estratégica para a melhoria da vida de amplos setores das classes subalternas.

Nesse sentido, a reforma agrária não se constitui apenas como uma questão de retórica de movimentos sociais, nem como mero mecanismo de desenvolvimento econômico. Ela se apresenta como necessidade histórica para as classes subalternas, na perspectiva de contribuir para o enfrentamento das desigualdades.

Não foram poucas as tentativas de pôr a reforma agrária no debate nacional. Só no século XX esta foi um tema que apareceu recorrentemente e de formas

²³ A partir da metade da década de 1960, a questão agrária se torna um tema relevante para os governos militares, resultando no processo que Martins (1986) denomina de *Militarização da Questão Agrária*. Dessa forma, o Estado atua no sentido de contribuir para remover os empecilhos à reprodução capitalista na agricultura. A intervenção do Estado durante a modernização é operada de forma ampla e sistemática, de modo que as várias instâncias da máquina estatal são utilizadas para garantir as condições de reprodução ampliada do capital no campo. Em 1964, o governo criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), que na mesma década foi substituída pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Dessa forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é criado nos anos 1970, sendo resultado de uma fusão entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o INDA.

distintas. De 1920 a 1950, apareceu como a idéia de superação do atraso econômico, e como parte do desenvolvimento urbano-industrial do país (SILVA, 1998); como demanda dos trabalhadores protagonizadas pelo sindicalismo rural e pela herança das ligas camponesas. Durante o Regime Militar como estratégia da modernização conservadora²⁴ sob o comando do capital financeiro (DELGADO, 1985; MARTINS, 1986). Pós 1984, como parte do processo de redemocratização da sociedade brasileira. E em 1985, na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). E mais recentemente, a partir dos anos 1990, como resposta a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

A partir de 1990, observamos o movimento do capital e dos setores a este vinculados, que, impossibilitados de esconder a gravidade que atingiu a questão agrária no Brasil vêm-se obrigados a responder à dívida social que possuem com um contingente de trabalhadores rurais historicamente negligenciados em seus direitos.

Embora este processo de negligenciamento tenha origens remotas, vamos nos deter no momento presente, em que os setores burgueses, ao invés de reconhecerem a legitimidade da reforma agrária, trata de incorporá-la às diretrizes das estratégias macro-econômicas do Banco Mundial. Desta forma, além de desvirtuar a perspectiva dos trabalhadores rurais²⁵, esvaziando o seu conteúdo

²⁴ Termos amplamente utilizados para caracterizar processos de mudança, através dos quais a hegemonia capitalista se renova, sob velhas bases. Netto (2004a), identifica o período ditatorial como uma projeção histórico-concreta na qual a caracterização de modernização conservadora realiza-se plenamente no Brasil. Compreendemos a modernização conservadora como “ [...] processo que articula o progresso no marco da ordem e atribui um ritmo lento às transformações operadas de modo que surja como desdobramento do velho [...]” (Iamamoto, 2001, p. 103). Especialmente no campo, a modernização conservadora desenvolveu-se com intensa participação estatal, o qual atuou “[...] introduzindo políticas de apoio aos grandes produtores rurais ou restringindo esse; criando políticas compensatórias voltadas para os pequenos produtores ou trabalhadores rurais; ou ainda implantando políticas localizadas ou tomando medidas típicas de caráter redistributivo, a atuação do Estado, de certo modo, remodelou a estrutura agrária, em bases muito distintas ndaquelas advogadas pelos defensores da reforma agrária, e acabou se tornando um elemento crítico nos conflitos em torno da propriedade da terra nos últimos 30 anos [...]” (LEITE et al, 2004, p. 58)

²⁵ Na academia há um debate da existência o não de um campesinato no país. Historicamente, a polêmica esteve balizada por distintas visões. Quais sejam: a perspectiva evolutiva, na qual o camponês é visto como grupo assimétrico em relação a outros grupos; a visão culturalista na qual o camponês tem sua identidade atribuída, em relação ao vínculo que estabelece com a terra, sendo expresso pelo “camponês-produtor” e as visões marxistas clássicas, nas quais o campesinato é, em geral, visto como secundário, já que, tende ao desaparecimento. Diante do leque variado de concepções, optamos por compreender os trabalhadores rurais como parte e expressão do campesinato brasileiro ou como “ [...] uma das formas que se manifesta o proletariado no campo em determinadas formações como a latino-americana. [...]”. É o camponês um proletário sob uma condição camponesa [...]” (DUQUE-ARRAZOLA, 1985, p. 311-312). O entendimento de camponês,

político, e ainda a transforma em “setor” extremamente rentável para o capital; quando incorporada às leis de mercado.

A “reforma agrária de mercado” é instituída, na segunda metade dos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Este modelo é implementado como resposta às pressões realizadas pelos movimentos sociais rurais, em torno da realização da reforma agrária.

Segundo Medeiros (2002), esta proposta surgiu no Brasil no contexto de intensificação das ocupações de terra, e encontra-se articulada também ao redirecionamento das políticas do Banco Mundial. Ou seja, o reconhecimento da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade, a necessidade de estimular os mercados de terras e o reconhecimento da importância da distribuição igualitária de bens e de reformas agrárias redistributivas teriam sido os princípios gerais de ação do Banco Mundial. Tal ação tornava a questão a agrária, e mais especificamente, as ações de reforma agrária alvo de posterior intervenção desta agência financeira.

Concomitante às preocupações do Banco Mundial, o avanço das lutas, a criação de conflitos por terra, o aumento da violência no campo e principalmente as ocupações de terra terminam por exercer sobre o Estado uma “cobrança” pela reforma agrária, adiada há mais de um século. A única saída seria o Estado responder a tais reivindicações, tendo em vista a visibilidade, e um certo consenso político da sociedade brasileira em torno da legitimidade da reforma agrária.

Não é à toa que o número de assentamentos rurais²⁶ triplicou entre 1995-1997 (ARAÚJO, 2005; MEDEIROS, 2002) em todo o Brasil como resposta à demanda por terra. No período que se seguiu à aprovação da Constituição Federal de 1988, foram poucas as desapropriações, em face dos limites legais. Apenas a

a partir de uma perspectiva de classe, contribui para que consideremos os movimentos sociais rurais e as lutas por terra, como luta contra a exploração capitalista, momento no qual opõem-se frontalmente os trabalhadores rurais e seus movimentos, em contraposição ao proprietário rural de terras improdutivas (latifúndios), ao empresário rural do agronegócio, bem como aos indivíduos e agências especulativas os quais “injetam” significativos recursos financeiros em ações de terras. Na particularidade de nossa pesquisa, os trabalhadores rurais são aqueles que, via de regra, passaram por processos de ocupação de áreas, que posteriormente transformaram-se em assentamentos de reforma agrária.

²⁶ Na literatura especializada, os assentamentos rurais se configuram como “[...] frutos das lutas sociais travadas pelos trabalhadores do campo que disputam um pedaço de terra.” E ainda como forma de acesso à terra e ao trabalho (Medeiros et al, 1998;). Nos capítulos subsequentes trataremos melhor o tema dos assentamentos rurais, já que é o *locus* no qual situamos a atuação dos intelectuais do trabalho.

partir de 1993, quando alguns artigos constitucionais pertinentes à questão agrária foram regulamentados (Lei Agrária) novas desapropriações ocorreram. E até finais de 1997, contabilizou-se mais de 1.000 assentamentos via regularização fundiária (MEDEIROS, 1998). Dados recentes atestam a existência de 4.373 assentamentos em todo o país, os quais reúnem uma população de 503.442 famílias, ocupando 23.852.219 hectares. (LEITE et al, 2004)

Ora, mesmo ciente de que os assentamentos não resolveram o problema da estrutura fundiária do país, entendemos que além de terem contribuído para retirar um montante de sem-terras desta condição de “excluído”, contribuíram para trazer à tona um problema estrutural da formação do país, que a dinâmica capitalista fez agravar.

É neste cenário que a “reforma agrária de mercado” entra em cena como principal proposta do Banco Mundial para os países onde o problema da terra é crítico. Para Rosset,

[...] o banco [mundial] nos últimos quinze anos, tem mudado essas políticas para tornar a terra um elemento muito mais importante, com uma prioridade bem maior do que tinha antes. Após o ajuste estrutural e a imposição de todo tipo de receituários econômicos neoliberais, bem como o financiamento de grande obras hídricas e megaprojetos de infra-estrutura, ele passou a considerar a questão da terra fundamental para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro [...] (2004, p.16).

A preocupação com o crescimento econômico, com os baixos investimentos em áreas rurais e com a redução da pobreza, constituem os principais motivos pelos quais a Reforma Agrária passa a fazer parte da agenda do Banco Mundial.

O Banco Mundial e seus agentes detectaram que, em alguns países, a desigualdade na distribuição da riqueza, e isto inclui a terra, causa estagnação às taxas de crescimento econômico. Além disto, a preocupação quase “religiosa” do Banco Mundial com a redução da pobreza tem levado à proposição de planos que levam em consideração o impacto das políticas agrárias e agrícolas nos países em desenvolvimento.

Assim, na seqüência de políticas e ações voltadas para a reforma agrária, estariam os projetos de administração de terra destinados à titulação, registro e/ou mapeamento das terras; a privatização de terras públicas e comunais; a titulação

com títulos alienáveis; o estímulo ao mercado de terras; os bancos da terra com distribuição através do mercado e créditos para os beneficiários (ROSSET, 2004).

Em síntese, por meio desta seqüência de ações, o Banco Mundial objetiva organizar a distribuição de terras visando a reordená-la sob uma lógica de mercado de forma que instaure um comércio dinâmico de terras, onde sem-terra e proprietários negociem livremente.

Este conjunto de ações sugeridas pelo Banco Mundial está consubstanciado no documento “Novo Mundo Rural”, o qual, basicamente, prevê o assentamento de famílias, a “estadualização” da reforma agrária e a substituição da desapropriação pela aquisição por compra (RESENDE; MENDONÇA, 2004). Faziam parte do “Novo Mundo Rural” os programas Cédula da terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos.

Em linhas gerais os resultados do programa “Novo Mundo Rural” têm sido problemáticos, pois têm contribuído para aumentar o valor da terra, para o endividamento dos beneficiários do referido programa, bem como para o abandono das áreas, causado tanto pelo endividamento quanto pela impossibilidade de os beneficiários de investirem na terra. Isto ocorre porque pressupõe que os beneficiários tenham algum capital de giro para investir e ser utilizado como “garantia” para o Programa. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que trabalhadores rurais que encontram inúmeras dificuldades de garantir seus meios de vida não poderão dispor de bens ou recursos para investimento.

Um aspecto relevante é que, no Brasil, esta proposta deu um golpe nos movimentos de trabalhadores rurais, sobretudo no MST, na medida em que viria proibir a desapropriação de terras ocupadas por estes movimentos. Ressaltamos que além disto o programa gerou uma diferenciação entre os demandantes de terra, já que aqueles que ocupavam terras tinham seus processos judiciais mais demorados do que aqueles participantes da “reforma pacífica” (MEDEIROS, 2002). Daí o caráter disciplinador e coercitivo intrínseco às ações do Banco Mundial em parceria com Estado brasileiro, no encaminhamento da reforma agrária.

As eleições de 2002 e a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República sinalizaram novas expectativas no tocante à reforma agrária. No entanto, fica evidente que, no atual cenário, há uma interferência sem precedentes

do capital internacional e de seus agentes nos rumos das economias periféricas, e que esta é uma tendência crescente, inclusive no Brasil.

Observamos alguns avanços no encaminhamento do atual governo sobretudo, no aspecto que envolve a relação de diálogo entre governo federal e movimentos sociais rurais²⁷ e a participação destes na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária,(II PNRA)em 2003.

No que tange ao II PNRA, fundamentado na tríade “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, as metas prevêem atingir 130.000 famílias, a continuidade do programa de crédito fundiário de combate à pobreza rural e a realização do georreferenciamento de 2,2 milhões de imóveis no território nacional. Isto aponta que, até o ano de 2006, o governo federal não tinha uma visão da situação real das terras disponíveis no país. E a ausência destes dados indica a impossibilidade de planejar uma intervenção mais detalhada em termos das áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi lançado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Destacamos que os dois primeiros são idênticos ao Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em consonância com Resende; Mendonça (2004), entendemos que o que está ocorrendo na essência é uma continuidade nos fundamentos orientadores da política do governo atual, pois “[...] são os mesmos programas apenas com pequenas modificações, mas a concepção central da mercantilização da reforma agrária permanece igual.” (RESENDE; MENDONÇA,2004,p. 77).

Este cenário é problemático porque o governo pôs como prioridade, na agenda de ações, a reforma agrária. Criticamos então a perspectiva de uma proposta que atende precariamente às reivindicações dos movimentos; e o governo que não demonstra resistência à interferência do capital internacional. Isto lhe coloca em posição idêntica a do governo anterior e à de outros países, nos quais os ajustes estruturais foram implementados, como Argentina, Colômbia etc.

²⁷ Lembramos que esta relação suscitou no início do governo Lula vários comentários, seja porque em uma ocasião o Presidente usou o boné do Movimento dos Sem-Terra, seja porque, em outra ocasião, o MST realizava ocupações de terra ao longo do país. Referimo-nos aqui a notícias divulgadas nas edições da Revista Veja no anos de 2003/2004.

Interessante assinalarmos que as reformas agrárias conduzidas pelo mercado foram implementadas em vários países, ao longo dos anos 1990, como demonstram os casos das Filipinas, da África do Sul e da Colômbia. No entendimento do Banco Mundial e de seus técnicos o modelo clássico de reforma agrária no qual o Estado desempenhava papel central, e os movimentos eram protagonistas por meio de ocupações, marchas, etc, seria inadequado para os dias de hoje.

A partir deste entendimento, a regulação da reforma agrária pelo mercado dotaria esta questão de eficiência, e a tornaria menos conflituosa, já que supunha a concordância dos proprietários em se desfazerem de suas terras. Na ótica do Banco Mundial menos Estado e menos litígio são fundamentais para o crescimento econômico e o combate à pobreza no campo e na cidade.

Não podemos passar ao largo de um aspecto consensual, em se tratando da direção do governo federal na condução da reforma agrária. Ou dito de outra forma, a ênfase que tem sido dada ao agronegócio (PETRAS, 2005; REZENDE; MENDONÇA, 2004).

O agronegócio é um dos grupos que representa a direita²⁸ no meio rural do Brasil, e é constituído, principalmente, pela burguesia oligárquica. Ou seja, “[...]são os capitalistas modernos que fazem uso da mecanização e de insumos industriais” (BARROS, 2005). Este tem sido um setor que apresenta um crescimento exorbitante diante de outros ramos da economia, e atua com vistas à exportação²⁹. A questão

²⁸ Barros (2005) aponta que a direita no campo é dividida em categorias: a velha oligarquia que seriam os latifundiários atrasados e violentos. Grupo contrário à reforma agrária que se vale da formação de milícias para defender os latifúndios (.Estes tem se aglutinados politicamente no Partido da Frente Liberal (PFL). Já os representantes do agronegócio são um grupo formado por uma burguesia altamente capitalizada, em geral associada às transnacionais. Este grupo não se preocupa com a reforma agrária. No entanto, busca lucros e é orientado pelo mercado. Politicamente se reúne na Sociedade Rural brasileira, na Organização das Cooperativas do Brasil e na associação Brasileira de *Agrobusiness*. Existe também a pequena burguesia, que tenta capitalizar-se mas encontra contradições com as transnacionais. Outro grupo bastante significativo é União Democrática Ruralista, constituída no Congresso Nacional, a qual é reconhecida menos por sua ligação com a terra e mais com a oposição histórica à reforma agrária. Esse grupo tem sido responsável por criar obstáculos jurídicos e políticos à reforma agrária ao mesmo tempo em que defendem e representam os latifundiários. O *lobby* deste grupo é tão significativo que conseguiu, em 2005, aprovar a liberação de 3 bilhões de reais do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) para financiar a dívida dos proprietários de terras. Ainda segundo Barros (2005) já em 2005 estes conseguiram do governo 50 milhões de reais, enquanto que para a reforma agrária foram destinados apenas R\$ 6.00000 de reais.

²⁹ No Brasil, o agronegócio representa hoje um setor em franca expansão. A safra de grãos para exportação entre o período de 2004-2005 foi de 140 milhões de toneladas. E o setor tem uma participação em 43% da balança comercial e em 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Neste

em voga é que o sucesso do agronegócio tem sido conseguido em detrimento de uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo Stédile (2005), hoje, 4.00000 de camponeses que tentam desenvolver uma agricultura baseada no trabalho familiar, na policultura e no mercado interno de alimentos, enfrentam as multinacionais.

Nesse sentido, as contradições que envolvem os interesses dos proprietários rurais e dos trabalhadores rurais se expressam no descompasso existente entre as ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- onde estão representados predominantemente os interesses dos setores ligados ao agronegócio- e o Ministério do Desenvolvimento Agrário- pasta responsável pelas ações de reforma agrária.

No entanto, sabemos que a realização de uma reforma agrária ampla congrega ações dos dois ministérios. O que tem ocorrido é que no embate de forças de um lado estão os movimentos rurais, seus apoiadores e intelectuais reivindicando a democratização da terra e das condições de produção, e de outro, os grandes produtores, requisitando do governo federal cada vez mais investimentos, subsídios, perdão de suas dívidas, etc.

Em recente artigo a Revista Carta Capital, de janeiro de 2008, apresenta alguns dos entraves à reforma agrária, como a postura do judiciário e a defasagem dos índices de produtividade agrícola-questão relevante para identificar se as áreas são produtivas, ou não, para posteriormente, conceder o direito de desapropriação. No entanto, a revisão desses índices tem sido criticada pelos proprietários e obstruída por alguns juízes, enquanto 150 mil famílias de sem terras continuam acampados, à espera de decisão judicial. E pilhas de processos de desapropriação aumentam a cada dia, o que explicita o teor predominante dos interesses do setor da burguesia agrária, a qual contribui no boicote direto da reforma agrária. Este impasse não foi solucionado porque a revisão de tais índices dependia do Ministério da Agricultura, e este não apresentou proposta razoável. Com isto, não houve acordo.

A convivência do Estado com interesses do agronegócio é um movimento que faz parte da história do país e se institui enquanto tendência, como bem destaca Delgado (1985), a partir do Regime Militar, quando o capital financeiro passa a

cenário, a soja é um dos principais produtos de exportação brasileiro e representa 5 % da área plantada no país. Disponível em <http://www.portaldoagronegocio.com.br> consultado em 20-02-2007.

incorporar a agricultura como área de investimento. É quando grandes corporações financeiras, como grupos empresariais e bancos estrangeiros vão tornar-se grandes investidores no setor, dadas as condições que o Estado militar concede a estas corporações: subsídios, renúncia fiscal, isenção de taxaço sobre as terras etc.

Tal tendência é agravada nos dias atuais, com sucesso do *agrobusiness*, de forma que este tem obedecido às orquestrações das leis de regulamentação do mercado, e se constitui como umas portas de entrada para especulação do capital financeiro no país, através dos investimentos estrangeiros provenientes da compra de ações. A ação do capital financeiro na questão agrária se faz presente na importância da agricultura para a regulação da balança comercial, através da produção de grãos como soja, e, pela aplicação direta de recursos do Banco Mundial em políticas agrícolas e agrárias.

Portanto, se há vinte anos atrás para a burguesia agrária referir-se à reforma agrária significava atraso e empecilho à lei de acumulação, hoje ela passou a ser incorporada ao rol de estratégias da acumulação do capital, e se constitui em um campo aberto a este, com total apoio do Estado.

Diante disto, a perspectiva assumida pela esfera estatal na condução da reforma agrária, sob a orientação do mercado, demonstra a força das injunções dos organismos internacionais junto aos países periféricos, os quais fragilizados pela dependência econômica, subordinam-se às condições destas agências. No caso de países como o Brasil as orientações de ajuste tem contribuído para fortalecer os interesses entre capital especulativo estrangeiro e capital fundiário nacional.

Não é à toa que os segmentos ligados ao poder fundiário receberam a proposta da “reforma agrária de mercado” de forma bastante positiva. Isto se deve ao fato de que, nesta proposta, o direito “sagrado” à propriedade privada é respeitado e garantido.

Ao analisar as reações esboçadas em relação à “reforma agrária de mercado” pelos diferentes sujeitos políticos Medeiros (2002) aponta que no discurso dos membros da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) esta proposta se adequa aos interesses do setor rural brasileiro, tendo em vista que a aquisição de terras por compra e não por desapropriação constitui-se como meio moderno e rápido de resolver os conflitos no campo. Conflitos vistos como querelas por parte dos empresários.

Gostaríamos de ressaltar que o discurso dos empresários rurais aponta a questão da reforma agrária como “querela”, descontextualiza o sentido histórico das disputas de terra, que é, em última instância, uma disputa de classes sociais distintas. Tal discurso tenta dar invisibilidade às contradições de classes no campo. E ainda refere-se às ocupações de terra como invasões, apontando os sem-terra seriam “bárbaros e invasores”; depois, expressa a “modernidade” do mecanismo de mercado na compra e venda de terras pelo qual seria mais rápido e menos violento. Interessante dizer que não há referência a quem seriam os agentes promotores de violência. Para nós não são outros senão os proprietários.

Diante dos elementos problematizados consideramos a “reforma agrária de mercado” uma armadilha para os movimentos rurais e um mecanismo que recupera um arcaísmo tanto em termos jurídicos, como políticos e de direitos humanos.

E primeiro lugar, jurídico porque reinstaura o direito à propriedade como algo sacrossanto e inalienável, o que pode tornar os conflitos mais sangrentos, na medida em que as ocupações podem ser respondidas com uma violência ainda maior contra sem terras, estando os donos de terras mais protegidos pelo direito que, historicamente, esteve de braços dados com os proprietários.

E em segundo lugar, um retrocesso político, porque objetiva silenciar a crítica dos movimentos à estrutura latifundiária e oligárquica. Isto contribui para minar as possibilidades de pressão e organização. Direitos estes preconizados, inclusive, pela Constituição Brasileira.

E por fim, pode aumentar o número de atentados aos direitos humanos e a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais sem-terra através do crescimento de crimes contra os participantes de movimentos sociais.

É preciso lembrar que os acontecimentos recentes no Brasil deixam bem claro a impunidade dos latifundiários, que agem com violência, seja, matando fiscais do trabalho, que investigam o trabalho escravo, seja executando sumariamente líderes políticos como Chico Mendes, Irmã Dorothy e as vítimas de Eldorado dos Carajás.

O quadro que retratamos confirma a correspondência entre as ações macroestruturais do Banco Mundial e os segmentos da burguesia nacional fortemente marcada por um conservantismo político e cultural, que tem raízes na

estrutura agrária, presente fora e dentro do Estado brasileiro, e disposta a colocar o país em sintonia com interesses dos países capitalistas centrais.

Ao contrário do que preconiza o Banco Mundial, entendemos que essa proposta de “reforma agrária de mercado”, ao invés de ser exitosa e moderna revela-se como absolutamente conservadora e prejudicial à luta por uma reforma agrária verdadeira, pela qual a distribuição de terra esteja aliada a um conjunto de ações estrategicamente planejadas. Por este modelo de reforma agrária os trabalhadores sem-terra e pequenos produtores familiares são considerados como sujeitos, cuja sobrevivência e trabalho são fundamentais para o crescimento do país, superando a visão destes como contingente de miseráveis, e público-alvo de programas de combate à pobreza. Este argumento, sim, é retórica do Banco Mundial e do projeto que ele representa, o qual, ao tentar subsumir a reforma agrária às regras de mercado, está na contra-mão das necessidades históricas desses contingentes negligenciados pelo capital, que encontra numa proposta de *contra-reforma agrária* (REZENDE;MENDONÇA, 2004) uma alternativa inviável de resolução de uma problemática que remete às questões estruturais criadas pela dinâmica do capital e revela sua incapacidade civilizatória para responder às contradições que ele próprio gera.

Nestes termos, destacamos ainda que, à medida em que o Estado, ao apresentar tendência de privilegiar os interesses capitalistas no campo em detrimento das necessidades dos trabalhadores rurais, como evidencia-se com a “reforma agrária de mercado”, está contribuindo sobremaneira para que sejam acirradas as disputas não apenas pela terra e seus usos mas pela interferência das classes sociais no âmbito do Estado.

1.5 A Luta pela reforma agrária na realidade norterio-grandense e os intelectuais do trabalho.

As tendências capitalistas de contra-reforma agrária, da presença de interesses de agências multilaterais, do fortalecimento do agronegócio e da permanência da estrutura do latifúndio, as quais atingem o campo brasileiro e se

fazem presentes também no quadro que compõe as relações econômicas, sociais e políticas, tanto na região nordeste quanto no RN. É em tal contexto que encontramos elementos para identificar os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho na atualidade.

A existência de conflitos por terras e de confrontos diretos, envolvendo os diversos segmentos de trabalhadores rurais sem-terras, pequenos proprietários, posseiros etc, seus apoiadores e intelectuais orgânicos em oposição aos grandes proprietários de terra ou grupos empresariais, tomam maior proporção de acordo com Araújo (2005), desde os anos 1970, mas se agravam nos anos de 1980.

As relações e tensões presentes na realidade agrária do RN advém da forma de estruturação da questão fundiária na qual o latifúndio convive ao lado de médias e pequenas propriedades. É neste quadro composto de um lado, por minifúndios, e de outro, por grandes fazendas que os conflitos entre fazendeiros e diversos segmentos de trabalhadores rurais moradores, foreiros, agregados etc se configuram desde os anos 1950, dada a expulsão, a exploração e arbitrariedades cometidas pelos proprietários contra os trabalhadores.

Apenas para ilustrar, os níveis de concentração fundiária apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que para o RN o índice de Gini se encontra em 0,807, o que reflete um alto índice de desigualdade na ocupação das terras no estado. As grandes propriedades possuem área média de 1000 hectares (HA) e representam ½% dos estabelecimentos rurais, mas ocupam 30 % da área total do estado, enquanto que mais da metade dos estabelecimentos são considerados pequenas propriedades e detêm em média 10 ha. O conjunto dos minifúndios ocupa apenas 4,2% da área de terras existentes no estado (BRASIL,2003)

Portanto, este quadro fundiário, articulado às relações políticas existentes, formam as condições para a organização e mobilização dos trabalhadores rurais, que através das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, encontram um canal para reivindicação de direitos negados sobretudo pelos proprietários.

No RN a presença dos sindicatos rurais é marcante seja na mobilização política, no acompanhamento jurídico e na formação política de novas bases e de novos sindicatos. O movimento sindical rural em níveis nacional e local, as ligas

camponesas e a Ação Católica foram sujeitos políticos fundamentais para afirmação da luta pela reforma agrária no estado.

A Igreja Católica pela via da Ação Católica, passou a ser um agente de relevo nas relações do meio rural, apoiando os trabalhadores rurais em suas demandas por terra e denunciando as ações violentas dos fazendeiros. Assim as organizações católicas Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), a Emissora de Educação Rural e o Jornal *A Ordem* se tornaram instrumentos políticos importantíssimos para o fortalecimento da ação do sindicalismo rural no RN. A contra face deste processo é que dada a consistente ação empreendida pela Igreja junto aos sindicatos rurais as Ligas Camponesas perdem força no estado, devido ao apoio que as mesmas receberam do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A disputa entre comunistas e católicos, no estado, concorreu para que as ligas camponesas tivessem pouca expressão junto aos trabalhadores rurais em relação ao sindicalismo.

Ao longo do século XX, a Igreja e o PCB disputaram hegemonia no meio rural de forma que, a partir da segunda metade deste século, é a primeira que vai obter a direção da organização dos trabalhadores rurais, tendo em vista os esforços que realizou no fortalecimento do movimento sindical rural e na resolução de conflitos por terra. Embora tenha havido divergências políticas significativas entre Igreja e comunistas, e que o projeto cristão tenha saído vitorioso, em detrimento da perspectiva comunista, é fato que, no decorrer das disputas, foram formados, tanto pela Igreja quanto pelo partido comunista, segmentos de intelectuais do trabalho aliados com os trabalhadores rurais e suas demandas.

No RN, as relações de classe no campo se expressam por meio do fortalecimento dos sindicatos rurais, ao longo de 1970 e especialmente em 1980, e das respostas cada vez mais violentas por parte dos fazendeiros, pelas quais, entre as décadas de 1960 e 1990, foram identificados 208 conflitos; e apenas nos anos de 1990, foram assassinados 04 trabalhadores rurais e 07 sofreram atentados.

É diante da realidade de uma ofensiva da burguesia agrária que conta com apoio de setores do Estado, sobretudo da polícia, contra a resistência dos trabalhadores rurais, que, na conjuntura de final de 1970 e início dos anos 1980, a

Igreja Católica atua mais diretamente nas expressões da questão agrária e na luta pela reforma agrária no RN. De acordo com análises de Araújo,

[...] é no final da década de 1970 e início de 1980 que, em função da conjuntura local, mas também da, regional e nacional que, e de mudanças internas na direção do SAR [Serviço de Assistência Rural] e na equipe técnica, que a questão agrária vai se constituir prioridade na atuação do SAR, seguida posteriormente pelo MEB [Movimento Eclesial de Base] [...] (2005, p. 50).

O Serviço de Assistência Rural (SAR) é uma instituição inserida no setor de ação social da Arquidiocese de Natal, o qual desenvolve atividades no meio rural do RN desde o ano de 1949. Inicialmente as ações desenvolvidas se concentravam nas áreas de saúde, habitação e educação seu foco principal. Atualmente, o SAR atua em cinco municípios: Jandaíra, Serra Caiada, Passa e Fica, São Pedro e São José do Campestre em áreas rurais e urbanas junto a mulheres, jovens e organizações como associações, sindicatos e conselhos de direitos e de políticas públicas. A entidade financiadora das ações do SAR é a fundação alemã *Misereor*, uma organização católica apoiadora de diversos projetos em países em desenvolvimento.

Dessa forma, no interior da Igreja Católica, por meio do SAR, do MEB e da Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR)³⁰ se verifica uma adesão orgânica em prol da reforma agrária. Ação que consistiria em um trabalho de assessoria direta às populações ameaçadas de expulsão de suas terras na região do Mato Grande³¹, e

³⁰ A Animação dos Cristãos no meio Rural iniciou em 1964 em Recife pela iniciativa do padre Servat e se propõe organizar os camponeses para atuar a partir da realidade através do método da Ação Católica (“Ver Julgar e Agir”). Apenas em 1973, tem início no RN, momento em que se acirram os conflitos por terra, e que a Igreja Católica assume a questão agrária em seu trabalho pastoral.

³¹ A região do Mato Grande localiza-se na porção nordeste do RN e é assim denominada pela existência de uma grande mata existente na área durante o período colonial. A região engloba 22 municípios e registra uma população de 215.462 habitantes em uma área de 8.445,05 Km². Uma das características históricas da região, especialmente do município de Touros, era a existência de terras devolutas ocupadas por posseiros. Nesta região, verifica-se um processo de especulação fundiária e de grilagem de terras dos posseiros, realizados por empresários e grupos econômicos, atraídos pelos crescentes investimentos estatais na região, sobretudo a partir de 1970. (ARAÚJO, 2005). No que se refere ao número de assentamentos, a Região é expressiva e representa a terceira maior área reformada do estado do RN. O número de projetos de assentamento é de 53 e “[...] a área do Mato Grande é a que registra a maior concentração de PA [projeto de assentamento] com mais de 50% de área útil não explorada [...]” (BRASIL, 2003b, p. 25). Os municípios que registram maior número de assentamentos são Touros, João Câmara, Poço Branco e Parasinho e estas são também as localidades nas quais se observaram os maiores números de conflitos na última década. Foi também por esta região que o MST adentrou no RN, no início dos anos de 1990, o que motivou a criação e a concentração significativa de assentamentos na Região. Segundo Guimarães (1998) os

posteriormente, na região do Açú, em função da expulsão que também sofrem as populações ribeirinhas dada a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves na década de 1970.

O SAR e seus assessores vão constituir uma ação articulada de intelectuais vinculados ao projeto de reforma agrária dos trabalhadores rurais no RN. A respeito do SAR podemos dizer que, em que pese a perspectiva de evangelização dos trabalhadores, a ação política como eixo estruturante do trabalho ganha relevo ao longo do ano de 1980 e contribui para fortalecer segmentos de trabalhadores rurais atingidos pela construção de barragens na região de Açú, assalariados da cana-de-açúcar no litoral agreste, bem como os moradores e pequenos proprietários vitimados pela modernização conservadora, ao longo do Estado.

A atuação do SAR estava, portanto, orientada pelo Programa de Educação Política e pelo fortalecimento do sindicalismo rural, fortemente atingido de um lado, pela cooptação estatal e de outro pela exploração da modernização conservadora, adotando uma orientação pedagógica baseada na reflexão e análise das conexões entre as experiências locais com a realidade global.

A empreitada política e pedagógica do SAR e de seus intelectuais³² se vê fortalecida e coincide, em nível nacional, com as pressões pelo fim do Regime Militar. E com um amplo movimento de abertura política, com as grandes mobilizações no “ABC paulista” e com a Campanha Nacional de Reforma agrária, que antecede o I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985.

No entanto, as transformações que ocorreram no interior da Igreja, as mudanças na correlação de forças no Vaticano, o declínio da perspectiva de Teologia da Libertação na América Latina e no Brasil, e a ascensão da perspectiva da Renovação Carismática Católica foram elementos que contribuíram para a neutralização da ação pastoral e política do SAR.

Por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar que as orientações do Vaticano, através do Documento *Constituição Dogmática Lumen Gentium 2000* apontam a perspectiva de adentrar o século XXI com a predominância da

assentamentos do Mato Grande produzem, em sua maioria, a cultura do mamão. No entanto, o pólo fruticultor empresarial se apóia na produção, em larga escala, de melão, manga, goiaba, caju, graviola e melancia, todos voltados para exportação.

³² Não podemos dizar de demarcar a influência que o SAR como intelectual tradicional, exerce junto às associações e os sindicatos rurais, especialmente nos anos 1980, e posteriormente ao longo das duas últimas décadas, sobre as diversas entidades que atuam no meio rural do RN.

evangelização, em detrimento da ação política (BARROS, 2007). Com isto, as ações políticas do SAR foram sendo desestruturadas gradativamente. Compreendemos que este movimento de “internalização” da igreja não é fato isolado, pois a entrada do século XXI demarca transformações econômicas e ideológico-políticas que impactam na ação da Igreja. Ou seja, por um lado, o fim do socialismo real, e com ele o fim da ameaça comunista; e por outro uma entrada maciça das agências multilaterais na superação da pobreza, que contribui para que a igreja minimize as ações de caridade e filantropia.

Dentre outros aspectos, identificamos que o legado deixado pelo SAR refere-se principalmente, no que toca a criação de um perfil de intelectual comprometido, com a reforma agrária e com os interesses dos trabalhadores rurais. A entidade se torna referência no estado, no que diz respeito à atuação em áreas rurais e no apoio à resolução de conflitos de terra, bem como na preservação da memória escrita da questão agrária do RN. As mudanças de rumo na atuação da entidade fizeram com que alguns dos intelectuais migrassem para outras instituições, tais como universidades, partidos de esquerda, Organizações Não Governamentais (ONG) e movimentos sociais, espaços que se constituíram, historicamente, como potenciais aliados dos trabalhadores rurais.

As organizações de trabalhadores rurais no estado vão sofrer, ao longo dos anos 1990, não apenas impactos da ofensiva capitalista, pelo fortalecimento do poder dos latifundiários, mas também por uma situação de falta de apoio deixada com a retirada da Igreja Católica deste campo de atuação, e da fragilidade política do movimento sindical rural, situação agravada pelos desafios políticos que encontram os partidos de esquerda no que diz respeito à organização e à mobilização para um projeto contra-hegemônico.

Tanto no RN quanto em âmbito nacional, o movimento rural sofreu um refluxo político e paralelo a isto, a ação estatal desde a década de 1960 corrobora para que a modernização conservadora e a militarização da questão agrária tornem a reforma agrária, mais uma vez, um horizonte distante para os trabalhadores rurais e seus movimentos e intelectuais orgânicos, tendo em vista o fracasso do I PNRA. No Brasil e no RN até meados de 1990, as ações estatais vão se direcionar ainda ao reforço do modelo modernizador enquanto as condições de vida dos diversos

segmentos de trabalhadores rurais vão declinando e sua capacidade reativa é incipiente.

Articuladas as tendências que se processam em escala nacional, na segunda metade dos anos 1990, iniciam-se mobilizações de trabalhadores rurais sem-terra em todo o país e também no RN. A luta pela reforma agrária se faz presente novamente nas diferentes regiões do estado, mas ganha proporções na região do Mato Grande, recuperando o histórico de lutas e conflitos que esta região experimentou décadas atrás.

Assim, as ações do MST no RN, assim como em outras regiões do país, são orientadas pelo lema que ficou conhecido como “ocupar, resistir, produzir” e se voltam para o avanço da reforma agrária. Aqui no estado, a primeira ocupação do Movimento ocorreu em Santana do Matos, na região oeste do RN. Mas, a repressão e a violência com as quais foi recebido, resultou no seu recuo para a região do Mato Grande, tendo em vista a prisão de uma de suas dirigentes (ARAÚJO, 2005). Este movimento mobiliza diferentes demandantes de terra nos quais se inserem pequenos proprietários, posseiros, moradores de fazendas, desempregados, subempregados do campo ou da periferia das cidades. Segundo Araújo (2005), ao tratar do MST aponta a relevância que este atribui ao trabalho de base, ao trabalho coletivo, ao associativismo e ao cooperativismo.

Em relação aos assentamentos rurais, estes podem ser compreendidos como frutos das lutas e mobilizações políticas, principalmente resultado da ação do MST. Estes assentamentos rurais, embora não contribuindo para fazer alterar a concentração fundiária na região, concorreu para modificar a paisagem no meio rural do estado, onde predominavam as grandes fazendas. Dessa forma, as ocupações e os assentamentos rurais multiplicaram-se no Mato Grande, especialmente, alterando a economia local e confrontando a cultura política baseada no coronelismo e no latifúndio³³.

A constituição de assentamentos rurais coloca novas demandas para os trabalhadores rurais no que concerne a organização da vida, do trabalho, da participação coletiva; ao mesmo tempo abre possibilidades de acesso à créditos, recursos e políticas sociais, com financiamentos de ações em nível federal, estadual

³³ No RN de 1986 a 1996, foram criados 60 assentamentos rurais, assentando 5.265 famílias. De acordo com INCRA regional o estado possui atualmente 243 projetos de assentamento, o que indica a existência de 23.000 famílias assentadas.

e municipal. Especialmente no que concerne à esfera municipal, os assentamentos “[...] acabam dinamizando mercados locais, por meio de compra de sementes, insumos agrícolas, material de construção, mas também móveis, roupas, utensílios domésticos [...]” (ARAÚJO, 2005, p. 2)

Após décadas de predomínio da ação estatal na perspectiva do capital o governo brasileiro se vê pressionado a responder a um dos elementos constituintes da luta pela reforma agrária, qual seja, a desapropriação da posse de terras e a construção dos assentamentos rurais.

No momento, a intervenção do Estado em resposta às pressões pela reforma agrária no Brasil e também na realidade norterio-grandense cria um padrão particular e diferenciado de intervenção no campo: a atuação de entidades da sociedade civil para implementação de programas e projetos planejados e financiados pelo Estado e por agências multilaterais, tais como o Banco Mundial conforme apontamos no item anterior.

Os processos estruturantes encadeados pelos setores avançados do capitalismo, que ocorrem em escala global, interferem no âmbito do Estado, das políticas sociais e das condições de vida das classes subalternas. E, interfere, sobremaneira, nas suas possibilidades de contra-hegemonia no atual estágio da sociedade.

No âmbito do Estado, processos como a privatização, a redução nas ações sociais e a terceirização de serviços têm constituído um contexto para que, no RN, as ONG sejam as executoras por excelência dos programas voltados para os assentamentos rurais. Ou seja, a transferência de recursos públicos para estas entidades gesta o cenário no qual se insere nosso objeto de estudo, que são os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária no RN. A entrada das ONG na execução de programas e projetos no meio rural do RN constitui fenômeno recente e típico dos anos de 1990, quando a pressão dos movimentos rurais avança sobre o Estado, e os mesmos obtêm algumas respostas governamentais. Não obstante, a atuação das ONG ocorre também no meio urbano brasileiro, em um contexto mais geral de retirada do Estado de algumas de suas funções, sobretudo àquelas concernentes à de implementação de políticas. As ONG no campo são convidadas pelos governos, em suas diferentes esferas, para, através de terceirização, ter acesso a recursos públicos destinados às

áreas de assentamento como linhas de crédito, assistência técnica e projetos produtivos, dentre outros.

No conjunto de ações voltadas para os assentamentos rurais de reforma agrária encontra-se a programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) financiado pelo governo brasileiro através do MDA em parceria com Banco Mundial, iniciado em 2003, no âmbito do II PNRA. Em âmbito local, o referido programa é executado por 16 ONG de todo o estado, e inclui também a participação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) como entidade executora. No primeiro ano de vigência do programa, o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas empresas (Sebrae) atuou na qualidade de organizador do convênio para contratação das entidades. Já o monitoramento e a avaliação das ações ficou sob a responsabilidade da Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) e esta encontrara-se sob a fiscalização direta do INCRA e da delegacia regional do MDA.

Portanto, é na teia de elementos que envolvem as tendências gerais da sociabilidade burguesa na economia, na política e na cultura, bem como nas mediações existentes na relação entre Estado, sociedade civil que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária podem ser analisados e compreendidos

No próximo capítulo, analisaremos as transformações econômicas que se fazem sentir nas formas de hegemonia que atingem principalmente os setores subalternos da sociedade, suas organizações políticas e, principalmente, seus intelectuais foco de interesse de nosso estudo.

As transformações na política, na subjetividade e na cultura, articuladas pelas mudanças na base material, tem expressado-se na despolitização, no aceleração do consumo, no endeusamento do mercado e na difusão do pós-modernismo como lógica cultural própria do capitalismo contemporâneo. A junção de tais elementos tem constituído-se como novas determinações que incidem sobre a atuação dos intelectuais do trabalho na atualidade, como veremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO 2 OS INTELECTUAIS DO TRABALHO E OS TERMOS DA HEGEMONIA SOB O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O intento deste capítulo é identificar as características da formação e constituição dos intelectuais e como estas se verificam como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, diante do contexto do capitalismo contemporâneo. Todavia, não podemos compreender tal processo sem esboçar o quadro de hegemonia criado a partir das transformações que o capital tem realizado na base material nas últimas décadas. Ou seja, problematizar a hegemonia significa analisar as formas sociais necessárias para este momento de expansão capitalista. Ou ainda, tomando os termos de Gramsci (2001), que tipo de reforma moral e intelectual se verifica no tempo presente, e como a dominante ideológica e cultural vem influenciando os intelectuais do trabalho e a atuação destes na difusão e consolidação de uma perspectiva contra-hegemônica. É a questão da hegemonia que se repõe no momento presente e se constitui como determinante da atuação dos intelectuais do trabalho como problematizaremos neste capítulo.

2.1 Os termos da hegemonia e as orientações ideológico-políticas dominantes na atualidade.

Parece-nos válida a assertiva de que o capital é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias e reprodução ampliada de relações sociais. Dessa forma, as transformações ocorridas na base material a partir dos anos 1970, as quais nos referimos no capítulo anterior, constituem um campo de mediações para modificar a superestrutura social e criar formas sociais distintas e necessárias ao movimento de expansão do capital atualmente. É a hegemonia que tem origem no mundo da produção, e que estende seus domínios nas demais esferas da vida cotidiana, assumindo novas determinações no cenário recente.

Desde sua origem, o capitalismo tratou de criar formas sociais adequadas às suas necessidades, gerando um tipo de ambiente, uma determinada estrutura social e um tipo de trabalhador e de homem que lhes são correspondentes. É a

partir desse entendimento que ao abordar a questão do americanismo e fordismo, Gramsci (2001) nos chama a atenção para os investimentos feitos pelos capitalistas, na geração de novos modos de ser para os trabalhadores fabris, submetendo-os a um tipo de racionalização que se estendia desde o espaço de trabalho às demais instâncias da vida cotidiana. De acordo com Gramsci afirmamos que “[...] a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado [...]” (GRAMSCI, 2001, p.259).

Assim, remontar às formas sociais de Estado e de sociedade eram exigências da nova ordem produtiva trazida com o fordismo, que através da racionalização da produção, da troca e do consumo acaba por instituir também a racionalização da vida humana. Dessa forma, a adoção da racionalização como princípio regulador é um dos momentos da reforma intelectual e moral operada pelo fordismo na sociedade. A referência à realidade norteamericana, sob o fordismo, foi fundamental para Gramsci estabelecer os nexos entre as mudanças que ocorrem na produção e a correspondência das transformações superestruturais que ocorrem de forma articulada.

Diante do processo de racionalização da produção material e da vida humana Gramsci (2001) tece a crítica ao cinismo da sociedade norteamericana no seu intuito de

[...] desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal [...] (GRAMSCI, 2001,p.266)³⁴.

Isto se justifica porque o padrão de produção fordista exigia um novo tipo de homem, integrado ao modelo de racionalização da produção e do trabalho, regulado não apenas em seu esforço físico para a atividade laboral, mas inclusive, em seu instinto sexual, seu padrão de consumo, bem em como suas normas e hábitos, gerando costumes necessários aos novos sistemas de vida. Para obter a adaptação dos homens aos novos padrões de racionalização requisitados, recorria-

³⁴ Não é apenas no mundo da produção que a racionalização causa influência. No mundo das artes, este fenômeno é denunciado por Charles Chaplin no filme Tempos Modernos, de 1936. Na órbita da produção de conhecimento, Netto; Braz (2006) sugerem a obra Harry Braverman, “Trabalho e capital monopolista”(1987) para uma apreciação dos efeitos deletérios da racionalização na vida dos trabalhadores diante da divisão capitalista do trabalho e do aumento da produtividade.

se, inicialmente, à pressão e à coerção, e depois à persuasão e ao consentimento dos trabalhadores ³⁵.

Portanto, o fordismo encontra, no americanismo, sua forma social necessária para a (re)organização da cultura. Aqui, entendemos cultura em sentido ampliado, e não apenas como expressões do folclore e da tradição popular, mas dentro de uma perspectiva abrangente, a qual é concebida

[...] enquanto dimensão essencial na conformação da sociabilidade, com campo de expressão da alienação e da rebeldia, dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na reorganização da vida cotidiana. Cultura enquanto parte e expressão das forças políticas em luta pela hegemonia [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 86).

A adoção do fordismo, articulado à difusão do americanismo, torna-se um fenômeno global que contribui para alteração dos regimes de trabalho, das normas de vida, dos padrões de comportamento e das visões de mundo, individuais e coletivas, e constitui um processo pedagógico por meio da instituição de um novo conformismo. Gramsci (2001) entende o americanismo como um conformismo brutal, grosseiro e pura ação que se contrapõe à tradição. Seu resultado último é a criação não de sujeitos integrais, mas de fantoches.

Nesse sentido, diante do binômio americanismo-fordismo, a cultura revela sua interface com a pedagogia. E assim podemos assinalar que as formas de organização da cultura compreendem um processo pedagógico permanente.

Dessa forma, o que fica explícito é que o capitalismo não se consolida sem a criação de uma base social que articule componentes da cultura e da ideologia. Em tal processo, os aparelhos privados de hegemonia realizam função precípua de organização e direção social, pela via das ideologias. Neste aspecto, vários autores são unânimes em tratar da ofensiva ideológica que acompanha a acumulação flexível e a mundialização do capital no momento presente. (MÉSZÁROS, 2004; MOTA 2000; BEHRING, 2003.) Portanto, questionamos qual o ambiente cultural, político e ideológico necessariamente criado sob o capitalismo contemporâneo.

³⁵ Uma análise ampla do fenômeno não pode passar ao largo das resistências esboçadas pelos trabalhadores quando da implementação do fordismo. A este respeito conferir nos cadernos do cárcere volume 4.

Atualmente, tal como o fordismo, a acumulação flexível gera um novo tipo de conformismo, de forma que a instauração deste conformismo³⁶, mecanicista, representa a forma pela qual a hegemonia econômica do capital se faz presente nas esferas política, subjetiva e cultural. É um *modus operandi* de ampliação do domínio e direção da perspectiva burguesa no campo das idéias e visões de mundo.

Entendemos que a hegemonia econômica não pode ser separada da hegemonia cultural, sendo esta determinada pela primeira, ao mesmo tempo que é sua expressão. Portanto, a batalha de idéias é um dos momentos da hegemonia econômica e cultural, e é, ao mesmo tempo, expressão e forma da reforma intelectual em curso.

Os aspectos que envolvem a reforma intelectual e moral da sociedade, a batalha cultural e a obtenção do consenso são elementos constitutivos do processo de hegemonia política

[...] que não é só a forma na qual se afirma a direção, o poder de uma classe, de um bloco social, mas deve ser também o terreno e o instrumento para superar a subalternidade, para atingir uma nova, mais alta unificação entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos [...] (SIMIONATO, 2004, p.51).

Em conformidade com Dias (1997), compreendemos a hegemonia também como campo de ação das classes incluindo seus projetos e pontos de vista, num processo de correlação e disputa de forças. Assim, hegemonia representa o

[...] projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao conformismo, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor seu projeto aos demais e, assim, descaracterizá-los; passivamente, pela repressão pura e simples sobre os demais projetos” (DIAS, 1997, p.38).

Os processos de conquista por hegemonia se constituem, enquanto totalidade que articula processos ligados à economia, política e a cultura, dimensões

³⁶ Gramsci (2004a) ao tratar do estudo da filosofia e da história da cultura assinala que “[...] pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham o mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? [...] “ (p. 94). Portanto, conformismo mecanicista pode ser interpretado como aquele através do qual pensamos e agimos como homens-massa e não como homens-coletivo.

que podem contribuir para que uma classe torne-se hegemônica, universalizando sua a visão de mundo e horizonte político, de forma que, sendo dominante, possa também vir a ser dirigente.

Hegemonia é também a forma como as classes sociais se movimentam, relacionam-se e desempenham suas funções na dialética da infra e superestrutura, ou seja, no bloco histórico. Hegemonia é a direção intelectual e moral e deve exercer-se também na esfera das idéias e da cultura. É, pois, capacidade de síntese, criação de consenso social, poder de argumentação e de organização política e direção econômica, política e cultural. Portanto, a partir das mudanças na base material, principalmente pela introdução da reestruturação produtiva e do consenso que se forja a partir da produção de mercadorias a hegemonia ganha novos termos e formas.

Tal processo, do ponto de vista histórico, pode ser constatado quando da retomada da acumulação capitalista, após a crise de 1970, período de uma ofensiva ideológica intensiva e da realização de uma reforma moral e intelectual distinta daquela do período fordista, mas que conserva a perspectiva voltada para a expansão do capital.

A partir deste período, 1970, os “intelectuais do capital”³⁷ iniciam uma batalha cultural, disputando as consciências, os desejos e as necessidades sociais, sobretudo, das classes subalternas e seus intelectuais. A perspectiva destes é construir novo bloco histórico, ao reformar a unidade orgânica entre estrutura e superestrutura, sob a hegemonia da forma social d’ocapital em sua fase contemporânea.

A ofensiva ideológica burguesa se faz sentir, em escala mundial, desde o período que segue o fim da II Guerra³⁸, mas é modificada e gera diferentes inflexões

³⁷ Denominamos “intelectuais do capital” os indivíduos ou grupos que contribuem para fortalecer a hegemonia burguesa. Estes podem ser gerentes, cientistas, militantes de partidos ligados aos setores burgueses, parlamentares, formuladores de políticas de organismos nacionais ou internacionais etc. Em contrapartida esposamos um entendimento acerca do que compreendemos como intelectuais do trabalho, ou seja aqueles indivíduos ou grupos que contribuem para a contra-hegemonia econômica política e cultural das classes subalternas.

³⁸ Esta ofensiva chega até ao Brasil a partir de 1950, e se constitui sob a forma do Nacional Desenvolvimentismo, marcado pela internacionalização da economia, pelo fortalecimento do setor privado e do capital internacional com apoio do Estado. É traço marcante deste período o avanço da industrialização baseado no crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e de bens duráveis de consumo. Também neste período há uma interferência direta do capital, principalmente norteamericano, no que concerne à formação e qualificação de força de trabalho e de educação em geral, utilizando como uma das principais estratégias a ênfase na participação nos

nos anos 1990. Na Europa ganhou repercussão a partir dos anos 1980. E uma década depois chegou ao Brasil, instituindo a era do mercado como regulador social (livre-mercado) e o neoliberalismo como a forma ideológica predominante e como elemento fundamental à hegemonia cultural da expansão capitalista contemporânea.

No quadro da hegemonia capitalista, a ideologia neoliberal desempenha função relevante, pois

[...] o ambiente do neoliberalismo potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e espiritual [...] (BEHRING, 2003, p. 66).

Aliado às mudanças nas condições objetivas da sociedade, o capital vem gerando um padrão ideológico dominante e um ambiente cultural cujas tendências não são facilmente reconhecidas, pois, ao dominar a superestrutura, aparece reificado e esconde o que ocorre na esfera produtiva.

Neste sentido, é emblemática a adesão e a consagração do pós-modernismo por amplos setores intelectuais. O discurso do fragmento do detalhe é absorvido por alguns intelectuais, e torna-se uma forma científica que encontra bases para se consolidar, tentando explicar a sociedade a partir de um ponto de vista “micro”, que não ultrapassa o nível do aparente.

Dessa forma, podemos analisar o pós-modernismo não somente como um estilo literário, artístico, mas como um conjunto articulado, composto de características³⁹ variadas, constituidoras de uma dominante cultural e estética ligada organicamente à produção de mercadorias. Em última instância, podemos indicar a convergência entre dominante cultural pós-moderna e dominação norte-americana sobre o mundo.

Nesta direção, Jameson (1996) nos fornece indicações substantivas para mapear o ambiente político e cultural do nosso tempo, no qual a dominante cultural do pós-modernismo fortalece a hegemonia do capital, gestando objetos de

programas sociais orientados para “integração” e “promoção” social, adotando como modalidade interventiva o Desenvolvimento de Comunidade. Para um aprofundamento consultar Abreu (2002).

³⁹ Estas características são: falta de profundidade, superficialidade, falta de espaço aberto ao expectador, ausência de gesto utópico – presente na arte moderna, frivolidade gratuita, fim do indivíduo, embutido na massificação e mercantilização, esmaecimento da temática moderna do tempo, predomínio do espaço sobre o tempo e ausência da personalidade que implica na morte do sujeito. (BEHRING, 2003).

consenso. Dessa forma, consideramos o pós-modernismo como a lógica cultural própria do capitalismo tardio.

Entendemos pois, que o pós-modernismo não pode ser considerado como a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova, já que é tão somente um reflexo simultâneo que se agrega às demais modificações sistêmicas próprias do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a fase atual do capitalismo reordena não apenas a produção de mercadorias e a correlação de forças políticas, mas opera uma revolução cultural, que ocorre na mesma escala do modo de produção.

Ao analisarmos os traços da cultura subjacente ao pós-modernismo destacamos a falta de profundidade da teoria, a cultura da imagem e do simulacro, e o enfraquecimento da historicidade como traços observados. Aspectos estes presentes na arte, na arquitetura, na literatura, na ciência, na prática política, na subjetividade e no cotidiano em geral. De forma universal,

[...] é possível argumentar, ao menos empiricamente, que nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo, como eram no período anterior do alto modernismo [...] (JAMESON, 1996, p.43).

A complexidade das transformações econômicas, sociais e políticas e a dificuldade de analisá-las em perspectiva totalizante tem contribuído para tornar o pós-modernismo um discurso eloquente, utilizado e referendado por intelectuais que se contrapõem a uma análise em que a economia seja elemento determinante. Um embate ideológico e político se trava também na esfera do conhecimento científico entre grupos de intelectuais vinculados a uma teoria crítica e aqueles cujas análises possuem determinações culturais, políticas ou subjetivas.

Como processo dialético, a hegemonia ocorre não apenas na difusão de novas idéias, mas se verifica também através da desconstrução de idéias existentes e na elaboração de sentidos distintos para conceitos já conhecidos. No caso do pós-modernismo a disputa de concepções e noções de homem, de mundo, de política e de economia são modificadas. E estas no momento atual, concorrem para diluir a concepção dos sujeitos sobre si mesmos e sobre seu espaço e sua história. O quadro geral apresenta uma nova dominância cultural que é constituída sob o capitalismo contemporâneo, o qual dá origem a processos de desistoricização da vida, descentramento do sujeito, alteração dos padrões de regulação do tempo e das temporalidades etc.

Mesmo não concordando com a tese reificada sobre a determinação tecnológica no desenvolvimento das forças produtivas⁴⁰, é preciso concordarmos com o papel da informática, da televisão e da mídia em geral no avanço da dominante cultural do capital. De forma que estes instrumentos têm sido, geralmente, “máquinas” de reprodução ideológica, os quais articulados a uma lógica de simulacro, pelo qual o real se transforma em imagem, reforçam e intensificam a dominância cultural e econômica do capitalismo.

Em termos gerais, os aspectos que aqui destacamos apontam à mutação e à apropriação que sofre a esfera da cultura pelo capital, ampliando a função da cultura, na disputa hegemônica junto às classes, nos processos de reforma intelectual e moral.

Em uma perspectiva crítica e radical, Mészáros (2004) nos fornece elementos para entender as tendências ideológico-intelectuais dominantes de um dado período. Podemos considerar, a partir de uma análise de totalidade que neoliberalismo e o pós-modernismo⁴¹ têm sido os meios ideológicos de criar o ambiente cultural de supremacia do mercado, de redução das funções democráticas do Estado, de desintegração/esvaziamento da noção de sociedade civil, de fim das classes (e da luta de classes), de despolitização, e de consumismo incontrolado. E o que é mais grave, de desistorização da sociedade, direcionada a manter a idéia de eternização desta forma social que é capitalismo.

O ambiente cultural gerado para corresponder a fase atual da ordem burguesa enseja um movimento pelo qual o capital tem apropriado-se da *práxis* social pela via do consumo⁴², criando sensações de prazer apenas por meio do

⁴⁰ Há autores que defendem que os novos fenômenos socio-econômicos são determinados pelo avanço tecnológico, como se a ciência e a tecnologia fossem responsáveis pelo desenvolvimento das forças produtivas. Discordamos de tal afirmativa, muito embora reconheçamos a relevância da tecnologia e da ciência no avanço das forças produtivas. O papel da informática na ampliação da acumulação capitalista, sob a financeirização, é fenômeno concreto e incontestado, mas não substitui o valor que apenas o trabalho vivo gera (ANTUNES, 2001).

⁴¹ Em Evangelista (2001), encontramos algumas indicações para esclarecer as relações entre neoliberalismo e pós-modernismo. Ou seja, na perspectiva do autor ambos inserem-se no mesmo movimento de alterações sistêmicas experimentadas no capitalismo tardio. O neoliberalismo representa e legitima a forma ideológica dominante; e o pós-modernismo, embora ambivalente em termos políticos e culturais mostra-se cúmplice da ordem burguesa em termos econômicos. Para um aprofundamento das relações entre neoliberalismo e pós-modernismo conferir EVANGELISTA, J. E. Neoliberalismo e Pós-modernismo: algumas relações nem sempre óbvias. IN: GICO, V. V. , SPINELLI, J. A. , SOBRINHO, P. V. C. As ciências sociais: desafios do milênio. Natal: EDUFRN, 2001.

⁴² Utilizamos a categoria “consumo” tal como se encontra em Marx, na “Introdução à Crítica da Economia Política”, especialmente ao tratar das relações entre produção e consumo. Nesse

mercado e do consumo de mercadorias. Isto torna a luta política ainda mais desafiadora para as classes subalternas e seus intelectuais, dada a força da mercantilização diante da vida, muito embora diferentes segmentos articulem forças de resistência por todo o globo como vemos através do movimento Zapatista/México; do MST/Brasil; das ações do *Greenpeace* e da realização do Fórum Social Mundial, dentre outros.

A distração pelo consumo e o papel da indústria cultural⁴³ na difusão de idéias e normas de ser e de viver tem produzido uma sociabilidade pela qual os sujeitos sociais de diferentes segmentos de classe festejam o capitalismo e sentem-se livre e realizados só por meio do mercado. Neste momento histórico o capital objetiva criar um sujeito sem classe social, a-crítico, sem história que antecede, nem futuro que procede. E este passa a ser o tipo de homem que se adequa a este período de ofensiva burguesa, pois não oferece resistência alguma à forma de ser das coisas. Há, neste contexto, um deslocamento da produção para o consumo, de forma que a esfera da produção é, gradativamente, diluída no pensamento, gerando a ilusão de uma sociedade fundada na figura do consumidor. Em meio a isto, ocorre o apagamento das diferenças de classe, étnicas, geracionais, políticas e das relações desiguais de classe, que se tecem a partir da esfera produtiva.

É neste ambiente cultural, que teses de fim da história, vitória do capitalismo, fim das classes e seus antagonismos, fim do trabalho e cultura de crise ganham espaço e adesão social (MOTA, 2000). Essas idéias, tipicamente burguesas, têm ganhado força nos últimos anos, e são elementos ideológicos eficientes, cujo papel, na retomada do capitalismo, foram fundamentais, pois na batalha de idéias, estas “verdades” têm possibilitado uma hegemonia cultural do capital, formando uma base social e um suporte ideológico, articulando as mudanças na produção a uma

sentido, afirma o autor que “[...]a produção, é, pois, também imediatamente consumo. Consumo é, imediatamente produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas ao mesmo tempo opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são os produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo. [...] sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção (MARX, 1974,p.109)

⁴³ Netto; Braz (2006) indicam como componentes da indústria cultural todo o mercado nacional de bens simbólicos que conjuga atividades industriais e de serviços, onde se inserem o campo das telecomunicações, do entretenimento, do turismo, do lazer e esporte, da publicidade, da educação. Conforme Netto (2004a), esta indústria cultural emerge durante o Regime Militar brasileiro, sob a forma centralizada e monopolizada na qual se produz e distribui-se uma cultura de massas.

reorganização da cultura, por meio de uma contra-reforma intelectual e moral em favor do capital.

Uma mediação importantíssima para entender esse processo é a ofensiva contra as forças ligadas ao trabalho, que com a implantação dos novos regimes de produção, é pressionada constantemente e de várias formas pelo capital, seja para produzir mais, seja para adaptar-se às normas sociais.

Assim, os arranjos da acumulação flexível, a desestabilização da condição dos trabalhadores protegidos, a destituição dos direitos, e este ambiente cultural ao qual nos detemos anteriormente têm tornado ainda mais desfavorável a correlação de forças para o segmento do trabalho, já que em face das condições objetivas, as respostas por este apresentadas não têm sido capazes de realizar uma ofensiva à altura daquela realizada pelo capital.

Este aspecto é importante porque, para compreendermos a dominante cultural e ideológico-intelectual de uma época, é preciso, segundo Mészáros (2004), situá-los dentro de três determinações: a) os parâmetros sócio-econômicos de uma fase histórica específica; b) os principais movimentos políticos e suas necessidades ideológicas e intelectuais; c) e as teorias e práticas importantes, assim como as várias filosofias e as auto-reflexões da ciência, referentes à sua função reguladora no complexo total das atividades humanas. (MÉSZAROS, 2004,p.116)

Nesse sentido, a acumulação flexível, o enfraquecimento da ação do segmento do trabalho e a predominância de idéias pós-modernas constituem um novo contexto, que desafia as classes subalternas, bem como seus intelectuais.

Esses elementos complexificam a sociedade e criam um ambiente político desfavorável à reflexão crítica em relação ao capitalismo. Isto se deve à força com que a ideologia dominante é difundida e internalizada. Ela está na academia⁴⁴, nas organizações sociais, nos sujeitos individuais e coletivos. E, portanto, tal forma ideológica não se sustenta no vazio.

A fragilidade das forças sociais que representam um alternativa crítica ao capital e servem de referência e sustentação ideológica e política para setores ou intelectuais que fortalecem uma contra- hegemonia tem criado um ambiente social

⁴⁴ Aqueles intelectuais cuja filiação teórica é materialista, histórica e dialética têm sido constantemente apontados com “dinossauros” pretensamente “superados” pelos acontecimentos históricos como crise do socialismo russo e pela “ascensão” do fator cultural como “motor” da sociedade. Para um aprofundamentos deste debate, ver EVANGELISTA (1997).

marcado por algumas expressões expoentes: uma certa (i)racionalidade teórica, uma descrença na transformação, uma desqualificação da política e uma fragmentação do sujeito.

Não obstante a existência de resistências e de contrapontos, o eco ideológico-político do capital é predominante, objetivando um momento da história em que a ideologia burguesa dirige e domina a sociedade *quase solitária*⁴⁵. Esta preponderância ocorre porque

[...] nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos [...] (MÉSZÁROS, 2004, p.58).

O controle da maioria dos organismos de organização da cultura, pelo capital, com destaque para a indústria cultural, mas também a escola e os partidos favorecem a hegemonia do pensamento burguês sobre a sociedade.

Assim, torna-se possível compreendermos por que, neste período da história, qualquer tipo de contra-discurso esteja em posição tão desprivilegiada em face do discurso comum. Qualquer saída para além dos “muros” do capital é interpretada como utopia, nostalgia ou saudosismo. Quando evidenciada, essa perspectiva é alvejada pelas exigências de praticabilidade e exequibilidade. A este respeito Mézaros aponta que

[...] a inevitável desvantagem posicional das ideologias críticas se manifestam em dois aspectos importantes, que afetam

⁴⁵ Embora a perspectiva capitalista esteja bastante fortalecida, é preciso demarcar a existência de focos de resistência em várias partes do mundo. A título de exemplo em recente número a Revista Caros Amigos de fevereiro de 2007 apresentou o avanço da esquerda na América Latina. No número 121 de abril do mesmo ano, trouxe como matéria principal “O que é ser de esquerda”, através da qual debateu a expressão de esquerda na arte, no direito, nos movimentos sociais e no judiciário dentre outras. Aliado a isto, no âmbito da organização política, iniciativas como “Via Campesina” e Forum Social Mundial podem ser entendidos como exemplos de uma confrontação de maior visibilidade ao capitalismo, muito embora sejam bastante heterogêneos dos pontos de vista ideológico e teórico. Além destes exemplos, em todo Brasil, podemos citar *locus* de oposição a ordem capitalista em níveis teóricos e políticos formados por intelectuais ligados aos interesses das classes subalternas. A realização do ciclo de conferências “O silêncio dos intelectuais”, organizado por pesquisadores dos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo; a trajetória da produção de autores como José Paulo Neto, Ricardo Antunes, Edmundo Dias, dentre outros, permite-nos afirmar que apesar dos avanços do projeto capitalista o segmento que compõe a perspectiva do trabalho não foi derrotado, e continua a suscitar o debate ideológico, político e econômico na direção de uma contra-hegemonia.

desfavoravelmente suas conceituações do sistema social negado e da possibilidade de intervenção significativa. Por um lado como reação contra a pressão de apresentar alternativas praticáveis- e a 'praticabilidade' é sempre definida, é claro, do ponto de vista dos interesses preponderantes-, elas tendem a assumir uma postura completamente *negativa* em relação as questões. Por outro, opondo à rede institucional dominante da ordem estabelecida- o odiado "sistema"-, frequentemente se recusam a vincular sua crítica à quaisquer estruturas institucionais específicas, atacando as *instituições como tais*, expondo-se, assim, a acusação de defender 'os impulsos do *individualismo anarquista*' [...] (MÉSZAROS,2004,p.233 Grifos do autor).

Concordamos com as análises de Mézárós (2004), tendo em vista que no âmbito da prática política, a batalha hegemônica tem tornado-se desfavorável para o trabalho. E na órbita da batalha de idéias, o cenário não é muito diferente. No cenário atual, na medida em que avança a ofensiva ideológica do capital, torna-se cada vez mais difícil um processo de politização da sociedade, na perspectiva de "clarear" o embate ideológico e cultural que se realiza atualmente.

Presenciamos, ao mesmo tempo, uma cultura de despolitização e uma despolitização da cultura. Em consonância com Caillé (1993) é possível estarmos experimentando, sob o capitalismo contemporâneo, um fenômeno de "esquecimento do fator político", e que todos os dias esse processo é difundido no tecido social. O autor refere-se a alguns intelectuais das ciências sociais, os quais têm divorciado-se do seu século; ou seja, têm demitido-se do compromisso de pensar seu tempo.

Consideramos que no momento presente, a ofensiva burguesa diante dos intelectuais do trabalho tende a contribuir para a assimilação e cooptação dos mesmos, o que concorre para que alguns sejam levados a "esquecer" a política em função de benefícios materiais ou de *status*. O esquecimento da política é uma modalidade de integração à ordem, processo pelo qual aqueles que ativa ou passivamente se integram ao *stablishment* afirmam que estaríamos vivendo um período de vazio, de interrogação política.

Nesse sentido, a crítica esboçada por Caillé (1993) vai na contramão daqueles que afirmam que a política e as relações de conflito são coisa do passado. O fato é que o esvaziamento da esfera política, é nesta conjuntura, um consenso absolutamente útil a um avanço da hegemonia cultural burguesa sobre a qual devemos opor-nos.

A conjuntura por nós assistida é radicalmente oposta àquela do Brasil de final dos anos 1970, na qual a sociedade civil se complexifica e encontra condições de rebelar-se contra o Regime Militar tendo em vista a socialização da política que ocorre neste mesmo período. Ou seja, a reorganização dos antigos partidos, o surgimento de novos partidos, uma variedade de movimentos sociais, a luta em torno da redemocratização e as forças progressistas que aglutina.

Se considerarmos essa fase da história brasileira, observamos um processo crescente de politização que se estende desde os finais de 1970 até final da década de 1980, donde a eleição de Fernando Collor de Melo é um definidor de tempo histórico, já que representou a chegada da burguesia ao poder pelas “mãos” do povo. Aliado a isto, adicione-se a frustração política de uma democratização que de fato não ocorreu, constituindo mais uma revolução passiva ou transição pelo alto, do que uma democratização política e econômica de fato.

Assim, passada a euforia política dos anos 1980 a conjuntura de 1990 iniciou-se, do ponto de vista político, caracterizando-se como uma fase desafiadora para movimentos, partidos e intelectuais do trabalho. Ou seja, a parca transição democrática brasileira, a ofensiva material e espiritual que vem dos países centrais para o cone sul, a financeirização da economia, a reversão da relação capital X trabalho mais desfavorável ao segundo. Assim, a ideologia neoliberal e o pós-modernismo se articulam para forjar nova sociabilidade, na qual os indivíduos tendem a negar seu pertencimento de classe, tendo em vista a criação de necessidades voltadas apenas para o consumo individual. Por meio deste movimento, institui-se a condição do cidadão consumidor (MOTA, 2000).

Diante da contra-reforma intelectual e moral que o capitalismo realiza e da criação de um ambiente ideológico-político que pressiona as forças sociais ligadas ao trabalho, como são influenciados os intelectuais do trabalho. Cumpre investigar os principais elementos que se configuram como determinantes da atuação destes sujeitos em tal cenário.

É o que nos propomos problematizar no item seguinte, considerando que a questão da complexificação do estrato dos intelectuais do trabalho está ligada a um movimento da massa dos simples.

2.2 Intelectuais do trabalho e a estratégia de hegemonia burguesa no contexto do capitalismo contemporâneo

Como demarcamos anteriormente, as transformações sistêmicas do capitalismo contemporâneo têm concorrido para forjar alterações na correlação de forças sociais, ao mesmo tempo em que têm reorganizado os contornos da disputa por hegemonia na sociedade, atingindo sobremaneira a função organizadora e dirigente desempenhada pelos intelectuais do trabalho, e sua vinculação às classes subalternas.

A ampliação da lógica mercantil na organização da cultura presente nos meios de comunicação; no avanço das relações estabelecidas através do “mundo virtual”⁴⁶, na supremacia da aparência, em detrimento da essência; e na atomização dos indivíduos são alguns dos elementos que propiciam mudanças na sociabilidade contemporânea.

Observamos como tendência crescente, a apropriação, pelo mercado, das relações sociais, de forma que a organização do trabalho e as necessidades de reprodução social dos indivíduos encontram-se cada vez mais atravessadas pela lógica mercantil, o que contribui para a geração de modos de ser e pensar sintonizados com o consumo.

No entanto, em uma relação inversamente proporcional ao avanço do consumo de mercadorias e do desenvolvimento da tecnologia é evidente a degradação das condições materiais de vida dos segmentos subalternos. Dessa forma, uma face explícita do avanço da forma mercadoria é o agravamento da questão social⁴⁷ nos meios rural e urbano brasileiros.

Do ponto de vista da reprodução social, a agudização da questão social leva as classes subalternas a serem esmagadas pelo desemprego estrutural, pela precarização do trabalho, pela exploração crescente e pela destituição de direitos

⁴⁶ De acordo com o Jornal da Cultura de 27 de fevereiro de 2008, no Brasil, existem 84 milhões de internautas, o que representa 80% dos navegadores de todo o mundo, estimados atualmente em cerca de 210 milhões de pessoas que acessam a Internet. Se o potencial de comunicação da Internet é assombroso também causa impactos a quantidade de informações e opiniões de caráter racista, sexista e facista que circulam pela rede mundial de computadores. Paradoxalmente, este também tem sido uma importante ferramenta para divulgação de idéias, articulação política e troca de informações de setores progressistas.

⁴⁷ Utilizamos a noção esboçada por Iamamoto (1998), para o esclarecimento da questão social, ou seja, “[...] esta é uma expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa da totalidade histórica concreta. IAMAMOTO (1998, p. 27).

sociais, diante da privatização do Estado pelo capital. Em tal contexto, estas classes encontra-se à própria sorte, ou dependendo da filantropia de grupos ou indivíduos orientados por uma tônica de “responsabilidade social” .

Este quadro regressivo nas condições de vida e reprodução das classes subalternas repercute em suas condições de enfrentamento político diante dos interesses burgueses.

A organização política dos trabalhadores vê-se impactada, dados os efeitos negativos que a reestruturação produtiva gerou, tais como desemprego, precarização das condições de trabalho, diminuição do contingente de trabalhadores formais e do número de sindicalizados etc.

Este quadro concorreu significativamente para uma diminuição da força do movimento sindical, a qual tem afetado a capacidade de resistência dos trabalhadores, reorganizando o equilíbrio de forças entre capital e trabalho. A insegurança no trabalho e a destituição de direitos sociais e trabalhistas possibilita o avanço da hegemonia burguesa não apenas no terreno material mas também no terreno político.

De um lado, observamos a demissão em massa de trabalhadores, a pressão dos patrões sobre os líderes sindicais e a repressão às greves. Estes têm ocorrido concomitante a iniciativas de premiação de trabalhadores por seu desempenho, de apelo ao “participacionismo” e ao “colaboracionismo” em uma conjugação de perfeita de coerção e consenso.

A conjugação da coerção e do consenso é fundamental para hegemonia, pois o equilíbrio de forças favorável ao capital passa, necessariamente, pelo enquadramento dos trabalhadores, de seus interesses e de suas lideranças políticas. Da fábrica, a idéia da colaboração transclassista transcende para a sociedade em geral, e é bastante funcional para amortecer os conflitos entre capital e trabalho.

Um dos consensos observados atualmente é que não há mais sentido falar de luta de classes, mas de interesses de segmentos, minorias, grupos de interesse. Nesse sentido, as classes sociais e os conflitos que lhe são inerentes são substituídos pela luta de movimentos sociais localizados e particularizados. O trânsito que ocorre, sem mediações, da classe social para o movimento social, tem contribuído para aumentar a dificuldade de articular demandas e lutas particulares

às determinações impostas pela divisão de classes. Ou seja, a articulação entre as demandas singulares e as determinações de classe possibilita unificar e fortalecer interesses particulares na mesma proporção que generaliza e fortalece a luta política.

Dessa forma, a perda do sentido dos antagonismos de classe concorre para a reatualização do corporativismo e economicismo, porque a “ausência” do pertencimento de classe torna os indivíduos flutuantes, e reforça a noção de igualdade jurídica tão cara aos liberais, e necessária nestes tempos de fetichização da sociedade.

A plataforma de luta ampla é substituída pelas demandas cada vez mais singulares. Paradoxalmente, os movimentos sociais, na medida em que avançam em suas reivindicações, tendem a descartar o elemento genérico unificador, que é o corte classista. Assim, tem sido uma recorrência que as lutas étnicas, de gênero, de geração, ambientais etc estejam, geralmente, voltadas para suas particularidades, e tenham abandonado a perspectiva de totalidade social.

Diante do Estado, do capital e da sociedade em geral, essa pulverização de interesses contribui para gerar um ambiente social cultural e político de indefinição, no qual a desigualdade econômica deixa de ser uma questão estrutural e passa a ser um problema de indivíduos menos competentes.

Aliado a isto se fortalece o consenso de que não são mais necessárias grandes organizações e dirigentes para organizar e representar as classes ou seus segmentos. Antes, necessita-se de articuladores de interesses e de *lobbys*. Esta fragmentação ideológica captura, pela força e pelo consentimento, os movimentos classistas tradicionais e os chamados novos movimentos sociais. Ambos são convidados pelo Estado e pelo capital a gerir a crise numa relação de parceria. Assim, são partícipes das ações do Estado na execução de programas e ações sociais com recursos públicos na perspectiva da capacitação profissional, do “emponderamento” de jovens e mulheres, na geração de renda etc.

Dentre as estratégias de enquadramento da sociedade pelo capital a colaboração entre Estado, mercado e sociedade tem sido uma saída muito eficaz tanto na criação de consensos quanto na neutralização dos antagonismos. A agenda dos movimentos, subvertida e despolitizada, passa a ser capturada dentro do Estado e pela “ação social do mercado”, o que, em nossa concepção, tem sido o golpe mais

duro que o capital tem dado nas lutas populares e no projeto contra-hegemônico, dado o caráter fetichizado que este fenômeno apresenta.

De forma contraditória, não são os interesses dos trabalhadores que têm sido respondidos com o financiamento de ações e programas, mas os interesses do capital, que para serem amplamente assegurados passam pela obtenção de consenso e pelo apoio de amplos segmentos da sociedade. Os vestígios de conteúdo e discurso popular nas ações sociais escondem a direção e o projeto que está sendo realizado por alguns segmentos do trabalho para o fortalecimento do capital.

De maneira bastante sutil, a hegemonia burguesa ocorre, utilizando como estratégia a apropriação das demandas dos trabalhadores e invertendo seu conteúdo e significado⁴⁸. Nesta ciranda, a incorporação de algumas bandeiras históricas de luta dos trabalhadores pelo capital contribui para adequar reivindicações populares ao ordenamento burguês, seduzindo setores do trabalho com a ilusão de que as conquistas estão sendo obtidas através de pactos sociais, sem a ocorrência de maiores conflitos. Um dos resultados deste empreendimento é a conquista da adesão voluntária dos setores de oposição ao capital, de maneira que a atuação dos intelectuais do capital tem sido bastante hábil na tarefa de convencer a sociedade da importância de sua participação no “progresso”.

Na particularidade do meio rural brasileiro, as demandas dos trabalhadores rurais são assimiladas e incorporadas de modo invertido pelo Estado, de forma que a demanda por reforma agrária tem sido respondida, predominantemente, através de desapropriações de terras, de proliferação de assentamentos sem condições de permanência, de programas de assistência técnica descontínuos e de programas de transferência de renda como vitrine exitosa do governo federal.

É, portanto, nos meandros da disputa por hegemonia através, da criação de consensos, que situamos os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho e sua relação com as classes, especialmente, no que tange às estratégias que vêm sendo construídas pelos intelectuais do capital, na perspectiva da hegemonia burguesa. Dessa forma, esvaziar o conteúdo dos antagonismos de classes e

⁴⁸ AMARAL (2001; 2002) nos fornece uma análise da atualização das práticas sindicais frente à ofensiva capitalista. A autora problematiza a incorporação, pelos trabalhadores e suas representações, de interesses que não lhes são próprios, e a consequente adesão voluntária dos movimentos à ordem vigente.

germinar o consenso em torno da colaboração transclassista são componentes da reforma intelectual e moral em curso. A competência dos intelectuais do capital na direção do projeto capitalista tem contribuído, inclusive, para conseguir a adesão de alguns dos intelectuais do trabalho.

A reforma intelectual de nossos tempos incide na atuação dos intelectuais do trabalho e no desenvolvimento da função dirigente e organizadora que estes desempenharam historicamente na contra-hegemonia. Os mecanismos burgueses de criação de consenso tornam imprescindíveis a inversão da ordem das coisas; ou seja, subtração das classes do cenário conflitante, criando as condições ideológicas para fazer “sumir” também a figura do intelectual do trabalho, organizador e dirigente de uma classe, e desqualificar sua função política.

Um dado substantivo a este respeito é a propagação da idéia de que estaríamos experimentando uma “crise dos intelectuais” ou “extinção do intelectual”. Os organizadores deste novo consenso argumentam que tendo em vista um novo contexto econômico e as mudanças na sociedade, surge um novo papel para os intelectuais: este se constitui em um tradutor ou como aquele que estabelece pontes entre diversos códigos (COELHO, 2004; SILVA, 2004).

Um elemento interessante acerca da criação destes consensos é influência que intelectuais europeus têm obtido historicamente nos intelectuais e na cultura brasileira. No caso da tese da crise e do fim do intelectual, foi possível perceber que autores como Coelho (2004) e Silva (2004), ambos de origem portuguesa, têm contribuído para difundir esta argumentação, sobretudo, na academia.

Diante de tais assertivas, podemos compreender como intelectuais de outros países podem influenciar e dirigir outros intelectuais. A mundialização da economia se articula à disseminação de idéias, discursos e práticas, e em tal processo, visões de mundo e modismos teóricos do tipo eurocêntricos são facilmente absorvidos na produção de conhecimento brasileira, sem uma análise mais detalhada de forma simplista e mimética, realçando a subordinação não apenas econômica mas também teórica dos países periféricos⁴⁹.

⁴⁹ Autores europeus como Boaventura de Souza Santos, P. Pierre Bourdieu, Mafesoli têm influenciado amplamente a cultura brasileira, especialmente na pós-graduação. Em visita realizada ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), coordenado pelo professor Boaventura Santos, foi possível constatar um número significativo de estudantes brasileiros que têm seus estudos de mestrado e doutorado orientados pelo referido professor. Este, na última década, tornou-se uma das maiores referências teóricas e políticas nos países do Cone Sul especialmente no

Afirmar a extinção da função hegemônica do intelectual é um instrumento ideológico eficaz no fortalecimento do consenso em torno da existência de uma sociedade não dividida em classes, mas como aglomerado homogêneo de grupos com interesses comuns, onde a “democracia” e a “cidadania” são horizontes almejados indistintamente por todos.

Assim, é possível compreender a ofensiva sutil direcionada a pôr em questão a atuação política dos intelectuais, diante de um contexto de luta por hegemonia. A ofensiva contra a resistência das classes subalternas também ocorre quando seus intelectuais são atacados, inclusive no plano ideológico. E desta forma, a passivização das classes subalternas é acelerada na medida em que seus intelectuais são molecularmente conformados e desarticulados.

A negação da função hegemônica dos intelectuais não é algo novo. E no momento, constitui-se como polêmica que se atualiza diante da ofensiva do capital sobre a sociedade, e é também parte das estratégias de hegemonia da ordem burguesa, diante das classes subalternas. Portanto, a atuação do intelectual e sua função política é um tema persistente que atravessa a história da sociedade moderna.

Partimos do pressuposto que as novas formas de organização do capital contemporâneo realizam uma reforma intelectual e moral conservadora. E este processo pode ser considerado um dos determinantes da atuação dos intelectuais trabalho, articulados a uma perspectiva da contra-hegemonia.

A atuação dos intelectuais nos processos de hegemonia é um tema clássico, polêmico, analisado através de diferentes perspectivas, e que não encontrou consenso. Nesse sentido, embora o tema seja amplamente discutido o mesmo não foi esgotado. Assim, alguns autores nos oferecem substanciais elementos para reflexão e análise, pois, quanto ao tema dos intelectuais, “[...] se repitamo-lo, a problemática não é nova, e não deixa por isso de ser certo que as questões se (re)põem em termos relativamente novos, tendo em conta as mutações ocorridas no período histórico em curso” (CASANOVA, 1976, p. 10).

É, portanto, no quadro das mutações históricas recentes, dentre as quais destacamos a mundialização da economia, a financeirização do capital, e as

Brasil. Além disto, sua articulação aos movimentos sociais e sua participação na realização do Fórum Social Mundial tem tornado-o uma forte influência teórica para movimentos sociais em diversas partes do mundo. Este debate será melhor desenvolvido no capítulo quatro.

disputas político-ideológicas no âmbito da hegemonia, que a atuação dos intelectuais se repõe e apresenta novas nuances, novas tendências, novas determinações e mediações no Brasil e no mundo.

Ao longo do século XX, pensadores de distintas vertentes teóricas tematizaram a questão dos intelectuais e sua função na sociedade. O debate esteve balizado essencialmente por, Marx, Gramsci, Mills, Bobbio, Mannheim, Sartre, Chomsky, Lowy entre outros. Malgradas as diferenças teórico-políticas entre estes pensadores, é elemento consensual a legitimidade política alcançada pelos intelectuais na sociedade moderna.

Para além das divergências, torna-se explícito que a problematização da atuação dos intelectuais é tema atual que continua a suscitar polêmicas teóricas e políticas, e que põem em diálogo diferentes concepções teóricas e, em última instância, atualiza o debate entre os projetos societários.

Podemos afirmar que, no transcorrer dos últimos dois séculos o atuação desses sujeitos esteve polarizada por várias perspectivas, donde a tradição deixada por Gramsci constituiu uma das principais referências, mas não a única.

Tem sido comum o entendimento do tema dos intelectuais como análise de uma classe política constituída de um grupo de elite tal como reivindicaram MOSCA & PARETO⁵⁰, ou como a questão dos filósofos na perspectiva de elevação e educação da polis, analisada em “A Republica de Platão”; ou como a existência de um grupo ligado ao Estado e constituído por uma aristocracia, como afirmara Hegel; e, por fim, análises que identificam o intelectual como expressão da luta de classes, conforme afirmara Gramsci. Iniciemos pois, a jornada de análise do fenómeno histórico dos intelectuais através da crítica metodológica das idéias existentes.

No decorrer no século XX, no Brasil e no mundo, este debate foi realçado inúmeras vezes. Nos anos 1920 o texto de Benda (1927) “*La Trahison des clercs*”⁵¹ localiza o intelectual como guardião da cultura superior e dos valores universais, criticando aqueles que se integram à esfera da política ou da contestação. Para Benda, a postura passional dos intelectuais torna-se traidora da cultura superior quando imbricados ao mundo da política, já que passam a estar orientados pela

⁵⁰ Nos referimos aqui a crítica que Gramsci tece estes autores no que concerne à concepção de intelectual-elite. Para compreender os termos deste debate conferir Gramsci (2004b).

⁵¹ Gramsci (2004b) identifica a análise de Benda à de Benedetto Croce, indicando que ambos abstraem a situação de classe dos intelectuais e suas funções.

preocupação com objetivo, pelo desprezo do argumento e pela sede do resultado imediato. Nesse sentido, a perspectiva de Benda nega, para os intelectuais, a possibilidade de atuação política.

A partir dos anos 1930, uma das interpretações de relevo é a de Mannheim (1968) e sua noção de intelectuais no âmbito da sociologia do conhecimento. Mannheim vai apontar a figura do intelectual como sujeito ou grupo social cujo dever é tornar-se porta-voz de tal ou qual classe social. Ou ainda, aquele que tem a predestinação de tornar-se o advogado dos interesses espirituais do conjunto da sociedade. Nesta linha de raciocínio, para Mannheim seriam os intelectuais um grupo “livremente flutuante”, considerada a importância da “autonomia” destes face às classes fundamentais.

Mannheim (1968) a respeito da *intelligentsia*⁵² questiona: “[...]como devemos conceber os portadores sociais e políticos de qualquer síntese existente? Que interesse político irá assumir o problema da síntese e quem se empenhará em realizá-la na sociedade?” Na elaboração de resposta às suas indagações, o autor assinala que são os intelectuais um estrato desamarrado, relativamente sem classe e socialmente desvinculado, acrescentando ainda que teriam tais sujeitos uma “missão” cujo papel seria o de “vigia”. Afirma também o autor que na condição de portadores de capacidade de síntese, a *intelligentsia* apenas

[...] pode desempenhar sua função não estando numa situação demasiado firme. Em suas palavras a síntese não virá provavelmente a ser desenvolvida por uma classe que ocupe uma posição intermediária, mas por um estrato relativamente firme. O estudo da história, com referência a esta questão, fornecerá uma sugestão bastante fecunda [...] (MANNHEIM,1968, p.108).

Os argumentos levantados por Mannheim (1968) quanto à situação relativamente firme dos intelectuais estão baseados em sua visão acerca da vida moderna, que em suas palavras, a fluidez é uma das marcas mais acentuadas do espírito moderno. Portanto, o mundo moderno já não se baseia na autoridade de um clero, mas se apresenta como sendo dinâmico, elástico e constantemente em

⁵² De acordo com Alain Besaçon a origem do termo *intelligentsia* é alemã (*intelligenz*), mas este é um conceito idealizado inicialmente pelos estudiosos polacos. Porém, são os russos os responsáveis pelo alcance mundial que o conceito conquistou. BESANÇON, Alain. As origens intelectuais do leninismo (tradução Miguel Sebras Pereira) Lisboa, CIA Editora, coleção enciclopédia Universitária 6, capítulo VI. 1979.

estado de fluidez (MANNHEIM, 1968). Salientamos que o referido autor desenvolve uma crítica à análise da questão dos intelectuais e que não considera a questão das classes como fundamento. Ou seja, “[...] uma sociologia orientada apenas para a referência a classes sócio-econômicas jamais compreenderá adequadamente este fenômeno” (p.108). A concepção de Mannheim quanto à posição dos intelectuais nos remete a uma idéia de uma elite, que possui a capacidade de resumir em si os interesses presentes na sociedade. Por seu turno, a noção intelectual-elite em Mannheim aponta um movimento de aproximação e continuidade da tradição iniciada por MOSCA & PARETTO.

Assim, diante das assertivas de Mannheim (1968) esboçamos as seguintes questões: os intelectuais realmente obteriam o privilégio de gozar de uma autonomia absoluta na sociedade? Isto seria possível em uma sociedade cujas determinações de classes são tão acentuadas? Diferentemente de Mannheim cremos ser a existência dos intelectuais uma expressão de interesses divergentes que necessitam de sujeitos com função política, dirigentes e organizadores da hegemonia de uma classe. E, tendo em vista este fundamento, negamos a assertiva de que os intelectuais sejam neutros diante das forças fundamentais da sociedade, já que são estas forças motrizes que determinam a posição dos intelectuais.

Isto nos sugere também que a autonomia absoluta proposta por este autor não passa de uma ilusão, pois a autonomia do intelectual também é determinada pela vinculação deste à classe que representa.

Nos anos que seguem o pós II Guerra, Jean-Paul Sartre vem ser também uma referência para a análise do problema do intelectual, polarizando o debate e aprofundando a polêmica. O autor realiza um chamamento aos intelectuais de sua época, ao *engagement*, ou seja, ao engajamento ou ao compromisso político. Para Sartre (1970), não poderia o intelectual, o “teórico do saber prático”, ficar indiferente face aos embates políticos de seu tempo. Simpatizante da revolução cultural na China, em Cuba e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e crítico do capitalismo e da ofensiva bélica americana ao Vietnã, como pensador e homem político, Sartre afirmara que “[...] o escritor situa-se em sua época: cada palavra tem repercussões. E cada silêncio também” (SARTRE, 1970, p.01).

Apesar de sua inscrição em uma tradição existencialista, que desconsidera as determinações das relações de produção, ou seja, negligencia uma perspectiva materialista e histórica da sociedade, Sartre revela-se um dos importantes críticos da responsabilidade política do intelectual, e contribui para a afirmação de uma tradição de intelectuais com vida política ativa, ou como homens que pensam seu tempo. No entanto, apesar dos avanços de ordem política Sartre não considera o intelectual em sua relação com os grupos fundamentais. Assim, do ponto de vista metodológico reitera a posição do intelectual “solitário”, ou seja, desvinculado de uma classe, muito embora comprometido politicamente com seu tempo.

Na mesma perspectiva política de Sartre, Noam Chomsky, lingüista americano, exerce forte influência no pensamento político de esquerda a partir dos anos 1950. Com seu texto “A responsabilidade do intelectual” na conjuntura que marca a invasão estadunidense ao Vietnã, denuncia Chomsky que a realização desta ofensiva bélica tenha ocorrido com a conivência e tolerância da sociedade estadunidense, inclusive dos intelectuais, seja pela aceitação explícita, seja pelo silêncio. Um dos momentos mais significativos de sua trajetória é quando reitera que a responsabilidade do intelectual é falar a verdade e denunciar a mentira. O argumento de Chomsky está assentado no lugar privilegiado que ocupa o intelectual na sociedade, principalmente, aqueles do mundo ocidental. Ou seja,

[...] pelo que toca a responsabilidade dos intelectuais, ainda se levantam outras questões igualmente instantes, pois a posição de que desfrutam permite-lhes denunciar os embustes do governos, analisar as ações, de acordo com as suas causas e motivos, e muitas vezes as intenções ocultas que lhes são inerentes. No mundo ocidental, pelo menos, os intelectuais têm a possibilidade, que lhes advém da liberdade política, do acesso à informação e da livre expressão [...] (CHOMSKY, 1968, p. 8-9).

A posição política de Chomsky torna-se referência para as gerações de críticos que se sucederam, de forma que passa a ser reconhecido por Jacoby (1990) como um dos últimos intelectuais de sua geração, empenhado na tarefa de formação da opinião pública através da denúncia.

Não podemos falar das concepções acerca do intelectual passando ao largo das contribuições de Norberto Bobbio. Com o objetivo de descrever a situação histórica do papel dos intelectuais, e ao tentar definir para os mesmos uma atitude ética, Bobbio (1999) se debruça especialmente nas ilusões e auto-representações

destes sujeitos. Em sua perspectiva, apenas o intelectual livre estaria capacitado para elaborar sínteses e considerações globais e totais sobre a sociedade.

Nesta perspectiva, reivindica a herança do liberalismo em defesa da liberdade individual dos sujeitos, e neste caso, para o intelectual. Direciona sua crítica aos intelectuais do Partido Comunista Italiano, sobretudo no que diz respeito a relação entre a liberdade política e cultural reivindicada para o intelectual. Em contraposição a Bobbio afirma Togliatti⁵³ que não pode haver liberdade política ou cultural para todos os homens enquanto não houver a liberdade econômica, aspecto que atinge todos os homens, inclusive os intelectuais. Nesse sentido, o polêmico debate que se trava entre Bobbio e alguns dirigentes do partido comunista italiano, a exemplo de Togliatti pode ser assim expresso:

[...] trata-se, talvez de uma disputa de hegemonia da direção dos destinos políticos da esquerda italiana. A crítica se destina ao intelectual como 'quadro' do partido. O artigo [de Bobbio] se dedica a construir uma tipologia da ação desenvolvida por estes no cenário político. Novamente se põe como pano de fundo a relação entre intelectuais e política [...] (BASTOS; REGO, 1999, p. 34).

O que fica subjacente à análise esboçada por Bobbio (1999) é a distinção e separação de duas esferas: a do pensar e a do agir. Desta forma, o intelectual seria alguém que não realiza, mas reflete sobre coisas, que maneja símbolos, e cujos instrumentos de trabalho são as idéias. De tal forma Bobbio reivindica a possibilidade de estar o intelectual "livre" das ideologias, e assim pode elaborar melhor as sínteses às quais se propõe, e que são sua razão de existir. Podemos compreender que os argumentos utilizados por Bobbio situam-no no universo do idealismo, na medida em que o intelectual não age na realidade, mas apenas reflete sobre ela sem necessariamente atuar na perspectiva de enfrentar os problemas da organização material e política da vida de homens e mulheres.

Não obstante à existência de elementos importantes nas análises dos autores com os quais discutimos, podemos identificar a predominância de um certo politicismo, que mesmo adensando a reflexão e a politização, subtraem o componente efetivo da atuação política do intelectual, sem o qual este torna-se

⁵³ Em 1954, Bobbio, militante do Partido Socialista Italiano, escreve um texto provocador em relação às posições assumidas pelos intelectuais frente a política. Entre os anos de 1954-55 Bobbio polemiza com os militantes do PCI, sobretudo com Gaetano Della Volpe e Palmiro Togliatti, criticando o intelectual comunista como "quadros" do partido. O artigo constrói uma tipologia da ação desenvolvida por estes intelectuais, reacendendo a polêmica entre intelectuais e política na Itália da década de 1950 (BASTOS; REGO, 1999).

apenas “oráculo” e deixa de ser sujeito concreto das relações sociais e agente da hegemonia de classe.

Nesse sentido, essas posições podem ser contra argumentadas com a perspectiva de totalidade através da qual Gramsci no conjunto de sua obra desenvolve a problemática do intelectual de maneira que historicidade, materialidade e ação política são componentes substantivos. Além destes fatores, vale ressaltar que as análises Gramsci⁵⁴ partem não apenas de sua atuação como analista crítico da sociedade de seu tempo, mas sobretudo, da ação que desenvolve na perspectiva da contra-hegemonia das classes subalternas, ao travar uma batalha cultural e política com outros intelectuais.

Apesar da análise do tema dos intelectuais ter sido divulgada através das edições dos Cadernos do Cárcere, é possível observar que esta problemática está presente na vida de Gramsci muito antes da sua prisão. Apresenta-se prematuramente nas edições do Jornal L'ordine Nuovo, revista semanal de cultura socialista, da qual Antonio Gramsci foi redator e escritor entre os anos de 1919-1925.

De forma indireta, o tema aparece de maneira difusa já a partir dos anos de 1921, diluído nos debates acerca do partido, da situação das classes subalternas na Itália e na Rússia e da atuação dos sindicatos operários. A partir deste período torna-se um tema recorrente no referido jornal, tendo em vista as polêmicas teóricas e políticas da época, sobretudo, os debates entre socialistas e social-democratas.

A atuação política e teórica de Lênin, na Rússia, também influencia Gramsci nas elaborações sobre a função dirigente dos intelectuais, momento no qual descreve o dirigente russo como alguém que “[...] *lavorava contemporaneamente come primo teorico de suoi tendenza, come redatore del giornale, come organizzatore e oradore infaticato*”⁵⁵. Em uma carta enviada a Tatiana Schucht, logo após sua prisão, Gramsci explicita que pretende fazer um estudo aprofundado do

⁵⁴ Não nos referimos à apenas uma obra específica de Antonio Gramsci, mas ao ao conjunto de sua obra.

⁵⁵ A tradução deste trecho é a seguinte: “trabalhava contemporaneamente como primeiro teórico de sua tendência, como redator do jornal, como organizador e orador incansável”. Através de um levantamento por nós realizado na Fondazione Instituto Gramsci, em outubro de 2006, investigamos como o tema dos intelectuais se apresenta nos jornais L'ordine Nuovo entre 1919-1925. Este levantamento encontra-se sistematizado em SILVA (2006).

tema dos intelectuais. E a partir de 1927, este tema compõe definitivamente o plano de estudos dos Cadernos do Cárcere.

Portanto, é a partir da história italiana durante “*il Risorgimento italiano*” que se encontra o cenário através do qual o pensador sardo aprofunda a análise da função dos intelectuais nos processos políticos. Ou seja, a partir do processo de unificação italiana, Gramsci define a existência de dois tipos de intelectuais: o tradicional e o orgânico. Na atuação dos intelectuais tradicionais, sobretudo clérigos, é observada a tendência destes na defesa da permanência das estruturas históricas tradicionais, principalmente o latifúndio. Os intelectuais tradicionais são uma categoria preexistente às mudanças nas diferentes formações sociais cujo traço mais comum é uma ininterrupta continuidade histórica. Para Gramsci estes intelectuais, recorrentemente, põem-se como autônomos e independentes aos interesses de classe.

Neste mesmo processo, o embate ideológico e político entre o Partido da Ação e Moderados, na Itália, também concedeu elementos de reflexão para o estudo da atuação dos intelectuais, e sua vinculação com as classes, na perspectiva da contra-hegemonia. Na situação estudada por Gramsci, o Partido da Ação teria a possibilidade de hegemonia, mas faltava-lhe um projeto e uma direção política consistente, o que contribuiu para que fosse absorvido e derrotado pelos Moderados, implicando a derrota política das classes subalternas.

Observa Gramsci, que no caso italiano, o bloco intelectual do Partido da Ação foi gradualmente absorvido pela elite, num movimento molecular de transformismo, através do qual foi distanciando-se dos interesses das classes subalternas ao apresentar tendências à moderação. Este processo de assimilação ou cooptação do intelectual possibilita que os segmentos dominantes consigam impor, além da dominação, a sua direção e projeto, pois a crítica de oposição é gradualmente enfraquecida.

Também na análise dos “Temas da Questão Meridional” Gramsci (1987) destaca a relevância do papel do intelectual na agregação de um bloco histórico, de uma vontade coletiva, ou seja, de uma hegemonia. Aponta que os intelectuais são um ponto de sutura entre estrutura e superestrutura; ou ainda armadura flexível, mas resistente do bloco *histórico*⁵⁶ (1987). Para Gramsci, o bloco histórico refere-se à

⁵⁶ grifo nosso.

possibilidade de constituição de conquista de hegemonia através da criação de uma nova formação social. Dessa forma, no conjunto que compõe o bloco histórico, estão inscritos todo o conjunto complexo e contraditório das superestruturas e de suas determinações, geradas a partir das relações de produção. Dentre elas, estão o Estado, o partido e os intelectuais.

Ao analisar o avanço das forças produtivas e a hegemonia material do capital, Gramsci observa que o capitalismo moderno gera um tipo novo de intelectual, diferente do tradicional. Em suas elaborações os intelectuais de tipo orgânico são diferentes dos tradicionais, pois emergem como necessidade histórica dos setores burgueses em ascensão, que criam seus próprios intelectuais, para agregar um bloco cultural que lhe seja favorável. Ou seja,

[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função. Na apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2004b, p.15).

Diferentemente dos intelectuais tradicionais que atravessam a história das estruturas sócio-econômicas, o intelectual de tipo orgânico se configura como necessidade histórica de uma classe que, para consolidar-se, faz gerar seu próprio exército.

Portanto, é através da análise gramsciana que analisaremos o fenômeno histórico dos intelectuais, por compreendermos que dentre os autores que destacamos anteriormente, é o pensador sardo que mais destacou a dimensão política e as relações de classes que envolvem a função desempenhada pelos intelectuais, seja à serviço do capital, seja do trabalho. Em nossa perspectiva, as noções de elite, de filósofo, de classe política e grupo flutuante não explicam o fenômeno do intelectual, de forma que ao relacionar o intelectual no âmbito das relações de classes, enriquece-se e complexifica-se o fenômeno, além de dotá-lo de historicidade.

Os argumentos de Gramsci (2004b) se diferenciam dos demais autores ou perspectivas porque, ao invés de afirmarem a neutralidade do intelectual, realiza uma crítica contundente, reiterando a impossibilidade de um intelectual permanecer

em uma posição acima ou ao largo dos interesses de classe, já que é por estes influenciado.

Alguns dos autores com os quais dialogamos fazem referência a figura do intelectual engajado, para o qual a dimensão política é uma das determinações importantes no desenvolvimento do processo histórico, mas não a única dado que é na esfera produtiva que as relações são geradas, e nela podem ser alteradas. A perspectiva política necessita de um fundamento econômico sem o qual não se constitui um projeto de sociedade global.

Através da análise da dimensão política subjacente à função do intelectual, é possível compreendê-lo como um sujeito com capacidade dirigente e técnica, organizador de massa e homem de confiança, de maneira que sua função é criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe ou, pelo menos, de escolher os prepostos (GRAMSCI, 2004b, p.15). Ou seja, em consonância com a perspectiva de Gramsci, entendemos que os intelectuais são sujeitos que subsidiam os grupos, dando-lhes, “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 1989, p.03). Não obstante, estes sujeitos,

[...] além da atividade técnica propriamente dita, executa um trabalho organizativo e articulador das ‘massas’ aos grupos sociais a que se encontram ligados; atividade essa que orienta para criação de condições favoráveis ao domínio dessa classe [...] (GRAMSCI 1989, p.88).

Assim sendo, o grau de organicidade dos intelectuais em relação às classes subalternas varia em função de como estes têm “[...] elaborado e tornado coerentes os princípios e problemas que aquelas massas colocavam como a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social [...]”. (GRAMSCI, 1989, p.18)

Firmando-os na ótica proposta por Gramsci, para entendermos os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, é possível assinalarmos que estes sujeitos não estão acima, nem neutros em relação às classes e seus projetos, mas encontram-se em meio à luta pela hegemonia. E por isso, as disputas que pairam no conjunto da sociedade refletem-se em sua prática e seu pensamento⁵⁷.

⁵⁷ A título de ilustração, temas como sociedade civil, crise e pós-modernidade têm mobilizado grupos de intelectuais a um embate de idéias que, longe de representar “querelas” pessoais, indicam a

Esses argumentos nos possibilitam-nos afirmar que embora autores do porte de Mannheim, Bobbio e Benda dentre outros, tenham dedicado-se à análise da problemática do intelectual e contribuído para imprimir importância ao fenômeno, a forma através da qual problematizam a necessidade da autonomia absoluta, da neutralidade política e da defesa da cultura superior do intelectual destitui o caráter eminentemente político da intervenção destes sujeitos e desistoricizam os elementos materiais e espirituais que determinam este fenômeno, ou seja, a determinação de classe social.

Ora, chamamos a atenção para a forma como as mudanças materiais e subjetivas contemporâneas reordenam o fenômeno histórico dos intelectuais. É, portanto, em face dos novos termos que constituem a hegemonia sob o capital contemporâneo, que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho é modificada e sofre novas inflexões. Que, como veremos adiante impactam elementos como sua formação, sua constituição, bem como sua relação com classes subalternas.

2.3 Formação, constituição e projeto dos intelectuais do trabalho no contexto da hegemonia

Entender os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho na contemporaneidade requer a análise de alguns dos elementos que delineiam o fenômeno histórico dos intelectuais, tais como formação e constituição, e sua vinculação aos projetos de sociedade.

A questão da formação dos intelectuais está ligada às condições históricas gerais, principalmente, ao contexto no qual se inscreve a classe social à qual estes vinculam. Isto posto, no que concerne à formação do intelectual do trabalho podemos precisar que este é um processo longo, árduo, marcado por contradições,

existência de projetos de sociedade opostos que têm, na difusão de idéias, um momento privilegiado. A disputa das mentes e dos corações de grandes parcelas da sociedade, ao longo da história, possibilitou a criação de consensos necessários à hegemonia capitalista. Nesse sentido, o “serviço” de hegemonia prestado pelos intelectuais é vital para o capital e também para o trabalho, pois são estes sujeitos agentes difusores de cultura e dirigentes políticos.

avanços, recuos, debandadas e reagrupamentos, e objeto de disputa pelas classes fundamentais⁵⁸.

Na formação e constituição do intelectual, os vínculos que estabelece com as classes e seus interesses contribuem para sua posição em relação aos projetos em disputa na sociedade. Isto quer dizer que o processo formativo dos intelectuais do trabalho é determinado pela relação intelectuais-massa, já que,

[...] o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova amplitude e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo ao da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados [...] (GRAMSCI, 2004a, p, 104-105.).

Antes de apresentarmos as características relativas à formação dos intelectuais, faz-se necessário especificarmos a quais intelectuais estamos nos referindo. Para efeito deste estudo, compreendemos como intelectuais do trabalho os assessores de ONG, que realizam atividades de acompanhamento (assessoria) nos assentamentos rurais de reforma agrária do RN. Os intelectuais do trabalho podem ser assim denominados, tendo em vista a perspectiva de apoiar e contribuir para a organização e o fortalecimento dos trabalhadores rurais e seus movimentos quando estes ainda não se encontram em condições de organização autônoma. Nesse sentido, os intelectuais do trabalho, mesmo não sendo dirigentes⁵⁹ e representantes orgânicos dos movimentos sociais, desempenham tarefa relevante no fortalecimento na luta dos trabalhadores, em geral e em particular, na luta dos

⁵⁸ Nesse sentido, o jovem Gramsci, já em 1921, na edição de número 233 do *Semanário L'ordine Nuovo*, destaca a importância dos intelectuais para os setores da burguesia industrial e proprietária de terra na Itália de seu tempo, atestando que, para o fortalecimento da economia capitalista os intelectuais são tão importantes quanto as máquinas e as ferrovias.

⁵⁹ Para uma delimitação do entendimento do termo “intelectual do trabalho” tomamos como referência a análise gramsciana pela qual os intelectuais desempenham função organizativa e dirigente junto às classes fundamentais. Entretanto, não objetivamos fazer uma transposição mecânica da categoria, sem antes demarcarmos o contexto no qual se insere o objeto de investigação. Recorremos a alguns estudos para auxiliarnos na empreitada da elaboração conceitual. Assim, encontramos na pesquisa de Souza (1999) uma demarcação de diferenciações entre intelectuais e dirigentes; ou seja, para o autor dirigentes são representantes orgânicos das organizações populares já os intelectuais em seu entender são assessores, técnicos, agentes de instituições sociais de apoio às organizações populares. No estudo de Amaral (2005) observamos que a autora se refere aos dirigentes e assessores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical como intelectuais.

trabalhadores rurais pela reforma agrária. Podemos inferir ainda que estes intelectuais encontram-se vinculados aos interesses econômicos e políticos dos trabalhadores rurais, e atuam na defesa e no apoio a tais interesses.

Através da pesquisa de campo, foi possível observar que a origem de classe não determinou imediatamente uma vinculação dos intelectuais do trabalho aos interesses das classes subalternas, mas se constituiu como um elemento que contribuiu para que a formação e a constituição dos mesmos fosse conduzida na direção dos interesses daquelas classes e seu projeto ideológico-político. Neste caso, predomina entre os entrevistados uma origem nas classes subalternas que posteriormente, contribui para sua inserção em movimentos sociais e partidos de esquerda, bem como para o fortalecimento de demandas originárias da classe na qual se situam tais como a reforma agrária.

De forma geral, os intelectuais, no que se refere à sua formação e dada a sua particularidade no conjunto das relações sociais, representam um segmento que, por sua própria natureza e função histórica, desenvolvem-se muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social. Por este motivo, é estratégico para setores dominantes assimilar intelectuais do grupo opositor, já que estes possibilitam constituir o domínio e a direção dos grupos aos quais se vinculam⁶⁰.

A formação de intelectuais, sobretudo para as classes subalternas, é uma tarefa que exige a superação de inúmeras dificuldades, considerando que os setores burgueses têm ao seu serviço quase todos os mecanismos de organização da cultura. Isto lhes possibilita elaborar e formar um número maior de intelectuais. Com isso, os setores dominantes encontram mais possibilidades de formar camadas intelectuais e ainda assimilar para si grupos de intelectuais dos setores subalternos.

Para as classes subalternas, formar intelectuais orgânicos é um processo desafiador, já que estas necessitam, de intelectuais em sentido amplo. No que tange a formação deste segmento ressalta Gramsci que

⁶⁰ Netto; Braz (2006) destacam o tratamento de excelência dispensado pelas grandes potências a intelectuais e cientistas de várias partes do mundo. A partir dos anos de 1970 ocorre um fluxo migratório de trabalhadores superespecializados, ou seja, cerca de 500.000 cientistas migram da Ásia, África e América Latina para países do Norte e de cada 11.000 cientistas incorporados anualmente ao mercado americano 5000 eram estrangeiros.

[...] o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, 'persuador permanente', já que não apenas orador puro, mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' [...] (2004b, p 15. Grifos do autor).

Para as classes subalternas, a formação de seus intelectuais, homens e mulheres de confiança, realiza-se em um contexto de inúmeros limites, pois a função que desempenham não se restringe à técnica, mas carece de conhecimentos e cultura abrangente articulado à atividade política.

Assim, é importante para as classes subalternas que um ou mais intelectuais cheguem a aderir ao seu programa e doutrina, confundam-se com este, tornem-se e sintam-se parte integrante dele. Dessa forma, a formação dos intelectuais é realizada em conexão com os grupos sociais fundamentais, e sofre as elaborações do grupo dominante. Mergulhado o intelectual no contexto das classes, podemos analisar quais as características da formação dos intelectuais do trabalho atualmente, em uma conjuntura na qual a classe subalterna encontra-se politicamente enfraquecida e que esta formação é determinada pelas tendências gerais apresentadas no bloco histórico e pelas formas de hegemonia.

Na atualidade com o avanço da lógica capitalista, não apenas da economia, mas de vários setores da sociedade, observamos um deslocamento da esfera da produção para a do consumo, concorrendo para que a forma mercadoria se universalize, constituindo também um momento em que a *práxis* social tende a ser assimilada pela lógica do capital. Diante de tal mediação, consideramos que também a formação dos intelectuais do trabalho tem sido balizada por esta mesma lógica, já que a formação dos indivíduos em geral é também objeto de disputa por hegemonia. De forma universal, a formação das classes subalternas tem sido historicamente disputada pelos setores representantes do capital, nos diferentes aparelhos privados de hegemonia.

A realidade mundial nos mostra como tendências gerais, o aceleração e a superficialidade na formação e constituição dos indivíduos em geral, processo que também influencia a formação dos intelectuais do trabalho. A pesquisa de campo e

documental nos revela que, dadas as necessidades de sobrevivência e o contexto de precarização do trabalho os intelectuais têm encontrado dificuldades de tempo e de recursos financeiros para realizar um processo de capacitação contínuo. Dessa forma, têm encontrado como estratégias, a realização de cursos de pequena duração, em geral, direcionados à atividade que desenvolvem e a temáticas específicas; ou ainda, pela pressa e pela urgência das demandas cotidianas, buscam na Internet, subsídios possíveis em temas como associativismo, agroecologia, gênero, educação popular, dentre outros. Observamos uma tendência de especialização da formação que passa a ser voltada para obtenção de conhecimentos cada vez mais específicos e que, por vezes, perdem de vista um panorama de análise mais abrangente.

Este cenário é problemático, tendo em vista que a complexidade das transformações econômicas e sociais recentes demandam cada vez mais aprofundamento e estudo em uma perspectiva ampla. E a formação constante é uma das formas de instrumentalizar o intelectual do trabalho para uma atuação consistente. Assim, estas fragilidades na formação destes intelectuais são reveladas ao questionarmos os entrevistados acerca de questões com Estado, sociedade civil e transformações na dinâmica capitalista. As análises nos indicam a ausência de uma formação teórica consistente, que contribua para o entendimento da forma como os fenômenos globais interferem na sua atuação junto às classes subalternas.

O intelectual é um recurso humano fundamental para a hegemonia, e sua formação demanda elementos não só de ordem teórica, mas também prática. Conforme afirmara Gramsci (2004b), são a fábrica, a escola, os jornais, a igreja e o partido político os *lócus* de formação de uma camada de intelectuais, e que todos estes espaços sofrem as determinações mais gerais das relações sociais, constituindo-se em aparelhos fundamentais para organização da cultura e para a reforma intelectual e moral.

Na fábrica, as determinações econômicas se observam imediatamente através da organização e divisão do trabalho e da produção de mercadoria, na exploração da força de trabalho e nas desigualdades que se explicitam no caráter socializado da produção, ao mesmo tempo em que a riqueza é cada vez mais apropriada privadamente. No entanto, na escola e no partido político essas

determinações se verificam de forma mediatizada, o que exige de nós um esforço analítico para compreendermos a reforma intelectual realizada nestes espaços, e sua conexão com as relações materiais. Estas determinações são sutilmente introduzidas na sociedade através do conhecimento científico, das diferenças entre escolas para pobres e escolas para ricos, na formação cada vez mais direcionada pelo e para o mercado, nas idéias de que a realidade é imutável, que não há diferenças entre classes sociais, dentre outros discursos. Este conjunto articulado de produção mais pedagogia do capital, constituem um tipo de homem e mulher integrado mais facilmente à ordem em curso.

No período histórico vivenciado por Gramsci a escola, a igreja e o jornal promovem a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e se faz refletir na visão de mundo e na prática dos sujeitos. Àquela altura a notoriedade da igreja e da escola se revela no número de pessoas que estes aparelhos privados de hegemonia alcançam. Atualmente, não obstante às transformações ocorridas na igreja, tanto a católica quanto aquela de cariz pentecostal, a mesma exerce grande influência junto às massas⁶¹. Aliado a isto, a televisão e a informática também desempenham função privilegiada na organização da cultura tendo em vista o número de pessoas que atinge.

Entretanto, o partido político adquire um nível diferenciado em relação a escola, a igreja e ao jornal, na organização cultural, na geração de um homem-coletivo e na elevação da filosofia e na superação do economicismo.

É tarefa do “moderno príncipe⁶²” contribuir para a criação da vontade coletiva nacional e popular, para a elevação da classe do corporativismo ao nível da consciência política, para a elaboração filosófica superior fundamental, para a

⁶¹ Como destacamos no capítulo anterior, a Igreja Católica exerceu ao longo do século XX forte influência em todo o Brasil e no RN nos meios urbano e rural a atuação das pastorais sociais, a exemplo da Pastoral da Juventude do Meio Popular, (PJMP), Pastoral Operária (PO), Pastoral Carcerária etc, são indicadores da intensa intervenção da “Igreja dos Pobres” junto a alguns setores populares no estado, sobretudo, nas periferias onde os problemas são mais graves (desemprego, violência e drogas). Atualmente a Igreja Católica se volta mais para a ação filantrópica e ao culto religioso. Enquanto isso, as igrejas pentecostais avançam sobre as periferias urbanas e no meio rural, aumentando seu rebanho e sua influência, seja pelo poder financeiro, seja, ideológico, devido aos investimentos em meios de comunicação de massa (tv, rádio e jornais).

⁶² Moderno Príncipe é uma denominação utilizada por Gramsci para referir-se ao Partido Político o, qual “ [...] não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto criar o terreno para um novo desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 18).

hegemonia e para a construção de um novo bloco histórico, momento dirigido pela consciência operosa da necessidade histórica.

O partido político é também

[...] o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim e não podem deixar formar-se dadas as características gerais e condições de formação, de vida e de condições do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva; sua função é elaborar os próprios componentes e por este motivo desempenha função educativa e, portanto, intelectual [...] (GRAMSCI, 2004b, p.24).

O partido político, para Gramsci, não é somente um momento de formação de grupos intelectuais, mas representa o próprio intelectual coletivo e desempenha função de hegemonia.

Atualmente, enquanto os movimentos populares e partidos de esquerda encontram dificuldades em arregimentar militantes, observamos que no Brasil, os partidos ligados aos setores hegemônicos encontram-se festejando sua organicidade. As convenções de partidos políticos como Democratas, Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB) e Partido do Movimento Democrático do Brasileiro (PMDB)⁶³ não deixam dúvida do nível de organização destes grupos e da formação de seus intelectuais, na perspectiva da hegemonia burguesa.

No que concerne a atuação dos intelectuais, sua formação e função de hegemonia na sociedade, um elemento fundamental é a instância estatal. A complexificação das relações em uma sociedade como a nossa de tipo ocidental⁶⁴, (GRAMSCI, 2004b) indica que a função de hegemonia não está localizada em uma

⁶³ Em 13/03/08 o Deputado Federal Henrique Eduardo Alves lançou um conjunto de ações do PMDB, dentre as quais, obtém destaque o curso de formação política à distância, voltado para jovens militantes deste partido no RN. Nesta mesma direção, o Senador José Agripino Maia, líder dos Democratas anunciou, em janeiro de 2008, uma jornada de visitas às faculdades particulares do RN, principalmente às que possuem o Curso de Direito, para debater com os futuros profissionais, questões como reforma tributária e política. (fonte RN TV de 13/03/08)).

⁶⁴ Gramsci (2007) esboça uma distinção entre o que denomina de sociedades com traços orientais e ocidentais: “[...] no Oriente, o Estado era tudo; e a sociedade civil, primitiva e gelatinosa; em sociedades com traços Ocidentais, entre Estado e sociedade civil, havia uma justa relação e, ao oscilar o Estado, poder-se-ia imediatamente reconhecer uma robusta estrutura de sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional [...]” (GRAMSCI, 2007, p.262).

única esfera, mas devido à existência de inúmeros organismos de hegemonia a disputa econômica, política e ideológica permeia todas as instâncias.

Assim, se a questão da hegemonia se refere ao problema do poder, e as disputas permeiam, necessariamente, o Estado, considerada sua função de organização social. As disputas que ocorrem na sociedade civil determinam o papel e a direção do Estado, ao mesmo tempo em que esta direção se expressa na sociedade civil.

O Estado é organização da sociedade; E, enquanto tal, nele está representada tanto a forma da hegemonia econômica de um período histórico quanto sua oposição. Forma econômica esta que se faz dominante e dirigente na sociedade civil através dos vários aparelhos privados de hegemonia existentes, aspecto que amplia a noção de Estado, e o representa como síntese e equilíbrio entre sociedade civil e política (COUTINHO, 2003).

Neste sentido, assim como o partido político, o Estado desempenha papel relevante na organização da cultura, mediando a direção da reforma intelectual e moral de um dado período histórico, embora opere com perspectivas distintas e diferentes estratégias. Na forma de organização burguesa o Estado é imprescindível para a expansão do capital.

No que se refere à relação entre os intelectuais e o Estado, sabemos que, para atender às necessidades de ampliação de domínio do capital, a esfera estatal estando a serviço deste, exige um número maior de funcionários especializados. Um sem número de intelectuais é incorporado à máquina estatal através de projetos, programas e cargos de confiança, processo este que tem contribuído para que o Estado tenha capturado alguns intelectuais.

Durante a pesquisa de campo, observamos que com o advento do governo Luis Inácio Lula da Silva vários intelectuais do trabalho, dirigentes de movimentos sociais, partidos e ONG passam a fazer parte dos quadros de governo, seja na assessoria direta ao presidente, seja na formulação de políticas sociais.

A relação dos intelectuais com o Estado e os setores dominantes, no Brasil, assume diferentes contornos em cada conjuntura, modificando-se ao longo do século XX e, principalmente, nos dias atuais. Ora, se no período que compreende os anos de 1930-45, havia, por parte do Estado e das classes dirigentes, uma

tentativa de assimilação dos intelectuais progressistas para as instâncias de poder e especificamente para a esfera estatal, já no período que marca os anos 1960 sob a autocracia burguesa, esses intelectuais são perseguidos, exilados, silenciados e expulsos do país pelo estado ditatorial.

Diferentemente deste contexto, a conjuntura que marca o final do Regime Militar e no período de abertura democrática, em um cenário mundial mais favorável à liberdade democrática, estes intelectuais voltam à cena política, reafirmando a democracia, a ação política e a relação de aliança com as classes subalternas em um movimento crescente de politização da sociedade. A década de 1980 é emblemática para observar a participação dos intelectuais na luta pela anistia política, pela campanha das Diretas Já e pela Constituinte, no apoio e fortalecimento de movimentos diversos, na luta por direitos, lutas no ABC paulista, MST, movimentos étnicos, de gênero etc.

No que toca a problemática dos intelectuais e sua relação com o Estado mediata ou imediatamente, uma questão se torna relevante. Supomos que a entrada dos intelectuais no Estado tende a contribuir para sua passivização, na medida em que, integrados aos cargos e ações estatais, é exigido a incorporação econômica e ideológica dos intelectuais. No entanto, este processo não é mecanicamente determinado. Dialeticamente, é possível e necessária a permanência da autonomia relativa e da autocrítica do intelectual em relação às instâncias de poder, embora o mais comum seja a anulação da autonomia em suas variantes econômica, política e cultural. A participação destes intelectuais no poder estatal pode ser fundamental para a batalha cultural em favor das classes subalternas. Não há, nesta análise, uma perspectiva de negar os espaços de poder, mas de problematizar a relação dos intelectuais com estas instâncias.

A questão da autonomia constitui uma polêmica orgânica em torno da problemática do intelectual, no que concerne à sua formação e à sua constituição; e no atual momento histórico esta problemática é novamente suscitada pelo contexto de hegemonia econômico-cultural contemporâneo, no qual o apelo a adesão da sociedade em torno do “bem comum” é uma recorrência.

Ora, no atual momento histórico, caracterizado pelo avanço da forma mercadoria, pela substituição da produção pelo consumo, e pela dominância cultural

do pós-modernismo, a conjuntura contribui para transformar os movimentos coletivos em espaços deslegitimados. E em escala mais abrangente estes elementos contribuem para o esquecimento e a negação da política enquanto esfera fundamental de resolução das questões, já que o mercado vai ocupando todos os espaços de sociabilidade, inclusive, a função de instância suprema na organização da cultura. Nesse sentido, também a formação e a atuação dos intelectuais do trabalho têm sido determinadas em grande medida pelo mercado.

Para efeito de ilustração o crescimento da educação privada no Brasil e no mundo, sejam as universidades, as agências de pesquisa, cursos de pós-graduação, bolsas para pesquisadores⁶⁵ têm sido elementos que modificam e interferem no processo de formação dos intelectuais. Metamorfoseiam-se os lócus, os meios e a perspectiva de formação dos intelectuais, orientada, é claro, pela lógica mercantil e para a radicalização da ordem em curso.

Este processo é ilustrativo da proeminência de um ambiente cultural de despolitização da sociedade, que agora avança em direção aos intelectuais do trabalho repercutindo em sua constituição e em sua formação. O empobrecimento das classes subalternas também se observa através do declínio do nível cultural e da massificação. Nesta conjuntura, o acesso à literatura, às artes, à música torna-se cada vez mais difícil dadas as condições de vida da maioria da população. E isto também inclui os intelectuais do trabalho. Os (sub)produtos culturais oferecidos pelo mercado, música de pouca qualidade, programas televisivos alienantes) não proporcionam outra coisa, senão uma formação cultural cada vez mais empobrecida.

Outra tendência que se observa na formação dos intelectuais do trabalho é que este segmento vem sendo fortemente influenciado através do enfraquecimento do poder de combate das classes subalternas, frente ao avanço da lógica do mercado, que tem propiciado, no âmbito da formação, fragilização dos mecanismos de participação política, ressaltando a dimensão técnica e a da competência. Para o capital, bons técnicos, assessores e consultores são necessários para administrar

⁶⁵ São inúmeras as agências explicitamente vinculadas a ideologia capitalista que concedem bolsas para realização de estudos dentro e fora do país. Destacam-se MBA, fundação Ford, Macartur. Estas agências produzem uma ilusão da formação acadêmica em países da Europa e EUA e por esta razão obtem prestígio e são objeto de disputas. O que subjaz a estas possibilidades é o fato de que se está formando um exército de funcionários do capital que eternamente gratos pela oportunidade dedicam suas carreiras a disputar cargos e status e a disseminar a lógica através da qual foram formados.

seu avanço sem, necessariamente, refletir as conseqüências políticas e sociais desta expansão. Para estes intelectuais do capital, bons salários e excelentes cargos são recompensa pelos serviços prestados.

Do mesmo modo, que opera na economia, o mercado direciona à formação dos sujeitos sociais, que passam a ser preparados para execução de tarefas pré-determinadas, para a “polivalência” e para o manuseio da tecnologia. Assim é que a formação dos intelectuais do trabalho sofre, diretamente, as mesmas determinações da produção de mercadorias, porque a forma mercadoria tornou-se muito mais ampliada⁶⁶. Em tal contexto, a sociedade tem sido guiada pelo processo de circulação de mercadorias que, em última análise, aponta uma sociedade orientada *para e pelo* consumo. Essa é uma das expressões da financeirização da sociedade, que atravessa a cultura e a subjetividade de maneira generalizada.

A pesquisa de campo mostrou-nos que estes intelectuais do trabalho tentam “aprimorar” seus conhecimentos através do acesso a algumas fontes de informação tais como periódicos e revistas, tanto em meio impresso quanto eletrônico. Foram citadas desde revista Caros Amigos, Carta Capital, Jornal Sem Terra até telejornais, jornais impressos locais, internet. Além destes meios os entrevistados em um movimento de contra-tendência de aceleração e superficialidade de informações buscam subsídios como análise de conjuntura em atividades promovidas pelos movimentos nos quais participam. Podemos considerar, através deste dado que a própria atuação é um mecanismo de formação dos intelectuais do trabalho. Entretanto, dada a velocidade das transformações que acontecem na sociedade, a atualização teórica profunda é cada vez mais necessária.

A pesquisa revelou-nos também que os intelectuais do trabalho encontram-se submetidos à lógica de mercado também, por estarem submetidos às metas de produtividade a serem cumpridas, pelo estabelecimento de período determinado para desenvolvimento das ações previstas nos programas governamentais. E, além

⁶⁶ A indústria cultural apresenta um arsenal ideológico formador de opinião e visão de mundo predominantemente na direção do capital. As revistas Veja, Isto É, Exame etc são parte de um literatura que atinge segmentos médios da sociedade. Enquanto isto, as revistas Caras, Isto é Gente e suas derivações atingem grandes parcelas da população, de forma que a vida privada das “celebridades” transformou-se na mercadoria mais atraente de nossa época.

disto, durante a atuação, sua força de trabalho torna-se uma mercadoria submetida a regimes precários de trabalho⁶⁷.

Em síntese, a lógica do consumo avança na sociedade, e incide nas classes subalternas, e atinge também seus intelectuais, já que estes sujeitos se situam no *front* da disputa entre as classes sociais, e contribuem para o delineamento da mesma, dando forma e conteúdo para que uma saia vitoriosa. Nesse sentido, as classes sociais para fortalecerem-se tendem a trazer para si o maior número possível de intelectuais, bem como aqueles que organizam e fortalecem o bloco opositor, assimilando, cooptando e capturando os intelectuais que até então estiveram na situação de oposição.

É, em meio a este contexto, que os intelectuais do capital têm incorporado a formação como eixo estratégico para hegemonia cultural, porque tem sido uma forma de disputar a formação dos intelectuais do trabalho e silenciar a crítica. Ora, a criação de suas próprias agências formadoras tem balizado a disputa de idéias, ao mesmo tempo em que sindicatos, partidos de esquerda, movimentos sociais-agências de formação de oposição por excelência encontram-se em contínuo arrefecimento e imersas na lógica mercantilizada⁶⁸.

Uma das faces da hegemonia do capital, diante do intelectual do trabalho e sua vinculação orgânica em relação às classes subalternas, é que, dadas as fragilidades políticas destes setores a ofensiva econômica e ideológica do capital tem resultado em um processo pelo qual as classes subalternas tem “perdido” alguns de seus intelectuais para o capital.

Este quadro pode ser expresso na criação de uma geração de especialistas, “carreiristas” cuja competência técnica é o horizonte imediato. É o protótipo do *Scholar* definido como um sujeito

[...] egocêntrico, desvinculado de compromissos sociais, a não se que eles significassem avanço em suas carreiras profissionais individuais [...] atuam como técnicos a serviço do funcionamento saudável da ordem estabelecida, sem maiores dramas de

⁶⁷ O aspecto relativo às condições de trabalho dos intelectuais desenvolveremos no capítulo seguinte.

⁶⁸ É fenômeno notório o esvaziamento político de alguns movimentos sociais através da burocratização. São ilustrativos no Brasil os casos dos sindicatos rurais e urbanos e entidades como CUT que, nas últimas duas décadas, têm transformado-se em balcões de previdência, realizando cadastros de aposentados (sindicatos) e ou cursos de capacitação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

consciência, talvez se agarrando ainda à ideologia de que estão no poder para o bem do povo e da nação [...] (RIDENTI, 2001, p.16)

O padrão *Scholar* remete à criação de uma geração de intelectuais do capital, não apenas capturados, mas formados por ele e para seus serviços. “O gerente da competência”, ou especialista e técnico é a contra-tendência que o capital faz gerar na atualidade, em resposta à atuação dos intelectuais do trabalho, ou daqueles que se fazem orgânicos de uma perspectiva que não é da racionalidade mercadológica.

A tradição do intelectual politizado, participante ativo da vida política de seu tempo, é posta em questão, em detrimento da geração dos “profissionais”. O capital tem investido não apenas na captura ou assimilação de intelectuais do trabalho, mas na formação de seus homens e mulheres de confiança. A realidade do fenômeno histórico dos intelectuais hoje, confirma a idéia gramsciana de que os grupos se fortalecem ao assimilarem intelectuais do bloco opositor, mas se vêem ainda mais fortalecidos, na medida em que formam seus intelectuais. É uma das formas eficazes de tornar-se dirigente e não somente dominante.

No Brasil, observam-se alterações na sociedade, de forma que, a partir da modernização capitalista realizada no Regime Militar, alguns integrantes dos grupos que combateram-no, sobretudo os intelectuais do trabalho, aos poucos adaptam-se à ordem⁶⁹. Esse movimento é determinado, em escala mundial, pelo avanço do neoliberalismo nos países centrais, a crise do movimento operário europeu (BIHR, 1999), a reestruturação produtiva, o desemprego estrutural e a derrocada do socialismo real⁷⁰.

Concomitante a estes processos, à medida que avança a forma mercadoria, emergiu, a partir de 1960, um novo “nicho de mercado” para intelectuais que se localizavam e auto-representavam como setores de esquerda. A criação de

⁶⁹ Netto (2004a) faz uma ressalva a respeito do período de declínio do Regime Militar, quando diversos segmentos e sujeitos contrários ao Regime reclamavam-se de esquerda. Conferir também Toledo (2005).

⁷⁰ Em Netto (2001) encontramos uma análise substantiva acerca das consequências da derrocada do socialismo real para o avanço do neoliberalismo. O autor demarca que para o entendimento da crise do campo socialista e sua “crise”, é preciso entender seu caráter global. Em sua ótica, é “[...] uma estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional [...]” (NETTO, 2001, p. 19)

[...] universidades, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior [...] (RIDENTI, 2001, p. 15).

A necessidade de controle político-ideológico da Ditadura Militar no Brasil veio gerar uma ampliação nas áreas de comunicação, cultura e educação, no sentido de pôr em prática uma ação pedagógica adequada aos interesses dos setores ligados ao capital monopolista.

Dessa forma, a autocracia burguesa “toma de assalto” o mundo da cultura em suas várias esferas. O regime burguês nasceu em abril de 1964, e empreendeu a organização de um sistema educacional que lhe é pertinente, a liquidação dos atores de contestação armada e do bloco cultural que lhes inspirava. Editoras são fechadas, grupos teatrais são desestruturados, artistas e intelectuais presos e a demissão de professores foram modalidades de “saneamento” das universidades públicas.

A contra-face deste processo se expressa no fato que ainda que tenha encontrado mecanismos para modelar a escola em vários níveis e tenha estabelecido mecanismos de controle, este mesmo regime deflagrou resistências e oposição tendo como fatores resultantes, a emergência de uma nova reflexão crítica. (NETTO, 2004a).

Como resultado desta interferência direta nas principais formas de organização da cultura no momento imediatamente posterior ao Regime Militar, a sociedade brasileira encontra uma indústria cultural ampliada, o que demanda o surgimento de uma categoria para ocupar os postos de trabalho emergentes. A absorção dos intelectuais do trabalho pela indústria cultural, gradativamente, lança-os na esfera da institucionalidade, o que tende a facilitar a subordinação, a burocratização, a profissionalização e ao enquadramento à lógica mercantil, pela subsunção ao assalariamento. Dessa forma, a crítica é progressivamente esvaziada, já que alguns intelectuais encontram reconhecimento público, além, de

bons salários em detrimento do desprestígio e da vida difícil até então experimentadas⁷¹.

Este fenômeno é melhor compreendido ao visualizarmos o contexto político do país no pós-redemocratização dada a decepção dos setores de esquerda, no campo e na cidade, com as sucessivas derrotas políticas das classes subalternas e os pequenos avanços obtidos na definição do texto da Constituição federal de 1988, no I PNRA, na reforma sanitária, dentre outros. Aliado a isto a emergência dos chamados novos movimentos sociais e as dificuldades políticas dos movimentos chamados radicais, sobretudo, os sindicatos, cria um quadro diferente para os intelectuais do trabalho tradicionalmente ligados às classes fundamentais.

Dessa forma, as transformações que ocorrem na composição das classes subalternas – sua conformação, organização, diferenciação e hierarquização⁷² – diante das mudanças advindas com a reestruturação produtiva, a financeirização da sociedade e a mundialização do capital, reorganiza a formação, a constituição e a atuação dos intelectuais do trabalho.

No momento atual, observamos a utilidade social dos intelectuais do trabalho para o capital, pois através do desenvolvimento das forças produtivas, o capital hoje consegue avançar em áreas que até bem pouco tempo não penetrava, e também porque, atualmente, necessita de uma camada cada vez maior de assalariados instrumentalizados técnica e intelectualmente. Esta requisição explica a absorção sempre crescente dos intelectuais para dentro da órbita capitalista, por meio da incorporação dos intelectuais no mundo do trabalho e do consumo.

Além de ser o intelectual do trabalho um trabalhador cuja força de trabalho é absorvível pelo mercado, este sujeito também é um consumidor de mercadorias produzidas no circuito capitalista. Esses produtos são na área da cultura: livros, obras de arte, exposições, cinema etc; o que, em alguns casos aproxima este sujeito do universo burguês. Trata-se de uma inserção global do intelectual do trabalho no circuito do capital.

⁷¹ Em Jacoby (1990), encontramos um panorama do modo de ser e de viver, inclusive das condições de trabalho e o contexto cultural dos intelectuais de sua geração, os quais o referido autor denomina de “últimos intelectuais”.

⁷² Para um aprofundamento desta discussão, consultar ANTUNES (2001).

Até poucas décadas, o intelectual do trabalho não era considerado com importância pelo capital. Ligado organicamente às classes subalternas, constituiria, para aqueles setores, uma ameaça ou motivo de desprezo. Porém, hoje, o capital encontra um lugar e uma função para estes sujeitos seja dentro do Estado⁷³, seja em suas agências. Ou seja, o capital encontra uma funcionalidade ao intelectual do trabalho, desde que submetido aos parâmetros mercantis⁷⁴.

A realidade por nós estudada exemplifica esta tendência, pois os intelectuais que atuam na reforma agrária através das ONG no RN, mesmo estando ligados à perspectiva do trabalho, estão propensos às determinações da lógica do capital em sua intervenção mesmo não estando conscientes de tal processo. Este movimento pode ser verificado na atuação desses intelectuais em alguns projetos financiados pelo Banco Mundial para os assentamentos tais como Programa de Desenvolvimento Social (PDS), Programa de Desenvolvimento de Assentamento e PDA Programa de Consolidação de Assentamento (PCA)

Inclusive, é necessário registrarmos que houve por parte de apenas um dos entrevistados alguma referência à interferência das agências multilaterais, na execução das políticas de reforma agrária. Isto nos chama a atenção para o déficit ou a fragilidade teórico-metodológico existente na formação destes intelectuais, já que, em grande medida, não apreendem as formas como os interesses do capital adentram no campo, diretamente ou através da mediação do Estado. Um outro dado relevante é que predomina, na análise dos entrevistados, um superdimensionamento da esfera estatal enquanto legatária da burocratização e do retrocesso.

Interessante é que há uma inversão analítica; qual seja, a crítica dos intelectuais é destinada ao Estado e não ao capital, o que nos indica um quadro de análise teórica e política insuficiente para desvendar relações macro estruturais, sair

⁷³ As universidades que, historicamente, aglomeraram setores de esquerda ou ligados à perspectiva do trabalho, encontram-se também imersas na lógica do capital. A exigência da produtividade, as pesquisas sob encomenda das empresas capitalistas, os cargos administrativos de chefia etc, constroem um quadro que, concordando com Caillé (1993), contribui para esterelizar o pensamento, desmobilizar a crítica e convencer os intelectuais de que sua opinião interessa, e é considerada. Além disto, o crescimento da educação privada no Brasil e no RN tem absorvido também vários intelectuais do trabalho que, na luta pela sobrevivência, vendem sua força de trabalho às agências educacionais orientadas pelo mercado.

⁷⁴ Tem sido comum na última década, o fato de professores de universidades públicas, ao se aposentarem passarem a fazer parte dos quadros docentes das universidades privadas. Estas, necessitando de reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) têm convocado doutores e mestres, formados pelas universidades públicas, para fortalecerem seu desempenho acadêmico.

da aparência e superar o pensamento tipo fragmentado. Esta leitura de realidade nos leva a identificação de alguns dos reflexos da hegemonia liberal sobre os intelectuais do trabalho. No entanto, há um entendimento predominante acerca da necessidade histórica de luta por direitos sociais e políticos, muito embora as referidas lutas não apresentem caráter de classe.

Estas são algumas das expressões da hegemonia do capital financeiro sobre a formação do intelectual do trabalho, as quais interferem consideravelmente na função dirigente que desempenham em relação à classe a qual se vincula, de forma que os coloca diante de um confronto ideológico entre a visão de mundo que defendem e àquela com a qual se opõem. É neste âmbito que os interesses do trabalho e do capital se explicitam na atuação do intelectual, e que a organicidade em relação a um projeto torna-se clara.

De maneira geral, do ponto de vista ideológico-político os intelectuais do trabalho historicamente, têm se encontrado radicados em uma tradição de romantismo revolucionário, formada no ambiente cultural dos anos 1960 na Europa, numa conjuntura marcada por uma onda de rebeldia e revolução. Contexto no qual o “Maio de 1968”, na França é exemplar. O romantismo revolucionário ilustra um momento histórico de “

[...] inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade de consumo; aproximação entre arte e política; uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre as lutas sociais amplas e interesses mediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precussores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, do movimento dos homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a se desenvolver nos anos seguintes [...] (RIDENTI, 2001, p. 14).

O romantismo revolucionário é assim definido pelo caráter crítico em relação à modernidade capitalista, em nome de ideais do passado, especialmente, à idéia de idealização de homem do povo camponês e migrante e de combate ao capitalismo, em sua face imperialista e consumista. Acrescentemos a isto a influência do

pensamento cristão na inspiração do personalismo de Mounier e o marxismo em sua versão maoísta. Mesmo considerando o ecletismo explícito nos fundamentos teóricos e ideológico-políticos, o romantismo revolucionário foi responsável pela direção à esquerda de boa parte da intelectualidade ligada ao trabalho, ao longo do século XX no Brasil e América Latina. Gradativamente, estes intelectuais vão laicizando-se e aderindo de uma vez ao marxismo/comunismo.

Até meados dos anos 1950, o parco acúmulo do pensamento marxista no Brasil estava ligado às elaborações do PCB, inaugurando a vertente do socialismo revolucionário. Somente a partir de 1960, que a inspiração marxista é mais expressiva na elaboração intelectual sem vínculo partidário e como instrumento heurístico. A partir deste momento, dão-se as condições para uma tradição marxista no Brasil⁷⁵. No entanto, com ascensão do Regime Militar, este processo é abortado, contribuindo para a vulgarização e o ecletismo deste pensamento, de forma que o romantismo revolucionário é lagatário da vulgarização e do ecletismo que atingem a perspectiva marxista.

A perspectiva do romantismo revolucionário, muito embora substancialmente politizada, inspirava o pragmatismo, o messianismo e um reducionismo mecanicista, no tocante à análise teórica das situações concretas, incorrendo em críticas difusas, superficiais e mecânicas à ordem capitalista. Assim, a visão do sujeito revolucionário mantinha semelhanças com um mártir ou apóstolo. E a revolução era proclamada como uma missão (RIDENTI, 2001).

Muito embora apresente equívocos teóricos, a perspectiva romântica orienta politicamente um segmento de intelectuais que se fazem orgânicos das classes subalternas, ou como sugerimos denomina-los de intelectuais do trabalho. As determinações econômicas do capitalismo monopolista, na fase dos anos gloriosos, o ambiente cultural por ele constituído, e a revolução comunista de Cuba contribuem para formar este segmento de intelectuais, orientado pela possibilidade de projeções coletivas além do capital.

⁷⁵ Netto (2004) demarca a criação de um marxismo acadêmico como consequência da intervenção ditatorial, o qual, embora com traços positivos, sobretudo no que toca a intenção de resistência frente ao Regime, reforçou uma tendência de substituir as fontes originais de Marx pela adoção de comentaristas, o que contribuiu para uma vulgarização da tradição marxista.

Os intelectuais do trabalho, no Brasil, que foram formados nesta perspectiva até os anos 1970, 1980 e início de 1990, encontravam um contexto favorável a um ambiente libertário: na música popular através de Chico Buarque, Caetano Veloso e Geraldo Vandré, dentre outros; no rock Cazuza, Legião Urbana etc; no teatro Augusto Boal; na crítica literária e cultural Merquior; e até mesmo na religião Teologia da Libertação. Neste contexto, observamos um ambiente cultural de politização crescente⁷⁶. Os dados da pesquisa demonstram que os intelectuais do trabalho entrevistados foram bastante influenciados pelas referências culturais e políticas daqueles períodos. Nesse sentido, é recorrente os entrevistados fazerem referências a Paulo Freire, Leonardo Boff e Karl Marx⁷⁷ como autores que contribuíram para sua formação política. Entretanto, contraditoriamente à estas orientações, aparecem, na pesquisa, referências à Glória Gonh e autores contemporâneos do mundo rural tais como Nazaré Wanderley, Zander Navarro, dentre outros. Ou seja, as referências de formação compõem um leque eclético de referenciais teóricos e políticos.

O panorama político experimentado pelos entrevistados correspondera a uma organização da cultura nacional fortemente crítica e politizada, mas que a partir da década de 1990, começou a declinar. O declínio desse ambiente também determina os limites de formação e da atuação que nos anos posteriores viriam a se colocar de frente ao intelectual do trabalho.

Portanto, as alterações materiais que se arrolam nas últimas décadas tem contribuído para que se altere também o ambiente cultural e político. O capitalismo contemporâneo, no âmbito da superestrutura social, tem dificultado diariamente a possibilidade de elaborar projetos coletivos e consolidar uma vontade coletiva como ocorreu até os primeiros anos da década de 1990. É incontestável a influência da dissolução da URSS em tal processo, acrescido da fragmentação, do individualismo, do consumismo exacerbado e da fragilização política dos setores contra-hegemônicos da sociedade, tendo em vista, as mudanças econômicas e políticas recentes.

⁷⁶ Este ambiente que já se instalava no pré 1964, foi silenciado nos anos mais duros do Regime, mas é retomado com vigor na Abertura Política e ao longo dos anos de 1980.

⁷⁷ Ainda foram apontados como referências, por um dos entrevistados, os autores Marilda Iamamoto e José Paulo Netto. Este dado está relacionado ao fato de, no conjunto dos entrevistados, três são Assistentes Sociais.

A contra-reforma intelectual e moral dos dias de hoje tem aprofundado a inversão/alienação capitalista, transformando homem em mercadoria desumanizando-o. E, no mesmo movimento, dando vida à mercadoria. Assim, a função dirigente tradicionalmente desempenhada pelo partido, pelos sujeitos individuais e coletivos tem sido realizada pelo mercado, que passa a determinar e subsumir quase todos os espaços da sociedade, avançando, inclusive, sobre os focos de resistência. As iniciativas de resistência dos setores ligados ao trabalho têm sido comumente enfrentadas pelos setores burgueses, à base de repressão e violência. Ou seja, quaisquer ações, sejam elas de caráter marxista ou anti-capitalista são sempre alvo da fúria dos grupos hegemônicos.

Assim, a busca pela hegemonia ocorre nos meandros das contradições que operam a ofensiva material e espiritual do capital diante da sociedade, mas também pela oposição dos setores ligados ao trabalho, sobretudo, pela resistência das classes subalternas e seus intelectuais, os quais mesmo em um contexto desafiador, articulam as forças possíveis para fortalecerem-se e ampliar sua base social. A formação de novas gerações de intelectuais do trabalho é um desafio, mas é também uma necessidade para um projeto de contra hegemonia.

No item a seguir, analisaremos, com base nos dados da pesquisa, as características que predominam na trajetória de formação e constituição dos entrevistados como intelectuais, e como estas tendências se expressam na atuação e no projeto político ao qual se vinculam.

2.4 Características gerais da trajetória dos intelectuais do trabalho

Para compreendermos como se desenvolveu o processo de formação e constituição dos intelectuais do trabalho, fez-se necessário a recuperação de elementos da trajetória pessoal, política e profissional dos entrevistados, o que foi um momento relevante. Assim, observamos que as características destacadas na formação se apresentam como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos assentamentos de reforma agrária.

A partir das informações fornecidas pelos entrevistados, identificamos que os mesmos situam-se em uma faixa etária entre 32 e 66 anos, e o grupo é constituído por um homem e quatro mulheres. Duas das entrevistadas são casadas; quatro são solteiros; e o número de membros por família varia entre dois a seis.

No que se refere à religião, dois afirmaram não ter prática ou vinculação religiosa; uma declara-se espírita; e duas são católicas não praticantes. A religião é aqui tratada como bem atenta Gramsci, enquanto um momento importante da organização da cultura. No caso dos nossos entrevistados a religião não pode ser desprezada, porque, para alguns, é através de uma de suas tendências – a Teologia da Libertação⁷⁸ – que uma análise mais crítica da sociedade e a participação política se tornam possíveis.

A Teologia da Libertação estabelece uma relação entre cristianismo e marxismo e realiza uma crítica sobre as relações capitalista de exploração na América Latina, e convida os cristãos a aderir à luta pelo socialismo. Este movimento apresenta uma nova forma de fraternidade entre revolucionários crentes ou não crentes e reivindica uma dinâmica emancipadora. Além disto, repercute nas decisões da Igreja no continente latino-americano, expressas, principalmente nas deliberações das Conferências Episcopais de Medellín (1966) e de Puebla (1979), constituindo um momento do catolicismo, orientado para uma “opção preferencial pelos pobres”. (ABREU, 2002)

Dessa forma, predomina, entre os entrevistados, uma inserção na Igreja Católica, entre as décadas de 1980 a 1990. As informações coletadas demonstram que há, por parte dos entrevistados, um gradativo distanciamento em relação à Igreja Católica, na medida em que se aproximam de espaços como movimentos sociais e partidos políticos. Consideramos que o conhecimento teórico e a vivência política adquiridos nos aparelhos privados de hegemonia movimentos e partidos políticos contribuem para que os entrevistados aproximem-se mais organicamente dos interesses das classes subalternas, não como missão apostólica, mas como necessidade orgânica, de cariz classista.

⁷⁸ A Teologia da Libertação é um movimento que ocorre a partir de mudanças internas e externas à Igreja católica nos fins de 1950. As mudanças internas são desencadeadas por um movimento de radicalização da cultura católica no continente latino-americano, determinada das bases para o interior desta Igreja e fortemente influenciada pela Ação Católica e pela atuação das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base. Os fatores externos que motivam este movimento estão ligados, principalmente, pela industrialização e pela penetração do capital internacional nos países de Cone Sul, além da revolução cubana, em 1959.

Este movimento de aproximação/distanciamento em relação aos diferentes aparelhos privados de hegemonia sugerem um processo de disputa por hegemonia, no qual se inserem os intelectuais do trabalho na sua trajetória de formação e na constituição de sua visão de mundo. Os embates ideológicos entre a visão religiosa de mundo versus a visão materialista e política de sociedade, e as condições concretas de vida por eles experimentadas contribuem para que predomine, junto a maioria dos entrevistados, a opção por uma visão crítica das relações sociais e da sua própria situação como parte da classe subalterna.

Porém, em que pesem as tendências gerais, observamos uma contradição na realidade de nossos entrevistados. No caso de tais sujeitos, ocorre o seguinte fenômeno: o fato de que, ao aproximarem-se ideologicamente da vertente cristã crítica Teologia da Libertação, os intelectuais adquirem uma consciência política e migram, paulatinamente, para outros espaços, afastando-se da religião.

De maneira geral, é uma evidência histórica a vinculação da Igreja católica aos interesses dominantes, a sua contribuição para obtenção do consenso e da hegemonia de tais setores, através da subordinação ideológica dos fiéis. Em que pese tais observações, registramos que, no caso dos intelectuais do trabalho, é, na órbita da Igreja Católica, que são criadas as condições de elaborar uma visão crítica de mundo. A vertente cristã denominada Teologia da Libertação concorre para que, mesmo no interior desta Igreja, os intelectuais encontrem uma concepção de mundo um pouco mais progressista, considerando o histórico conservador da atuação deste aparelho de hegemonia, sobretudo nos países colonizados.

Se, por um lado, a Teologia da Libertação fornece novos conhecimentos filosóficos e uma prática social voltada para os problemas dos pobres, contraditoriamente, estabelece as bases para a migração de parte de seus integrantes para outros espaços da sociedade. Assim, o Movimento Estudantil, o Partido dos Trabalhadores, o Movimento Feminista e o Movimento dos Sem terra são alguns *lôcus* nos quais a formação dos intelectuais do trabalho se consolida, confrontando o viés ideológico da religião, ao aproximarem-se de vertentes marxistas-comunistas⁷⁹.

Este processo de transição dos intelectuais, da Igreja para os diferentes movimentos sociais é concomitante ao arrefecimento do Regime Militar e à

⁷⁹ Diferenciações também se explicitam na pesquisa; ou seja, uma das entrevistadas permanece participando como dirigente de movimento ligado a Igreja Católica, especificamente ao movimento de mulheres católicas.

reorganização da sociedade, momento em que os movimentos sociais, os partidos políticos, os meios de comunicação, e os grupos de intelectuais encontram um cenário político impulsionado pela redemocratização da sociedade.

Há, pois, uma relação entre a influência teórica de esquerda e o distanciamento de práticas religiosas, principalmente, observada em relação ao catolicismo. Um dado interessante é que os intelectuais cuja trajetória política se inicia na Igreja Católica, atualmente classificam-se como agnósticos ou como não-religiosos.

A trajetória dos intelectuais indica também um quadro no qual observamos a origem rural seja dos entrevistados, seja de suas famílias, majoritariamente com inserção nas classes subalternas, embora atualmente situem-se predominantemente nos setores médios da sociedade.

Um único caso, dentre os entrevistados, revela uma origem de classe vinculada aos grandes proprietários rurais, elemento que interfere na formação e constituição da visão de mundo. A referida entrevistada identifica sua origem no que a mesma denomina de “família média rural”. Embora autodenomine-se como setor médio, consideramos que a condição econômica de sua família lhe insere no universo dos grupos de proprietários de fazendas, típicos da região Nordeste, na qual o coronelismo é uma realidade muito conhecida e traduzida na figura dos fazendeiros ou coronéis⁸⁰, que se firmam econômica e politicamente através das condições materiais advindas da propriedade territorial e da pecuária.

Demarcada esta diferenciação, observamos que, como nos demais casos esta clivagem de classe contribuirá para uma visão de mundo determinada a partir da inserção de sua família na estrutura de classes. Muito embora sua condição de classe seja diversa dos demais entrevistados, a origem rural também possui relação com a escolha pela atuação profissional na área rural.

Identificamos que a maioria dos entrevistados nasceu nos municípios rurais do estado do RN, e apenas uma entrevistada nasceu em Natal. No entanto, observamos que esta entrevistada, mesmo nascendo em um centro urbano o fato de seus pais serem de origem rural também influencia na aproximação e identidade

⁸⁰ Podemos analisar o coronelismo como um fenômeno que indica rarefação do poder público frente ao poder privado, ou a privatização de funções e recursos públicos em função de interesse privado. Os “coronéis”, cuja sustentação se radicava na propriedade da terra e na riqueza, passavam a exercer função pública através de um sistema de reciprocidade e de trocas em relação a seus dependentes, mediante recursos do Estado. (IAMAMOTO, 2001, p. 112)

com o mundo rural. Este dado é expresso através da escolha de atuação profissional junto a trabalhadores rurais. Assim, é possível visualizarmos, por meio do histórico familiar dos entrevistados, uma relação entre a condição de classe subalterna com a origem rural e sua conexão com a escolha do meio rural como área de atuação. Dessa forma, a análise dos dados nos permite assinalar que no caso em foco, a atuação profissional dos intelectuais e o projeto político também podem ser determinados pela origem de classe da família.

Podemos dizer que se tratam de famílias de classe subalternas de origem rural, que em sua história desenvolveram tanto atividades agrícolas como não agrícolas, e que o trabalho esteve sempre ligado a atividades, tais como costura, lavagem de roupa, serviços mecânicos, pequenos comércios e serviço público. Podemos observar, através da pesquisa, que a condição de subalternidade estrutural e a particularidade rural colocam esses sujeitos e suas famílias em processos gerais, como exploração, expulsão e migração, aos quais encontram-se expostos os segmentos das classes subalternas em geral, no Brasil, na cidade e no campo.

A migração é um dado evidente na trajetória de vida desses intelectuais e de suas famílias que, em busca de melhores condições de sobrevivência, encontram na migração rumo à cidade uma forma de enfrentamento das condições materiais que se colocam no campo como nos mostra o depoimento a seguir.

[...] minha mãe e meu pai se combinaram e migramos para um outro município chamado Colatina, [a família] sempre ligada a agricultura. Aí fomos trabalhar numa propriedade de uma família de minha mãe, que a família de minha mãe era antiga proprietária de terra, que tem muitas história pra trás como qualquer outras tem, mas que perderam suas terras; no caso minha mãe; porque os próprios parentes tiraram tudo dela né, os tios mais letrados, como se diz. Enfim, aí fomos pra lá, acho que em [19]78: aí foi quando entrei pra escola. Aí ficamos morando nessa propriedade; muita produção de café, banana, muitas pequenas criações como porcos, galinhas essas coisas. Muita vacaria de leite; essas coisas, e como a gente era muito ligado à terra a gente ia mesmo criança junto com meu pai e minha mãe, cuidado da lavoura toda, muita plantação de inhame. Que lá plantava muito inhame; os gados pra tratar das criações e aí entrei na primeira, me lembro na escolinha; entramos, ficamos um período, depois passei a estudar numa outra escola; porque a gente ficava sempre migrando, era tipo migratório mesmo, né, acho no máximo passava assim, um ano num canto [sic!] assim... não conseguia, acho que é sempre em busca de, de melhoria de vida,

que é o que a maioria das pessoas buscam até hoje, né? [...] (NEVES, 2007, P. 1-2).

Podemos compreender o fluxo migratório como expressão da modernização conservadora que ocorre no campo a partir de 1964, tendo em vista a introdução tecnologias de ponta no campo e a concentração crescente de terras, as quais contribuíram, sobremaneira para a migração de significativo contingente de trabalhadores rurais, seja numa mesma região, seja num fluxo rumo às capitais dos estados. Isto ocorre porque o modelo modernizador do pós-1964 necessitava de menos força de trabalho, enquanto demandava sempre maiores extensões de terra para aumentar a acumulação de capitais via especulação territorial, ou ainda via produção agroindustrial. .

A incorporação de apenas uma parte de força de trabalho existente no meio rural, aliada à expropriação de famílias rurais de suas terras pela venda, concorre para o aumento do fluxo migratório. Dessa forma, o fenomeno migratório está também ligado ao movimento do capital na agricultura, que determina os ciclos agropecuários e o processo de exploração vivenciado pelos trabalhadores rurais e suas famílias, que, em busca de melhores condições de vida, migram para outros municípios ou estados. Eles se transformam em força de trabalho barata nas fazendas de café, de banana e no trabalho com a pecuária, de forma que todos os membros da família, inclusive as crianças, são parte da força de trabalho utilizada na expansão do capital agropecuário

Esta realidade nos permite assinalar que expansão capitalista no campo subordina as famílias a uma situação sócio-econômica vulnerável que os retira da condição de famílias de pequenos proprietários, com atividades econômicas ligadas à agricultura para consumo familiar articuladas a outras atividades como serviço público e pequenos comércios. Tendencialmente, lança-os à condição de assalariados das grandes propriedades, de trabalhador sazonal em fronteiras agrícolas ou de desempregados rurais..

A trajetória familiar dos nossos entrevistados nos revela a realidade da maioria das famílias de trabalhadores rurais no Brasil, da década de 1970, momento em que o capital monopolista reorganiza o mundo rural na perspectiva da modernização conservadora. Neste período, a expropriação e a migração são fenômenos recorrentes na vida de suas famílias, pois a necessidade de ampliação

econômica e territorial do capital fez com que muita famílias tivessem suas terras griladas ou compradas por grandes proprietários da agroindústria para aumentar sua riqueza, principalmente, através do assalariamento dos trabalhadores rurais na monocultura⁸¹. Aqueles não integrados ao modelo de agroindústria que surgia tinham como possibilidade a migração ou o trabalho sazonal nas fazendas do entorno de sua moradia ou naquelas de regiões distantes, acompanhando as fronteiras agrícolas emergentes determinadas pelo movimento do capital monopolista que se consolidara no país neste período.

Retomando as características dos intelectuais, no que tange à escolaridade, observamos que o nível de formação predominante é o superior completo, com apenas um entrevistado de nível médio. Ainda obtém destaque o fato de que três entrevistadas possuem algum tipo de capacitação em nível de pós graduação, sendo uma especialista, uma mestranda e uma mestre. O item escolaridade é também relacionado à da inserção de classe dos entrevistados. Ou seja, os dados revelam que, do universo pesquisado, apenas uma entrevistada estudou em escola particular. E que no caso referido, a mesma encontrava-se em situação de aluno bolsista, já que sua condição familiar não permitia o acesso ao ensino privado. Neste caso, as habilidades esportivas da entrevistada foram o “passaporte” para a escola da rede privada de ensino. Já os demais entrevistados foram alunos da escola pública desde o Ensino Fundamental até o nível superior. Ou seja, é a condição sócio-econômica que “empurra” estes intelectuais, quando estudantes, para a educação pública. Um dado importante a este respeito é que para estes intelectuais, predominantemente oriundos das classes subalternas, a escolaridade foi um determinante importante para enfrentar a subalternidade que estava em sua origem. Assim, a escolarização e a posterior entrada no mundo do trabalho muito embora em modalidades de trabalho precarizado, no contexto das ONG foi relevante para que os entrevistados enfrentassem sua condição desafiadora.

Os resultados da pesquisa indicam também que é através da inserção nos diferentes aparelhos privados de hegemonia que os intelectuais encontram as condições para a criação de nova visão de mundo. A formação da visão de mundo

⁸¹ No estado do RN, a região do Baixo Açu é local privilegiado para observarmos as transformações realizadas pelo capital na agricultura, no período compreendido como modernização conservadora. Nesse contexto, a fruticultura se consolida como principal atividade que se desenvolve a partir de dois pilares: a monocultura, o assalariamento.

além da família se desenvolve na escola-aparelho de hegemonia que, no caso de alguns destes sujeitos, torna-se fundamental para a “quebra” e a contestação da hegemonia dominante. Não é possível generalizar este processo, dado que, na sociedade, o sistema escolar é também determinado pelas correlações de força social, e responde, predominantemente, à hegemonia dominante. Apenas em uma situação o entrevistado teve a possibilidade de experienciar um tipo distinto de escola e de pedagogia não convencional, onde além dos conhecimentos específicos um novo modo de ser sujeito foi sendo forjado.

[...] lá [no MEPES] a gente já defendia desde pequeno; você tem que defender aquele negócio de se transformar em sujeito ativo. E foi nessa escola que eu tive minha primeira, meus primeiros contatos com MST. Porque foi nessa região que nasceu o Movimento Sem-Terra. Já em 84 surgiu, já tinha uns trabalhos de base. E vão os alunos do MEPES⁸², que eram alguns alunos eram do acampamento do MST, porque a escola abriu para o sem-terra; porque pela proposta pedagógica dela que ela é bem aberta na concepção. Defende a reforma agrária, a agricultura ecológica, esse negócio todo, e aí foi como o acampamento sem terra surgiu próximo a propriedade onde nós trabalhávamos. E passamos a desenvolver um trabalho na comunidade [acampamento] porque era pertinho, andava 1 Km da minha casa ao acampamento. Foi no período onde tinha muito debate da, da questão da religião, aquele negócio ali meio comunista; parte da igreja [católica] que é a Teologia da Libertação. Foram, né [sic!], sempre colocando alguma coisa na cabeça da gente e na escola como tinha muito aluno de acampamento fazia muita amizade, jogando bola, aquele negócio todo. Formamos um grupo de estudo, de estudo, lá no colégio e passamos a conhecer em relação a reforma agrária, em relação ao MST, e aí a minha primeira monografia na escola foi em relação a reforma agrária [...] (NEVES, 2007, p, 3-4).

As informações obtidas através deste entrevistado nos confirma o papel da escola na formação do intelectual em vários níveis, e seu potencial enquanto aparelho hegemônico no qual solidifica-se uma visão de mundo ou a sua negação. No caso deste entrevistado, a escola trouxe possibilidades de abertura para uma proposta pedagógica não convencional, que inclui temas que geralmente não fazem parte das disciplinas e dos projetos pedagógicos em geral, tais como reforma agrária e agroecologia. Estes aspectos são relevantes no caso deste entrevistado, pois a escola contribuiu para o conhecimento de aspectos da realidade antes obscuros.

⁸² O Movimento Promoção de Educação do Estado do Espírito Santo, é uma modelo educacional desenvolvido por padres franceses na década dos anos 1930, 40 e 50, na porção sul do Espírito Santo e que posteriormente foi estendida para outras regiões do estado.

Aliado a isto, o conhecimento da realidade dos sem terra no entorno da escola em que estudou foi também fundamental para a formação de uma visão de mundo mais ampla. Este processo deu, inclusive, elementos para que o entrevistado entendesse a sua realidade de vida e de classe social, e a particularidade da origem rural numa sociedade como a brasileira, na qual a formação de classes passa, necessariamente, pela estrutura do latifúndio.

Entretanto, quando a experiência na escola não abre estas oportunidades para ampliação da visão de mundo, outros espaços se encarregam de tal processo. Assim, espaços como associações, agremiações e partidos políticos também desempenham papel relevante na ampliação da visão de mundo e na apreensão de novos saberes e práticas que contribuem para disseminar e consolidar um horizonte que se oponha à ordem estabelecida. As entrevistas de alguns intelectuais revelam que a universidade, os movimentos sociais, os partidos políticos e a Igreja Católica especificamente o movimento pastoral dos anos 1980 e 1990 cumpriram importante papel na formação de jovens intelectuais *no e para* o meio rural brasileiro.

A pesquisa aponta que a formação foi um processo de apropriação de novos saberes, ampliação de horizontes e nova visão de mundo para estes intelectuais, embora essa nova visão também seja marcada por contradições e ambiguidades. Nesse sentido, a migração rumo aos centros urbanizados para alguns entrevistados, a entrada na universidade e a participação no movimento pastoral católico desempenham papel fundamental neste processo.

Dos seis entrevistados, cinco tiveram algum tipo de participação em movimento estudantil universitário e movimento pastoral, formas pelas quais tiveram a oportunidade de contato com a realidade dos conflitos de terra e da violência contra trabalhadores rurais. Como podemos observar através deste depoimento:

[...] então na adolescência o que marca é ainda a minha família; minha irmã é minha referência. [...] mas assim, a universidade foi marcante [...] a possibilidade de vivenciar com outras pessoas, outros conhecimentos, as congressos da vida que a gente participou marcaram muito. E essa coisa de decidir viajar pra o Sul do Pará, sozinha, apesar de ter pessoas lá e tá [sic !] com a CPT muito atuante e o primeiro choque; eles me deram um monte de fotos de violência; a idéia de conversar com as pessoas sobre [...] o lugar onde eu tava fazendo serviço tinha sido um processo muito violento e muito grande de ocupação de terra; aí eu recuperei na minha monografia essa história [...] (FREITAS, 2007, P. 7)

Assim, a crueldade da realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais sem-terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no apoio às lutas e na denúncia da violência sofrida por estes segmentos de trabalhadores, sobretudo na região Norte do país, torna-se uma possibilidade para alguns dos entrevistados formarem uma outra visão de mundo acerca dos conflitos por terra que ocorrem no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990. O conhecimento da realidade torna-se uma maneira de gerar para esta entrevistada uma reelaboração da visão de mundo e estabelecer mediações que se observam mais tarde na escolha da área de atuação profissional e na perspectiva de mundo que adota.

Ainda no âmbito da Igreja católica, além da CPT outros grupos se tornam celeiro de formação para estes sujeitos na sua juventude, como é caso dos que participaram da PJMP. Uma das entrevistadas afirma que a entrada nos espaços de debate político e de mobilização iniciada no movimento pastoral foi o passaporte para uma formação ampla, que nos anos seguintes, consolidar-se-ia no movimento estudantil secundarista e universitário, no partido político e no movimento feminista orientados por um projeto de sociedade no qual a perspectiva socialista sintetizava naquela conjuntura de 1980 e 1990. Foi também através da inserção em movimentos que se tornou possível à entrevistada ter acesso a conhecimentos teóricos críticos e a identificar a condição de classe social.

[...] a partir dessa minha inserção no grupo de jovens, eu conheci e passei a participar da Pastoral de Juventude do Meio Popular, foi através dessa pastoral que eu descobri o mundo da política, o mundo dos movimentos sociais e foi nessa pastoral que eu tive os primeiros contatos com o Marxismo que e a minha grande referencia de ação política e de análise do mundo e da realidade ate hoje. [...]. A partir dessa ação na pastoral eu descobri que não adiantava estar só numa pastoral, mas eu tinha que ter incidência e atuação em outros campos da vida [...]. E a partir daí eu entrei no Movimento Estudantil, [...] ai eu passei no vestibular em 86, entrei na UFRN eu tive uma forte militância no movimento estudantil, fui membro do C.A. do Centro Acadêmico do curso de Serviço Social os quatro anos; fui membro do DCE, participei dos congressos da UNE na época nos anos 80, participei de todos os encontros de estudante do meu curso e ali eu pude consolidar os meus princípios de ação coletiva, de querer lutar por uma vida melhor para todas as pessoas, de querer transformar o mundo na época o Socialismo era uma idéia muito forte na formação política da gente [...] (BARROS, 2007, P. 3)

Portanto, a participação política é também forma de socialização. E isto podemos observar na pesquisa, pois para os intelectuais entrevistados, a vivência política também oportunizou as experiências afetivas como namoros, amizades, viagens, conhecimento teórico e acesso a espaços de cultura e lazer. A riqueza da experiência vivenciada por alguns dos intelectuais permite-nos considerar que a participação política concorre para a saída do individualismo, do economicismo, do corporativismo e para a elaboração da consciência de classe para si próprios. É quando articulam sua realidade às determinações estruturais mais gerais que pode também ser designado como um momento em que o indivíduo rompe com o determinismo mecanicista e apropria-se de uma outra visão de mundo.

A partir dos elementos que emergem na pesquisa, podemos considerar que, durante o processo de formação de um intelectual, espaços, pessoas e leituras são fundamentais. Dessa forma, através dos depoimentos, observamos que professores, pais, colegas de sala de aula, padres, assessores da pastoral e amigos militantes foram responsáveis pelo convite para que os intelectuais junto aos quais desenvolvemos a pesquisa participassem dos movimentos dos quais fizeram e fazem parte. Essa participação consolida-se ao mesmo tempo em que se formam como intelectuais, que se fazem orgânicos em relação à sua classe e aderem a um projeto político. Porém, este não é um processo linear, porque durante o percurso, ocorrem tensões, conflitos, abandono, mudança de orientações e de perspectiva política. O próprio Gramsci (2004b) alerta para o quão difícil é este caminho.

Podemos assim entender que a formação de um intelectual é um processo lento de idas e vindas, pois sabemos que desta mesma geração outros tantos indivíduos fizeram parte dos movimentos e partidos políticos. No entanto, não se tornaram orgânicos de sua classe ou que se fizeram orgânicos para o capital de maneira que, progressivamente, aderem ao projeto burguês, sem conseguir oferecer resistências aos “encantos” desta ordem.

Embora alguns sejam contemporâneos do Regime Militar a formação desses intelectuais do trabalho foi possível também pelo ambiente político e cultural das universidades. Isto porque, mesmo em um contexto de repressão, o Regime Militar não conseguiu neutralizar completamente as oposições. Assim, o movimento estudantil assumiu o primeiro plano da contestação e da resistência, tendo em vista que desde os fins de 1960, a universidade foi um espaço catalizador de oposição de

estudantes e professores contrários ao Regime Militar. Isto contribui para formar outra visão de mundo para muitos jovens da geração da qual esses intelectuais são alguns exemplos.

Pela pesquisa observamos que a militância no movimento estudantil universitário e no movimento pastoral, principalmente a PJMP e da CPT, aliado ao contexto de politização da sociedade brasileira, nos anos de 1980, no pós-redemocratização, ensejou a formação de um “exército” de militantes dos quais a maioria dos entrevistados fez parte e foi formado. A força da mobilização política dentro das universidades públicas e a articulação de alguns professores e estudantes com movimentos sociais rurais e urbanos foram elementos cuja contribuição é inquestionável para a formação desses intelectuais em uma direção alternativa àquela predominante.

[...] a minha monografia, eu ia fazer alguma coisa ligada à acerola dentro do laboratório pra que ela tivesse mais vida quando fosse ser exportada e tal; por sorte minha, os reagentes que eu precisava eram muito caros e não tinha como conseguir fazer isso; e aí despenquei por outro lado, foi lá, pra, pra Olga [professora] e aí vamo ver o que é que eu quero estudar; aí fui estudar as migrações pelas fronteiras agrícolas e aí, isso me deu, além da história do movimento [rural], a vivência da minha monografia foi fundamental também, pra minha formação, e tal, de escolha de que lado, se é que existem lados, de que lado estar, né. E foi um aprendizado assim, muito grande, porque eu saí daqui fui lá pro Pará, viver um tempo nos assentamentos, noutra realidade, noutro processo, eu acho que amadureci, amadureci muito, neste processo de fazer a minha, minha monografia e aí, é, a ponte pra, pra que eu não sei se até agora, tá tudo interligado [...]. (FREITAS, 2007, P, 4-5)

Podemos considerar, de maneira geral, que, no processo de constituição desses intelectuais aliaram-se formação escolar com formação política, em um contexto no qual tanto nacional quanto internacionalmente a participação política era uma tônica inerente à cultura política predominante. Elementos como a existência da Guerra Fria, a influência da China e de Cuba e o fortalecimento crescente das instituições políticas contrárias ao Regime Militar brasileiro promoveram uma conjuntura de politização na qual estes sujeitos estão inseridos e participam não apenas como indivíduos atomizados, mas como sujeitos políticos atuantes e inseridos em espaços públicos.

A reconstituição de aspectos da trajetória dos entrevistados regata um movimento onde é traço marcante a formação política articulada aos interesses das classes subalternas, elemento fundamental para a constituição da visão de mundo que se traduz na participação e/ou vinculação aos movimentos e partidos políticos representantes de setores e lutas populares, como MST, sindicalismo rural e PT.

[...] depois do movimento estudantil quando eu saí da universidade, eu tinha politicamente o que eu queria, em termos de concepção de mundo, né, [sic !], mas eu nunca me vinculei a nenhum partido, nunca, em nenhum momento da minha vida, apesar de ter pensado “n” vezes de, de me vincular [filiar] ao PT, [...], mas sempre me considerei de esquerda, sempre, enfim. e profissionalmente, no trabalho, a gente sempre se vinculou a determinados movimentos que a gente achava interessante ao exemplo do MST, a exemplo do próprio movimento sindical [...] (FREITAS, 2007, p. 8)

A inserção direta nos movimentos sociais, a filiação partidária ou a vinculação indireta ao PT, através do voto, opera influências na visão de mundo desses intelectuais, e dado que se apresenta nos discursos e práticas dos mesmos. Ou seja, a pesquisa nos mostra que o movimento estudantil foi um importante mecanismo de formação política e de alargamento da visão de mundo para os entrevistados, que durante esta trajetória, foram aproximando-se de forças políticas progressistas ligadas à sociabilidade do trabalho.

[...] hoje a minha militância é nesse movimento social [feminista]; atualmente eu sou coordenadora, uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres do RN e membro da Articulação de Mulheres Brasileiras, que é nossa instância nacional [...] Estou filiada a um partido político que é o PT, mas não exerço nenhum cargo de direção; já fui da direção municipal, muito atuante na secretaria de mulheres, estou assessora da secretaria de juventude do partido aqui no estado, mas a minha atuação não é tão presente tão sistemática no partido e movimento de mulheres e feminista. [...] (BARROS, 2007, P. 2)

Embora predomine na trajetória política dos intelectuais, uma inserção política de esquerda, e que os entrevistados reconheçam que esta inserção se interliga e se faz presente em sua atuação profissional, há também, dentre os entrevistados, aqueles que apontam uma tendência à apolitização ou uma negação da dimensão política, o que torna a prática profissional estritamente técnica.

[...] você pra trabalhar,...principalmente você como técnica da área social, você tem que ter um jogo de cintura até pra poder conseguir cumprir um objetivo que você tem vontade que seja realizado; mas eu infelizmente tenho que ser muito sincera eu não tenho muito jeito pra isso. Aqui mesmo [CEAAD] eu disse; olhe, trabalho técnico é nosso; agora, trabalho político e de vocês, vocês é que têm que fazer o trabalho político que pra mim é o mais difícil, porque você tem que ter um muito jogo de cintura. Agora que é importante é. Eu considero importantíssimo, porque você pode ter a melhor técnica do mundo; uma entidade dessa [CEAAD], ela pode ter muito boa vontade de realização e tudo;mas, se não tiver a articulação política ela não sai do canto, não sai do lugar!!! Eu acho importante essa articulação política [...] (DIÓGENES, 2007, p. 4)

Esta entrevistada afirma que a articulação política é necessária. Mas, entra em contradição quando revela uma visão de mundo pela qual se examina uma fragmentação entre a ação técnica, que diz realizar e a “vocação”, que afirma não possuir. A entrevistada se refere ainda à atuação política como “jogo de cintura” e afirma que os aspectos concernentes à política são atribuições de alguns sujeitos da instituição na qual trabalha, o que demonstra uma certa “neutralidade política”. Uma das implicações da despolitização da prática profissional é que no jogo das forças sociais, a negação da política contribui para minar a possibilidade de contra-hegemonia, pois subordina a atuação profissional ao tecnicismo, reiterando o conformismo da neutralidade política, tão necessário à dominação hegemônica do capital na conjuntura atual.

Esta visão de mundo é emblemática quando articulada ao contexto político no qual esta entrevistada se encontra, pois a entidade é politicamente localizada no grupo da FETARN. Um grupo que, historicamente, apresenta uma postura mais atrelada ao Estado, mais conciliadora e menos combativa. A postura revelada pela entrevistada acerca da relação entre técnica e política também possui determinações de sua origem de classe, já que é proveniente dos grupos de grandes proprietários de terra no meio rural. Podemos considerar, diante disto, que seguem conservados aspectos de sua socialização marcada pela visão liberal-conservadora, na qual técnica e política não se articulam, e que a política é sinônimo de anarquia.

A reconstituição de elementos da trajetória de vida desta entrevistada não apresenta processos de inserção em espaços que potencialmente contribuíssem para modificar sua visão de mundo, como acontece com outros entrevistados. A

aproximação com os dados empíricos possibilitou-nos ainda detectar uma junção de elementos que explicitam a determinação de classe na formação da concepção de mundo pois, ao indagar sobre a visão a respeito dos movimentos sociais, foi-nos revelada a tendência à adoção de uma visão liberal. Isto porque a importância dada ao movimento aparece generalizada e difusa, e ainda se choca com uma noção senso comum, de que a ação dos movimentos rurais corresponde a baderna. Fica também revelado, na entrevista, o estabelecimento de limites jurídicos a serem respeitados pelos movimentos rurais principalmente pelo MST, na reivindicação de seus direitos.

[...] Eu acho importante, eu acho que tem que existir mesmo, porque sem esses movimentos, sem essa busca, se se acomodar não acontece não, eu acho até que tem que acelerar um pouco mais [...] Acelerar que eu digo assim, até pressionar... pressionar de uma forma sadia, sem baderna você pode reivindicar seus direitos, a questão da cidadania, a questão dos direitos, uma coisa que eu vejo que tá muito devagar, que eu vejo pelos contatos que a gente tem, e a questão da informação, a informação ainda precisa crescer mais, as pessoas precisam ter clareza, saber quais são os seus direitos, o que pode e o que não pode, inclusive saber os seus limites também, então eu acho que precisa melhorar muito ainda!!! [...] (DIÓGENES, 2007, p. 7)

Poderíamos indagar quais seriam os limites impostos à ação dos setores ligados ao capital para controlar sua ampliação? Historicamente, a correlação de forças entre capital e trabalho tem sido favorável ao primeiro, também porque este procura romper qualquer limite ou controle, como afirma Mészáros (2002). A partir deste entendimento, poderíamos então considerar que, em última instância, tal pensamento reitera a máxima da “liberdade para o capital” e os limites do controle e dos deveres para o trabalho. No caso específico da questão agrária, como falarmos em “limite dos direitos e deveres” para o trabalhador rural, ao observarmos a violência e falta de controle com a qual o capital subjuga os trabalhadores, via expropriação, grilagem, homicídio? Não se pode desconsiderar que foi e é através da ação dos movimentos urbanos e rurais que os direitos sociais, civis e políticos foram garantidos e se consolidaram, inclusive, na forma de lei. A este exemplo, os Planos Nacionais de Reforma Agrária, política de assentamentos, de créditos, direitos previdenciários, trabalhistas etc.

A formação dos intelectuais do trabalho também é determinada pelas influências teórico-políticas, as quais se constituíram como referências importantes para os setores de esquerda. Isto posto, de forma geral, nas esquerdas do Brasil e da América Latina, a produção intelectual de Leonardo Boff, Karl Marx e suas interpretações e Paulo Freire são influências apontadas pelos entrevistados, os quais encontram, nas idéias desses autores, os germes de sua formação política.

Não apenas para os intelectuais da nossa pesquisa esses pensadores foram referenciais relevantes, mas para gerações inteiras de jovens. E esses mesmos pensadores constituíram-se como intelectuais orgânicos das classes populares, como formadores de opinião, engajados politicamente, cujas idéias foram amplamente difundidas. São estes intelectuais que fizeram parte da disputa de idéias nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil e na América Latina, e contribuíram para formar camadas intelectuais em um contexto no qual socialismo e marxismo são referências não apenas teóricas, mas sobretudo políticas.

A formação da visão de mundo dos sujeitos da pesquisa desenvolve-se ao longo dos anos de 1980, ou seja, em uma conjuntura que estava balizada pela opção por projetos societários, que se apresentavam bem definidos, já que no contexto da Guerra Fria, o conflito capital/trabalho se expressava mais claramente do que nos dias atuais. Portanto, a condição de classe subalterna, a trajetória à esquerda, a participação nos movimentos estudantil e movimento pastoral e a vinculação a partidos de esquerda são elementos que contribuem para formar intelectuais com uma visão de mundo articulada a um projeto de sociedade, que anos depois expressar-se-ia na escolha do campo de atuação profissional e nas tendências que se observam nesta mesma atuação.

No caso desses intelectuais, a disputa pela hegemonia ideológica se travava fortemente nos aparelhos privados de hegemonia pelos quais passaram, sejam a escola, a igreja, a universidade e os movimentos sociais diversos. Tendo em vista a inserção política dos mesmos nos aparelhos privados de hegemonia, os intelectuais participaram da disputa ideológica entre projeto da burguesia e projeto das classes subalternas, de modo que, mesmo em meio aos desafios, encontram possibilidades de transformarem-se em sujeitos políticos e identificarem sua condição de classe.

Nesse sentido, a formação dos intelectuais do trabalho é um processo constante, que requer um investimento permanente na elaboração e na análise

teórica ampla, alimentada e articulada dialeticamente à prática profissional e à ação política, as quais contribuem para a formação na direção do projeto de contra-hegemonia das classes subalternas, e particularmente, dos trabalhadores rurais, pela atuação que desenvolvem junto a estes, nos assentamentos de reforma agrária.

Nesta formação, os fundamentos teóricos críticos contribuem para que os intelectuais, de posse de um instrumental heurístico eficiente, possam analisar a realidade dos assentamentos rurais, dos trabalhadores rurais e urbanos e de sua atuação, sob a ótica das relações burguesas neste momento da história da sociedade.

Um projeto de contra-hegemonia exige entender o papel do Estado e das políticas sociais para o meio rural, neste momento no qual a interferência das agências internacionais tais como Banco Mundial é direta no financiamento das ações, bem como na difusão de idéias que favorecem ainda mais a expansão do capital no campo, e a subordinação dos trabalhadores rurais aos interesses da burguesia fundiária nacional.

Uma formação articulada a um projeto de contra-hegemonia passa pela negação da massificação ou fragmentação do sujeito, de sua subsunção às leis de mercado, da despolitização da sociedade, dentre outros fetiches que o pós-modernismo ajuda a edificar. Por esta razão, o estudo teórico e a atividade prática são momentos constitutivos da atuação dos intelectuais, como podemos ver através da pesquisa. A teoria crítica pode tornar-se força material, ao ser internalizada pelas massas, e pode contribuir para o auto-conhecimento da condição de classe e para o entendimento dos fundamentos econômicos que regem a vida. Sem o entendimento a estes fundamentos, segue-se propondo alternativas que não se aproximam efetivamente do núcleo das relações sociais, contribuindo para a perpetuação destas. A pesquisa nos mostra que este aprofundamento teórico tem sido, apesar de necessário, desafiador para os intelectuais considerando as condições precárias de trabalho, como veremos a seguir.

A capacitação permanente e a ligação orgânica junto às classes subalternas e seus desafios na condições de vida e de organização são um momento riquíssimo de formação para os intelectuais, ao mesmo tempo em que fortalece o senso crítico para forjar a resistência política a partir da classe, sem messianismos ou

voluntarismos, mas a partir da análise concreta de possibilidades e limites para uma contra hegemonia.

A formação, além de definir os contornos da atividade prática, intrumentaliza os intelectuais do trabalho para a análise dos determinantes das transformações recentes do mercado, do Estado e da sociedade, e seus impactos na atuação, nas condições de reprodução social e de trabalho destes intelectuais, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 MERCADO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: REPRODUÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS INTELECTUAIS

Este capítulo destaca alguns dos principais determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária do estado do RN, a partir dos nexos entre mercado, Estado e sociedade civil na atualidade,. O foco do capítulo reside em um elemento fundamental para entender este objeto; ou seja, a relação que se processa entre Estado e sociedade civil e as contradições forjadas no movimento desta relação, as quais atingem sobremaneira o cotidiano de trabalho dos intelectuais.

Particularizados nossos sujeitos de pesquisa no universo das ONG, fazemos o esforço analítico de situar tais entidades no âmbito da sociedade civil, problematizando sua funcionalidade histórica na atual fase da ordem capitalista, e buscamos também esclarecer alguns equívocos teóricos e políticos frequentemente encontrados na análise das ONG e de sua relação com a esfera estatal. Por fim, apresentamos as condições de reprodução social e de trabalho experimentadas pelos entrevistados, no desenvolvimento de suas atividades. Reprodução social e condições de trabalho são elementos importantíssimos para a análise dos determinantes da atuação dos intelectuais trabalho. Isto porque em um contexto crescente de mercantilização que avança sobre a sociedade, as necessidades de reprodução social dos intelectuais, seja, enquanto força de trabalho seja enquanto indivíduo, passam pelos ordenamentos do mercado.

Um aspecto que merece destaque neste capítulo, é a premissa de que são as condições de reprodução social e de trabalho desses intelectuais, organizadas pelas determinações macro-estruturais advindas do mercado, tais como as mudanças no mundo do trabalho e a interferência de organismos como Banco Mundial. Ao mesmo tempo, as condições de reprodução social e de trabalho dos intelectuais sofrem diretamente os impactos da ação do Estado e especificamente das formas através das quais as política sociais para o campo estão estruturadas.

3.1 A Relação Estado e sociedade civil: os intelectuais do trabalho e as ONG no contexto dos assentamentos de reforma agrária do RN.

Para entender a trama dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos assentamentos de reforma agrária norte-riograndense a partir da dialética entre a sociedade civil e o Estado, é necessário entender alguns indícios desta relação no Brasil, bem como alguns condicionantes que o mercado impõe nesta relação.

No caso dos intelectuais do trabalho, sua atuação é inflexionada por um feixe de relações que põem de um lado as ONG como partícipes da sociedade civil e cujo financiamento é obtido predominantemente por meio da máquina estatal; e de outro, o Estado, como gestor, financiador e fiscalizador de políticas e ações sociais voltadas para o meio rural brasileiro e nordestino-grandense.

O cenário contemporâneo no qual se insere nosso objeto de estudo remete ao estágio de desenvolvimento e complexificação das sociedades modernas e particularmente, ao fenômeno de ampliação da esfera estatal tratada por Gramsci (2007), processo através do qual “[...] o conceito de sociedade civil é meio privilegiado pelo qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista de Estado” (COUTINHO, 2003, p.112). A consciência que apresenta Gramsci acerca da ampliação do Estado deve-se ao fato de que este autor experimenta uma época em que se generalizou o fenômeno estatal. Com isto pôde ver como a intensificação dos processos de socialização da política toma corpo nos países ocidentais a partir do fim do século XIX.

Neste período, a criação de grandes sindicatos e de partidos de massa, e a conquista do sufrágio universal foram indícios do surgimento de uma esfera social nova, qual seja, a sociedade civil, instância relativamente autônoma em relação ao mundo da produção e aos aparelhos repressivos de Estado. A esta, Gramsci chamará também de trama privada e de aparelhos privados de hegemonia; ou seja, organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente, e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Em síntese, a sociedade civil é então formada pelo conjunto de organizações tais como igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais etc, responsáveis pela elaboração das ideologias e pela organização material da cultura.

Entendemos o Estado não apenas com a função de assegurar força e coerção, mas também como instância cuja função é de organização e regulação da vida social para a qual necessita de legitimidade e consenso para garantir sua permanência e viabilidade em termos econômicos e políticos.

Nesse sentido, Gramsci (2007) atento a complexificação do Estado e à necessidade que este apresenta, de obtenção de legitimidade, destaca não apenas a dialética da coerção e do consenso. Destaca também o caráter de classe do fenômeno estatal, indicando o movimento de ampliação do mesmo fenômeno, ao descobrir os aparelhos privados de hegemonia e o papel que estes desempenham na obtenção do consenso político. Na ampliação do fenômeno estatal, a sociedade civil passa a ser, portanto, uma determinação do conceito de Estado, de forma que se estabelece uma relação dialética entre ambos e que este Estado comporta duas esferas principais: a sociedade política, Estado restrito, e a sociedade civil, elaboração e difusão da ideologia.

Como salientamos no capítulo primeiro, o Estado brasileiro, historicamente, tem respondido preponderantemente às determinações dos interesses de grupos ligados ao capital. No entanto, se é por meio das contradições que analisamos a realidade, atentamos para as formas pelas quais alguns dos interesses dos grupos subalternos se fazem também representar no âmbito estatal⁸³.

A realidade das lutas por reforma agrária é exemplar da forma como as classes subalternas se fazem representar frente à sociedade em geral, e mais especificamente na direção da esfera governamental. Isto posto, a organização política dos trabalhadores rurais que se vê “oxigenada” a partir de meados de 1990 é, ao mesmo tempo, o motor da retomada do debate público da reforma agrária no país, da luta de classes em torno da propriedade territorial e da resposta governamental à problemática da terra e dos meios para nela permanecer.

⁸³ Com vistas a superar uma confusão teórica que se instala no debate sobre as concepções de Estado e instituições da sociedade civil, Petras (1999) e Montañó (2003), estabelecem uma distinção entre Estado e governo. Esta distinção, segundo os autores, é necessária, particularmente, no que diz respeito à relação entre as organizações do chamado “terceiro setor” e à lógica da política de governo. Em tal direção, para qualificar esta relação, Petras (1999), define o Estado como instituições com certa permanência estrutural, e o governo como instituições temporais. Já MONTAÑO (2003), considera que pode o governo também ser identificado como gestão ou administração de dado período. Assim, concordamos com estes autores quanto a necessidade de distinguir Estado e governo, no sentido de superar os equívocos teóricos e políticos, geralmente presentes no debate contemporâneo acerca da relação entre Estado e sociedade civil.

Não obstante à presença de fortes interesses políticos contrários a reforma agrária, o acúmulo de forças dos movimentos sociais rurais, o fôlego das ocupações do Movimento Sem Terra e sua repercussão no governo, na mídia, na academia, e junto a outros movimentos sociais possibilitou uma disputa de cunho ideológico e político que obriga, ainda na década de 1990, o Estado a responder as reivindicações e as lutas pautadas pelos movimentos rurais.

As primeiras ações governamentais deste período, meados de 1990, foram de caráter emergencial e se traduziram, essencialmente, nas desapropriações e no assentamento das famílias sem terra. Dados coletados mostram que o número de assentamentos aumentou significativamente na década de 1990 (ARAÚJO, 2005). As outras medidas mais efetivas foram a implementação do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do serviço de assistência técnica, voltados para assentamentos rurais, consubstanciado no Projeto Lumiar.

Muito embora não houvesse, a partir de 1995, um plano governamental estratégico de ações voltadas para a resolução das lutas por reforma agrária, observamos conquistas parciais dos movimentos rurais mesmo considerando o conjunto de forças contrárias⁸⁴ à reforma agrária, forças estas integradas no governo, em suas diferentes esferas, municipal, estadual e federal.

A resposta parcial do governo frente à luta dos movimentos rurais remete à correlação de forças na sociedade em disputa por hegemonia, processo que,

[...] pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial [...] (GRAMSCI, 2007, p.48).

Assim, sem abrir mão do “essencial”, que é o fundamento econômico, o Estado até então “adormecido” para a reforma agrária, promove uma intervenção que se diferencia de outros momentos da história recente do Brasil.

⁸⁴No Brasil, podemos apontar como os principais grupos contrários à reforma agrária a União democrática ruralista (UDR), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a sociedade Rural Brasileira (SRB). Destaca-se, portanto, a UDR, que é uma organização criada em meados dos anos 1980, como uma das respostas dos setores de oposição ao I Plano Nacional de Reforma Agrária. Esta organização disputa poder com as entidades patronais já existentes (CNA e SRB). E em pouco tempo, ganha espaço nos meios de comunicação e porta-vozes no Congresso Nacional. Nos finais dos anos de 1980, a UDR foi extinta, mas seus interesses permanecem até hoje no Congresso Nacional, representados pelo chamado bloco ruralista.

Após um período de anulação e silenciamento da luta por terra que ocorre entre o final dos anos 1980 até meados de 1990, dadas as sucessivas derrotas políticas dos movimentos rurais, a década de 1990 é um momento em que o Estado, por força da organização e pressão dos trabalhadores rurais, responde mesmo que precariamente, a uma demanda legítima da sociedade civil e particularmente, de um segmento das classes subalternas, ou seja, a dos trabalhadores rurais sem terra.

É óbvio que a intervenção estatal na questão agrária não ocorre sem problemas. A intervenção do Estado se deu tanto através do consenso quanto da coerção e da repressão. Concomitante ao crescimento das desapropriações de terra na segunda metade da década de 1990, ocorriam em todo território nacional expulsões, mortes e prisões de trabalhadores rurais e de seus dirigentes políticos⁸⁵.

Um outro movimento da sociedade civil que se observa neste cenário da luta por terra é que, tendo em vista as ações governamentais voltadas para os assentamentos rurais, outros sujeitos entram em cena: as ONG as quais assumem lugar de executoras de ações, programas e projetos financiados pela esfera estatal, processo este que se generaliza no país e que se realiza pela via da descentralização político-administrativa do Estado.

A descentralização é um processo contemporâneo, compreendido como

[...] transferência da autoridade e de poder decisório de instâncias mais elevadas para outras unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala. [...] (ARAÚJO, 2005, p.248).

Porém, em detrimento de um processo de descentralização, o que ocorre comumente no Brasil é o fenômeno da desconcentração, que representa tão somente a distribuição das responsabilidades de execução de atividades, programas e projetos para estados e municípios, sem poder de decisão política nem orçamentária.

Historicamente, a descentralização foi uma bandeira política de setores progressistas da sociedade civil, para garantir maior controle social das ações do

⁸⁵ Ao ministrar a disciplina “Questão Agrária e Urbana no Brasil” (no DESSO/UFRN), desenvolvemos entre os anos de 2002-2005, como uma das atividades iniciais, a pesquisa “mídia e questão agrária”, momento no qual através de jornais e revistas de circulação nacional e também na Internet, buscamos identificar junamente com os alunos, as formas como os meios de comunicação veiculam opiniões a respeito da questão agrária e da ação dos movimentos sociais. Neste levantamento a violência no campo é elemento flagrante.

Estado. Entretanto, no lugar de uma descentralização com controle social, o que tem ocorrido é transferência de atribuições estatais públicas para a sociedade civil. Este fenômeno encontra expressão concreta através da instituição de parceria entre o Estado e as diferentes instituições da sociedade civil.

Segundo Abreu (2002), os critérios de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil, encontram-se definidos através da Lei nº 9.790, de 25-03-1999 pela qual são definidas as medidas de contratação indireta dos serviços de apoio administrativo. Estas ações estão subordinadas à lógica do processo de reforma do Estado, cujo desenho se expressa em quatro setores: núcleo estratégico (leis e políticas); atividades exclusivas (serviços onde se exerce o poder privativo do Estado tais como impostos, policia etc); serviços não exclusivos (setor onde atua o Estado, com outras organizações públicas não-estatais e privadas); e ainda o setor produção de bens e serviços para o mercado (área de atuação das empresas).

Nesse sentido, os mecanismos políticos e administrativos do Estado, sob a lógica do neoliberalismo, permitem a contratação de entidades da sociedade civil para desenvolver um leque de ações ou “serviços não exclusivos” da esfera governamental nas diferentes políticas sociais. Particularmente, no que tange ao meio rural, as políticas e programas voltados para os assentamentos rurais, dentre os quais assistência técnica, serviço prestado tradicionalmente pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) passa a ser executado por entidades da sociedade civil, especificamente por ONG.

Em recente pesquisa acerca dos assentamentos rurais Araújo (2005) entende que

[...] a limitação de recursos humanos e materiais do INCRA, originada da política do governo federal destinada ao pretenso programa de reforma agrária, aumenta a necessidade de parceria entre as organizações governamentais direta ou indiretamente envolvidas com a questão da luta por terra e destas com as principais entidades representativas dos trabalhadores e ONG [...] (p. 173).

Ao longo dos anos de 1990, as instituições responsáveis pela condução da política de reforma agrária, sobretudo o INCRA, passou por um desmantelamento estrutural no que concerne aos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura. A defasagem e o sucateamento deste órgão de governo federal seguem a tendência

de enxugamento da ação estatal na área social, mas simboliza também a falta de prestígio que a reforma agrária logrou nos sucessivos governos⁸⁶.

Embutida na dificuldade dos órgãos governamentais em efetivarem uma política de reforma agrária eficiente está a correlação de forças políticas entre os grupos econômicos ligados ao poder fundiário, presentes dentro e fora do Estado, e os trabalhadores rurais e seus movimentos. Neste cenário de disputas de projetos, o Estado tende a responder de forma subordinada às demandas dos trabalhadores rurais dada a influência de setores como o agronegócio, que tem também colocado demandas econômicas para o Estado. As necessidades dos grupos ligados ao agronegócio abrangem desde a requisição de força de trabalho qualificada⁸⁷, o perdão das dívidas dos empresários rurais, a diminuição de juros para importação/exportação, até a manutenção de leis que garantam os atuais índices de produtividade agrícola.

A disputa entre dois conformismos de um lado, os interesses dos trabalhadores rurais e de outro, do capital agrário tem determinado a ação do Estado diante da sociedade civil. Nesse sentido, a parceria que vem sendo efetivada entre Estado e sociedade civil supõe, na verdade a terceirização de entidades e de profissionais para a realização de atividades não exclusivas da máquina estatal. Na particularidade da reforma agrária, a predominância do conformismo burguês de bases agrárias contribui para que a demanda por políticas de assistência técnica e outros direitos dos trabalhadores rurais tenham sido respondidos de forma parcial, temporária e precarizada, como analisaremos melhor no item seguinte.

A nossa pesquisa evidenciou a predominância de parcerias realizadas entre as ONG analisadas e o governo, pela via da licitação pública; apenas duas ONG afirmaram possuir convênios com agências internacionais. Conforme destacaram os

⁸⁶ Em SILVA, E. A da. "A Relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática". dissertação. de Mestrado em Serviço Social, UFPE,. Mimeo, 2002 encontramos uma análise mais detalhada sobre a luta por terra e a resposta governamental entre o período do Regime Militar e o governo de Fernando Henrique Cardoso. Respostas que durante os governos militares se constituíram, essencialmente, como projetos de colonização, e pela introdução de inovações tecnológicas na agricultura. Já durante os governos civis, as respostas foram basicamente a criação de assentamentos rurais e de algumas linhas de crédito, a exemplo do PRONAF.

⁸⁷ Em recente artigo da Revista Isto é, de 19 de Março de 2008, foram apresentadas as carreiras mais promissoras do mercado. Neste rol de profissões, a engenharia civil, a tecnologia de informação e a gestão de agronegócio são consideradas como as áreas do "eldorado de oportunidades de trabalho". Assim, o agronegócio tem demandado um número crescente de jovens que ainda não tenham ao menos concluído os cursos de graduação, e oferecem estágios e convênios com as principais instituições de formação superior, inclusive as públicas.

entrevistados, a burocracia excessiva das licitações realizadas pelo MDA/INCRA tem contribuído para criar problemas que interferem na composição das equipes de trabalho e na produção agrícola dos trabalhadores rurais em seus lotes. A demora da licitação desagrega as equipes, pois o período de renovação pode levar de um a dez meses, o que deixa os profissionais na incerteza de continuidade do programa. Além disto, a demora dos convênios interfere na produção agrícola porque, mesmo que os trabalhadores tenham acesso a sementes e créditos, a falta de orientação técnica e social compromete o plantio e a colheita. No ano de 2007, em vista da demora do convênio, os trabalhadores rurais tiveram sua produção agrícola comprometida, além de ficarem desmobilizados politicamente e sem interesse em novamente participar das atividades propostas pelas ONG, aspecto que aparece geralmente na visão dos entrevistados e de agentes do governo como desinteresse dos trabalhadores em participar dos programas.

No entanto, discordamos desta visão, e supomos que reside, na ação intermitente do Estado, uma explicação para o entendimento da “apatia” e do desinteresse, tão presentes no cenário rural. O que ocorre é que a reforma agrária se trata de uma ação estatal necessária e obrigatória. Porém, as condições precárias e intermitentes das ações de governo para os assentamentos rurais têm contribuído para o aprofundamento da desmobilização dos trabalhadores rurais.

O contexto das lutas por reforma agrária no país e as respostas estatais colaboraram para que, ao longo dos últimos dez anos, muito se questionasse acerca da cultura política e da participação/desmobilização nos assentamentos rurais, tendo como ponto de partida o desinteresse dos trabalhadores em participar politicamente das associações, dos sindicatos e dos programas governamentais⁸⁸.

Neste contexto, as ONG são chamadas pelo Estado a “superar a apatia política”, “contribuir com o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos rurais” e a “transformar o trabalhador rural em empreendedor”. De maneira geral, o que ocorre é que as novas relações que se tecem entre o Estado e a sociedade civil concorrem para que as ONG sejam convidadas a serem parceiras do Estado, na

⁸⁸ Durante a última década, foi revitalizado nos movimentos sociais e na academia o debate acerca do tema da participação política dos trabalhadores rurais, sob diversas perspectivas: do controle social, da cultura política, do poder local etc. Recentemente, os trabalhos de SILVA, Marleide Moura da (2007) e SILVA, Marilene Moura da, (2007), dentre outros, revigoram alguns temas que compõem a problemática da reforma agrária.

perspectiva da administração de um consenso político de que estaria em curso, no Brasil, um amplo e democrático processo de reforma agrária.

Assim, podemos inferir que as ONG estão implicadas nos processos de ajuste estatal, e são parte contraditória da ação governamental, sob os marcos do capital. E, portanto, não estariam fora da máquina estatal, como afirmam alguns autores⁸⁹.

A proliferação de ONG, especialmente no campo, é um fenômeno típico dos anos de 1990, e acompanha as mudanças que ocorrem no mercado, no Estado e na sociedade. Estas mudanças estão relacionadas a mudanças no mundo do trabalho e no Estado, e são facilitadas pela tendência de terceirização de serviços públicos. Ao mesmo tempo, a inserção das ONG no meio rural é um dos resultados da atuação e pressão dos movimentos rurais, que durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso obtêm algumas conquistas, que se materializam através de recursos para programas e projetos de reforma agrária. A maior parte das ONG que atuam no meio rural do RN são resultantes destes processos que envolvem Mercado, Estado e sociedade civil e que se arrolam a partir de 1995.

Estas ONG se organizam em redes, para captar recursos governamentais. Esta tendência de articulação em redes é uma estratégia econômica e política de sobrevivência das ONG, mas responde também às determinações que seus financiadores impõem por meio de parcerias entre instituições locais como forma de fortalecimento da “sociedade civil”. Nesse sentido, a rede pardal se constitui em uma reunião de ONG que se articulam pela identidade política e para a captação de recursos públicos ou privados. Ou seja,

[...] A Rede Pardal é um conjunto de 8 ou 9 instituições que, que têm algumas bandeiras, assim, trabalhar a agroecologia, ou tenta né, a agroecologia dentro da economia solidária, trabalha com gênero, trabalha com juventude. Então, esse conjunto de entidades tem essas temáticas fortemente na sua ... Tem uma missão muito próxima aqui no estado, e ela tá se reestruturando. A gente fez planejamento recentemente e agora a gente tá buscando... Que é uma postura da AACC, de não tá concorrendo com as instituições. Então, se tem um

⁸⁹ A respeito da atuação das ONG no campo e do crescimento do terceiro setor, Gohn (1997) tece uma análise, atentando para o fato de que a ação destas entidades, geralmente, dá-se no âmbito do poder local, espaço no qual as mesmas aparecem como mediadoras entre Estado e sociedade civil. A autora aponta estas entidades como executoras das atividades de interesse público, fora da máquina governamental, com custos menores e maior eficiência.

financiamento pra isso, a AACC busca, chama as outras instituições pra fazer junto. Desse lado aqui só tem a [TECHNE sic !]... A gente tem o projeto da SAP [⁹⁰Secretaria de Agricultura e Pesca] com a Secretaria de Agricultura Familiar que a gente fez com a TECHNE; foi feito um outro com as instituições lá na região Oeste é, esse da... com a União Européia; foi a AACC que foi atrás que correu e propôs à Rede. Mandamos um também para o [MDA sic !], tá lá pra ser avaliado [...] (FREITAS, 2007, P. 1)

No Rio Grande do Norte, as ONG que atuam no meio rural se encontram divididas em dois grandes blocos: um bloco que agrega organizações ligadas à FETARN e outro bloco no qual se articulam organizações ligadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). A Rede Pardal se localiza no bloco de oposição a FETARN, e surgiu na segunda metade dos anos 1990, quando o Fórum do Campo (Focampo) formado pelas principais entidades atuantes no meio rural do RN, incluindo setores da Igreja Católica e da FETARN, discutiam a proposta de uma assistência técnica para o estado. As divergências quanto à gestão das ações provocaram um “racha” político entre as entidades apoiadoras da FETARN e aquelas de oposição. É desta forma que as ONG oponentes à direção política da federação criam a Rede Pardal.

Em meio a criação da Rede Pardal, observamos como os conflitos intra-classe ocorrem no meio rural, e como FETARN e FETRAF e seus intelectuais trabalham na perspectiva de obtenção de hegemonia junto aos trabalhadores rurais, e ainda como os intelectuais atuam na elaboração de propostas, na preparação e formação de dirigentes, na elaboração da estratégia de mobilização dos trabalhadores e, ainda, nos processos eleitorais. Os conflitos intra-classe no campo não são fenômeno recente, mas tomam novas nuances a partir da atuação do MST e da clara distinção entre este e o movimento sindical rural no que toca as estratégias de ação. No que tange à existência desses conflitos, entendemos que os mesmos embora tragam à tona a heterogeneidade dos movimentos rurais e de suas estratégias políticas, tornam explícita a dificuldade deste segmento em consolidar uma proposta de contra-hegemonia, tendo em vista o agravamento dos conflitos internos os quais têm se tornado mais evidentes, o que pode causar uma cisão ainda maior neste segmento de classe

⁹⁰ Grifo nosso

Interessante ressaltarmos que a criação da Rede Pardal contribui para fortalecer a oposição sindical à FETARN, o que se consolida no ano de 2003 na criação da Fetraf-RN. No processo de criação e consolidação da oposição sindical, a atuação dos intelectuais foi fundamental para questionar a hegemonia da FETARN e esboçar uma proposta contra-hegemônica para a organização do movimento sindical rural no estado, processo que se arrola em todo o país (MEDEIROS, 2002).

Além da atuação eminentemente política desempenhada pela Rede Pardal junto às organizações sindicais dos trabalhadores rurais a articulação em rede destas entidades atende também ao propósito de sobrevivência das instituições e dos profissionais, e de seus empregos, de forma a evitar a concorrência entre os componentes deste campo político, bem como desenvolver uma política pela qual as instituições mais antigas, de maior porte e com mais capacidade de captação financeira contribuam com aquelas menos estruturadas. Ou seja, podemos compreender esta tendência da ONG na formação de redes de articulação como uma estratégia de estabelecimento das alianças políticas, na perspectiva de fortalecimento do seu bloco político, frente à hegemonia da FETARN. De acordo com a pesquisa observamos que além das ONG que compõem a Rede Pardal, o arco de aliança se realiza também com movimentos sociais, como de feministas, de sem-terras etc. A ampliação das alianças políticas é uma estratégia fundamental para o fortalecimento de um projeto de contra-hegemonia.

Muito embora haja busca por parte das ONG pelo financiamento internacional, predomina a tendência de articulação financeira com agências de governo. Um dado interessante que aflora em nossa pesquisa é que, no período histórico atual, no qual o partido de sustentação do governo federal possui uma trajetória de esquerda, fez com que vários membros de ONG passassem a fazer parte das agências governamentais, complexificando ainda mais a análise da relação entre Estado e sociedade civil nesta conjuntura. Isto gerou uma confusão de papéis, tendo em vista que, neste momento, os movimentos sociais estão, ao mesmo tempo, reivindicando respostas do Estado, propondo suas plataformas, executando ações, fazendo controle social, e ainda avaliando algumas ações, conforme nos mostra uma das entrevistadas

[...] Você está conversando com o MST..., então é muito confuso pra gente, mas é bem típico deste governo, né. Os movimentos

estão lá agora reivindicando e executando fazendo o controle social e avaliando, e propondo e executando novamente. Então é uma coisa bem complexa [...] (FREITAS, 2007, p. 1).

Dessa forma, é possível observarmos como ocorre essa transição de membros de organizações da sociedade civil para agências de governo. Por exemplo, atualmente, a Superintendência do INCRA e a Delegacia Regional do MDA tem à frente ex-membros de algumas ONG e ex-parlamentares do Partido dos Trabalhadores, respectivamente.

Esta transição dos membros de movimentos sociais para o governo foi por nós observada durante a pesquisa, como um movimento que tem gerado, para alguns entrevistados, uma dificuldade de entendimento acerca das competências do Estado e da sociedade civil. Este fenômeno é bastante ilustrativo do tempo presente, no qual as determinações capitalistas, ao interferirem na função do Estado, modificam-na. E neste processo, transfere parte das responsabilidades para a sociedade civil, o que tem criado certa confusão na análise e no desempenho de funções da sociedade. Porém, esta “confusão” desempenha relevante papel na formação de uma dada visão de mundo, neste momento histórico, contribuindo para afirmar a necessidade de “todos” tomarem a iniciativa na resolução dos problemas sociais.

Portanto, a relação Estado/sociedade civil, dada a complexificação da conjuntura nacional, expressa-se na realidade objetiva, de forma que há, entre os entrevistados, uma grande diversidade de concepções acerca da relação com o Estado. Há desde aqueles que analisam o Estado, nas diferentes esferas, como parceiro, estabelecendo uma relação de colaboração de classes, até aqueles que identificam uma “boa relação”, de forma acrítica; e ainda aqueles que procuram propor, na perspectiva de ver suas sugestões incorporadas nos programas de governo, até os que apontam uma postura mais crítica em relação às ações governamentais, sobretudo, no tocante às políticas sociais, atentando, inclusive, para as diferenças na posição do Estado em relação à sociedade civil.

[...] Com o Estado nós temos alguns convênios com Estado através de projetos que a gente conseguiu financiamento pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o Estado nós temos algumas críticas à ação do Estado, mas agente tem tido uma relação de diálogo com Estado. Tem sido muito difícil porque o Estado coloca muitas limitações às ações dos profissionais dos projetos, mas a gente tem conseguido dialogar; agora nós do CEAHS, a gente nunca perdemos de vista mesmo tendo projetos

financiados pelo Estado, do nosso lugar enquanto sociedade civil porque uma coisa é ser Estado outra é ser sociedade civil. O CEAHS sempre se posicionou nos espaços públicos e na relação com Estado de forma muito crítica, sem perder o nosso lugar, porque a gente não é o Estado agente é Sociedade Civil e agente não pode ser cego a determinadas posições e posturas que o Estado brasileiro tem colocado, principalmente, na execução das políticas públicas. Então a gente tem uma leitura crítica disso. A gente faz a crítica, agente é muito respeitado pelos órgãos do estado e a gente mantém uma relação de cordialidade e de diálogo sem perder a capacidade crítica. Não é porque a gente tá recebendo financiamento que a gente vai ficar calado diante de limitações e dificuldades que o Estado coloca na execução das políticas públicas [...] (BARROS, 2007, p. 15)

Nesta entrevista, ficou bastante evidenciada uma visão crítica em relação as diferenciações nas funções exercidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Alerta-nos a entrevistada que o fato de receber recursos públicos não significa, necessariamente, manter-se subordinado às ordens governamentais, perder a capacidade de crítica e nem tampouco calar-se diante da condução que o governo federal vem imprimindo as políticas sociais.

No entanto, uma outra visão se apresenta na pesquisa. Estamos nos referindo a uma visão mundo cuja perspectiva é a do estabelecimento de parcerias e de colaboração com o Estado nas suas diferentes esferas, municipal, estadual e federal

[...] Nós somos parceiros né? Somos colaboradores, na realidade nós temos que ter o máximo de contato possível porque nós trabalhamos em várias cidades e não seria possível nós trabalharmos independente, até porque existem vários programas dentro do assentamento. Existe o transporte escolar, existe o PSF, existe o PDS (Programa de Desenvolvimento Solidário), como é que eu posso dizer é...a medida do possível nós estamos sempre em sintonia com a prefeitura, [quando] vamos desenvolver alguma atividade no assentamento que envolva um grupo maior, informamos aos municípios, convidamos, levamos ao conhecimento da Secretaria de Saúde, de Educação, a Secretaria de Ação Social. Nós sempre procuramos estar em parceria. É boa a relação [...] (CAVALCANTE, 2007, p. 11-12)

Diante deste variado leque de visões, é importante afirmarmos que no que tange à questão da batalha hegemônica, posições a-críticas de colaboração e de parceria, a partir de uma concepção de sociedade civil e de Estado pouco esclarecidos, contribuem sobremaneira para reforçar a correlação de forças vigente.

Neste movimento, os dados da pesquisa indicam alguns aspectos controversos da relação entre Estado e sociedade civil. E, neste sentido, tornam-se evidentes algumas contradições: o Estado convoca as ONG para atuarem, mas ao mesmo tempo, lhes imprime dificuldades de ordem financeira e/ou burocrática. Outra questão reside no entendimento da posição das ONG em relação ao Estado, quando do desenvolvimento de ações financiadas com recursos públicos. É comum a “perda” ou dissolução da identidade política dessas entidades, frente à estrutura governamental. Aqui retomamos a questão da formação dos intelectuais, tratada no capítulo anterior. Ou seja, predomina entre os entrevistados, uma vaga noção de Estado e uma dificuldade de leitura da função da esfera estatal sob a lógica do capitalismo contemporâneo, bem como um obscurecimento da real função da sociedade civil e de sua relação com a sociedade política.

Assim, a qualificação teórica e política desta instância é estratégica para a atuação dos intelectuais do trabalho, para que os mesmos possam empreender uma análise crítica desta relação. O desafio reside em não perder de vista a localização política das ONG enquanto parte da sociedade civil, dado que isto pode contribuir para a perda da criticidade da sociedade frente ao Estado, fenômeno que se generaliza atualmente.

A crítica é um momento fundamental na relação entre Estado e sociedade civil, na perspectiva da alteração das correlações de força política favorável ao trabalho. “Dissolver” a sociedade civil, ou parte dela, na trama do Estado, implica o seu enfraquecimento. E, como consequência contraditória, o fortalecimento do Estado, diante daquela. Este processo enviesa e equivoca a necessidade de fortalecimento da sociedade civil como parte da estratégia global de democratização da sociedade. Além do mais, a história brasileira aponta para a tendência de fortalecimento constante do Estado. Nesse sentido, a clareza do papel das ONG enquanto sociedade civil, e também o entendimento desta instância e de sua função na sociedade é vital no momento de ofensiva capitalista, como este onde o Estado tende a aglutinar forças cada vez mais em defesa do capital.

Ainda no que toca à relação Estado e sociedade civil há um *marketing* exagerado no sucesso obtido pelas ONG no desempenho de suas atividades. Os principais argumentos justificadores deste êxito se relacionam ao fato de que são mais próximas da população, promovem participação local, definem

desenvolvimento como processo, pregam o controle social das ações estatais, são mais flexíveis, são mais democráticas do que agências governamentais ou privadas, administram melhor os recursos e são menos burocráticas dentre outros.

Em que pesem, em alguns casos, a veracidade destes elementos é necessário revelarmos que

[...] o êxito das ONG, bem como a própria definição de êxito estão sujeitos a uma ampla gama de critérios econômicos decididos pelos governos nacionais ou pelas instituições financeiras internacionais- critérios sobre os quais nem as ONG nem os pobres, de quem elas são supostamente sócias, exercem o menor controle. [...] (PETRAS, 1999, p.87).

O consenso em torno do êxito das ONG mascara a realidade geral dessas organizações, em função do caráter sazonal dos projetos e programas executados, da dependência em relação às agências governamentais, às agências internacionais privadas, da presença quase recorrente de vínculos empregatícios sem direitos trabalhistas ou previdenciários e de baixos salários. Aspectos em geral, obscurecidos nas análises acerca do fenômeno das ONG as quais em geral, tendem a ressaltar os êxitos e a velar as dificuldades estruturais inerentes ao contexto das mesmas.

Observamos, através da pesquisa, uma tendência das ONG a superestimarem sua autonomia em relação aos financiadores, sejam governamentais ou privados. A realidade empírica com a qual nos deparamos aponta que a autonomia se processa em relação apenas às metodologias e técnicas de trabalho, já que, no caso do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) para reforma agrária há um Manual Operacional⁹¹ (Brasil, 2004b) no qual estão previamente definidos os temas de trabalho, metodologias e conteúdos a serem trabalhados. Enfim, essa realidade não parece muito indicar a existência de uma autonomia absoluta, como apontam alguns dos nossos entrevistados. No limite, trata-se de uma autonomia relativa, com inúmeras restrições, sejam orçamentárias, seja na escolha do público de trabalho, seja no período de execução ou nas condições de trabalho.

No caso dos financiadores estrangeiros, o controle é mais flexível, pois ficam as ONG encarregadas de enviar relatórios no encerramento dos convênios, para

⁹¹ Referimo-nos à Norma de execução nº 39, do INCRA, de 30 de março de 2004.

prestação de contas. E, em alguns casos, há visitas para fiscalizar mais de perto a aplicação dos recursos. Entretanto, no que concerne as agências nacionais de governo, estas têm exercido uma ação mais fiscalizadora junto às ONG dadas, as denúncias de desvio de recursos públicos e de corrupção envolvendo estas entidades nos últimos anos.

Isto posto, os equívocos no entendimento acerca das ONG e de sua funcionalidade histórica, neste momento, desprezam aspectos como a ofensiva do capital, a contra-reforma do Estado e a difusão do pós-modernismo. Destarte, convencionou-se considerar que seriam as ONG componentes de um “terceiro setor” o qual seria distinto do Estado, primeiro setor, do mercado, segundo setor, e seria composto pelas ONG, fundações, associações comunitárias, movimentos sociais etc. Assim, de forma indiscriminada as ONG têm sido compreendidas enquanto parte da sociedade civil, e particularmente integrante de um pretenso terceiro setor⁹², no qual se localizariam de forma idêntica aos sindicatos, aos partidos políticos, às organizações filantrópicas, entre outros..

É fato que as ONG passam por transformações em sua natureza e intervenção, desde o processo de sua emergência, principalmente na América Latina. No cone Sul, a partir dos anos 1970, as ONG desempenham papel importante no que tange à participação de grupos subalternos, particularmente nas áreas de educação e de organização popular. Nos períodos que compreenderam os regimes militares no continente sul-americano, as ONG trabalham em estreita cooperação com as organizações populares, fornecendo apoio sócio-político e treinamento organizacional. Porém, com a abertura democrática, as ONG, começaram a mudar as suas atividades: deixaram de fornecer apoio organizacional,

⁹² Em Montañó (2003), encontramos uma crítica ao termo “terceiro setor” e algumas debilidades teórico-conceituais. A primeira inconsistência parte de uma noção dicotômica entre público e privado. Nesta perspectiva, “o terceiro setor” seria a solução de tal dicotomia. Seria este “novo setor” um ponto de intersecção entre ambas esferas. A segunda tem a ver com a sua composição; ou seja, quais entidades seriam partícipes desta “nova” esfera pública híbrida? Neste aspecto não há consenso, e podem reunir-se desde ações de cunho religioso, assistencialista, iniciativas individuais, até mesmo partidos, movimentos, manifestações pacíficas. A elasticidade do conceito permite englobar um grande número de ações e iniciativas, de forma indistinta, mas que, em geral, não é considerado o componente de classe social como determinante. A terceira debilidade se apresenta pela confusão em relação às categorias integrantes. Neste sentido, participariam desde as ONG, organizações sem fins lucrativos, associações comunitárias, até ações sociais de vereadores, Fundação Roberto Marinho, grupos e ações culturais, que podem ser denominadas como componentes do “terceiro setor”. E a quarta e última debilidade situa-se reivindicação do estatuto de setor não governamental ou autogestionado e não lucrativo. Como poderiam pretender tal qualificação, dada sua relação de dependência em relação ao Estado ou a agências financiadoras?.

e passaram a implementar projetos de desenvolvimento, em nome das agências de desenvolvimento internacional e governamentais. (PETRAS, 1999).

As ONG, no Brasil, e na América Latina, desempenharam papel relevante na resistência ao Regime Militar, e fazem parte do conjunto das forças democráticas que lutaram pela abertura política. Uma das heranças deste processo é que no Brasil gesta-se a partir dos fins de 1970 e ao longo dos anos 1980, uma oposição entre Estado militar e sociedade civil, a qual buscava organizar-se na luta contra este tipo de Estado ditatorial. Decorre deste período uma dicotomia no par conceitual Estado/sociedade civil.

O fim do Regime Militar não superou essa dicotomia, traduzindo-se posteriormente em uma visão pela qual a referência a sociedade civil e tudo a ela articulado era visto como positivo. E, de forma oposta, qualquer referência ao Estado traduzia-se rapidamente em negatividade. No senso comum, torna-se impregnada a idéia de que o Estado é o reino da inoperância, da burocracia, da corrupção; enquanto que a sociedade civil indefinida é o reino da liberdade, da democracia, da eficiência. Ora, trata-se de uma visão mecânica e engessada temporal e politicamente, mas extremamente funcional à privatização do Estado pelos interesses do capital e ao apelo à ação voluntária da sociedade civil na gestão dos problemas sociais.

Petras (1999), ao fazer uma análise das limitações institucionais às quais são expostas as ONG na realidade boliviana, apresenta um estudo realizado pelo Ministerio de Asuntos Campesinos y Agricultura da Bolívia (MACA), financiado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), o qual chegou à conclusão de que

[...] as ONG e as agências governamentais apresentam problemas semelhantes na coordenação de suas atividades e no grau de alcance dos presumidos beneficiários. O estudo estimou que para cada 100 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social realizado pelas ONG, somente cerca de 15 a 20 dólares chegaram até seus beneficiários finais. Maior parte do restante era utilizada para pagar encargos administrativos e salários profissionais [...] (PETRAS 1999, p.87).

Na realidade brasileira e segundo a pesquisa por nós realizada, temos observado uma tendência de redução de envio de recursos para América Latina, além do fato de que as financiadoras têm se recusado em financiar pagamento de pessoal e salário apostando na ação voluntária. Além disto, o agravamento da

questão social na África, no Leste Europeu e na Ásia tem mudado a destinação de recursos da cooperação internacional para estas localidades. Uma das entrevistadas atribui a diminuição de recursos para a ONG na qual trabalha ao interesse dos financiadores europeus no redirecionamento de recursos para países como África, deslocando-se de países em desenvolvimento como o Brasil.

Após o fim dos regimes militares do continente sul-americano as ONG proliferam e se expandem, adquirindo importância enquanto executoras e formuladoras de projetos de desenvolvimento. A questão é que, ao longo dos anos 1990, seus esforços são centrados na execução dos projetos de desenvolvimento, em detrimento das ações de caráter organizativo. Este é um período no qual grandes montantes de recursos são disponibilizados por agências e doadores internacionais, principalmente para o combate a pobreza.

No Brasil, este processo coincide com os primeiros momentos dos ajustes estruturais e da retirada do Estado de algumas de suas atribuições, sobretudo, no âmbito social. Deste modo, as ONG passam, gradativamente, a assumir funções que anteriormente eram cumpridas pelas agências estatais. Além de executoras e “braços” do Estado, estas entidades se tornam agências captadoras de recursos por excelência.

A participação nos projetos e programas de desenvolvimento faz com que algumas destas entidades passem, a partir de então, a serem intermediárias do desenvolvimento (PETRAS,1999). Compreendemos este fenômeno como sendo contraditório para as classes subalternas, por constituir-se em uma substituição de sua relação direta com o Estado. E ainda como consequência pode ocorrer uma despolitização do conflito, de maneira que se retira o conteúdo de classe e rompe-se a relação direta entre os movimentos sociais e o Estado.

As ONG passam então a constituírem-se como “acompanhantes”, “representantes” e “mediadoras” dos movimentos sociais (MONTAÑO, 2003). Tem sido fenômeno generalizado o fato de que os movimentos sociais têm permitido que os governos nacionais e as agências doadoras se recusem a tratar diretamente com eles, e pondo-se em diálogo com as ONG, consideradas estas como “intermediárias do desenvolvimento”. Em geral, elementos como a perspectiva política defendida, a função desempenhada e a articulação com movimentos sociais não têm estado presentes nas reflexões que envolvem a atuação das ONG, de forma que

predominam tendências de análise que enfatizam as potencialidades e obscurecem as suas contradições.

Tem sido muito comum a defesa por parte de alguns membros de ONG, que estas possuam o mesmo caráter que os movimentos sociais e partidos políticos. Mas, dado o crescimento e a visibilidade daquelas, alguns movimentos já não possuem relação direta com a esfera governamental e que transferem-se para as ONG as atribuições próprias dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Para o Estado é mais interessante dialogar com representantes das ONG, pois estas estão mais “abertas ao diálogo” do que os movimentos sociais.

A pesquisa nos mostrou também que, na perspectiva de serem incluídos nos financiamentos públicos, alguns movimentos têm criado suas próprias ONG como estratégia de fazerem-se presentes nos programas de governo, disputando recursos, sem a intervenção de outras entidades. No RN, o MST criou a Associação Estadual de cooperação Agrícola (AESCA), entidade administrativa que desenvolve ações nos programa de reforma agrária regional. Segundo um dos entrevistados, a AESCA é uma associação estadual de cooperação agrícola, pela qual se pretende, ao mesmo tempo, fortalecer a produção agrícola através de convênios e potencializar a luta pela reforma agrária. em âmbito local

[...] foi nesse, nesse período de 1986 a 1989 que o movimento foi, pensando nessa organização [AESCA] e na organização da produção. É. Aí essas organizações estaduais têm em todo estado. Ou é associação ou é uma cooperativa central. O movimento começou a pensar no primeiro passo da organização da produção de criar e reformular os grupos que se tinha; dos grupos coletivos pra passar pra as associações. Aí já é um dom histórico e tudo [grupos coletivos]. Aí chegou as idéias de que cada estado teria que ter uma [associação], a [sic!] nível de estado uma central, né? Uma coisa [associação] que doutrinasse as idéias, concepções e também fizesse os convênios. Não só dentro das políticas públicas, que é um direito de qualquer cidadão de qualquer organização; mas também buscar apoios internacionais né, pra poder, por exemplo você precisa é ajudar uma comunidade [...] (NEVES, 2007, p. 11)

Quanto aos objetivos da associação o entrevistado indica que

[...] O objetivo da AESCA, ele, eles não, não foge muito dos objetivos do APA'S [Associações de Produção Agrícola] na essência do MST, porque? Porque a AESCA é uma associação estadual de cooperação agrícola. Então, agrícola que fala em relação a questão da luta pela terra, de fortalecer, né? A questão da luta pela terra de fortalecer a questão da produção agrícola, de

garantir recursos de convênios pra atender as famílias, seja lá pra o acompanhamento técnico em agricultura ou em construção, como é o caso das habitações que a gente tá fazendo. Enfim, ela tem os seus objetivos políticos, econômicos, sociais e culturais. Então, como qualquer uma outra associação tem, mas, com mais um auxílio voltado pra questão do fortalecimento e apoio a reforma agrária, [...] (NEVES, 2007, p. 11)

Os movimentos sociais rurais, na perspectiva de fazerem representar seus interesses e de apropriarem-se dos recursos públicos, investem na criação de entidades, as quais reconhecidas jurídica e administrativamente, estão aptas a participar das licitações públicas e também a captarem recursos da cooperação internacional. No caso do MST, em nível local, segundo o argumento de um dos entrevistados ligados a este movimento, a AESCA responde tanto a interesses produtivos quanto àqueles de cunho econômico e político, e se constitui como um “braço” legal do MST. O mesmo ocorre com segmentos do movimento sindical rural, ligado à FETARN o qual desde 1996 vem, através do CEAAD, desenvolvendo atividades com recursos públicos em assentamentos e comunidades rurais. Se por um lado, a geração dessas entidades parte da necessidade de levar até os trabalhadores rurais alguns programas e projetos, como analisar o fato de que muitas das lideranças políticas estão aos poucos se ausentando das lutas políticas para fortalecerem essas entidades (ONG), que conforme um de nossos entrevistados, na melhor das hipóteses as ONG realizam um tipo de articulação sócio-política, e estão voltadas, essencialmente, para o Estado. Enquanto que os movimentos sociais são os reais “motores” da luta política e da reivindicação.

Há um outro complicador no cenário no qual se inserem as ONG. O contexto de desemprego estrutural encontra aí uma saída paliativa para a redução do mercado de trabalho. Os setores médios urbanos, atingidos pelo desemprego, e observando a tendência massiva à terceirização de serviços estatais, iniciam uma proliferação desenfreada de diversas ONG, cooperativas de serviço, prestadoras de assessoria e de consultoria técnica. Por esta razão, no meio rural brasileiro e nordestino, existem muitas ONG atuando através da terceirização.

A desestruturação do serviço público de assistência técnica, a existência de recursos para projetos de assentamento, a existência de um público alvo demandante de tal serviço, as experiências locais exitosas de algumas entidades junto a trabalhadores rurais e as repostas governamentais para a reforma agrária

são elementos motivadores para a criação de ONG no meio rural brasileiro e nordestino.

Ocorre que, nos períodos que compreendem a redemocratização até a década de 1990, órgãos como Emater e INCRA se encontram sucateados e sem condições operacionais para desenvolverem atividades. Não podemos desconsiderar as melhoras que ocorrem nos órgãos destinados à reforma agrária, sobretudo o INCRA, que nos últimos três anos, realizou concursos para contratação de novos funcionários. Muito embora tenham ocorrido melhoras estas ainda são ínfimas se considerarmos as duas décadas de desmantelamento destas instituições.

Em relatórios oficiais por nós analisados, pode ser constatado o pouco número de profissionais do INCRA nas áreas de assentamento (AACC, 2006). Isto, por vezes, gera morosidade no desenvolvimento das ações. Fatores como infraestrutura organizacional e número suficiente de profissionais são fundamentais para a dinamização da política de reforma agrária.

Assim, a contínua pressão dos movimentos rurais, o sucateamento destes órgãos destinados à reforma agrária, o surgimento da ONG prestadoras de serviços, a descentralização político administrativa do Estado e a funcionalidade das ONG à lógica privatista presente no Estado são elementos que motivam e justificam a inserção destas entidades nos projetos e programas voltados para reforma agrária a partir da segunda metade dos anos 1990.

Por seu turno, os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos assentamentos de reforma agrária do RN se inserem de forma complexificada nos meandros existentes na relação entre sociedade civil, onde se localizam as ONG, e no Estado, organizador, gestor e financiador da política de reforma agrária. Ou seja, no caso do RN o INCRA representa o poder de Estado junto aos assentamentos rurais, e as ONG envolvidas desempenham atividades de implementação e de monitoramento do Programa de ATES.

Neste processo, a interferência do capital internacional não pode ser menosprezada, já que Banco mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm financiado programas e projetos para o meio rural brasileiro, sobretudo, aqueles de crédito fundiário (DIAS, 2004;

MARTINS, 2004). A interferência de agências ligadas organicamente aos interesses de países capitalistas centrais torna mais complexa a atuação dos intelectuais nas áreas de reforma agrária no RN, o que dificulta uma análise das múltiplas determinações que incidem sobre esta problemática.

A título de ilustração o Programa de Aperfeiçoamento e Consolidação (PAC) para assentamentos originalmente criado em 2000, através do convênio entre MDA/INCRA e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura foi relançado em 2003, e o seu financiamento é originado do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além deste, há outros programas financiados pelas agências internacional, sendo desenvolvidas por algumas das entidades pesquisadas, como é caso do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), financiado pelo Banco Mundial e pelo governo federal, e que tem sido amplamente utilizado nos assentamentos em projetos de aquicultura, construção de casas de farinha, dentre outros

[...] É. nós trabalhamos com o PDS que é pelo Banco Mundial. O Banco Mundial tem uma parcela de contribuição nesse programa que é do Estado e do Banco Mundial. É Aquele antigo PAPP, que as pessoas ainda lembram muito do PAPP. Em alguns assentamentos nós conseguimos que alguns projetos desse fossem aprovados, tipo projeto de aquicultura, projeto casa de farinha; esses projetos [...] (CAVALCANTE, 2007, p, 12).

Um aspecto relevante é que esta interferência das agências financiadoras estrangeiras é citada pela entrevistada, sem nenhuma crítica. Em síntese, a atuação dos intelectuais do trabalho nas áreas de assentamento do RN vê-se inflexionada por elementos de ordem estrutural que envolvem não apenas o Estado e a forma como atua na resposta à demanda por reforma agrária. De um lado a demanda por terra é parcialmente atendida, aspecto que se traduz no direcionamento de recursos governamentais para a atuação das ONG nos assentamentos rurais. Movimento este que se realiza concomitante à interferência direta do capital internacional, seja pelos programas do Banco Mundial, FAO, OMC, BIRD, seja pelo financiamento de agências internacionais privadas. Este quadro explicita a luta de classes que se trava entre trabalhadores rurais e seus movimentos e os interesses de setores

dominantes nacionais e internacionais na condução (ou não) do processo de reforma agrária.

Processo este contraditório, pelo qual as ONG tendem a ser partícipes, ao estabelecerem parceria com o Estado, ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos do avanço do capital na sociedade, fazendo com que sejam recorrentemente colocadas à prova, nas suas condições de sobrevivência como instituição, ou ainda nas limitações colocadas pelo Estado e pelo capital à sua intervenção. Nesse sentido, as ONG além da funcionalidade econômica e política, sofrem as contradições que põem em cheque sua própria existência, em que pese seus esforços para garantir a eficiência do programa de ATES. É preciso destacar que a dependência das ONG em relação ao governo concorre para que a perspectiva dos intelectuais do trabalho em contribuir para a realização ações de reforma não se concretize. Assim, as ONG e os intelectuais do trabalho arregimentadas pelo Estado, passam a cumprir papel decisivo na hegemonia e no consenso junto aos trabalhadores rurais. Embora contraditoriamente, também possam contribuir na perspectiva de uma contra-hegemonia neste mesmo processo, o que depende da sua vinculação orgânica aos interesses dos trabalhadores.

No que tange à atuação estatal e à sua relação com a sociedade civil na gestão da reforma agrária, no período de 1997 até 2003, a intervenção estatal se desenvolveu de forma emergencial, sem uma estratégia global ou um conjunto de ações estruturadas. Apenas em 2003, diante da configuração de outro quadro político nacional e da contínua pressão dos movimentos rurais, o governo, então sob a direção de Luis Inácio Lula da Silva, apresentou o II PNRA como veremos na sequência.

3.2 As Respostas governamentais às demandas dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária: II PNRA e ATES⁹³:

Na conjuntura atual os programas de reforma agrária implementados no país se inserem em um conjunto amplo de ações sistematizadas no II PNRA. Este foi

⁹³ As siglas dizem respeito respectivamente ao II Plano Nacional de Reforma Agrária e ao Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental para assentamentos rurais.

elaborado em 2003, praticamente duas décadas após a aprovação do I PNRA promulgado em 1985⁹⁴.

As expectativas em torno do II PNRA diziam respeito ao fato de que, nos últimos dez anos, a reforma agrária havia alcançado certa visibilidade no país por causa da ação dos movimentos rurais, mas também pelo fato de ser o partido do governo e do Presidente da República um dos interlocutores que, historicamente, situaram-se na defesa da reforma agrária, dada a sua relevância política e econômica para o país⁹⁵.

Vinte anos depois da aprovação do I PNRA da Nova República, estava o país na iminência de ver, na legislação, um conteúdo que favorecesse a realização da reforma agrária, em um contexto radicalmente diferente daquele dos anos de 1980.

Isto porque o Primeiro Plano esteve situado no contexto da redemocratização do país, em uma realidade, na qual, mesmo considerando a organização dos movimentos sociais populares, a força política dos grupos dominantes se encontrava bastante fortalecida, o que inviabilizou a possibilidade da reforma agrária. O fato de estarem os oligarcas representados na Câmara e no Senado Federais, possibilita que operem uma total descaracterização do Plano Nacional de Reforma Agrária. (BRUM, 1988; MARTINS, 1986).

Neste período, a pressão dos setores pró-reforma não fez frente à radicalidade dos grupos ligados ao capital agrário, presentes no Legislativo, no Judiciário e no Executivo, bem como à visão negativa da sociedade acerca da reforma agrária. Porém, o II PNRA revestia-se de possibilidades, dada a conjuntura política nacional advinda com a eleição de 2002 e com o ascenso dos movimentos rurais.

Em pesquisa aos documentos, oficiais buscamos entender a perspectiva geral que fundamenta o II Plano. Nesse sentido, de acordo com o II PNRA, a reforma agrária é compreendida como “[...] ação estruturante, geradora de trabalho,

⁹⁴ Uma análise interessante do contexto de criação do I PNRA encontra-se em BRUM (1988).

⁹⁵ Em pesquisa ao site do Partido dos Trabalhadores (PT), pudemos observar que desde a sua fundação, na década de 1970, a problemática da reforma agrária aparece em vários momentos e sob diferentes formas. Ou seja, na Carta de Princípios do PT, de 1979, encontramos uma recorrência à condição dos bóias-frias; no Documento de 1990 -“socialismo petista”, encontra-se uma denúncia à violência contra trabalhadores rurais; e no Documento “compromisso com a mudança de 2002”, o partido se compromete no empenho da Reforma da Previdência, tributária, da legislação trabalhista, sindical, política e com a reforma agrária. PT(1979; 1990; 2002).

renda e produção de alimentos, portanto, fundamental para o desenvolvimento sustentável da nação” (BRASIL, 2003a, P.5). É também “[...] reconhecida como condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda para a construção de uma nação moderna e soberana” (BRASIL, 2003a, p.06).

Concomitante à criação do II PNRA, foram elaborados, em nível local, os Planos Regionais de Reforma Agrária. O Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) obedece às determinações mais amplas do II Plano Nacional, mas aponta particularidades. A análise deste Documento nos possibilitou observar uma conservação de princípios básicos do Plano Nacional, porém, detectamos uma concepção de reforma agrária mais aproximada da visão dos movimentos sociais rurais e dos setores pró-reforma agrária. Ou seja, o Plano Nacional

[...] orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir acesso a direitos e a promoção da igualdade-objetivos integrados na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável [...] (BRASIL, 2003a, p.15).

Já o Plano Regional é apresentado como uma

[...] forma de enfrentamento da estrutura agrária concentrada e da dívida social dela proveniente. Integra um programa de governo e um projeto para o país. A Reforma agrária tem relevância na retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e construção de uma nação moderna e soberana [...] (BRASIL, 2003b, p. 15).

Percebemos que embora os planos nacional e regional apontem uma visão essencialmente econômica da reforma agrária, o Plano Regional, é apresentado como uma forma de enfrentamento da estrutura fundiária concentrada e da dívida social. Isto indica uma visão mais abrangente da problemática agrária brasileira, e politiza o debate acerca da relevância de um plano de intervenção sistemática do Estado em tal questão, já que a primeira proposta foi elaborada há mais de duas décadas e foi totalmente descaracterizada (MARTINS, 1986)

Também constam no Plano Nacional os principais programas e ações a serem desenvolvidos, quais sejam: novos assentamentos, recuperação de assentamentos existentes, crédito fundiário, promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, titulação e apoio ao etno-desenvolvimento de áreas remanescentes

de quilombos, reassentamento de não-índios ocupantes de terras indígenas, reserva extrativista e assentamento florestal atingidos por barragens e grandes obras de infra-estrutura e populações ribeirinhas⁹⁶ (BRASIL, 2003a, P.19-31).

Os planos nacional e regional possuem diretrizes estratégicas gerais, que norteiam as ações propostas. Em nível nacional, as principais diretrizes são: democratização do acesso à terra, desenvolvimento rural, universalização do acesso a direitos, desenvolvimento territorial e política de segurança alimentar. Já as diretrizes estaduais para o Plano Regional são: opção por um sistema de produção agroecológico; articulação dos organismos que compõem o arranjo institucional local para reforma agrária; adequação da estrutura operacional do Incra as exigências do PRRA.

As diretrizes nacionais devem ser mantidas, mas podem ser adaptadas às realidades locais, de forma a garantir as particularidades regionais. Assim, no Plano Nacional e também no Regional, a matriz que orienta e fundamenta as ações é a agroecologia. Além disto, o arranjo institucional constituído permite a participação de vários organismos envolvidos com a reforma agrária. É assim que, em âmbito local, a elaboração do plano regional contou com a participação de representantes de movimentos rurais, de ONG, de vários centros de pesquisa e de universidades. Talvez, por este aspecto, a conformação deste plano contenha fundamentos políticos mais aproximados com a visão dos setores envolvidos na realização da reforma agrária segundo a perspectiva dos trabalhadores rurais. Um outro aspecto que não é menos importante é que a superintendência do INCRA regional, na ocasião da elaboração do Plano Regional tinha sua origem no universo dos movimentos sociais, partidos políticos e das ONG envolvidas com a reforma agrária e com agro-ecologia⁹⁷ como mencionamos no item anterior.

⁹⁶ O Plano Nacional apresenta dez metas para o período 2003-2006. No que toca as metas para o Plano Nacional estas são assim apresentadas: meta 1: 400.000 novas famílias assentadas; meta 2: 500.000 famílias com posses regularizadas; meta 3: 150.mil famílias beneficiadas pelo crédito fundiário. Para uma apreciação completa destes dados, consultar o II PNRA,. INCRA- MDA, 2003. Já no Plano Regional as metas são assentamento de 7 mil familias rurais; 10 mil familias com posse regularizada; 4.500 familias beneficiadas pelo crédito fundiário; 10.500 familias beneficiadas com recuperação de assentamentos; criação de 34.500 novos postos de trabalho permanentes; demarcação de 1.200 títulos de áreas de comunidades quilombolas, e atingir 23 mil familias com a garantia de ATES, capacitação e política de comercialização em áreas reformadas (BRASIL, 2003b).

⁹⁷ O então Superintendente Regional do INCRA, César José de Oliveira, é Engenheiro Agrônomo, com experiência em atividades de assistência técnica para comunidades e assentamentos rurais. Em sua trajetória política, é possível encontrar militância em movimentos estudantil da Escola Superior de Agronomia de Mossoró. Esta trajetória vai desembocar em sua posterior filiação ao PT, sendo, inclusive, candidato a vereador e depois prefeito no município de Touros/RN. César Assume, em

Segundo dados do INCRA regional, a elaboração do Plano Regional foi baseada em um estudo detalhado acerca do quadro rural estadual. Foi então constatado que a realidade agrária norte-riograndense aponta tendências gerais de outras regiões, mas apresenta particularidades. O estado do RN e mais especificamente a região do Mato Grande, é cenário de conflitos que tiveram início ainda nos anos de 1970, com a disputa por terra, envolvendo grandes proprietários e diferentes segmentos de trabalhadores rurais. Os conflitos se agudizaram ao longo dos anos de 1980, tendo em vista o avanço do processo de grilagem de terras.

Conforme salientamos no primeiro capítulo, os dados do INCRA regional apontam a existência de 243 projetos de assentamento de reforma agrária em todo estado do RN, e a região do Mato Grande é a que tem registrado maior concentração de assentamentos. O Índice de Gini do RN é de 0,807 aproximando-se do índice nacional, que é de 0,857. Isto nos leva a concluir que, mesmo tendo aumentado o número de conflitos e de desapropriações em todo o país, os índices de concentração fundiária permanecem os mesmos há mais de uma década⁹⁸.

Dadas as particularidades regionais e locais, haveria que desenvolver um plano de reforma agrária que preservando os princípios gerais respondesse ao quadro local, constituído de movimentos rurais diversos e articulados, número significativo de ONG atuantes na questão agrária, falência do modelo de extensão rural governamental, diversos pesquisadores articulados às ONG e aos movimentos sociais e uma superintendência do INCRA local ligada aos movimentos sociais rurais.

Dessa forma, malgradas as diferenças e similitudes na concepção e operacionalização do Plano Regional, o arranjo institucional local apresentou como elemento a ser destacado: a inserção do sistema Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), por meio do SEBRAE, na realização da política de ATES regional. Assim, foram contratadas dezesseis instituições (várias ONG, cooperativas, empresas de consultoria e assessoria) para implementação do PRRA. Durante os dois primeiros anos de convênio firmado a partir de 2004 entre

2004, a Superintendência Regional do INCRA. E um ano depois, é transferido para a Superintendência Nacional em Brasília.

⁹⁸ O RN é o segundo estado brasileiro em número de assentamentos rurais. Apesar deste quadro merece uma ressalva o fato de que 73,6% das propriedades serem classificadas como minifúndios. Para melhor visualizar a estrutura fundiária conferir mapa em anexo (ANEXO A). Estes dados foram obtidos através de documentos do INCRA regional. (BRASIL, 2003).

INCRA/SEBRAE/ONG, o Sebrae regional fez parte do fórum governamental pela reforma agrária, e foi também organizador do convênio de ATES; ou seja, caberia ao SEBRAE a efetivação do contrato de trabalho das dezesseis entidades executoras, e ainda alguns momentos de capacitação para os trabalhadores rurais e para os técnicos.

De acordo com a pesquisa documental, ficou-nos explícito que esta participação não foi consensual, e suscitou críticas das entidades executoras; sobretudo, no que se refere à relação patronal do SEBRAE com assessores das entidades executoras (ONG) e com trabalhadores rurais, bem como à lógica empresarial e mercantil intrínseca às suas ações, que se expressara no objetivo de transformar trabalhadores rurais em empreendedores. Dessa forma, na ótica dos intelectuais a relação entre o Sebrae, as ONG envolvidas no Programa de ATES e trabalhadores rurais se constituiu como um dos desafios na gestão e implementação do referido Programa.

[...] quanto ao Sebrae, foi burocrático e exigente. Ajudou a viabilizar o programa, mas ficou somente como organizador do convênio. O desafio será afinar a relação com o Sebrae, pois junto às famílias e aos técnicos/as estes [técnicos do Sebrae] se apresentaram com posturas de verdadeiros patrões [...] (AACC, 2006, p. 8).

Durante a análise documental, debruçamos-nos também no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no intuito de verificar a existência de interface entre este plano e o plano nacional de reforma agrária. De forma geral foi possível observar através da análise do Programa NATER que este não possui relação direta com reforma agrária.

De acordo com os documentos analisados, observamos que o programa de ATES não demonstra interface com política de reforma agrária apesar de apresentar diretrizes muito semelhantes com esta política, quais sejam: segurança alimentar, agricultura familiar e ecológica e trabalho com grupos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Técnica se apresenta

“[...] em consonância com as definições políticas do governo federal, tais como segurança alimentar, a importância estratégica das unidades familiares de produção, além do trabalho com grupos sociais específicos [...] impõem-se a necessidade de que organismos governamentais e não-governamentais trabalhem com

sinergia e integração, entendendo que a busca de uma concepção sustentável de desenvolvimento deve ser vista dentro de uma efetiva transversalidade [...] (BRASIL, 2005, p.3).

No que tange a análise das propostas de assistência técnica e de sua falta de articulação com uma perspectiva de reforma agrária, concordamos com Dias (2004), ao o mesmo assinalar que “[...] o termo reforma agrária só aparece para qualificar os assentados como beneficiários de programas de reforma agrária. Não é feita qualquer relação entre extensão rural e reforma agrária” (p.522). À luz deste entendimento, compreendemos que a ausência do tema poderia indicar a prioridade de outros temas e atores que colocariam em segundo plano a reforma agrária.

Um elemento também destacado refere-se aos fundamentos metodológicos presentes no Programa de Assistência Técnica, que sugere a incorporação, pelos executores, de uma ação que privilegie uma abordagem holística e um enfoque sistêmico. Ainda no aspecto dos fundamentos o referido programa define o perfil do “agente extensionista” que se pretende garantir. Dessa forma, os “agentes extensionistas” devem estar também orientados a partir de uma visão holística e sistêmica, tendo em vista que seu papel será atuar como facilitador de conhecimentos e recursos e animador das dinâmicas organizativas (BRASIL, 2004^a).

Outro elemento passível de crítica é uma certa inversão de objetivos no documento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (ATER), tendo em vista que a mesma é direcionada ao apoio do desenvolvimento rural e não à reforma agrária. A pesquisa indica ainda que tanto no I PNRA quanto na Política e no Programa de ATER, são adotados o enfoque holístico e a abordagem sistêmica como fundamentação teórica-metodológico. Ou seja, este último documento indica que

[...] os métodos de extensão rural individuais, grupais e massivos devem ser desenvolvidos a [...] incorporar, em sua forma de ação e intervenção uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, articulando o local, a comunidade e/o território às estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, à transição a estilos sustentáveis de produção [...] (BRASIL, 2005, p. 17)

Em uma direção semelhante à esta, registramos na Política Nacional, no item diretrizes e princípios os quais indicam que

[...] os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não-estatais) devem ser executados mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável [...] A nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca da equidade e da inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas [...] (BRASIL 2004a).

Não obstante a adoção de abordagem holista e sistêmica registramos nos princípios da Política Nacional de ATER a coexistência destes fundamentos com uma proposta que se declara abertamente dialética e humanista. Assim, um dos princípios é voltado à

[...] desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável [...] (BRASIL, 2005, p. 7)

Em síntese, observamos nos documentos uma conjunção de termos radicados em diferentes marcos teóricos e metodológicos utilizados de modo indiscriminado.⁹⁹ Nesta “colagem” eclética de idéias e conceitos se misturam matizes das ciências sociais, das ciências agrárias e do pensamento cristão. Em que pese as diferenças nas concepções, convergem a direção de identificação dos técnicos como animadores e facilitadores do desenvolvimento rural sustentável e um certo “apagamento” molecular da reforma agrária.

Diante deste quadro observamos que a perspectiva da reforma agrária não ocupa lugar central na normatização, além de ser recorrentemente substituída pela ótica do desenvolvimento rural, aspecto que aparece nas orientações do Plano

⁹⁹ Chamamos a atenção ao fato que no Documento Brasil (2005) encontra-se um glossário com os principais conceitos utilizados ao longo do documento. Destacamos, a influência de Francisco Roberto Caporal na noção de agroecologia; de Cristóvão Buarque na noção de desenvolvimento sustentável; de Max Weber no conceito de etnia; de Ricardo Abramovay no conceito de território; da FAO no conceito de segurança alimentar nutricional e sustentável e de Aldaisa Sposati no conceito de equidade.

Nacional de Reforma Agrária, na política de assistência técnica e também no perfil técnico exigido pelas agências de governo.

A análise de alguns documentos normatizadores da proposta de reforma agrária governamental evidencia-nos também a existência de conceitos e referenciais pouco claros ou difusos. Assim, noções como “desenvolvimento sustentável”, “enfoques metodológicos e participativos”, “enfoque dialético/humanista e construtivista”, “desenvolvimento territorial integrado” são termos recorrentes nos diversos documentos, sejam nos PNRA, PNATER, no Manual de ATES¹⁰⁰, os quais não esclarecem nem conceitual nem operacionalmente as diretrizes políticas dos programas, os quais não estão orientados diretamente para a realização da reforma agrária.

Os documentos analisados carregam, em geral, como característica marcante, uma perspectiva difusa e pouco esclarecedora, no que concerne aos conceitos adotados. O conteúdo dos planos e programas é repleto de elaborações superficiais e de conceitos universais e abstratos. Observamos assim, recorrentemente uma fetichização de conceitos como a agroecologia, a participação e o desenvolvimento rural sustentável. Os intelectuais do Estado ao elaborarem estas normatizações pouco precisas caem na armadilha do liberalismo, no qual, aparentemente os conceitos não expressam pontos de vista e projetos classistas.

Em que pese aspectos vagos e pouco definidos, é preciso reconhecer a importância política da promulgação de um plano nacional de reforma agrária em um país como o Brasil, no qual os grupos orgânicos da burguesia agrária possuem força política diante do Estado e da sociedade civil, e têm conseguido, ao longo da história boicotar uma proposta popular de reforma agrária. Nesse sentido, compreendemos que

[...] a implantação de uma verdadeira reforma agrária não pode se limitar a combater a concentração de propriedade. Exige mudanças estruturais profundas, que a burguesia nacional não quer, nem tem capacidade de impulsioná-las. Portanto, a reforma agrária visa mudar uma estrutura de poder que cria um ambiente social,

¹⁰⁰ Encontra-se em Dias (2004) um comentário crítico a respeito deste documento o qual considera que os principais conceitos norteadores não se encontram devidamente qualificados, em se tratando de um instrumento de normatização. Dessa forma, ressalta o autor que “[...] quando os conceitos ou referenciais são pouco claros gera-se, por exemplo, tanto confusão quanto aos reais objetivos a serem perseguidos como a prevalência dos conceitos e referenciais que já vem sendo costumeiramente usados, enfraquecendo a possibilidade de construção de novas percepções (DIAS, 2004, p.524).

econômico e político inibidor do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento democrático [...] (STÉDILE, 2001, p.14).

Dessa forma, considerando estes desafios, a existência do II PNRA pode ser um instrumento político e legislador fundamental para materializar um projeto de reforma agrária, desde que a luta dos trabalhadores rurais e seus movimentos contribua para criação de condições políticas e econômicas favoráveis para fazê-la avançar.

No que se refere ao Programa ATES, mesmo que este não esteja orientado diretamente para fortalecer a lógica da reforma agrária, não podemos desconsiderar o fato de que apresenta avanços, sobretudo, no que concerne a valorização de aspectos culturais dos trabalhadores rurais, de suas tradições, do seu folclore e de seus saberes. Aspectos, em geral, ausentes nos processos de extensão rural tradicionais e que podem potencializar o estabelecimento de relações mais democráticas entre os executores de políticas. Sejam eles das agências governamentais ou da sociedade civil e os trabalhadores rurais, geralmente colocados em situação subalterna nesta relação. Portanto, está previsto no Programa Nacional de ATER, “[...] a valorização do conhecimento dos agricultores, com perfil aberto a mudanças relativas a conceitos, tecnologias e percepção da realidade, a partir da ação em conjunto [...]” (BRASIL, 2005, p. 17)

O reconhecimento dos saberes dos “simples” é fundamental para a atuação dos intelectuais, pois é parte de um processo pedagógico cuja resultante é uma troca de conhecimentos entre os sujeitos e não uma transferência de saberes. No caso da atuação dos intelectuais nos assentamentos de reforma agrária este elemento é positivo, pois

[...] depreende-se que os profissionais-assessores não estarão apenas executando as políticas governamentais preestabelecidas para os assentamentos, mas sim relativizando-as diante do conhecimento e análise das propostas dos agricultores assentados [...] (DIAS, 2005, p. 525).

Consideramos que no que se refere aos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos assentamentos de reforma agrária, um processo pedagógico voltado para o enfrentamento da subalternidade considera a reforma agrária como uma estratégia fundamental. Por esta razão, estes intelectuais, na ação pedagógica que desenvolvem junto aos trabalhadores rurais, podem contribuir

em maior ou menor medida para soldar uma pedagogia que privilegia o tema da reforma agrária.

Mas este processo depende da medida em que estes intelectuais tenham organicamente assimilado esta tarefa. Organicidade esta que se expressa no pensamento, mas também na solidez cultural entre os intelectuais e os simples, tarefa através da qual atuam organicamente estes intelectuais como “intelectuais da massa” elaborando e tornando coerentes os princípios e problemas que as massas colocam (GRAMSCI, 2004b,). Em síntese, a atuação dos intelectuais do trabalho junto aos trabalhadores rurais pode contribuir para a formação de um bloco cultural por meio do qual a superação da subalternidade e o esboço de um projeto de contra-hegemonia se articula à luta dos diferentes movimentos rurais (Movimento dos Sem-Terra (MST); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) pela reforma agrária. Entretanto, esta direção pedagógica e política não são recorrentes nas diferentes modalidades do que se denomina de assistência técnica e extensão rural.

A extensão rural nasceu no Brasil, nos anos 1940, como uma modalidade de assistência técnica para pequenos e médios agricultores. Em uma trajetória de mais de meio século, este serviço passou por diferentes momentos. Segundo Schimitz (2002), no que se refere ao serviço de extensão rural, podemos indicar a existência de seis etapas: modelo clássico (1948-1956); modelo difusionista-inovador(1956-1967); modelo de transferência de tecnologia (1968-1978); o “repensar da extensão rural” (1979-1991) e a fase de discussão e experimentação (a partir de 1996).

Desde a sua criação o serviço de extensão rural tem direcionado sua atuação, predominantemente, na elaboração de projetos técnicos, de forma que as marcas mais conhecidas da “ação extensionista” são a descontinuidade, a intervenção pontual, a pouca participação dos trabalhadores rurais, o caráter eminentemente técnico e produtivista, e uma relação de subalternidade dos trabalhadores rurais em relação aos técnicos/ extensionistas. A tônica original da prestação de serviços de assistência técnica era orientada pela idéia de separação entre pesquisa e extensão, através da qual é papel da pesquisa gerar conhecimentos, cabendo à extensão transmiti-los aos trabalhadores rurais. Por este motivo, a idéia de transmissão de saber foi o fio condutor dos processos de

acompanhamento governamental nas áreas rurais, o que contribuiu para criar uma visão de mundo introjetada tanto nos trabalhadores rurais, como “receptores” do saber técnico, quanto nos técnicos, como “transmissores” de conhecimento científico.

Em grande medida, esta cultura ainda hoje persiste nas instituições tradicionais de assistência técnica e extensão rural, como a Emater, nas políticas voltadas para os trabalhadores rurais e também nas agências de formação como universidades e centros de pesquisa que insistem em reforçar o conteúdo tecnicista na formação dos futuros “agentes de extensão”. A maioria dos estudos sobre assistência técnica aponta que a política de extensão contribuiu para atomização política dos trabalhadores rurais e sua subordinação à lógica da modernização conservadora, pela via da introdução das tecnologias no campo e pela desqualificação do saber tradicional.

No caso de nossa pesquisa, observamos que a assistência técnica, embora apresente conteúdos inovadores, como o estímulo à participação, o respeito aos saberes e tradições dos trabalhadores rurais, pela inclusão da perspectiva de gênero, geração, dentre outros, permanecem traços embrionários da cultura tradicional extensionista. Inclusive, é resgatada a denominação de “agente extensionista”, observada no conteúdo do II PNRA (BRASIL, 2003a), nos documentos da PNATER (BRASIL, 2004a), mas também encontrados na atuação de algumas instituições da sociedade civil que desenvolvem ações de acompanhamento nos assentamentos rurais (AACC, 2006)¹⁰¹.

Este resgate de antigas concepções se apresenta como tendência presente ao longo dos documentos analisados. Em nossa concepção esta atualização de velhos termos é uma modalidade de transformação molecular na direção de uma modernização das práticas dos intelectuais que atuam no campo. Processo que tem início com as elaborações dos intelectuais, sobretudo daqueles que se encontram no governo na formulação de políticas e programas.

Os traços da assistência técnica tradicional são expressos também na dificuldade de algumas ONG em realizarem atividades de caráter político e

¹⁰¹ Para designar os intelectuais atuantes no campo são adotados diferentes conceitos. Em Brasil (2005) aparecem os termos extensionistas, assessores, formadores, animadores e agentes de ATER; já em AACC (2006) estes sujeitos são denominados de técnicos, educadores e facilitadores; em (BRASIL, 2003a) se constituem como assistência técnica.

organizativo, e na predominância da preocupação com os projetos técnicos, os quais são fundamentais para a garantia de condições de vida, mas que necessitam ser articulados com as dimensões de organização política.

Já os traços inovadores presentes nas ações de assistência técnica surgem da crítica feita por vários autores¹⁰² ao modelo difusionista – herança da modernização conservadora - esboçado desde os anos de 1970, e que se fortalece nas décadas seguintes. O “processo pedagógico” desencadeado através do modelo de prestação de serviços de assistência técnica tradicional vem sendo objeto de debate nas últimas décadas, mas tem incorporado novos elementos a partir de 1996, quando da implementação do Projeto Lumiar. O Projeto Lumiar foi executado a partir de 1997, sob a supervisão e financiamento do INCRA, como uma resposta governamental às pressões dos movimentos rurais, agravadas com o massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

O projeto Lumiar surge então com um caráter emergencial como uma modalidade de intervenção, com tempo limitado, orientado para contribuir com a recuperação das instituições de extensão rural, de maneira a reduzir a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como, por exemplo, assistência técnica. Isto quer dizer que, originalmente, a assistência técnica é uma política localizada no Ministério da Agricultura, mas que, em função das pressões políticas dos movimentos rurais e de alguns dos seus resultados - como investimentos governamentais na desapropriação de terras, na criação e na infraestrutura de assentamentos rurais e na concessão de crédito –, a ausência de uma política de acompanhamento técnico e social poderia comprometer os investimentos já realizados e reacender mais ainda a pressão política dos movimentos rurais.

Embora atendidas algumas das principais reivindicações históricas dos trabalhadores rurais e de seus movimentos como acesso à terra, créditos e assistência técnica, é importante destacarmos que a ação das agências governamentais foi realizada de forma parcial e emergencial, e não se constituiu como uma política abrangente de reforma agrária, mas como ações que, momentaneamente, organizassem um consenso e atenuassem os conflitos

¹⁰² Uma vasta literatura centrou esforços na crítica ao caráter produtivista e autoritário da extensão rural. A este respeito conferir principalmente EMATER (2002), FREIRE (1979); GREGOLIN (1997); DIAS. (2004); PEREIRA (2002) e SCHIMITZ (2001;2002).

entre proprietários de terra e sem terras e entre sem terras e governo, tão candentes na década de 1990.

Assim, além do reconhecimento do poder de pressão dos movimentos sociais rurais, a proposta de criação do Projeto Lumiar, Segundo Dias (2004), deve-se ao seguinte diagnóstico: a) falta de capacidade operacional do INCRA; b) insuficiência dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de extensão rural e c) e necessidade de um serviço específico para as áreas de assentamento. Em que pese o estatuto temporário do Projeto Lumiar, este contribuiu para o esboço de uma proposta de assistência técnica alternativa ao tradicional modelo de “extensão rural”. Em seu arcabouço, a participação dos beneficiários trabalhadores rurais assentados, a descentralização do serviço e a terceirização de atividades de assistência técnica se constituíam nos princípios orientadores (PEREIRA, 2002). Entretanto, os princípios norteadores do Projeto Lumiar, longe de parecerem uma inovação administrativa, significavam, já na segunda metade de 1990, a forma como o Estado, predominantemente, respondia de maneira emergencial, parcial, pulverizada e subalternizada às demandas provenientes das classes subalternas.

Descentralização e terceirização da assistência técnica no discurso governamental significavam a rapidez, a eficiência na resposta do governo e ainda a participação da “sociedade civil organizada”, já que o projeto envolvia uma multiplicidade de instituições desde sindicatos, das ONG, cooperativas de trabalho e de prestação de serviço, empresas privadas, associações de trabalhadores rurais, movimentos sociais etc. A contra-face do projeto Lumiar reside no fato de que, como se tratava de uma proposta emergencial, sua realização não constava no orçamento do governo federal. E durante toda a sua vigência, o Lumiar esteve sujeito a atrasos de repasse, falta de recursos, insegurança salarial das equipes de trabalho, além de uma disputa de poder que se instalou entre funcionários das agências de governo (INCRA-Emater) e as equipes executoras do referido projeto. (PEREIRA, 2002).

Acrescentemos ainda a funcionalidade da descaracterização da assistência técnica como política de governo e a adoção da descentralização e da terceirização das políticas, em tempos de Estado privatizado pelos interesses burgueses, sobretudo, aqueles contrários à reforma agrária.

Mesmo em um contexto político e administrativo desfavorável é consenso entre vários estudiosos (PEREIRA, 2002; DIAS, 2004; SCHIMITZ, 2001; SCHIMITZ,

2002) que o Projeto Lumiar foi uma iniciativa que contribuiu para desencadear um processo educativo interessante e mobilizar politicamente os trabalhadores rurais assentados.

Embora permeado por problemas de execução, a proposta do Projeto Lumiar inovou ao colocar em discussão uma alternativa de assistência técnica adequada à realidade dos assentamentos rurais. É consenso para a maioria dos estudos acerca deste Programa a boa avaliação dos beneficiários sobre a atuação dos assessores e o tipo de serviço por estes prestado. Neste processo, as ONG possuem uma participação relevante, na perspectiva de questionar o modelo de assistência técnica baseado na relação de poder dos técnicos em relação aos trabalhadores rurais e propor metodologias mais democratizantes. Porém, os avanços desencadeados pelo projeto Lumiar foram paulatinamente desestruturados, culminando no seu encerramento de forma abrupta, por motivo de denúncias de desvios de recursos públicos, no ano de 2000.

Entre os anos de 2000, quando se encerra o Lumiar, até o ano de 2003 podemos dizer que houve um período de “hibernação” da assistência técnica. Neste período, o “Novo Mundo Rural” aglutinou as principais ações do governo federal para os assentamentos rurais através das quais a reforma agrária seria conduzida por mecanismos de mercado, conforme já expomos no capítulo primeiro.

No que toca à reforma agrária e à assistência técnica, a eleição do atual governo federal apresenta um movimento de continuidades e de descontinuidades. Ou seja, assim como o Projeto Lumiar, a criação do programa ATES também é determinada pela frágil capacidade do INCRA, em responder às demandas dos assentamentos, pelo serviço insuficiente prestado pelas empresas de assistência técnica e pela demanda por um acompanhamento específico para os assentamentos rurais.

Neste contexto, o arranjo descentralizado e terceirizado estabelecido entre Estado e sociedade civil é recuperado, resultando no renascimento do Projeto Lumiar, revisto e atualizado através da proposta de ATES, criada no ano de 2003 (DIAS, 2004). A tendência a continuidades se expressa também no relançamento de programas da administração do governo anterior como é caso de programas como Programa de Atualização e Consolidação (PAC), financiado em parte pelo BIRD,

tendo uma contra-partida do governo brasileiro, e parte, constituinte da proposta no Documento “Novo Mundo Rural”.

Observamos na proposta de ATES, um resgate da essência do Projeto Lumiar, a reedição de programas do governo anterior, a existência de vazios conceituais, mas também a repetição de problemas na execução, como mostra a pesquisa. A descontinuidade do programa de ATES, a burocracia institucional na licitação pública, a precarização das relações trabalhistas e a rotatividade nas equipes técnicas são alguns dos entraves observados na pesquisa, os quais dificultam o avanço do referido programa.

Estes entraves geram impactos negativos para a atuação dos intelectuais junto aos trabalhadores rurais, porque interferem no processo pedagógico que o próprio programa de governo prevê, e que exige das entidades executoras. Ou seja, a mobilização dos trabalhadores e o fortalecimento da autonomia dos mesmos. As fragilidades das ações governamentais aprofundam a desmobilização que predomina nas áreas de assentamentos rurais, desmobilização esta expressa no descrédito dos trabalhadores rurais em participar dos projetos governamentais ou não governamentais em fortalecer as entidades e movimentos sociais que lhes representam.

Dessa forma, questionamos por que mesmo sendo a ATES uma política que embora esteja prevista no orçamento da União, no plano plurianual, encontra problemas para sua execução, como o que ocorreu com o Projeto Lumiar. porque, mesmo em um governo cuja história de seus quadros dirigentes seja ligada a defesa da reforma agrária, este programa encontre tantos entraves financeiros e políticos. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, a inserção, nas agências de governo, de grupos ligados aos movimentos rurais, a aprovação do II PNRA e das demais políticas a ele articuladas não foram suficientes até o momento para concretizar uma proposta global de reforma agrária.

Para concretizar um modelo amplo de reforma agrária é necessária a participação ativa do Estado, na destinação de recursos e na criação de condições de estabilidade institucional e política.

Compreendemos que o atendimento constante às requisições do agronegócio e à necessidade de zelar pela estabilidade da economia e tornar o país competitivo, atraindo investimentos externos certamente interferem na atuação do

governo na direção da reforma agrária. Isto porque, como bem sabemos, uma ampliação de direito à terra, ao trabalho e à justiça, por não proporcionarem lucros não interessam ao capital especulativo.

No entanto, o agronegócio - setor ágil da economia que prevê poucos gastos sociais e trabalhistas, adoção de tecnologia de ponta, encontra amplo mercado consumidor, e cria novos produtos como solução para o problema mundial da falta de recursos naturais como o biodiesel¹⁰³ é cada vez mais fortalecido pelo governo o qual se encontra aliado aos setores da burguesia agrária nacional e a investidores, que sem nenhuma tradição no campo, “injetam” dinheiro na agricultura capitalista, já que esta tem sido um setor altamente rentável para especulação.

De maneira mais concreta, observamos através da pesquisa, que o estancamento do Programa de ATES desde abril de 2007 até dezembro de 2007, e os impasses para sua renovação são indícios de que, no processo de correlação de forças, a reforma agrária e os movimentos rurais estão em desvantagem em relação ao agronegócio. E mais que isso: não estão conseguindo, mesmo em uma conjuntura de um governo que se autodenomina democrático e popular, fazerem-se presentes na órbita do Estado, para além do discurso. Em contrapartida, a ação governamental para as áreas urbanas e rurais do país tem sido prioritariamente aquelas realizadas pela via dos programas de transferência de renda.

O Programa Globo Rural de 16 de Março de 2008, em uma reportagem sobre a melhoria das condições de vida da população rural, apontou que mais de 90% desta é beneficiária do Programa Bolsa Família, e que o dinheiro recebido pelas famílias tem movimentado a economia dos municípios, tendo em vista o aumento do poder de consumo destas famílias. Ainda nesta reportagem foi apresentado que o Programa Bolsa Família é o programa que mais atinge as famílias rurais sendo mais expressivo, inclusive, do que os programas rurais tradicionais como PRONAF e outras linhas de crédito. Estes dados retratam a ênfase do atual governo na perspectiva do combate à pobreza, apelo

¹⁰³ A produção de biodiesel em larga escala tem sido uma saída encontrada para o problema mundial dos combustíveis. Nesse sentido, o Presidente Lula tem percorrido o mundo, fazendo uma grande propaganda sobre a importância do biodiesel para o Brasil e para o mundo. Este novo tipo de combustível pode ser obtido através fontes naturais como milho, girassol e cana-de-açúcar. A polêmica em torno deste novo tipo de combustível natural está ligada a necessidade que estas culturas apresentam, de amplas faixas de terra com base no modelo de monocultura e de assalariamento rural. Isto em nosso entender, reedita o modelo de *plantation* e reatualiza toda a estrutura social, econômica e política de exploração que os movimentos rurais até hoje tentam desmontar.

tradicionalmente utilizado pelo Banco Mundial, e no qual tem centrado fortes investimentos e esforços políticos de convencimento dos governos dos países em desenvolvimento que encontram sob o governo Lula e sua campanha mundial contra a fome, um terreno político e ideológico bastante fértil.

Em análise sobre as políticas sociais no Brasil recente, Behring (2004) aponta que a transferência de renda sem contribuição prévia é o grande mote da política social no governo Lula. No atual contexto, é fenômeno constatado a tendência do governo federal em enfatizar os programas de transferência de renda em detrimento de uma ampliação da oferta de serviços, programas e projetos, o que diminui a possibilidade de acesso aos bens e serviços coletivos à disposição de um número maior de pessoas.

A centralidade do governo no binômio estabilização monetária X segurança alimentar tem tornado secundária qualquer outra política ou demanda social que não se enquadre na transferência de renda, como é o caso da reforma agrária. O que tem ocorrido é que a transferência de renda é, muitas vezes, uma condição para garantir a sobrevivência de quem está nas comunidades ou assentamentos rurais, tendo em vista que as políticas de reforma agrária e de produção agrícola têm chegado até os trabalhadores rurais de forma precarizada. Estes trabalhadores rurais, enquanto esperam longos períodos pela titulação das terras, pelos créditos e pela assistência técnica, vão recebendo o Bolsa Família e consolidando as indicações do Banco Mundial e do atual governo, com a “preocupação com os pobres” dos países em desenvolvimento. Enquanto isto, a reforma agrária e suas possibilidades de autonomia econômica e política para os trabalhadores rurais fica como princípio regulado por lei, cujo futuro é incerto.

No item seguinte, discutiremos como a direção política do Estado, e mais especificamente, como as condições da política governamental voltada para a reforma agrária interferem na atuação dos intelectuais nos assentamentos de reforma agrária, particularmente, no que se refere às condições de trabalho e de reprodução social destes intelectuais.

3.3 As Condições reprodução social e de trabalho dos intelectuais

Para entendermos os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária no RN faz-se necessário desvendar aspectos ligados as condições de trabalho e reprodução social destes intelectuais no contexto das instituições nas quais estes se inserem.

Nesse sentido, a forma de estruturação do trabalho por eles desenvolvido, os objetivos profissionais e as condições de trabalho, particularmente, aspectos como nível salarial, carga horária e tipo de vínculo empregatício, enfrentados na sua atuação, são elementos que nos permitem analisar as formas pelas quais as determinações materiais interferem em sua intervenção. E ainda como as mesmas determinações esboçam a forma de inserção dos intelectuais do trabalho no conjunto das relações sociais no presente.

Para nosso estudo, a questão do trabalho assume caráter fundamental, pois determinadas formas de produção determinam padrões de consumo, de distribuição, de trocas e de modos de reprodução social dos indivíduos, seja de maneira individual ou coletiva; seja como trabalhador, seja como sujeito partícipe de uma classe social. Ademais, “ [...] a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores” (IAMAMOTO, 2001, p.67). Assim, pensar a questão do trabalho sugere pensarmos também o processo de reprodução social dos intelectuais como sujeitos particulares, profissionais e como membros de uma classe.

A análise dos nexos entre trabalho e reprodução social permite pensarmos a dimensão genérica do ser social, a qual é dada pelo trabalho. Partimos, portanto, do entendimento de trabalho como atividade racional orientada para um fim, à produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para satisfação de necessidades humanas, necessidades estas cada vez menos biológicas e mais mediadas pela vida em sociedade¹⁰⁴. “Assim, O trabalho é o lócus ontológico de criação do novo, o trabalho é o fundamento genético das necessidades que muitas

¹⁰⁴ Nos manuscritos econômico-filosóficos, de 1844, em relação ao trabalho, assinala Marx que “[...] em primeiro lugar, o trabalho, a actividade vital, a própria vida produtiva, aparecem ao homem apenas como um meio para satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida genérica. É a vida que gera vida. No modo de actividade vital reside todo o carácter de uma espécie, o seu carácter genérico, e a actividade consciente livre é o caracter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como meio de vida” [...] (1993, p.67)

vezes, requerem o desenvolvimento de complexos sociais que são em tudo e por tudo heterogêneos ao trabalho” (LESSA, 2001, p.96).

O trabalho, é portanto, a atividade que funda a sociabilidade humana, pois contém em si todas as determinações essenciais do ser social. Articulada ontologicamente ao trabalho a reprodução social é, ao mesmo tempo, a reprodução de indivíduos e reprodução da totalidade social que se desenvolve por meio do trabalho. Neste movimento, a

[...] economia desempenha papel decisivo na reprodução social, pois é no seu interior que a auto-reprodução da vida humana e a natureza se encontram em uma mútua inter-relação na qual, por esse trâmite, ao homem é dada a possibilidade não só de experimentar a legalidade da natureza como seu objeto, mas também a conhecer e, mediante esse conhecimento, torná-lo elemento, veículo da vida [...] (HOLANDA, 2002, p.141).

Antes de entrarmos diretamente nos aspectos referentes ao trabalho e reprodução social dos sujeitos da pesquisa é preciso situarmos o contexto institucional no qual se inserem os mesmos. Do ponto de vista da natureza institucional os entrevistados são membros de entidades que podem ser consideradas como ONG.

Assim, as ONG que fizeram parte do universo de pesquisa foram: Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC), criada em 1985; Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), criado em 1998; Centro de Estudos e Assessoria Ao Desenvolvimento (CEAAD), criado em 1997; Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), criada em 1998; e ÁPICE, criada em 2000.

Como podemos observar, predomina a década de 1990 como conjuntura da criação destas entidades. Este surgimento das ONG e sua atuação no meio rural ocorre concomitante ao contexto do crescente desemprego estrutural no Brasil e do avanço do neoliberalismo, expresso pela diminuição da intervenção estatal na questão social, na privatização do Estado pelos interesses capitalistas e pelo apelo à participação da sociedade civil na resposta às demandas sociais.

A década de 1990 é um momento de retomada das lutas no campo, o que impõe uma pressão sobre o Estado e o faz responder através das desapropriações de terra para fins de assentamento rural e da criação de alguns programas para o meio rural. A criação e a consolidação destas entidades se dá também neste

período de forma que a intervenção estatal, mesmo intermitente, possibilitou a geração de um “mercado de trabalho emergente” no campo não apenas no RN mas em vários estados brasileiros. Se até os anos 1980, a Igreja Católica cumpria, por excelência, o papel de assessoria às comunidades rurais do estado, na década seguinte, a atuação junto aos trabalhadores rurais e às suas organizações produtivas e políticas passa a ser realizada por um conjunto de profissionais vinculados às ONG, que substituem a ação pastoral no campo.

Portanto, é no conjunto de relações entre as esferas da sociedade civil e do Estado que se organiza o cenário no qual se movimentam os intelectuais do trabalho sobre os quais estamos investigando. Esboçado este cenário, podemos apresentar um quadro inicial das condições de trabalho dos intelectuais, o qual apresenta a seguinte configuração: dos cinco entrevistados,¹⁰⁵ apenas uma possui vínculo formal de trabalho, ou seja, possui carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos. Os demais encontram-se ligados a instituição através de contrato de trabalho temporários e no momento de realização da pesquisa alguns estavam, inclusive, sem salário à mais de seis meses, tendo em vista o encerramento do projeto ao qual estavam vinculados¹⁰⁶.

O vínculo empregatício precário e temporário é criticado pelos intelectuais, pois o Programa de ATES não possibilita às ONG viabilizar a assinatura da carteira de trabalho. E, dessa forma, os direitos trabalhistas e previdenciários não são garantidos.

Muito embora os entrevistados não tenham realizado uma crítica mais efetiva a este respeito, no momento em que analisamos os relatórios trimestrais de avaliação de atividades, este aspecto foi problematizado por alguns técnicos, sobretudo, no que concerne à ausência de contribuição previdenciária. (AACC, 2006). A precarização nas condições de trabalho são expressas pelos intelectuais da seguinte forma:

[...] existe uma grande diversidade nos formatos de contratação de pessoal e níveis salariais por parte das executoras de ATES; variação também nos requisitos de proteção social ofertados; como o Programa pode contribuir para garantir as condições de trabalho e de proteção social das equipes? [...] alguns técnicos têm contratos

¹⁰⁵ Conforme indicamos no item “percurso metodológico”, foram realizadas ao todo sete entrevistas, das quais uma foi considerada como pré teste do instrumento de pesquisa, uma foi realizada com assessora da EMATER (representando as entidades governamentais) e as demais (cinco) fazem parte do núcleo de análise desta tese.

¹⁰⁶ O convênio se encerrou em abril de 2007 e apenas em dezembro foi renovado.

de trabalho acordados apenas verbalmente e, conseqüentemente não possuem nenhuma proteção social [...] (AACC, 2006, p. 14-15)

Ressaltamos que o programa no qual se inserem (ATES) possui vigência de um ano. E após o encerramento do convênio, há um período no qual os intelectuais não recebem salário, até que o novo convênio seja firmado. Este é um quadro que nos remete a outra face da precarização das relações de trabalho localizada não apenas no tipo de vínculo empregatício, mas também na suspensão e no atraso de salário, bem como atraso de recursos financeiros para pagamento de fornecedores e realização de atividades.

Este dado se verifica tanto nas entrevistas quanto nos relatórios de atividade. No relatório do primeiro trimestre de 2006 há um item denominada “*condições de trabalho e proteção social das equipes*”, aspecto que é assim analisado pelos técnicos:

[...] o atraso no repasse dos recursos, pelo Sebrae às executoras de ATES, gera também atrasos no pagamento dos salários e remunerações dos técnicos e dos fornecedores o que, em algumas instituições, compromete a presença dos técnicos na áreas [...] (AACC, 2006, p. 14).

Observamos diante deste quadro, que não apenas as condições de trabalho estão comprometidas, mas inclusive, a reprodução social dos entrevistados, que passa, necessariamente, pela reprodução biológica dos mesmos. Para a reprodução dos intelectuais, a garantia do salário é condição inexorável para promover sua reprodução em vários níveis.

Chama-nos a atenção o fato de que a revelação deste contexto de aviltamento das condições de trabalho e de reprodução social não é tratada como reivindicação a um direito trabalhista, mas é exposta sob a forma de uma simples comunicação e como fato isolado. A questão é que este cenário de negação de direito a uma condição digna de trabalho e de reprodução encontra-se inserido em um movimento mais amplo, que atinge um contingente cada vez maior de trabalhadores, tanto em nosso país quanto em escala internacional, seja no campo, seja na cidade.

Na particularidade do caso dos intelectuais em relação aos quais tratamos essas condições de trabalho interferem não apenas na sua condição de profissionais

mas operam também impactos negativos no atendimento de suas necessidades sociais devido ao atraso dos salários e ao encerramento do Programa de ATES.

Assim sendo, cabe-nos assinalar que diferente do que alguns autores afirmam, as ONG longe de estarem à margem das determinações que atingem o mercado e o Estado, estão também imersas no conjunto das transformações que ocorrem na sociedade e no mundo do trabalho. A precarização presente na realidade dos nossos entrevistados é, ao mesmo tempo, expressão contraditória da reestruturação do mundo do trabalho, da parca intervenção estatal no âmbito social, particularmente na reforma agrária, e da estratégia de inserção de grupos de trabalhadores no mercado de trabalho, através do chamado “terceiro setor”.

Para alguns dos entrevistados, a precarização é clara; mas para outros este aspecto passa ao largo dos discursos. Diante deste quadro, chama-nos a atenção que apareça em alguns depoimentos a clareza do processo de precarização experimentado; e, ao mesmo tempo, uma impotência diante desta mesma realidade.

A ausência de problematização do contexto precário vivenciado pelos entrevistados nos remete a um tipo movimento de passivização política destes intelectuais, advinda, em parte, da frágil condição de trabalhador terceirizado e desprotegido socialmente. A reivindicação por direitos vê-se mais fortalecida quando as condições materiais colaboram para tal, já que estas condições auxiliam dando suporte econômico à luta política. Um outro elemento que se articula à questão econômica é a visão de mundo dos intelectuais. Ou seja, não fica explícita na pesquisa a identificação deles como um trabalhador que sofre as mesmas determinações materiais e espirituais que os demais trabalhadores, e que necessitam lutar por direitos negados. Durante a pesquisa, apresenta-se uma tendência de que apenas os trabalhadores rurais junto aos quais atuam devem buscar a garantia de direitos.

Ao indagar sobre os objetivos do trabalho, os entrevistados assinalam que a capacitação para a autonomia é fundamental, pois a continuidade do Programa de ATES é uma incógnita. Esta sensação de impotência diante dos fatos é também uma expressão do avanço do capital na subjetividade dos indivíduos. Diante do contexto de insegurança das condições de trabalho e de continuidade dos programas e projetos, os intelectuais do trabalho durante o desenvolvimento de suas atividades junto os trabalhadores rurais, reafirmam cotidianamente que sua estadia

na área de assentamento é provisória e sem garantias de permanência e em função disto, a aquisição de conhecimentos por parte dos trabalhadores é um elemento importante para o futuro dos mesmos

[...] lembrem-se que eu estou aqui hoje e que eu posso não estar aqui amanhã ou daqui a um mês e é bom pra vocês que vocês saibam como fazer porque nenhum de vocês nem eu tem a garantia de do programa continuar, então quanto mais conhecimentos eles tiverem, quanto mais eles trabalharem em parceria comigo, melhor pra eles! Porque assim...Eu vou me prejudicar porque eu vou ficar desempregada, lógico! E eu não descobri um meio de viver sem dinheiro né? Até agora eu não descobri um meio né? Viver pela causa sabe? Até agora eu ainda não consegui, eu tenho necessidades básicas, mas eu procuro desempenhar o meu trabalho da forma mais profissional possível, mais ética possível e que eles consigam estar sempre ao meu lado pra que se algum momento eu saia ou se em algum momento uma outra profissional ou um outro profissional venha me substituir ela não vai ser igual à forma que eu trabalho porque as pessoas não são iguais, mas que pelo menos eles saibam como reivindicar e saibam quais os passos que eles precisam seguir pra conseguir o que eles querem e tendo muita consciência de uma coisa que não só tem direito não [...]

(CAVALCANTE, 2007, p. 21-22)

Através das informações obtidas pelas entrevistas temos clareza de que, para os intelectuais do trabalho a consciência da precarização do trabalho temporário é notória, a ponto de cotidianamente “prepararem” os trabalhadores rurais, para as imprevisibilidades inerentes não apenas a este programa, mas às ações estatais na reforma agrária.

No que concerne ao item remuneração a média salarial dos entrevistados varia entre 2,3 à 6,3 Salários Mínimos o que não é suficiente para atender as necessidades dos mesmos. Como pode ser visto, há uma diferenciação no nível salarial dos entrevistados, pois o estabelecimento de valores fica à cargo da própria instituição e é orientado pelas normas operacionais do programa de ATES, que indica referenciais de valor mínimo e máximo a ser pago, ficando livre a instituição para estabelecer os valores que considerar convenientes entre o piso mínimo e o teto.

Observamos, através da pesquisa, que esta diferenciação salarial mesmo não sendo grande, é um fator de descontentamento entre os entrevistados, visto que gera uma hierarquização entre os mesmos, quando, na verdade, estes desenvolvem as mesmas atividades. A este respeito questionam os próprios sujeitos que “[...] existe uma grande diversidade nos formatos de contratação de pessoal e níveis

salariais por parte das executoras de ATES; variação também nos requisitos de proteção social ofertados; *diante disto*¹⁰⁷ como o programa pode garantir as condições de trabalho e de proteção social das equipes?” (AACC,2006, p.14). Questionamento que permanece sem resposta até o presente momento.

A carga horária de trabalho também sofre oscilações, dada a particularidade do trabalho no meio rural, o qual compreende a realização de atividades no campo, como visitas aos assentamentos, orientações nos lotes agrícolas, cursos, acompanhamento das associações, organização de grupos de mulheres e de jovens, assembléias, reuniões, mobilizações etc; e atividades de escritório: planejamentos, reuniões de equipe, elaboração de relatórios, elaboração de projetos, negociação com financiadores, organização da infra-estrutura física etc.

Oficialmente, a carga horária estabelecida pelo programa de ATES é de quarenta horas semanais. Mas, de acordo com os dados obtidos através da pesquisa, o *quantum* de horas trabalhadas é bem superior às quarenta horas. Apenas uma entrevistada afirmou trabalhar vinte horas semanais. Mesmo com esta diferença, a entrevistada assinalou que ultrapassa o expediente frequentemente, situação que ocorre com todos os participantes da pesquisa. Um dado interessante é que nenhum dos entrevistados sabe contabilizar as horas trabalhadas a mais. Apenas têm uma vaga noção de sempre ultrapassar o expediente.

Um elemento importante é que muitas das atividades de campo apenas são possíveis nos turnos da noite ou em fins de semana, já que os trabalhadores rurais estão ocupados durante o dia. Então, a carga horária desses profissionais vê-se aumentada não só pelas horas trabalhadas, mas também pelo número de dias extras de trabalho, que podem ser dias de semana, fins de semana ou feriados. E também pelo trabalho extra levado para casa, tais como relatórios, sistematizações, planejamento de atividades etc.

Além deste aspecto, apresenta-se um dado interessante e frequentemente encontrado no contexto das ONG. Declaramos que três entrevistados, além das atividades de campo e escritório, desempenham funções de dirigente no interior da estrutura organizacional. A organização do trabalho é baseada no princípio da polivalência, o que resulta em um processo pelo qual os entrevistados desempenham mais de uma função. Dessa forma, atividades rotineiras somam-se cargos de

¹⁰⁷ Grifo nosso

coordenação, de direção e ainda às representações políticas em fóruns, movimentos, conselhos etc. Este quadro é particular naquelas ONG nas quais o componente político é mais forte. Neste caso trabalho e militância se congregam e imprimem novas mediações à atuação dos intelectuais.

O projeto político determina, em alguns, casos a permanência dos entrevistados na instituição, mesmo experimentando um processo de precarização no trabalho, como assinala uma das entrevistadas que se encontra sem direitos previdenciários e trabalhistas garantidos, e que esta situação deve-se ao compromisso político e a uma escolha pessoal:

[...] Então, eu sou sócia fundadora do CEAHS de [19]99 até 2005 eu tive carteira assinada. De 2005 pra cá deu baixa na carteira porque a instituição não conseguia manter os encargos trabalhistas. E isso não aconteceu só com o CEAHS; aconteceu com um conjunto das instituições. E hoje a gente e todos os profissionais do CEAHS são [sic!] prestadores de serviços; esse é o vínculo. Nós somos prestadores de serviço. Há aí uma precarização das relações de trabalho, mas dado o compromisso e militância política também a gente se submete a esse tipo de coisa. Foi uma escolha pessoal isso; porque pra manter hoje uma equipe de trabalho no campo da ABONG, infelizmente, não tem como fugir da precarização de trabalho, dado os poucos recursos que a instituição dispõe. Então não dá para manter uma carga tributária e de encargos trabalhistas. Então, essa é uma escolha que eu fiz dada a minha militância política. Minha visão de mundo e o projeto político e de Brasil que eu tô [sic!] vinculada, o projeto de desenvolvimento que eu tô vinculada. Eu tenho plena consciência que há uma precarização do trabalho. [...] O salário hoje, eu não tenho um salário certo; eu recebo e uma ajuda de custo, porque os projetos que nós temos hoje não dispõem de recursos pra manter salário todo mês. Então é uma ajuda de custo até nós conseguirmos firmar um projeto que dê essa sustentação salarial. É muito difícil!! Mas foi uma escolha pessoal e política [...] (BARROS, 2007, p. 21))

Este depoimento permite identificarmos que, para estes intelectuais do trabalho a escolha profissional e a permanência nos processos de precarização estão condicionadas pelo projeto político com qual identificam-se. Em última instância e em algumas situações, a materialização do projeto político é orientado pela tônica do romantismo revolucionário, que se apresenta, neste caso, sob a forma de “militantismo”.

O depoimento antes apresentado revela, além da tendência militante, a difícil conjuntura encontrada pelas ONG para manterem seus projetos e garantir aos seus profissionais condições dignas de trabalho e salário. Ao mesmo tempo, esses

elemenos afirmam a fragilidade econômica de tais entidades e seus limites para sobreviver, considerando que um número significativo sobrevive do financiamento estatal.

A imposição de condições materiais precárias para algumas entidades da sociedade civil determina o panorama das contradições que permeiam as ONG no contexto brasileiro e mundial. Do ponto de vista do mercado de trabalho Ricardo Antunes (2001) indica os limites das referidas instituições, as quais denomina “terceiro setor”. Concordamos com este autor, na perspectiva de que são as ONG uma “[...] alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela vigência da lógica destrutiva da sociedade contemporânea [...]”(2001:113)

E, podemos salientar ainda que ‘terceiro setor’ não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade, ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital.

A conjuntura do capitalismo contemporâneo na fase atual diferentemente dos anos de 1990, época de esplendor para as ONG, traz à tona suas limitações materiais, gerando uma crise neste setor e deixando às claras a dependência das mesmas em relação à esfera estatal; e em alguns casos ao capital internacional. Revela-se ainda o pacto silencioso através do qual as ONG do meio rural e urbano brasileiro realizam um tipo de complementariedade precária da ação estatal.

Retomando as condições de trabalho desses intelectuais, identificamos que estas se complexificam ainda mais quando pomos frente a frente a intensa demanda por trabalho com a diferenciação salarial, com o vínculo empregatício precário, com a descontinuidade dos programas, com a incerteza de seu futuro profissional e com as metas estabelecidas no Programa de ATES. Diante desses elementos destacamos que há dificuldades de monta para garantir qualidade na atuação desses intelectuais, no atual contexto.

Através da análise documental, outro dado nos foi revelado: as condições intermitentes do referido Programa geram uma rotatividade nas equipes técnicas. Ou seja, nos períodos de renovação de contrato, quando as instituições não possuem recursos para pagamento de salários, os intelectuais são levados a buscarem novas ocupações. E, geralmente, abandonam a instituição na qual estavam trabalhando.

Os intelectuais responsáveis pelo monitoramento¹⁰⁸ do Programa de ATES indicam que

[...] na análise dos relatórios, alguns aspectos foram considerados, a saber; o tempo razoavelmente curto (03 meses), pós retomada do Convênio INCRA/SEBRAE, para que se possa de fato ser comprovada mudanças significativas nos PA's; a constatação de que as instituições renovaram grande parte de seus profissionais que ainda não estão adaptados à complexidade que é um assentamento e um programa de assistência técnica [...] (AACC, 2006, p. 1)

Este elemento é um complexificador para o Programa ATES, pois a cada período de renovação, novos profissionais são inseridos nas equipes, gerando uma quebra no processo de trabalho que estava sendo constituído. Novos profissionais assumem o trabalho, e se reinicia um processo de criação de confiança junto aos trabalhadores rurais e de acúmulo de experiência. Dispersam-se as equipes profissionais e opera-se um refluxo nas atividades realizadas no campo, sejam atividades agrícolas ou organizativas. Este aspecto de mudanças constantes das equipes é também criticado pelos trabalhadores rurais como indicam as análises dos intelectuais da equipe de monitoramento.

[...] o que verificamos é que a pedagoga vem com frequência ao assentamento, mas as famílias não reconhecem esse trabalho, e reclamaram das mudanças dos técnicos que os acompanham. Inclusive durante a reunião constatamos que o agrônomo João Silva estava iniciando o trabalho de acompanhamento ao assentamento em substituição ao técnico em agropecuária Euclides¹⁰⁹ [...] (AACC, 2006, p. 26)

Portanto, é em meio aos paradoxos entre carga horária, intensidade de trabalho, rotatividade, altas metas e poucos recursos, que a atuação dos intelectuais se opera nos assentamentos de reforma agrária no RN. Estas condições de trabalho precárias são exemplos concretos da falta de prioridade do atual governo em

¹⁰⁸ Nas considerações desta equipe há uma atenção especial voltada para o aperfeiçoamento do Programa de ATES. Nesse sentido, salientam a necessidade de abranger os aspectos inerentes ao desenvolvimento dos PA's; crédito, capacitação, cooperação, organização, infra-estrutura produtiva e social, sistemas de produção-mercado-comercialização, agroindustrialização e meio ambiente. Nas palavras destes intelectuais há outros fatores a serem considerados, os quais "[...] de acordo com Carlos Julio Jara, os aspectos invisíveis do desenvolvimento cujos indicadores são difíceis de identificar e medir, a exemplo da felicidade, da alegria, da razão de ser e de existir das gentes dos assentamentos" [...] (AACC, 2006, p. 60)

¹⁰⁹ Utilizamos nomes falsos para preservar a identidade dos sujeitos.

realizar reforma grária no país enquanto setores do capital fundiário avançam. E para os “pobres do campo”, restam os programas de transferência de renda.

Desta feita, é possível considerarmos que a mudança de técnicos, as precárias condições de trabalho, a (des)organização sócio-política observada nos assentamentos rurais e a dificuldade de recursos públicos para desenvolvimento das atividades são aspectos que nos levam a crer que o Programa de ATES encontra sérias dificuldades para avançar. E, em verdade constitui-se em um “eterno recomeçar”.

Em meio às contradições que envolvem a atuação dos intelectuais do trabalho, a carga horária excessiva, ao mesmo tempo em que não é paga, é necessária ao trabalho de mobilização política que os mesmos se propõem a fazer. É necessidade imposta pelas condições do projeto 500 famílias para 1 profissional da área social (AACC, 2006). Em geral, o trabalho em ONG é exaustivo. E quando envolve militância, esta situação se agrava.

O quadro geral do trabalho aponta desafios de ordem estrutural, os quais se apresentam cotidianamente na atuação dos intelectuais. Entretanto, a preocupação em função da continuidade do programa é aspecto mais evidente. No relatório do trimestre outubro a dezembro de 2006, a inquietação em torno da renovação do convênio para o exercício de 2007 é clara. “ [...] Nesse semestre [segundo semestre de 2006], internamente sofremos com o atraso de recursos e com o fantasma da descontinuidade do Programa de ATES para 2007 [...]” (AACC, 2006, p. 2)

Conforme já assinalamos, o convênio do exercício de 2006 se encerrou em abril de 2007, e apenas em dezembro deste mesmo ano foi renovado. Neste período, algumas instituições mais estruturadas continuaram intermitentemente fazendo visitas às áreas e realizando algumas atividades. Entretanto, outras pararam totalmente as atividades pela ausência de condições financeiras. (AACC, 2006)

Se para os intelectuais do trabalho é gerada uma situação de insegurança, de desemprego temporário, de comprometimento de sua reprodução como indivíduos, o que dizer da situação dos trabalhadores rurais “ilhados” em seus assentamentos à espera do recomeço das atividades, considerando que para efeito

da produção agrícola, às vezes, quando se inicia o Programa de ATES, o período já não é propício para o cultivo. Diante deste problema revelam as ONG que:

[...] as interrupções na assistência técnica comprometem muito o trabalho e o desenvolvimento dos assentamentos, pois no início dos anos, quando iniciam as primeiras chuvas, época de plantio, os assentamentos estão sem assistência técnica para elaborar os projetos técnicos e assessorar a produção. Que o Programa seja plurianual. [...] (AACC, 2006, p. 15)

Uma das consequências da precarização das condições de trabalho dos intelectuais é que, após o recomeço dos convênios, os trabalhadores rurais estão desmobilizados e desinteressados em novamente fazer parte das ações propostas pelo Programa e pelas equipes de trabalho. Interessante que este aspecto da desmobilização é relatado pelos entrevistados como processo isolado enquanto que o próprio quadro da política governamental é um gerador deste inconveniente.

Uma análise superficial do processo poderia localizar, na ação dos intelectuais do trabalho a culpabilização pelo desinteresse dos trabalhadores rurais em fazer parte do Programa de ATES. E, por sua vez, em alguns casos os intelectuais culpam os trabalhadores rurais pelo desinteresse ou pela “apatia”. Um dado importante que aparece na pesquisa é que todas as entidades executoras das ações de ATES, no primeiro trimestre de 2006, apresentam uma dificuldade de trabalho no eixo organização sócio-política, atestando desinteresse dos trabalhadores rurais em participar de qualquer atividade coletiva. Para fazer frente à esta visão, da maioria dos intelectuais das ONG, acerca do “desinteresse” dos trabalhadores rurais os intelectuais do monitoramento do Programa de ATES atestam que “[...] Não é fácil trabalhar com grupos de forma coletiva, nos assentamentos. Porém, é preciso começar, mesmo que seja com grupos pequenos e ter persistência, procurando demonstrar para os demais que isso funciona. [...]” (AACC, 2006, p. 13)

Indagamos se não seria esta uma inversão na análise, assentando a culpa sobre os trabalhadores rurais, quando, na realidade, são as condições concretas globais, especialmente a interferência do mercado e seus impactos na ação do Estado, que se articulam a um ambiente político dominado pela atomização que criam uma sociabilidade desfavorável para trabalhadores rurais e também para seus intelectuais.

O conjunto de elementos sobre os quais discorreremos neste capítulo atentam para a direção que se impõe na órbita do Estado sob a orientação do capital e das contradições geradas na atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária em tal contexto. Desta forma, na medida em que as ONG passam a fazer parte da trama da relação com o Estado sua funcionalidade e condição contraditória se explicitam.

A interferência direta de organismos como Banco Mundial, FAO e BIRD no financiamento dos programas e projetos voltados para o meio rural é uma determinação bastante significativa para a compreensão da atuação dos intelectuais do trabalho no desempenho de suas funções na realidade agrária brasileira e norterio-grandense.

Outro elemento não menos desprezível em tal processo é a absorção das ONG pela lógica privatista dominante na esfera estatal e sua funcionalidade histórica em tempos de Estado reduzido para o social, embora este mesmo Estado em determinadas conjunturas, responda a algumas demandas dos trabalhadores rurais.

Identificamos pela pesquisa a existência de uma fragilidade teórica que predomina entre os entrevistados no que concerne à análise da sociedade civil e do Estado, das condições de trabalho, da reprodução social e da realidade na qual atua. Fragilidade esta que se expressa tanto pela idéia de autonomia absoluta quanto pela idéia de parceria com o Estado, ou ainda na culpabilização dos trabalhadores rurais pelo seu pretense desinteresse em fazer parte dos programas e projetos.

Esta fragilidade teórica também se apresenta na ausência de visão de totalidade, no que tange à qualificação da sociedade civil e mais especificamente na análise do papel das ONG nesta instância estratégica frente ao Estado, que não se confunde com este, mas tem influência fundamental na democratização de suas funções para atender às demandas das classes subalternas, como incorporação de direitos, na perspectiva da democratização desta sociedade e da alteração na correlação de forças entre os interesses do capital e os interesses gerais da sociedade.

Correlação de forças esta que joga não apenas os trabalhadores rurais historicamente expropriados dos meios de sobrevivência, mas também seus intelectuais em situação de empobrecimento e de fragilidade nas condições de

trabalho e reprodução social, visando a desagregá-los e a quebrar a organicidade política destes em relação aos interesses dos trabalhadores rurais.

A quebra no estatuto de trabalho operada pela precarização de contratos, de salários, pelo atraso no envio de recursos para logística, a descontinuidade do Programa de ATES e seu definhamento findam por ocasionar, entre alguns intelectuais, uma retirada para outras frentes de trabalho. Fragilizados em sua condição de trabalhador, como garantir os meios de reproduzir-se como sujeito político, e como contribuir para a organização dos trabalhadores rurais, que cada vez mais se desagregam como classe, tendo em vista a degradação de sua condição de vida e a intermitência dos projetos governamentais ?

Caminha em paralelo e quase de forma independente ao empobrecimento dos trabalhadores rurais, mesmo não sendo sem-terra, o sucesso do agronegócio. Cumprindo a tendência observada por Marx sobre o desenvolvimento desigual e combinado e estabelecendo mediações para analisar a questão agrária podemos dizer que,

[...] a questão agrária se arrola no país, de forma que há uma desigualdade entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 102).

Assim é que, recentemente, tal tendência se concretiza pelo sucesso do agronegócio em detrimento de ações que visem a avançar na reforma agrária; e ainda pelo descompasso entre as ações do MDA *lócus* de excelência de planejamento da reforma agrária e o Ministério da Agricultura e Pesca, dirigido por segmentos que representam o agronegócio no país. Uma análise integral da reforma agrária remete a ações que integrem o ciclo de produção como um todo, ou seja, na produção, circulação, distribuição e consumo de produtos nos meios rural e urbano. Assim, política fundiária, de infra-estrutura, de safra, de comercialização e de assistência técnica são fundamentais para reforma agrária, e só podem ter esse caráter quando o Estado exerce em plenitude suas funções econômicas e políticas. Mas o desempenho de tais funções depende, necessariamente, da correlação de forças empreendidas *a partir e na* sociedade civil.

Por esta razão, as ONG, ao intermediarem ou “mediarem” a relação entre Estado e movimentos, podem, ao mesmo tempo, encontrar o nó de sua condição e amortecer ou amenizar os conflitos entre as classes que se travam na demanda por direitos. E neste caso, na demanda por terra e condições de vida. Articuladas as ONG às lutas mais gerais, e não substituindo os movimentos sociais em seu diálogo com o Estado, e esclarecendo o foco da luta na direção de “tomada” do Estado, não como inimigo mas como instância contraditória de disputa de projetos e fortalecendo a sociedade civil em favor dos interesses dos segmentos do trabalho, tanto trabalhadores quanto seus intelectuais, terão seus postos e suas condições de trabalho garantidos, como também contribuirão para a reversão da correlação de forças, que, na atualidade, tem massacrado sobremaneira aqueles que se contrapõem a ela.

Assim, não obstante o otimismo da vontade que move os intelectuais do trabalho que atuam nos projetos de assentamento de reforma agrária no RN o pessimismo da razão nos indica que esta atuação se realiza em meio a contradições econômicas, políticas e ideológicas. Mas traz, ao mesmo tempo, avanços em termos de concepções e pequenas iniciativas. Ou seja, no caso de nossa pesquisa, embora os resultados demonstrem diferenciações internas, as ONG que analisamos se conectam a um projeto popular que visa à democratização da sociedade. Mas estas têm, por vezes, perdido o horizonte da luta pela reforma agrária. A afirmação desta reivindicação traz à tona a contra-face do capitalismo na questão agrária que, coloca o Estado numa posição de atuação débil, investindo pouco e precariamente na reforma agrária. E ainda, colocando à prova a capacidade reduzida das ONG em responderem de forma consistente, culpabilizando ainda os trabalhadores rurais pelo seu “fracasso” econômico ou pelo abandono das áreas de assentamento.

Nas entrelinhas deste discurso, está o argumento de que há um vasto investimento público, que tem sido em vão, e que a reforma agrária, além de onerosa para o país, não é eficaz. Resultado deste complexo em que sociedade civil e Estado se põem frente ao problema agrário brasileiro é uma inversão teórica e política. Ou seja, falidas as iniciativas estatais em parceria com ONG, os culpados são os trabalhadores rurais pelo “desinteresse e pela apatia”, ou pelo seu interesse em se “apropriar inescrupulosamente” do patrimônio privado e das terras de cidadãos que “lutaram a vida inteira” dentro da legalidade, para construir seus bens

e sua riqueza. A força de tal discurso é inequívoca em um país como o Brasil. o qual, desde sua formação histórica, aqueles que ousam criticar a propriedade, têm sido duramente punidos, seja em suas condições de vida e trabalho seja no direito a livre expressão.

Não obstante às contradições deste processo, o Estado continua reforçando a tônica da “mediação” e requisitando as ONG para realização de parcerias e lança, ao mesmo tempo, as condições materiais para passivizar, capturar e absorver estas entidades.

Neste contexto é que o intelectual do trabalho, orgânico, dirigente, engajado e formador de opinião, tem sido substituído pelo mediador que diante de uma ofensiva transformista, tende a ser capturado pelo bloco dominante, através de um *aggiornamento*, através do qual o capital atualiza a função do intelectual à sua maneira, refuncionalizando-a nos dias atuais.

Um quadro geral deste processo de *aggiornamento* da função do intelectual do trabalho pode ser compreendido através do fenômeno denominado por Gramsci (2002) como transformismo.

Com uma aproximação à realidade empírica dos intelectuais do trabalho que atuam nos projetos de assentamento de reforma agrária no RN é possível indicar que estes sujeitos têm sofrido uma ofensiva do capital na perspectiva de modificar a sua função histórica desempenhada em sua relação junto às classes subalternas.

A determinação econômica e a direção da ação estatal neste processo são decisivas, pois a inserção destes intelectuais nas instituições estatais e o estabelecimento de parceria entre ONG e governo, na implementação da política de assistência técnica e social para os assentamentos rurais tem culminado com um processo pelo qual este Estado, articulado ao capital, tem demandado recorrentemente a figura do mediador. Enquanto isto, os trabalhadores rurais e seus movimentos têm necessitado mais do que nunca da atuação de intelectuais orgânicos ou intelectuais do trabalho, como denominamos neste estudo. Assim, o transformismo é o fenômeno catalisador da alteração da função exercida pelo intelectual do trabalho em detrimento do papel de mediador.

Esta alteração “semântica” pode ser uma das expressões da ofensiva do capital diante dos intelectuais do trabalho, o que pode resultar na substituição da

função do intelectual orgânico pelo mediador, e pode também ser uma expressão do transformismo, como veremos a seguir.

CAPITULO 4 TRANSFORMISMO: ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA CAPITALISTA FRENTE AOS INTELECTUAIS DO TRABALHO.

Este capítulo objetiva identificar os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho, à luz do transformismo e das formas que este fenômeno assume neste período histórico, atingindo estes intelectuais. O percurso de análise evidencia que os intelectuais do trabalho têm sofrido uma ofensiva do capital, e que o mesmo tem construído novas formas de captura destes intelectuais, o que tem resultado em uma tentativa de modificação da função histórica desempenhada pelos intelectuais do trabalho. Neste mesmo processo, observamos o surgimento de “novas” funções que se apresentam como substitutivos à função dirigente e organizativa dos intelectuais do trabalho. Neste sentido, entendemos também que a noção de mediadores pode ser uma das expressões da ofensiva do capital diante dos intelectuais do trabalho, na tentativa de realizar uma substituição histórica da sua função pelo mediador, e que tal fenômeno também se configura como uma expressão do transformismo.

4.1 Os intelectuais do trabalho e o fenômeno do transformismo na sociedade brasileira contemporânea.

O entendimento dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho não pode prescindir da análise dos processos de disputa por hegemonia na sociedade brasileira contemporânea, como destacamos ao longo deste trabalho. Hegemonia que se obtém capilarmente na sociedade não apenas através da força e da coerção direta, mas e sobretudo, através da criação de consensos.

Embora atualmente predomine a criação de consensos como forma de domínio burguês, destacamos a existência de intensos conflitos de classes e de lutas políticas empreendidas por diversos movimentos sociais, estudantil, sindical, feminista, ambientalista, dentre outros nos períodos que marcam o fim do Regime Militar no Brasil, e que se estendem no pós-redemocratização.

As principais transformações dirigidas pelas classes dominantes, no Brasil, a partir dos anos 1980, ocorreram através da criação de um amplo consenso social. Movimento que se origina nos setores da burguesia nacional em direção às classes subalternas em um processo através do qual interesses dominantes se transformam em interesses gerais, o que denota a força dos setores burgueses em universalizar seu projeto junto à sociedade.

No contexto atual, o exercício da hegemonia burguesa transcorre não somente através de uma estratégia pelo alto, mas na arregimentação daqueles setores que se encontram na base da sociedade, instituindo uma cultura de consentimento das classes subalternas, bastante apropriada para o capitalismo contemporâneo. Na realidade brasileira podemos observar continuamente a elaboração consensos em torno de aspectos como a idéia de uma crise social que atinge a todos indistintamente; a necessidade da responsabilização da sociedade civil pelos seus infortúneos; a inoperância estatal na regulação da sociedade; a excelência do mercado como instância do progresso e do desenvolvimento; a idéia do trabalhador-colaborador; do cidadão-consumidor; a necessidade de colaboração transclassista para superar a crise; e entre outros fetiches amplamente difundidos na mídia, na academia, no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Muito embora seja predominante a elaboração de consenso como conteúdo e forma privilegiada de hegemonia burguesa no Brasil de nossos dias, a história

recente do país aponta para modalidades de transformações distintas nas quais predomina a forma de domínio, em detrimento da hegemonia .

Dessa forma, a história brasileira vê-se marcada, predominantemente pelo desenvolvimento de mudanças econômico-sociais, que prescindiram da realização de uma revolução democrático-burguesa. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro ocorreu de forma gradual e pelo alto, dirigido pela constituição de alianças entre as frações dos setores dominantes e com a exclusão de setores populares (COUTINHO, 2003).

As transformações capitalistas no Brasil têm sido realizadas, principalmente a partir de uma modalidade de “modernização conservadora”, que conserva traços essenciais da formação social e econômica brasileira como o latifúndio e a dependência em relação ao capital estrangeiro. Estes traços, ao invés de constituírem-se como obstáculos para a dinamização da acumulação capitalista, foram refuncionalizados. E, no caso brasileiro, transformam-se, a partir de 1964, em bases profícuas para o fortalecimento dos interesses econômicos convergentes entre setores dominantes nacionais e internacionais.

O perfil e as formas de domínio das classes dominantes, na realidade brasileira, apontam para uma opção de transição capitalista de caráter elitista e antipopular, que encontra, nas saídas pelo “alto”, uma solução para conservar sua hegemonia em meio a momentos de mundança. Este modelo de transição pode ser observado desde a Independência, passando pela Proclamação da República até o golpe militar de 1964. Nesse sentido, podemos compreender que as transformações capitalistas no Brasil apontam para um modelo de Revolução passiva ou Revolução-restauração, conforme os termos de Gramsci (2002).

Recuperando algumas características do conceito de revolução passiva, podemos compreendê-la como

[...] um processo de revolução passiva ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da restauração (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes) [...] (COUTINHO, 2003,p.198).

Nesta linha de raciocínio, consideramos a presença de momentos de restauração e renovação nos processos de mudança, dirigidos pelos setores

dominantes brasileiros, que se antecipam aos movimentos populares e se empenham na direção de sua restauração e continuidade no poder, respondendo a algumas demandas populares, mas sem abrir mão do essencial, que é a direção econômica da sociedade.

É, portanto, no caráter de inclusão subordinada das massas populares nos processos de mudança econômica e social com traços de revolução passiva que reside o fenômeno do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico. A análise gramsciana da estratégia de transformismo ajuda na reflexão para pontuar processos de mudança que ocorreram e que ocorrem na sociedade brasileira, sobretudo, aqueles de caráter molecular.

Segundo MENEZES (2001), Gramsci se apropria e dá novo conteúdo à expressão revolução passiva a partir das elaborações de Vincenzo Couco e de Edgar Quinet. Enquanto conceito a revolução passiva não aparece no pensamento do jovem Gramsci; já a noção aproximada de transformismo se faz presente nos escritos juvenis do pensador sardo, particularmente, na história italiana novecentista, quando ocorre a absorção das elites políticas e intelectuais das classes adversárias, o que acarreta no desafio de os grupos subalternos atingirem um nível superior de consciência, e estes ficam à mercê do programa dos grupos dominantes.

Nesses termos, é

[...] a partir da análise seminal sobre o Mezzogiorno que inicia a sua demonstração sistemática de que uma estrutura fraca pode se achar revestida por uma complexa armação supra-estrutural. Na medida em que segue aprofundando sua reflexão sobre as formas não exemplares da revolução burguesa-o Risorgimento, a Europa sob a restauração-, Gramsci, em movimento de larga respiração teórica, acaba por erigir a sua descoberta, feita no campo das situações retardatárias do capitalismo, no fundamento do enunciado geral da sua teoria sobre o Estado [...] (VIANNA, 2007, p. 02).

Portanto, a referência ao transformismo é bastante útil para referirmo-nos a aspectos da política prática do Estado e das estratégias dos setores dominantes em países de capitalismo tardio como a Itália e o Brasil.

Ao buscarmos pesquisas sobre as concepções de transformismo e de revolução passiva observamos que as mesmas aparecem ao longo dos Cadernos do Cárcere em vários momentos da obra de Gramsci. Em uma análise da obra deste autor foi possível verificarmos a referência a estes processos nos seguintes momentos dos *Quaderni del carcere*:

No volume 1, *“Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce”*. Gramsci trava um debate crítico junto a Croce e com a historiografia italiana. Neste volume, explicita o medo dos setores dominantes, diante das ameaças de uma revolução popular nacional. Neste momento, Gramsci demarca a gênese do conceito de revolução passiva em Edgar Quinet, como revolução-restauração. E esta nada mais é do que a tradução, em francês, de revolução passiva, interpretada “positivamente” pelos moderados italianos. Revolução passiva ou revolução restauração indica um conservadorismo reformista temperado, e ainda um tipo de enquadramento do mundo sob a forma de racionalismo anti-historicista¹¹⁰.

Já no volume 3, *“Maquiavel: notas sobre o Estado e a política”*, encontramos uma referência ao conceito de “transformismo” a respeito dos partidos no Risorgimento italiano e da expressão parlamentar do Transformismo. Neste momento, Gramsci tece uma crítica à fraqueza dos partidos políticos italianos expressa, sobretudo, na falta de princípios, no oportunismo, na falta de continuidade orgânica e no desequilíbrio entre tática e estratégia. Durante o Risorgimento o Estado-governo operou como partido, colocando-se acima dos mesmos. Nas notas ao texto, neste mesmo volume, o transformismo é definido como “ [...] um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição. “ (GRAMSCI, 2007, p. 396)

No volume 4, *“Temas de cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo”* Gramsci desenvolve elementos para entender em que medida o Americanismo pode ser determinado como um desenvolvimento gradual do tipo das revoluções passivas próprias dos séculos anteriores. Assim, o Americanismo/Fordismo na América e o Facismo, na Europa também são compreendidos como modalidades de revolução passiva.

Porém, é no volume 5, dos *“Quaderni”*, *“O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália”* no qual encontramos uma maior sistematização dos processos de revolução passiva e do fenômeno do transformismo. Nesta obra sobre a análise da unificação da Itália e da constituição do Estado moderno italiano, Gramsci compreende o Risorgimento como um momento no qual detecta a existência do transformismo como modalidade política e como estratégia de hegemonia dos grupos dominantes. A partir do *Risorgimento*, coloca-se para Gramsci o problema

¹¹⁰ É possível verificar, na atualidade, alguns traços do racionalismo anti-historicista através de afirmações como fim da história, fim do trabalho, fim dos intelectuais, entre outros.

da direção política no processo de formação e desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália. Intrínseco ao problema de direção política se colocava a existência de distintas correntes políticas e a atuação dos partidos políticos durante a unificação italiana.

É em tal cenário que se apresentam os principais protagonistas da transição histórica da Itália, no decurso da unificação: os Moderados, apresentados por Gramsci como grupo relativamente homogêneo que sofreu oscilações limitadas e com uma linha de desenvolvimento organicamente progressivo; e o Partido da Ação, que constituía um grupo que não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica, de forma que as oscilações de seus dirigentes respondiam aos interesses dos Moderados e que foram por estes historicamente guiados e dirigidos.

A atuação dos partidos durante a unificação da Itália repunha, para Gramsci, os problemas da direção intelectual e moral de um grupo social sobre os demais. Ou seja, estava em tela, na realidade italiana da unificação oitocentista, a questão da hegemonia. Dessa forma, é através da disputa entre Moderados e Partido da Ação e dos modos de supremacia de um grupo sobre outro, domínio ou direção intelectual e moral, afirma que

[...] um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente' [...] (GRAMSCI, 2002, p.62-63).

Portanto, é por meio da atividade hegemônica intelectual, moral e política dos Moderados diante do Partido da Ação, ao longo do século XIX, e especialmente, nos últimos anos deste século, que Gramsci assinala que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, foi marcada pelo transformismo. Ou seja, pela criação de uma classe dirigente cada vez mais ampla, tendo em vista a ação hegemônica dos Moderados a partir de 1848.

No cenário do *Risorgimento* italiano, a estratégia transformista se operou com “[...]a absorção gradual, mas contínua, e obida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários que pareciam irreconciliavelmente inimigos.” (GRAMSCI, 2002, p. 63). À luz do caso italiano, coloca-se como questão histórica e política o fato de que a

“decaptação” dos grupos adversários pela assimilação de suas lideranças torna-se estratégia eficaz na reforma intelectual e moral em diferentes fases da história.

Assim, o *Risorgimento* transcorre, como diria Gramsci, “sem terror” deixando clara a questão da direção política como aspecto da função de domínio, transformando o *Risorgimento*, na forma em segundo a qual se realizou, em uma revolução sem revolução ou revolução passiva (GRAMSCI, 2002).

As transformações de caráter molecular aparecem, a partir de então, como um veio analítico profícuo, até então desconsiderado pelos estudiosos, sobretudo, no campo do materialismo histórico. A fórmula liberal dos Moderados, cujo investimento se destinava à absorção molecular e privada dos dirigentes de oposição confirmava-se como método eficaz de hegemonia intelectual e moral em detrimento de um programa de partido.

A atuação desse grupo, os Moderados, ao mesmo tempo como intelectuais orgânicos e organizadores políticos, mas também como vanguarda real e orgânica das classes altas, contribuiu para que este mesmo grupo exercesse influência e até mesmo atração espontânea sobre a massa de intelectuais que se encontrava difusa e atomizada. Os setores dominantes da Itália do século XIX se tornavam mais fortes à medida em que seus intelectuais se ligavam mais organicamente aos seus interesses. Ao mesmo tempo em que mais fortalecida estava esta classe a atração de um número cada vez maior de intelectuais para este bloco era fenômeno explícito.

À luz destas referências, podemos considerar que as classes se fortalecem à medida em que agregam, em quantidade e qualidade, intelectuais que incorporem seu programa político, que o difundam amplamente, que atraiam um número cada vez maior de intelectuais para o seu bloco econômico e político, na perspectiva de ampliação de seu domínio e direção social e política. É este o feito histórico do grupo dos Moderados, como armadura das classes altas italianas. Assim, nos referendamos no critério metodológico de investigação histórico-político gramsciano e afirmamos que,

[...] não existe classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si; mas os intelectuais da classe historicamente (e realisticamente) progressista, nas condições dadas, exercem um tal poder de atração que terminam, em última análise, por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, assim, criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com laços de ordem

psicológica (vaidade, etc) e, muitas vezes, de casta (tecnico juridicos, corporativos etc) [...] (GRAMSCI, 2002, P.64).

Em oposição à força dos Moderados, o Partido da Ação apresentava-se fragilizado, sem poder de atração frente aos intelectuais em geral e sendo guiado pelos primeiros. Considera Gramsci (2002) que o Partido da Ação deveria ter contraposto à atividade empírica dos Moderados um programa orgânico de governo que incorporasse necessidades essenciais das massas populares, sobretudo, a demanda dos camponeses pela reforma agrária. A atração ‘espontanea’ que exercem os Moderados deveria ser contraposta pelo Partido da Ação com uma atuação de resistência e com uma contra-ofensiva organizada segundo um plano.

Para o pensador sardo, faltou na plataforma do partido da Ação um programa concreto de governo e de direção política e ampliação do arco de alianças que incluísse os camponeses do sul e intelectuais de estratos médios e inferiores e suas aspirações legítimas. Esta derrota do Partido da Ação, na Itália, durante a unificação, significou a impossibilidade, neste momento da história, de contra-hegemonia das classes subalternas diante das classes dominantes.

O transformismo, ou seja, a “[...] assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores subalternos” (COUTINHO, 2003, p.205), como visto no caso italiano, constituiu-se como forma eficiente de obtenção de consenso e de direção social em processos de revolução passiva. Desta forma, para efeitos históricos e analíticos, Gramsci demarca dois períodos de transformismo: o primeiro, entre 1860 a 1900, que considera transformismo molecular; ou seja, personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos de oposição incorporam-se individualmente ao grupo político conservador-moderno, caracterizadas pela negação de intervenções populares na vida estatal, que em lugar do domínio ditatorial sejam utilizada a hegemonia; o segundo, a partir de 1900, transformismo de grupos radicais inteiros, que passam para o grupo dos Moderados.

Consideramos que ambos os tipos de transformismo podem ser observados na história brasileira, embora o tipo molecular seja o mais frequente e se expressa, geralmente, através da assimilação, pelos setores dominantes, de alguns líderes de oposição, processo que se arrasta desde a época imperial até o governo Fernando Henrique Cardoso.

Através do tipo molecular de transformismo tornou-se possível a assimilação, pelo Estado, de grande número de intelectuais oriundos das classes subalternas os quais cumpriam papel decisivo na organização política e no fortalecimento destes setores. Assim, concordamos com o pensamento de Coutinho (2003) quando afirma que

[...] a ação transformista em face dos intelectuais era indubitavelmente facilitada pela debilidade da sociedade civil, em particular dos organismos culturais 'privados', o que tornava bastante difícil a própria subsistência material dos intelectuais não cooptados pelo Estado [...] (COUTINHO, 2003, p. 206).

Há também no Brasil, períodos considerados como de uma ofensiva transformista, direcionada a grupos inteiros de intelectuais. Tais momentos podem ser demarcados nos quadros da Ditadura Vargas (1937-1945) e também nos anos de 1945-1964 considerado como período liberal-democrático no país. Em tais momentos, não foram poucas as tentativas de incorporação dos setores inteiros através da concessão de direitos sociais e garantias econômicas.

A análise das estratégias históricas de disputa da direção intelectual e moral das classes e das formas renovadas da hegemonia dos setores burgueses diante da sociedade, indica a existência de um contexto no qual as classes subalternas urbanas e rurais sofrem uma ofensiva material e espiritual no cenário do capitalismo contemporâneo, e que também os intelectuais do trabalho se vêem impactados pelo avanço desta ofensiva hegemônica.

É, portanto, diante deste quadro histórico de ofensivas transformistas na direção dos intelectuais do trabalho, que sustentamos a tese de que no momento histórico atual, marcado por transformações no mercado, no Estado e na sociedade civil, os intelectuais do trabalho têm sofrido uma ofensiva transformista por parte do capital, e que o mesmo tem construído novas formas de captura destes intelectuais. Isto resulta numa tentativa de modificação da função histórica desempenhada pelos intelectuais do trabalho.

No caso de nossa pesquisa, fica patente que a condição de precarização do trabalho que se impõe aos intelectuais do trabalho, no âmbito das ONG que atuam nos assentamentos de reforma agrária do RN é potencializadora do transformismo. Isto porque, destituídos da base material que assegure condições de reprodução social, os intelectuais são tendencialmente mais expostos à cooptação e à assimilação, tendo em vista a necessidade de sobrevivência.

As modalidades de parceria entre as ONG e os governos tem, por um lado, possibilitado formas de inserção profissional dos intelectuais, segundo os quais a marca mais visível é a precarização. Por outro lado, tem proporcionado, ao mesmo tempo, o acesso de trabalhadores rurais à alguns serviços e políticas voltadas, essencialmente, para assentamentos rurais, os quais tem sido executadas por estas ONG, e financiadas com recursos públicos. No entanto, as condições em que se objetiva esta parceria entre as ONG e o governo apresentam-se como débeis tendo em vista a interrupção freqüente do financiamento dos programas e projetos, o que torna vulneráveis as condições de trabalho e a reprodução social desses intelectuais. E ao mesmo tempo, o acesso dos trabalhadores rurais às políticas sociais é também comprometido.

Além dos problemas presentes nas parcerias entre Estado/sociedade civil, no âmbito da reforma agrária, a ofensiva transformista também pode ser identificada na forma, no conteúdo e na direção social das políticas voltadas para o meio rural. Ou seja, embora, nos últimos cinco anos, a regulamentação do II PNRA e de um plano de safra tenham sido marcos na história recente das políticas que oportunizem a reforma agrária, ainda persiste, sobretudo no âmbito do Estado a tendência de fortalecimento do agronegócio, em detrimento da reforma agrária, o que compreendemos como expressão do embate entre os projetos de classe

Assim, as respostas que vêm sendo dadas para os movimentos rurais na luta pela reforma agrária têm sido ainda muito aquém das reais necessidades dos trabalhadores rurais. Um exemplo claro deste movimento está na descontinuidade e nos impasses para a implementação do Programa de ATES nos últimos dois anos, como já analisamos no capítulo anterior. As dificuldades de implementação das ações de reforma agrária nos levam a observar os desafios que a ordem burguesa apresenta para quaisquer ações de caráter democratizante mesmo aquelas que capazes de administração nos marcos do capitalismo.

Além disto, desde o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, a ação dos movimentos rurais, inclusive do MST, tem sido muito mais silenciosa¹¹¹, se comparada com a de outros períodos, como durante o governo de Fernando

¹¹¹ Até mesmo as ações do “abril Vermelho”, realizadas pelo MST têm alcançado pouca repercussão na mídia nacional se comparado com os anos anteriores. No caso do RN, durante o mês de abril de 2008 o referido movimento, em nível local, manteve uma ocupação na sede da Superintendência Regional do INCRA. Chamamos a atenção para a pouca repercussão que este feito alcançou na mídia, pois não registramos alusão nenhuma na imprensa local.

Henrique Cardoso. Este quadro se apresenta, tendo em vista os contrangimentos que são gerados entre governo/movimentos rurais já que muitos integrantes do atual governo têm uma relação direta com movimentos sociais rurais, ou foram lideranças destes movimentos ou ainda membros do Partido dos Trabalhadores, o qual, historicamente, apoiou a atuação destes movimentos.

No momento, o Estado tem convidado frequentemente os movimentos rurais à negociação, em detrimento da mobilização e da pressão, como se pelo fato de experimentarmos, na conjuntura nacional, a existência de um governo de coalizão centro-esquerda a ação política reivindicativa dos movimentos sociais estivesse superada, obsoleta ou fora de lugar.

Nesta linha de raciocínio, a pesquisa nos mostra um tipo de *reatualização de uma modernização conservadora*, que ocorre no campo brasileiro, com elementos de continuidade e rupturas em relação ao processo em vigor no Regime Militar. Neste sentido, esta reatualização conserva aspectos daquele modelo dos anos 1964, no que se refere ao intenso incremento tecnológico, aos fortes investimentos estrangeiros na terra, à atuação intensa do Estado no impulso ao agronegócio. Em contrapartida, aponta traços de modernização, pois ocorre em um contexto democrático de movimentos sociais rurais mais coesos e fortalecidos, com uma opinião pública mais favorável à reforma agrária, e com quadros de governo ligados a uma perspectiva democrática e com trajetória em movimentos rurais como apontamos nos capítulos anteriores.

Entretanto, o processo de reatualização da modernização conservadora no campo aponta como caráter regressivo e conservador um Estado que, embora atenda demandas dos trabalhadores rurais, tende a garantir predominantemente os interesses do capital agrário, reedita programas e políticas de reforma agrária de governos claramente com traços liberais, como Governo FHC, repõe o modelo do latifúndio ao reforçar o agronegócio e a produção de grãos para exportação, no sentido de alimentar a fabricação de biodiesel, e, ademais, apresenta inúmeras dificuldades políticas para concretizar uma reforma agrária, já que esta demanda uma ação macroeconômica do Estado, e que tensiona os interesses dos grupos dominantes nacionais e estrangeiros que investem no país.

A hegemonia burguesa presente na reforma agrária e a atualização da modernização conservadora no campo podem ser constatadas não apenas na

ação governamental, mas também na visão de mundo dos representantes do capital nacional, ao posicionarem-se contrários à ação dos movimentos rurais e ao reivindicarem mais presença do Estado para a concretização de seus interesses econômicos. Em recente artigo de revista Isto É, de 09 de abril de 2008, o MST é classificado como “inimigo do desenvolvimento”. Nesta reportagem, os sem-terra são acusados de uso de dinheiro público e de contar com a passividade da justiça. Aliado a isto as ações que o MST promove, todos os anos, no mês de abril para lembrar os massacres de Eldorado do Carajás, em 1996, são apontados como ameaça as empresas e aos investimentos que, segundo a reportagem, geram emprego e qualidade de vida no país. É emblemático, neste artigo, o pronunciamento de setores como Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação das Industrias do Estado do Pará (FIEPA) e Partido Democrata. Os empresários questionam que as críticas do MST à globalização, ao neoliberalismo e as privatizações nada têm a ver com sua luta original, e que suas ações estão afugentando investimentos, empresas e empregos. O diretor da Vale do Rio Doce, Wagner Cover afirma que,

[...] para a Vale, é lamentável que o MST tenha posto de lado a antiga bandeira e se mobilize agora contra questões de caráter eminentemente político, como a globalização e a integração da América Latina.” E ainda reitera que “a gente se sente refém porque a Vale é uma empresa nacional e não tem nada a ver com esse tipo de bandeira [...] (COSTA; PARDELLAS, 2008, p. 77).

Na mesma perspectiva, afirma o presidente da FIESP, Paulo Skaf,

[...] esperamos que o governo federal não admita o desrespeito à ordem constituída e, de maneira firme e pronta, combata cada ato criminoso. Não podemos seguir sob ameaça de arruaceiros e criminosos comuns para os quais não devemos oferecer tratamento político, mas sim, policial [...] (COSTA; PARDELLAS, 2008, p. 78).

A visão apresentada pelo presidente da FIESP é exemplar da forma como os grupos dominantes brasileiros, historicamente, recorrem aos mecanismos de coerção para garantia da “ordem”. Intrínseca à esta visão está a idéia de questão social como caso de polícia, a ser tratada através da força, e de que a pobreza está relacionada à criminalização.

Os dois depoimentos revelam também o pensamento da burguesia nacional, representada pelos empresários que, na defesa de seus interesses e dos interesses de investidores internacionais, apostam fortemente na pressão política diante do

Estado para que este garanta as condições políticas e econômicas favoráveis¹¹². Além disto, observamos a conivência da grande mídia como porta voz destes setores, em uma crítica desprovida de historicidade, condensada por uma criminalização dos movimentos, muito cara ao projeto liberal conservador da burguesia agrária e industrial nacional, avessa a quaisquer tipo de mudanças de caráter progressista. Na iminência da pressão destes setores temos visto o governo secundarizar a reforma agrária e solicitar aos movimentos uma postura mais conciliadora, bem como centrar esforços na redução da pobreza rural, pela via dos programas de transferência de renda, como já demonstramos no capítulo anterior.

A preocupação do governo brasileiro para com a redução da pobreza se mostra convergente com as propostas das principais agências multilaterais para a América Latina, as quais se referem à educação secundária, à redução da pobreza na área rural e ao abastecimento d'água, e ao acesso ao saneamento, ao financiamento de microempresas e às reformas na saúde e na previdência como metas de desenvolvimento propostas pelo Banco Mundial, pelo BIRD, e pelo FMI (NOGUEIRA; SIMIONATTO, 2001).

Em meio a este contexto, o combate ou redução da pobreza rural aparece enfatizado no discurso governamental como forma de aceleração do desenvolvimento rural. Entretanto, observamos que este discurso não incorpora a reforma agrária como mecanismo de combate à desigualdade rural/urbana. Antes, em seu lugar, surge o agronegócio como setor dinâmico do desenvolvimento da economia nacional. Em contrapartida, a atuação dos movimentos rurais é reduzida à baderna, pelos setores ligados ao capital, que agora encontram outras formas de silenciar as lideranças, os quais, através de processos judiciais, conseguiram uma liminar na justiça, proibindo o MST e um de seus dirigentes, João Pedro Stédile, de incitar e promover o que chamam de “atos violentos” (COSTA; PARDELLAS, 2008).

¹¹² Neste último mês de abril, tendo em vista o estado de calamidade pública que se abateu em todo o Nordeste, devido às chuvas e enchentes, o setor da fruticultura irrigada e da carcinicultura se reuniu para pressionar o governo do estado para criar um fundo de emergência para os empresários que tiveram prejuízos financeiros. Prontamente, a governadora Wilma de Farias se dispôs a negociar com o governo federal, e verificar, nos cofres estaduais, a possibilidade de atendê-los. Dias depois, pesquisadores da UFRN, em debate sobre as mudanças climáticas afirmaram que os viveiros de carcinicultura estavam em áreas irregulares (áreas de manacial e de preservação ambiental), e por este motivo, haviam sido prejudicadas pelas enchentes. Enquanto isto, a população da região oeste do estado, atingida pela chuva, conta com a mobilização de ONG e centros de caridade que têm promovido campanhas para arrecadar alimentos e roupas para os desabrigados das enchentes.

Além do mais, observamos que de forma “molecular”, a demanda pela reforma agrária vai sendo esvaziada, ao mesmo tempo em que é respondida através do Programa Bolsa Família, o qual gera, sem dúvida, impactos positivos na renda das famílias rurais, mas que tem contribuído sobremaneira para melhorar os índices de aceitação do atual governo. Enquanto isto, a “reforma agrária de mercado” é reverenciada e defendida por setores como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ruralistas e FIESP, contando com recursos públicos, como exposto no capítulo primeiro.

Um outro aspecto da reatualização da modernização conservadora é o fenômeno transformista que se atualiza e se renova na contemporaneidade. Tal processo pode ser observado na medida em que, a partir do início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, vários membros de movimentos rurais, de partidos políticos de esquerda e de ONG historicamente ligadas aos movimentos sociais rurais e urbanos, passam a fazer parte das agências de governo. Este processo é contraditório, na medida em que estes intelectuais do trabalho “migram” da sociedade civil para sociedade política, sendo potencialmente, uma forma de fazer os movimentos sociais estarem representados na esfera estatal, sobretudo na elaboração das políticas e em sua implementação. Observamos que este mesmo processo acentua a fragilidade histórica da sociedade civil brasileira, particularmente dos movimentos rurais, que sempre tiveram dificuldades de posicionarem-se diante do Estado, garantindo sua função sem perder sua especificidade. Além disto, nos termos gramscianos, “decapitar” os intelectuais.

Nesse sentido, para algumas ONG e movimentos sociais inclusive rurais a perda de alguns “quadros políticos qualificados” tem deixado órfãos seus movimentos, o que constitui um desafio em um contexto de dificuldades para ação política contra-hegemônica das classes subalternas no país. Isto porque, inseridos os intelectuais no âmbito do Estado, as possibilidades de manter uma posição crítica são mais dificultadas, tendo em vista a relação orgânica que estes passam a estabelecer com o poder constituído.

No caso empírico de nossos intelectuais do trabalho mesmo não estando estes dentro das agências de governo, mas na sociedade civil –ONG- o transformismo se apresenta na dificuldade de apropriação de um projeto claro de sociedade ancorado em um fundamento econômico. Nesse sentido, emerge na

visão dos entrevistados distintas perspectivas. Encontramos desde aquelas que visam contribuir com a defesa de um mundo melhor e mais justo para trabalhadores rurais, obtenção de qualidade/melhoria de vida para os mesmos, até a visão que se volta para organização política e autonomia daqueles, como vemos nos depoimentos a seguir.

[...] a gente trabalha para que os agricultores e agricultoras possam se apropriar do programa, conhecer o que é e que possa efetivamente fazer um controle social desse programa [...] e que as instituições possam mesmo conseguir fazer com que esses assentamentos cheguem a um nível de desenvolvimento aceitável pras famílias [...] (FREITAS, 2007, p. 31)

[...] que este estado cresça essas comunidades se desenvolvam, tá entendendo. Que a gente possa ser luz, possa contribuir para que essa coisa desenrole, que a gente veja realmente o crescimento, o desenvolvimento, que as pessoas possam viver melhor tenham melhoria de vida [...] (DIÓGENES, 2007, p. 20)

[...] Contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais se transformem em sujeitos políticos coletivos autônomos e que sejam protagonistas de sua história e protagonistas do acesso à direitos conquistados pelas lutas populares desse país desde muitos anos [...] (BARROS, 2007, p. 22)

No que concerne à luta por reforma agrária registramos visões nas quais a reforma agrária aparece como estratégia econômica e política dos movimentos rurais para uma sociedade mais justa e como superação da exploração dos trabalhadores, mas há também visões nas quais a luta é, por vezes, violenta e com traços de baderna.

[...] Os movimentos sociais deveriam procurar melhorar os assentamentos que já existem; porque eu vejo que eles tão [sic!] muito preocupados com acampamento, com pré-assentamento e existem assentamentos com “n” problemas, que eles poderiam ser mais focados nisso. [...] Sabe é uma luta muito bonita, uma ideologia muito interessante e que eles [os movimentos] poderiam té revendo isso, mas que é uma coisa que engradece muito, que tá melhorando a vida de muita gente porque essas pessoas estão deixando de ser exploradas e em alguns casos, tentando construir sua própria vida no assentamento, mas eu acho que em alguns momentos tá delicado [...] (CAVALCANTE, 2007, p. 21)

[...] olha eu acho justa desde que não passe a violência, não venha com história violenta, você pode ter uma conquista pacífica, sem violência, sem baderna. Claro que a luta é interessante. Tudo na vida você tem que lutar pelo que você quer, mas lutar dentro do

direito, da cidadania com a gente diz, com dignidade, com critérios, com equidade, com cuidado com isso. Não pode ser uma coisa... como a gente sabe que muita coisa é mais baderna do que necessidade mesmo [...] (DIÓGENES, 2007, p. 24)

Além da identificação de distinções o nas visões de mundo dos intelectuais acerca da reforma agrária, há também diferentes posições quanto a atuação dos movimentos rurais. Enquanto no depoimento de Diógenes (2007) os movimentos estão recorrentemente empreendendo ações violentas, Barros (2007) assinala que os movimentos sociais em geral travam uma luta

[...] pela aprovação e legalização do aborto, porque é uma questão de saúde pública, há formação do Estatuto da Igualdade Racial, há uma luta em torno dos direitos humanos [...] então há um movimento na sociedade brasileira, há um movimento muito tímido no sentido que você não tem os movimentos na rua diariamente, ele é tímido e, ao mesmo tempo, ele tem muita força [...] (BARROS, 2007, p. 27)

Observamos, pois que contradições e ambiguidades se explicitam nas visões dos intelectuais em aspectos de relevo como a luta pela reforma agrária e a atuação dos movimentos sociais rurais. Nas visões sob observamos uma tendência à moderação, ao conservadorismo e à análise crítica, respectivamente.

Estas visões de mundo não são isoladas e estão inseridas em um processo global de disputa hegemônica de idéias e concepções. Em que pese a atuação político-ideológica dos movimentos sociais rurais, na batalha de idéias, no Brasil contemporâneo, acerca da reforma agrária, a hegemonia econômica e política é dada, em última instância, pela prevalência de um modelo baseado na tríade latifúndio/monocultura/exportação. Modelo que se moderniza, reatualiza-se e se fortalece no modelo do agronegócio, setor este de progresso econômico, catalizador de investimentos nacionais e internacionais, mobilizador de um mercado de ações e gerador de um “novo” segmento rural brasileiro, sem raízes ou tradições na agricultura mas que defende suas terras com bastante força.

Nesta batalha ideológica-política, tem sido comum a transformação gradativa da reforma agrária em desenvolvimento rural, expressa nos programas e projetos governamentais, como consta no II PNRA e nos programas por nós analisados. Idéia esta expressa também na visão de mundo dos intelectuais do trabalho. Neste caso,

reafirmamos o aspecto pedagógico das políticas sociais e da ação estatal, que é, eminentemente educativa e que contribui para soldar discursos e ações. O transformismo ocorre então pela absorção, pelos intelectuais, de idéias exteriores, que lhes são, de alguma maneira impostas que, no caso da pesquisa, identificamos a incorporação de conceitos como desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar e desenvolvimento local.

Nesse sentido, a contribuição de Carlos Julio Jara¹¹³, consultor do Instituto Interamericano para Agricultura, tem sido aspecto relevante. Observamos na pesquisa uma forte influência deste autor nos conceitos de “Desenvolvimento Rural Sustentável”, “Desenvolvimento Local” e “Metodologias Participativas que se apresentam no documento AACC (2006)”¹¹⁴. Este quadro é para nós relevante, na medida em que, registramos como os intelectuais do trabalho tem sido influenciados pelo conteúdo dos projetos das agências de financiamento e cooperação, alertando para a função primordial que desempenham os intelectuais destas agências na formação da visão de mundo dos intelectuais do trabalho que investigamos.

Dentre os inúmeros consensos que circundam a sociedade dos dias de hoje, um deles, bastante observado, é a idéia de ineficiência da ação estatal e da excelência da “sociedade civil organizada”. Dessa forma, detectamos na pesquisa por parte dos intelectuais do trabalho, uma tendência a apontar a burocracia e a morosidade das agências de governo (MDA, INCRA), principalmente, no que concerne ao estabelecimento de convênios e ao financiamento das ações da ATES.

Nesse sentido, é recorrente em meio à crítica ao Estado, a defesa, por alguns setores da sociedade civil, de um tipo de “serviço público não estatal, a partir do qual as ONG teriam seu quinhão de recursos garantidos nos programas de governo. Porém, diante deste quadro, cabe-nos reiterar que esta modalidade de intervenção “público não estatal” consta como um dos princípios do ajuste estrutural proposto pelas agências internacionais na condução da contra-reforma do Estado. Esta nova composição de ação social pode ser compreendida como o chamado “mix público-privado”, o qual modifica a natureza dos serviços sociais, adequando-os

¹¹³ Em pesquisa acerca da produção recente deste autor encontramos os seguintes títulos: JARA, C. J. Conceito, Sistema e Processo de Planejamento Municipal Sustentável. Recife, IICA, novembro de 1996, mimeo; JARA, C. J. PCPR: finalidades e perspectivas. Recife, IICA- Prorural, julho de 1997; JARA, C. J. A sustentabilidade do Desenvolvimento Local. Brasília: IICA, 1999.

¹¹⁴ Conferir nota número 97.

às diretrizes da CEPAL e do PNUD/BID, segundo os quais nem Estado, nem mercado tem proeminência. Assim, as ONG se situariam nesta esfera do “público não estatal”, tendo com características a absorção de parte das funções do Estado (NOGUEIRA; SIMIONATTO, 2001).

Na nossa pesquisa, através das entrevistas, identificamos uma frágil crítica ao atual governo. Esse fenômeno nos chama a atenção, tendo em vista alguns aspectos da atuação do governo Luís Inácio Lula da Silva. Inicialmente, destacamos que predomina, na opinião dos entrevistados, uma tendência a minimizar a crítica ao governo e a direção que tem sido dada na reforma agrária. De um lado, isto ocorre porque, à exceção de um entrevistado, os demais são ou foram filiados ao PT, ou ainda votam nos candidatos deste Partido que, inclusive, como mostramos na pesquisa, incluiu na sua agenda política, a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais principalmente da reforma agrária.

Consideramos que esta aproximação político-ideológica seria um dificultador de crítica. Para além deste aspecto, vários aliados, colegas de trabalho e de partido dos nossos entrevistados, agora fazem parte dos quadros do governo em nível local ou nacional. Entretanto, estes aspectos se tornam menos relevantes, quando pomos em evidência a dificuldade teórica de análise que se apresenta por parte dos entrevistados. As referências teóricas citadas no decorrer da pesquisa contribuem para uma crítica romântica, que esbarra no Estado e não captura nexos como mercado/Estado/sociedade civil.

Daí, uma tendência de análise confusa do papel das ONG enquanto sociedade civil, do Estado-Governo, da interferência das agências internacionais na reforma agrária de mercado, das condições precárias de trabalho que esses intelectuais experimentam nas ONG. O transformismo é facilitado, no contexto político brasileiro, e avança sobre os intelectuais do trabalho nas condições de trabalho e na assimilação, por parte dos entrevistados, de consensos oriundos de setores do capital internacional. O momento atual se constitui um terreno propício ao transformismo, tendo em vista a fragilização das condições de reprodução e trabalho pela precarização, pela análise teórica pouco consistente acerca do Estado e da sociedade, sob as determinações do mercado, e considerando ainda o discurso governamental, que se apresenta com caráter progressista e popular e como possibilidade democrática. Nesse sentido, as formas de hegemonia burguesa têm

desafiado os intelectuais do trabalho a aprofundarem e a radicalizar ainda mais a crítica contra-hegemônica, movimento que se torna mais difícil dadas as condições de trabalho e de reprodução destes sujeitos.

Assim, podemos dizer que, no Brasil, neste momento histórico, o transformismo se amplia e se renova, na medida em que não absorve apenas os opositores, mas os intelectuais orgânicos dos setores subalternos ligados, historicamente, a um projeto de defesa da sociabilidade do trabalho.

Através da pesquisa, podemos indicar que os desafios com os quais se deparam os intelectuais do trabalho apontam, em sua globalidade, para aspectos de ordem estrutural que a conjuntura do país faz agravar. Por parte do Estado, a pouca destinação de recursos¹¹⁵ para os programas voltados para aos assentamentos, especialmente de ATES, a terceirização e o sucateamento dos serviços governamentais de reforma agrária, a exigência de capacitação continuada para profissionais que atuam nos assentamentos, o sistema frágil de monitoramento da ações, a sobrevivência das ONG nestes tempos difíceis, a insegurança no trabalho, a padronização dos programas em termos de conteúdos, a burocratização para realização dos convênios e os períodos cada vez mais curtos de realização destes e a existência de contratos de trabalho temporários têm sido elementos que interferem na qualidade da atuação dos intelectuais nos assentamentos e nos resultados da ação, já que são aspectos relativos às condições materiais que o Estado fornece para esta atuação.

[...] como a ação do CEAHS e de outras instituições está muito no campo político é educativo nós temos tido dificuldades de acessar recursos da Cooperação Internacional e recursos públicos também. E aí, hoje o maior desafio é manter a sustentabilidade financeira da organização. esse é o maior, eu acho que é o nó, é o gargalo. Agora tem outro desafio que diz respeito a pergunta anterior, que diz respeito ao Estado. Tem sido muito difícil executar política pública nesse país quando o Estado coloca essa responsabilidade pras [sic!] ONGs. Essa responsabilidade é do Estado e não das ONGs; e muitas ONGs têm embarcado na execução de projetos que parecem mais um braço do Estado do que uma ação independente de uma instituição que tá no campo da sociedade civil, que tem que tá [sic!] alinhada às lutas do povo e aos movimentos sociais e fazer a crítica

¹¹⁵ Segundo a pesquisa, obtivemos a informação de que os recursos previstos para o Programa de ATES são destinados, exclusivamente, para pagamento de pessoal. Nesse sentido, não prevê ações de capacitação para os profissionais envolvidos, nem garantia de infra-estrutura de trabalho (escritório, carro, material de expediente etc). Estes aspectos são interpretados como contra-partida das instituições envolvidas no Programa. Nesse sentido, é previsto o repasse, em média, R\$ 400, 00 por família.

necessária ao Estado, a forma como o Estado se organiza, a forma como o Estado executa política pública. É um desafio muito grande, porque o Estado coloca critérios, normas e algumas limitações pra ação institucional que você tem que seguir essas orientações e essas normas; e fica muito difícil porque no momento em que você segue você tem que abrir mão de algumas questões que são fundamentais pra instituição e que se não tiver cuidado agente se perde, se perde, passa a ser executor do Estado, passa a ser braço do Estado sem a crítica necessária [...] (BARROS, 2007, p. 16)

Para além dos aspectos macro-estruturais que dizem respeito ao financiamento das ações os desafios para os intelectuais são observados também na sobrecarga de trabalho e na pressão dos trabalhadores rurais e das agências de governo

[...] eu acho que o governo deveria investir mais em termos de números de profissionais trabalhando nessas parcerias porque eu acho que sobrecarrega um pouco. [...] Sobrecarrega os profissionais do INCRA e por tabela nos prejudica porque nós somos os que estamos diretamente ligados ao assentamento entendeu? O funcionário do INCRA tem muita coisa pra resolver então às vezes passa até mais de mês sem ir no assentamento, né? Sabe que existe, sabe que tem aquele problema, mas não tá dando conta devido a demanda de trabalho, mas nós não, nós estamos lá toda semana, nós sofremos a pressão, nós sofremos a pressão tanto da parte do INCRA, como da parte dos assentados. [...] (CAVALCANTE, 2007, p 13)

A despeito desses aspectos dificultadores, presentes na atuação desses intelectuais, articula-se um componente de positividade no que se refere à concepção do Programa de ATES. Assim, afirmam os entrevistados, que a concepção do programa é interessante, mas não avança, tendo em vista as precárias condições segundo as quais se realiza.

[...] meu maior desafio é que você tem um... pra mim, ter um programa de uma concepção interessante, mas que peca numa série de outros, que você não consegue ir avançar; então você, não, não... A gente não consegue ter um sistema de monitoramento ágil que gere informação a tempo e a hora, a gente não consegue ter um, um programa continuado em capacitação pra esses profissionais lidar com essas temáticas novas, que tem no programas. Então assim, o fato de eu não ter as condições necessárias pra poder fazer a função pra qual eu fui contratada, digamos assim, porque a conjuntura, porque a estrutura do

programa não permite. Então pra mim é um desafio ver um profissional que acabou de sair da universidade e vai lidar com juventude, com gênero, com agroecologia, com economia solidária, o diabo a quatro, com elaboração de projetos sustentáveis e pensar num sistema de produção sustentável no semi-árido [...] (FREITAS, 2007, p. 26)

Recuperamos um aspecto que tratamos no capítulo anterior deste estudo que é o fato de que a proposta local de reforma agrária carrega o selo da participação dos movimentos rurais e de seus intelectuais em sua elaboração. E, por este motivo, apresenta-se com uma perspectiva geral mais aproximada aos interesses dos movimentos sociais, fato que se expressa na visão dos intelectuais. Embora a participação seja um princípio que permeou as ações, chamamos a atenção para o fato de que, por vezes, a participação limita-se a um procedimento formal, tendo em vista que a mesma não representa garantias de interferência na condução das políticas de reforma agrária.

Ora, se por um lado as condições de reprodução social dos intelectuais do trabalho se apresentam como desafiadoras, a própria condição de vida dos trabalhadores rurais é aspecto a ser considerado. Nesse sentido, afirmam os intelectuais do trabalho que a situação financeira precária dos trabalhadores rurais, o endividamento de suas associações com bancos ou com o próprio Estado e a baixa qualidade produtiva de algumas áreas de assentamento, nas quais não há recursos hídricos disponíveis onde a terra não é fértil, onde os serviços como saúde, educação, moradia e transporte são incipientes, são fatores preocupantes para os entrevistados. Aliados a isto, somam-se as dificuldades de organização política que são encontradas nas áreas de assentamento, aspecto que um dos entrevistados aponta como *cultura histórica dos trabalhadores rurais*. (NEVES, 2007)

Sob nosso ângulo de análise, esta dificuldade de organização se estende também aos centros urbanos do país, mas pode ser interpretada como uma contra face dos trabalhadores ao perfil de atuação, sobretudo, da iniciativa governamental e do caráter das políticas que se apresentam com descontinuidade, com insuficiência de orçamento, com impasses burocráticos e sem muitos avanços no campo econômico e mesmo no social. Não raro, estes aspectos se apresentam, na pesquisa, como resistência dos trabalhadores rurais ao trabalho coletivo, como

difficuldade de participação, desinteresse ou como cultura tradicional dos trabalhadores rurais¹¹⁶.

Desta forma, pressionados, de um lado, pelo Estado, para apresentarem resultados em curto espaço de tempo; e de outro lado, atuando diante das condições concretas, precárias, de vida e de organização dos trabalhadores rurais, é que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho podem ser compreendidos. De frente a tais determinações, a perspectiva de contribuir para contra-hegemonia é um desafio para estes intelectuais. Nesse cenário, duas entrevistadas apontam que, na conjuntura que vivenciamos, manter um projeto político de ação coletiva e contribuir para o acesso dos trabalhadores rurais aos direitos, são tarefas bastante difíceis, e que, em alguns aspectos, fogem de sua capacidade. Embora os intelectuais não assinalem a disputa entre capital/trabalho, salientamos que é justamente na forma deste antagonismo que as decisões mais importantes para o rumo da reforma agrária são tomadas.

Portanto, é na correlação de forças políticas no interior do Estado e na formas de acumulação capitalista, que as determinações mais amplas podem ser verificadas como elementos sobre os quais esses intelectuais não possuem poder de interferência direta. A possibilidade de contribuição dos intelectuais do trabalho para contra-hegemonia se dá através da reforma intelectual e moral, na disputa pelas idéias e visão de mundo dos trabalhadores rurais, âmbito no qual estes podem atuar, contrapondo, através de uma ação pedagógica, um projeto sistematizado, construído com os trabalhadores e as suas necessidades.

Dessa forma, embora o transformismo se verifique na visão de mundo dos intelectuais acerca das concepções de Estado e sociedade e na ausência de crítica ao mercado, a clareza da necessidade de um projeto de reforma agrária é demarcada fortemente na pesquisa. É unânime entre os entrevistados, que as ações de reforma agrária no atual governo em nível federal não atendem às expectativas dos trabalhadores rurais e dos seus movimentos. Os entrevistados assinalam que no

¹¹⁶ As dificuldades de mobilização política dos trabalhadores rurais devem ser compreendidas a partir de traços marcantes da formação histórica brasileira, como servidão, patrimonialismo e coronelismo, os quais concorreram para uma subordinação histórica dos trabalhadores rurais aos seus patrões. A marca deixada por estes traços é tão forte que os mesmos sobrevivem e se reproduzem, de inúmeras formas. Durante outra pesquisa, a de mestrado, identificamos que após o processo de desapropriação de uma fazenda para fins de reforma agrária, a figura do patrão foi substituída pelos trabalhadores que ocuparam função de dirigente das associações e cooperativas e também pelos assessores de ONG que acompanhavam os trabalhadores e suas entidades.

atual governo, não há mudanças efetivas, como esperavam os setores pró-reforma agrária.

[...] no nosso foco que é, é, que é a agricultura familiar e reforma agrária, a gente acha que a conjuntura, ainda, que a reforma agrária ainda é, extremamente atual que a conjuntura política não, não mudou, não favoreceu pra que você tivesse é, realmente, mudanças efetivas no que diz respeito à reforma agrária. Se a gente olhar aqui no estado, você vai ver que quase atingimos a meta de assentar famílias previstas. Mais de 50% dessa meta é reassentamento de famílias no mesmo canto, no mesmo espaço. Então, assim, é... não, não, não percebo maiores mudanças estruturais mesmo. Se percebe um avanço aqui, uma avanço ali, mas, mas pra, pra reforma agrária, por agricultura familiar, pra o crédito, pra, ainda, as condições ainda não. Não mudaram da quantidade que a gente imaginava que ia mudar, nesses quatro últimos anos de governo assim, pra nosso foco, que é a reforma agrária. Há uma leitura que em nosso país, o nosso problema não é mais a fome, é, é, é, como é que eu posso dizer, é, é, não é pra falar de nome, mas assim, é como se as pessoas, se a gente não tivesse possibilidade de... É desigualdade mesmo. Assim, não é fome, mas você inclui, em compensação. O Brasil vive num cenário de desigualdade econômica, de desigualdade num processo de decisão, de desigualdade social, enfim, [é] como se, se a gente tivesse que trabalhar e tornar igual os desiguais, ou algo no processo de pelo menos de, de ter acesso, a decisão, não precisa muito não [...]

(FREITAS, 2007, p. 36)

Em perspectiva convergente registramos a seguinte afirmação:

[...] O governo Lula ele avançou em algumas questões e manteve algumas outras questões que já vinha se desenrolando desde governos passados e especialmente o governo Fernando Henrique Cardoso. Em relação à reforma agrária eu acho que o governo Lula não conseguiu traduzir o que os movimentos de luta pela terra no Brasil queriam, até porque é um governo de coalizão, e a coalizão de força não tá mais pra banda de cá, da sociedade civil organizada, nem pro lado movimentos que lutam pela reforma agrária e pela terra no Brasil [...]

(BARROS, 2007, p. 27-28)

Destacamos elementos de continuidade como a ênfase nos assentamentos (mais da metade da meta é voltada apenas para legalização de áreas já desapropriadas); o governo não favoreceu a quebra do latifúndio; não há, na maioria dos programas, um incentivo à pequena e a média agricultura, à exceção do PRONAF; a permanência de programas do governo de Fernando Henrique Cardoso; crítica ao discurso da fome, em detrimento de ações que incidam contra a desigualdade que não têm sido enfrentada; e as condições de permanência nos assentamentos não melhoraram.

[...] Eu não sei se o presidente...eu acho que ele é bem intencionado sim. Ele pode não ser bem assessorado, mas bem intencionado ele é...agora por muita coisa eu acho que ele tem facilitado...Essas políticas públicas que existem foram desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso, né...mas a cada dia vem surgindo outros programas diferentes, vem melhorando. [...] Tem muito o que melhorar, viu...muito o que melhorar!!! [na reforma agrária] Porque foi pra imprensa ai diz assim: tantas famílias vão ser assentadas e pá pá pá pá... aquela coisa toda; e agente sabe que o problema não é só assentar, não é só assentar as famílias, tem que ter toda uma estrutura, tem que ter todo um aparato, tem que a família ... Mas como é que essa família vai permanecer lá...a questão você ver...Você vai em assentamentos e a questão das casas; as casas são de péssima qualidade, as casas não tem porta, o banheiro não tem privada, o banheiro não tem caixa de água, os quartos não tem porta, piso...é terrível, agora vá pra ponta do lápis saber quanto ele tá pagando por uma casa dessa...entendeu...então eu acho que é muito uma coisa de fachada: tantos assentados, tantas famílias construíram tantas casas, agora vamos ver as condições, o tipo de casa, porque realmente fica muito longe, deixa muito a desejar!!! Claro que quem vive debaixo de uma lona que vai pra uma casa daquela já é alguma coisa, mas o preço que é cobrado por cada casa daquela que eles recebem e muito dinheiro pra qualidade da casa [...] (DIÓGENES, 2007, p.23)

Além destes fatores, destacam elementos fundamentais: a força dos ruralistas e sua dominância no Ministério da Agricultura que se expressa, dentre outros, no agronegócio-, e a “timidez” dos movimentos rurais diante do governo, nesta conjuntura, permanecem com pouca visibilidade pública e com pouco poder de pressão política.

Assim, a visão dos entrevistados acerca da reforma agrária aponta sua atualidade, sua importância no enfrentamento à exploração dos trabalhadores rurais e os avanços do governo na relação com os movimentos e apoiadores, mas acentua os traços de continuidade histórica como a predominância dos interesses de setores contrários à reforma agrária. Neste sentido, a coalização do governo e sua tendência centro-esquerda, a política econômica voltada, principalmente, para a garantia do *superávit* primário delineam a tendência de responder ao capital e não aos interesses da sociedade. O quadro apresentado pelos intelectuais nos permite observar como o atual governo vai sendo atraído molecularmente para os interesses do capital mesmo imbuído, como aponta DIÓGENES (2007, p.23), “de uma boas intenções”.

Podemos dizer que os intelectuais do trabalho encontram-se inseridos em uma contradição fundamental, cuja dialética se inscreve na resistência e na assimilação. Resistência que se apresenta na defesa da reforma agrária; na atuação contra-hegemônica no âmbito das disputas dos movimentos rurais, fortalecendo o bloco de oposição ao movimento sindical ligado à CONTAG; e na crítica às políticas voltadas para assentamentos rurais, embora não se verifique uma crítica teórica consistente e aberta ao atual governo. Já as nuances da assimilação podem ser observadas na fragilidade teórica, através da fetichização do papel das ONG, pela contraposição abstrata ao Estado, como burocrático; e pela tendência de qualificação da sociedade civil, como homogênea esfera do bem; pela ausência de análise de totalidade – aspectos que, no conjunto, podem levar à subordinação, ao discurso e à racionalidade capitalista contemporânea, em que, modernizar para conservar, é uma estratégia privilegiada que encontra no transformismo, a forma de desenvolver mudanças moleculares, as quais possuem grande influência na organização da cultura.

É assim que o transformismo, enquanto estratégia de direção intelectual, permite reposição da dominância em versão atualizada da hegemonia em vigor, incorporando, molecularmente, grupos e setores em posição subordinada, no revigoramento do projeto capitalista, através do “consenso nosso de cada dia”.

Podemos indicar também, uma outra expressão do transformismo, que vem obtendo relevo atualmente, se configura na tentativa de modificação da função desempenhada historicamente pelos intelectuais do trabalho, objetivada sob a forma de *aggiornamento* da função dirigente e política desses mesmos intelectuais, mistificados sob a forma de “mediadores”, como veremos a seguir.

4.2 “mediação” e “mediadores”: novas expressões do transformismo junto aos intelectuais do trabalho.

No intento de analisar algumas expressões do transformismo junto aos intelectuais do trabalho, adotamos o critério metodológico segundo o qual os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho exigem ser analisados sob as transformações que se operam no mercado, no Estado e na sociedade civil, sobretudo, considerando as estratégias de obtenção de hegemonia que se

expressam na economia, nas funções do Estado, e principalmente, no embate de idéias e de visões de mundo.

Nesse sentido, o embate de projetos de classe em disputa ocorre na totalidade social, seja nas formas de produzir, de regular relações, seja nas formas e representações do poder, vivenciadas no cotidiano, arena por excelência destas disputas hegemônicas. Destacamos que, no atual momento este embate se realiza de forma sutil, metamorfoseado na idéia de modernização de discursos e práticas, alterando objetivamente as subjetividades, num processo de revigoramento de velhas idéias, revestidas em “novos”/atualizados conceitos. É, pois, na dialética do atualização/conservação que os intelectuais do trabalho sofrem uma estratégia transformista, a qual incide, principalmente, na função histórica desempenhada pelos mesmos .

Atualmente, esta ofensiva transformista se apresenta ora como a reivindicação de “novas funções” para os intelectuais, ora como “morte do intelectual orgânico”; ou ainda, com o surgimento dos “mediadores” como substitutos históricos dos intelectuais do trabalho.

Diante deste movimento, sustentamos o pressuposto de que o discurso da morte do intelectual, do surgimento de novas funções e, sobretudo, que a noção de “mediadores” podem ser uma das expressões da ofensiva do capital, diante dos intelectuais do trabalho, na tentativa de realizar uma substituição histórica da função do intelectual do trabalho pelo mediador. E ainda, que tal fenômeno também se configura como uma estratégia inerente ao fenômeno do transformismo.

Para desenvolvermos uma análise consistente deste fenômeno é preciso ir as fontes, para historicizar e conceituar o que uma ampla bibliografia tem denominado como “mediação” e “mediadores”¹¹⁷.

O termo “mediação” tem origem nos EUA, no início do século XX, como uma modalidade de resolução de conflitos entre países em litígio. É marco histórico do surgimento da “mediação”, a Convenção de Haia, em 1907, quando a “mediação” é contemplada na Carta de criação da Sociedade das Nações e de sua sucessora Organização das Nações Unidas, como instrumento de utilizado na área de direito internacional público (OLIVEIRA; GALEGO,2005). No período que compreende o início dos anos de 1900, passando pelo pós II Guerra, a “mediação”

¹¹⁷ Utilizaremos, a partir deste momento, os termos mediação e mediadores aspeados, tendo em vista o diálogo crítico que realizamos com tais noções.

logra espaço no rol das estratégias de conciliação e de negociação entre países em conflito.

No entanto, a institucionalização da “mediação” ocorre nos anos de 1970, como resultante deste momento, e dá origem a um movimento internacional através do qual a “mediação” se firma como método tradicional de resolução de conflitos, denominado como Alternative Dispute Resolution (ADR).

Se, na América do Norte, a “mediação” tem sua origem no início do século XX, na Europa e América Latina, esta modalidade de intervenção inicia-se a partir das três últimas décadas deste mesmo século. Neste sentido,

[...] es quizá en Estados Unidos donde existen más antecedentes al respecto y donde fue institucionalizada formalmente; (...) fue en la década del 70 cuando empezaron a aparecer en esse país los Centros de Mediación y há sido la ciudad de Los Angeles en Florida la pionera [...] (TOMMASO, 2004, p. 42).

Já, no continente europeu, a França em 1995, foi o primeiro país a adotar a “mediação” na esfera administrativa, sob a forma de lei. Posteriormente, esta modalidade de intervenção foi adotada naquele país, na esfera civil pela Assembléia Nacional.

De forma geral, a entrada dos anos de 1990, demarca uma ampliação visível da adoção e institucionalização da prática de “mediação” na Europa em países como Portugal, Itália, Holanda Bélgica e ainda no Canadá.

Na América Latina, também a partir de 1990 países como Argentina, Chile e Brasil dão os primeiros passos para adotar a “mediação”. A Argentina é precursor neste movimento, a partir de 1992, quando o Poder Executivo declara, por meio de decreto, o desenvolvimento da “mediação” como método de solução de controvérsias (TOMMASO, 2004).

No Brasil, tendo à frente uma direção de cariz liberal, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil iniciou um movimento que resulta na Lei Marco Maciel -Lei nº 9.307/96- que regulamenta a arbitragem, tendo a conciliação e a “mediação” como modalidades de resolução de conflitos (VEZZUELLA, 2001). Em 1997 e foi criado o Conselho Nacional de Mediação e Arbitragem (Conima) cujo objetivo é difundir uma cultura de procedimentos não adversariais e extra-judiciais para a resolução de conflitos. Várias iniciativas tem sido criadas nesta direção: câmaras e Centros de Mediação e Arbitragem; juizados especiais; câmaras e

centros de Mediação e Arbitragem Trabalhista; conselhos de conciliação prévia trabalhista, e ainda processos judiciais na área de conflitos de família.

O histórico da “mediação” permite ainda apresentar as formas e as configurações que esta assumiu ao longo dos anos. Ou seja, “*Mediação intercultural*”, “*Mediação comunitária*” e “*Mediação social*”. Em países da Europa, é comum a utilização da “mediação” intercultural voltada para intervenção em contextos multiculturais, principalmente, em problemas relativos a integração de imigrantes ao contexto cultural e social dos países nos quais passam a residir. Já em países como Argentina, Brasil e Chile, as modalidades de “mediação” Comunitária e Social são mais facilmente encontradas, sendo utilizadas como técnica e ferramenta destinadas a resolução de conflitos. Nesse sentido, atesta Olivera (2005)

[...] ya que la mediación comunitaria tiene por sobre todas las cosas una función educativa, es un modo de gestión de la vida social y solo un procedimiento de resolución de conflictos, se propone como una transformación cultura; se trata de que las personas puedan internalizar mediante su practica los principios que propone, aprendiendo de la participación, la asunción y el compromiso que requiere la convivencia dentro de la comunidad [...] (p.22).

Atualmente, o conceito de “mediação” tem causado bastante influência em áreas como sociologia, serviço social, psicologia, direito, ciências políticas, economia, antropologia e educação. Seja no âmbito da intervenção destas áreas, como “método de ação”, seja no âmbito da produção de conhecimento. Na Argentina e no Chile, as modalidades de “*Mediación Comunitaria*” são utilizadas como ferramentas na atuação para profissionais como *Trabajadores sociales*. Já No Brasil, antropólogos, assistentes sociais e sociólogos têm atuado sob a perspectiva da “*Mediação Social*”.

No âmbito do serviço Social brasileiro, esta perspectiva tem se expressado, principalmente, na área da justiça, espaço no qual alguns assistentes sociais se auto-intitulam como “mediadores”, ao atuarem na resolução de conflitos judiciais. Neste contexto, seria também o assistente social o “terceiro neutral”, facilitador da negociação. Conforme seus adeptos, a “Mediação Familiar”, no âmbito da justiça e do direito de família, seria uma das formas atuais de inserção do assistente social nos espaços ocupacionais na esfera do judiciário. Diante destes elementos, consideramos que, no Serviço Social, a perspectiva da “mediação” tende a ampliar-

se, como o que ocorre a exemplo de outros países da América Latina, como Argentina e Chile¹¹⁸.

No Serviço Social, a mediação já é tematizada embora a partir de um ângulo distinto do que adotamos. Neste sentido, Pontes (2002), desenvolve uma análise das influências e dos usos da categoria mediação no serviço social, no plano real e lógico, destacando uma tendência à deformação e ao engessamento na compreensão dos processos de conhecimento e intervenção profissionais. Nesta empreitada, faz um balanço crítico do tratamento que a categoria mediação recebe pós-reconceituação, particularmente, na produção intelectual legatária da reconceituação profissional. Nas conclusões do estudo, assevera o autor que o assistente social não é nem uma das mediações, nem tampouco, um mediador no seu fazer profissional. Mas articula e potencializa mediações, atuando a partir das mesmas, as quais constituem as expressões da questão social, e são geradoras de demandas profissionais (PONTES, 2002)

Concordamos com as afirmações de Pontes, especialmente no entendimento de que assistentes sociais não são “mediadores”. E também com a constatação das distorções que sofre o pensamento marxiano, na contemporaneidade, não apenas no âmbito do serviço social, mas em outras profissões, tendo em vista a visibilidade que análises baseadas em perspectivas culturalistas e de abrangência “micro” têm alcançado atualmente. Particularmente, no âmbito do serviço social, a adoção da idéia de “mediadores” nos indica um movimento de regressão na história profissional, recuperando aspectos do tradicionalismo técnico, ético e político, tendo em vista as idéias de coesão social, neutralidade e conciliação, as quais fazem parte do arcabouço no qual se insere a “mediação”. Esta adoção indiscriminada e pouco problematizada pode gerar, em termos do serviço social, uma volta ao passado profissional, que foi amplamente criticado nos anos da renovação profissional.

Ao analisarmos os usos da “mediação”, observamos que seus adeptos apontam que a mesma é

“[...] aplicável a todas as situações onde a negociação é utilizável, como por exemplo em decisões conjuntas e participadas, no

¹¹⁸ Observamos nos anais XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a tendência de absorção de alguns profissionais da perspectiva de “mediação” e a identificação dos assistentes sociais como “mediadores”, principalmente, no âmbito dos Tribunais de Justiça, Segurança Pública, Varas de Família, Ministério Público. Este “novo” modo de atuação se apresenta em experiências de estágio; projetos de extensão; ou ainda, no cotidiano das ações de alguns profissionais. Para uma melhor apreciação, conferir os seguintes trabalhos: BRESSAN (2007), ORTEGAL (2007) E SOUZA (2007).

estabelecimento de consensos, no alinhamento de opiniões ou de programas, em transações comerciais, e, interações de parceiros em negócios, na relação entre poderes públicos e privados, nas relações de família, nas organizações, nas comunidades, em casos de litígio, enfim, em todas as situações em que os vários intervenientes procurem chegar a um acordo e onde a comunicação entre as partes é deficiente ou apresenta dificuldades na resolução de conflitos [...] (VASCONCELOS-SOUSA, 2002, p.22).

José Vasconcelos-Souza é hoje, na Europa, um grande elaborador, divulgador e defensor da “mediação”, à qual se refere como forma sofisticada de negociação. Recebe influências diretas de Frank E. Sander – catedrático da Faculdade de Direito de Harvard -, o qual tem dedicado-se, há mais de três décadas, à atividade de arbitragem e resolução de conflitos. As influências de Vasconcelos-Souza chegaram ao Brasil na figura de Juan Carlos Vezzuella o qual se apresenta como psicólogo, professor, “mediador”, autor e formador¹¹⁹.

Para OLIVEIRA; GALEGO (2005), a “mediação”

[...] mobiliza um projecto de restauração de laços sociais, sustentando modalidades alternativas de gestão das relações sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais [...] (OLIVEIRA; GALEGO, 2005, p. 26)

Na literatura portuguesa, a “mediação” possui objetivo de reconstrução de coesão social, de reconstrução de laços e ainda de integração social e de *empowerment*¹²⁰. É mais barata que ação judicial (VASCONCELOS-SOUSA, 2002).

As diferentes configurações que assume a “mediação”, comunitária, intercultural ou social, dá origem a um outro processo: o surgimento do “mediador” como profissional. De forma geral, o “mediador” aparece como um “terceiro” neutro imparcial o qual necessita de um poder autorizado para ajudar as partes em conflito para que as mesmas encontrem mutuamente suas convergências .

Notamos que a concepção latino-americana da ação dos “mediadores” apresenta influências da concepção europeia, já que neste continente a atuação

¹¹⁹ Em Vezzuella (2001) o autor apresenta a mediação no Brasil principalmente através de sua atuação na introdução da mediação em países como Argentina, Paraguai, Brasil e Portugal.

¹²⁰ OLIVEIRA; GALEGO (2005) definem esta categoria como “movimento intencional dinâmico, centrado na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica, participação e preocupação do grupo em partes iguais na valorização dos recursos, acesso e controlo sobre os mesmos” (2005, p.28)

desses agentes, além de ser mais sistematizada, é também regulada em lei, como é o caso de Portugal¹²¹. A entrada deste país na União Europeia deu um impulso na utilização da estratégia de “mediação” e do reconhecimento dos “mediadores” como um tipo de atuação profissional emergente, tendo em vista que outros países já haviam reconhecido ambos na forma de lei. Assim, “mediadores” adquirem *status* de facilitadores da integração social e cultural de minorias étnicas sobretudo a partir dos projetos de educação da União Europeia.

É dessa forma, que Augusto Santos Silva passa a ser um dos “cânones” que orientam a ação dos “mediadores” em Portugal e nos demais países da União Europeia, a partir da segunda metade da década de 1990. Deste período em diante, inicia-se uma produção teórica sistematizada e mais detalhada a qual conceitua o papel, o perfil e os desafios da ação dos “mediadores”.

A contribuição de Augusto Santos Silva é fundamental na conceituação do “mediador” como um elemento neutro, incentivador e facilitador do diálogo e da negociação de diferentes partes envolvidas. As qualidades requeridas para o “mediador” são a equidistância funcional, o não envolvimento com as partes, a independência em relação às mesmas, a pretensa neutralidade e a capacidade de agir como facilitador, estimulando diálogo e entendimento.

Surgem variadas nomenclaturas para caracterizar os agentes de “mediação”, ou seja, os “mediadores”: “mediador” jovem urbano, “mediador” socio cultural, “mediador” comunitário, “mediador” intercultural e “mediador” escolar. A figura do “mediador” foi regulada pelo Despacho 942/99, no âmbito do Ministério da Educação Português, normatizando a situação dos mediadores e dos animadores culturais, através do “Programa Educação e Emprego”. As aptidões necessárias para ocupar estes cargos são ter mais de dezoito anos, ter no mínimo o sexto ano de escolaridade obrigatória, demonstrar disponibilidade para diálogo intercultural (OLIVEIRA; GALEGO, 2005).

O “mediador” surge, segundo seus adeptos e divulgadores, como um novo tipo de profissional, neutro, que investiga os interesses em conflito, decompondo um problema em partes, para que os “mediados” possam resolver tal problema em

¹²¹ referimo-nos recorrentemente à realidade portuguesa, porque foi o local no qual realizamos um estágio sanduíche. E, desta forma, tivemos acesso a uma ampla bibliografia sobre o fenômeno da mediação e dos mediadores. Além disto, salientamos a influência que muitos autores portugueses exercem no Brasil.

ordem crescente de complexidade, assemelhando-se a um “médico-chinês”. Sob esta perspectiva o “mediado” é um sujeito fragmentado, cheio de contradições e dificuldades no reconhecimento de si e de seus problemas (VEZZUELLA, 2001).

Diversos usos têm sido feitos a partir da atuação de “mediadores”. Manuel Carlos Silva (1993) aponta como “mediadores” entre os camponeses e o Estado os agentes de entidades eclesiais, partidárias e camarárias (poder municipal). Neste ponto de vista, a ação de agentes “mediadores” estaria baseada na dissimetria entre indivíduos, e que a função dos “mediadores” estaria orientada para preencher o fosso entre o Estado e as comunidades locais.

Portanto, na base do papel dos “mediadores” encontra-se a concepção chave de assimetria, já que este sujeito é compreendido como intermediário. Este não requer uma teoria específica. Mas na sua prática cotidiana podem utilizar as várias teorias de acordo com o tipo de situação que têm que mediar, isto é, de acordo com o problema escolhem aquela que melhor pode responder com sucesso à situação com que a qual se deparam. Dessa forma, sua posição é delicada, pois fica entre duas pessoas que lutam “entre a rocha e o mar”. Pode também ser analisado como especialista que ajuda os “mediados” na busca de convergência de interesses satisfatórios para todos os envolvidos (OLIVEIRA; GALEGO, 2005; VEZZUELLA, 2001). Neste sentido, é consenso entre seus adeptos, que pessoas com formação em psicologia e trabalho social podem utilizar seus conhecimentos para atuação como “mediadores”. (OLIVEIRA, 2004; TOMMASO, 2005; VASCONCELOS-SOUZA, 2002)

No que tange aos conhecimentos necessários o “mediador” deve conhecer técnicas de facilitação de diálogo, de expressão de idéias, de interpretação de opiniões e de geração de soluções, bem como modalidades alternativas para conduzir, guiar e apoiar o processo evolutivo das partes: da situação inicial até o estabelecimento de acordos. “mediação”, em síntese, constitui a pedagogia da negociação (VASCONCELOS-SOUZA, 2002).

Este levantamento do processo de “mediação” e da ação dos “mediadores”, suas influências, origem, divulgadores, usos, foi o percurso metodológico que nos auxilia no entendimento dos contornos que a “mediação” e os “mediadores” adquirem no Brasil, especificamente no cenário da reforma agrária brasileira e norte-

riograndense. Portanto, podemos indicar que “mediação e mediadores” à brasileira constituem-se em uma síntese das influências européias e latino americanas.

No Brasil, o uso do termo “mediação” é encontrado mais recorrentemente na análise de estudos antropológicos, nos quais é pressuposta a existência de diferenças culturais e assimetria econômica e política entre partes. É dessa forma que a partir de 1970, nos estudos do mundo rural brasileiro, têm sido comum a adoção da idéia de “mediação”. Em períodos anteriores a este, 1950-1960, quando movimentos rurais ganham existência social e destaque acadêmico, a “mediação” não ocupou lugar nas pesquisas e no vocabulário dos movimentos rurais, os quais encontravam, nas questões de representação, direção e alianças políticas suas principais preocupações.

Se a partir de 1970 “mediação” é introduzida no temário dos estudiosos do mundo rural, a partir de 1990, a mesma ganha *status* de categoria teórica e recurso analítico recorrentemente utilizado nos estudos e pesquisas e no discurso dos movimentos sociais rurais e de seus intelectuais.

Segundo Novaes (1994), no meio rural, vários são os “mediadores”: a Igreja, Católica, as universidades, o Estado, as ONG. No caso da atuação das ONG e da igreja a “mediação” pode ser compreendida como assessoria; já ao referir-se à atuação do Estado e de universidades, tem sido adotada a idéia de extensão. Destacamos que a definição e a diferenciação dos “mediadores” no meio rural são vagas e pouco precisas. Nesse sentido, observamos que, há pois, uma tendência ao uso indiscriminado do termo “mediadores”. Isto tem gerado uma confusão teórica, se seriam considerados os sindicatos rurais, o MST, as ONG, a igreja e as agências de governo “mediadores”. Sob nosso ponto de vista, não podemos entender os diferentes sujeitos políticos, os aparelhos privados de hegemonia ou o Estado como “mediadores” dado que, na sociedade, desempenham funções econômicas e políticas diferenciadas.

Na literatura especializada em geral, os “mediadores” se apresentam como um tipo de intermediários que estabelecem comunicação entre grupos e categorias distintas, transitando entre informações e valores. Situado nesta perspectiva, Velho (2001) destaca ainda que podem existir “mediações” que apontam para uma transformação da realidade; e uma outra, pela qual se mantém o *status quo*. À esta última, denomina “mediação tradicional”, realizada, historicamente, por categorias

de sacerdotes, mordomos, delegados, capatazes e feitores. A posição de Velho (2001) parece-nos embebida de um veio monolítico, no qual a contradição não aparece. Inicialmente, podemos considerar que a “mediação”, de forma geral, não nos parece avançar em perspectiva de mudança, já que negligencia o antagonismo e busca a negociação; o que, em tese, negaria uma mudança qualitativa nas situações conflituosas. Em segundo lugar, entendemos ser impossível enquadrar, a priori, distintas categorias sociais ou profissionais em tipos tradicionais sem considerar as contradições que as classes sociais experimentam na sociedade e como estas contradições determinam a vinculação a um projeto, seja ele burguês, seja de contra-hegemonia.

Os estudos de Novaes (1994) destacam as ONG de outros “mediadores”, pois estas têm na “mediação” sua razão de ser, já que nasceram como serviço e que produzem outros “mediadores”. São receptoras de quadros da igreja (católica), e ainda fornecem quadros para assessoria a movimentos, sindicatos e centrais sindicais. Sugere ainda esta autora que a designação de “mediadores” é empregada para identificar aqueles que se comprometem com os interesses dos trabalhadores.

Como expressão de continuidade da influência estrangeira no Brasil, a “mediação” sugere cruzamento e flexibilização de fronteiras, e transformação de relacionamentos. A atuação do “mediador” autodenomina-se criativa e geradora de novos valores e condutas.

No meio rural reivindica-se o uso de “mediação” e “mediadores” para processos que envolvem a relação dos intelectuais com as massas ou com os simples. Neste sentido, o papel dos “mediadores” é de agentes mobilizadores das mudanças de comportamento e de visões de mundo. À luz deste entendimento Agrônomos, Advogados, Assistentes Sociais, dirigentes sindicais são, na ótica de NEVES (1998), exemplos de “mediadores”.

Enquanto fenômeno sociológico, a “mediação” refere-se “[...] a objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas” (NEVES, 1998, p.152).

A “mediação” pode ser um processo pelo qual os trabalhadores rurais estabelecem alianças com outros agentes, orientados pelos mesmos interesses,

sendo capazes de formular demandas, na perspectiva de elaborar projetos políticos.

Interessa-nos a preponderância que os conceitos de “mediação” e de “mediadores” assumiram tanto no meio acadêmico, como no âmbito dos movimentos rurais e até mesmo nas agências de governo, destinadas à reforma agrária. Estes conceitos são utilizados para designar todos os processos que envolvem a dinâmica da luta pela reforma agrária, e os sujeitos nela inseridos.

Registramos na pesquisa que noção de “mediação” opera influências na visão e nas elaborações dos intelectuais do trabalho que entrevistamos. Nesse sentido, identificamos que alguns intelectuais apontam a mediação como uma das suas atribuições profissionais em determinadas situações. Assim, indicam os documentos que uma das ONG executoras de ATES realizou, no primeiro semestre de 2006, “[...] a readequação e mediação junto às famílias para pagamento de dívida da COSERN; discussão do PRONAF A das famílias e elaboração de possíveis projetos para o PDS [...]” (AACC, 2006, p. 41)

As influências das noções de “mediação” e “mediadores” também emergem nas entrevistas por nós realizadas, principalmente nas situações de divergência política nos processos que envolvem a relação das ONG executoras de ATES entre si, e na relação destas com o INCRA. Em uma destas situações atesta a entrevistada que

[...] pois é, mas criou um rolo tão assim que acabou que a gente achou melhor o INCRA mediar uma, porque assim, tem locais que a AACC trabalha com o grupo de mulheres experimentando alguma coisa e tem assistência técnica normal; então, e neste caso foi isso aí, porque a AACC trabalha com um grupo de mulheres com horta, com apicultura [...], com não [sei] o quê no assentamento com aquele grupo de mulheres e que não interfere na dinâmica do assentamento como um todo; e tinha a instituição lá. Aí começou haver atrito entre a ATES, a equipe de ATES que tava lá, e a equipe da AACC que estava com esse grupo de mulheres, e cabia a AACC mediar isso aí, essas duas coisas entre a equipe da AACC e essa equipe de ATES, pra não confundir, a AACC, nós, nós somos AACC equipe de articulação e equipe que tá lá também é AACC, pra não ficar essa coisa esquisita, a AACC mediando entre a AACC e ATES. A gente achou melhor que fosse o INCRA nesse caso, entendeu, porque aí mediava, sentou equipe da AACC, sentou nós da articulação e sentou equipe de ATES e o INCRA mediando [...] (FREITAS, 2006, p. 31)

Em situações que se defrontam os trabalhadores rurais e seus interesses frente à esfera de governo local também observamos a idéia de “mediação”

[...] um outro tipo de atividade vamos pensar aí numa negociação dos trabalhadores com uma prefeitura, primeira coisa é discutir com os trabalhadores onde é que os trabalhadores estão e onde é que a prefeitura está, geralmente agente primeiro constrói o cenário que os trabalhadores estão envolvidos em determinado conflito, tá lá quem é a força contrária e quem é a força a favor e de apoio aos trabalhadores [...] então agente faz todo um trabalho de preparação do grupo pra ir pra negociação e na hora da negociação claro que agente tem um papel importante, mas os trabalhadores enquanto sujeitos da sua própria história eles também tem, eles tem um papel fundamental porque sem eles não dá pra ter negociação esse é um outro tipo de trabalho que eu desenvolvo com o público, nessa parte muito da mediação política e aí isso acontece geralmente em época de conflito, atualmente nós estamos acompanhando um conflito numa lagoa, e um conflito ambiental [...] (BARROS, 2007, p. 19)

Embora estejam os intelectuais atuando nas diversas expressões da disputa de projetos que envolve diferentes situações e interesses classistas a influência das noções de “mediação” é uma recorrência como podemos observar nos trechos das entrevistas. Malgrado o uso indiscriminado destas noções, em nosso entendimento, a adoção da idéia de “mediação” contribui para que o foco da ação política dos movimentos rurais e das contradições entre as classes, no campo, passam a ser substituídos pela idéia de articulação, intermediação, conexão, comunicação entre partes, desconsiderando o aspecto dos antagonismos de classe que se explicitam nas ocupações de terra, nos conflitos entre proprietários e sem-terras, na violência contra trabalhadores rurais e, principalmente, no sucesso do agronegócio em detrimento da agricultura de pequeno e médio porte.

As idéias de “mediação” e de “mediadores” surgem, desta forma, para explicar a atuação de diferentes intelectuais sejam estes educadores, animadores, assessores, multiplicadores de diversas áreas do saber, e profissões que atuam na perspectiva dos trabalhadores rurais e seus interesses políticos. A idéia da “mediação” e dos “mediadores” também invoca a articulação entre trabalhadores rurais, seus movimentos, intelectuais e agências governamentais. O que, segundo seus difusores, justificaria a tônica do estabelecimento de elos e pontes entre trabalhadores rurais e Estado, portadores de diferentes códigos culturais, os quais necessitariam de tradução e de sujeitos que criem “pontes”, façam “meio de campo”, e que estejam entre as partes.

Embora amplamente utilizada nas análises do mundo rural a idéia de “mediação” e “mediadores” não nos parece veio analítico profícuo para compreender a ação dos intelectuais no meio rural. Através da análise dos argumentos dos principais autores da “mediação”, encontramos uma proposta de substituição da função tradicionalmente desempenhada por intelectuais do trabalho, por meio da criação de um sujeito articulador, “desamarrado” e desvinculado das determinações de classe seguindo a tradição de Mannheim.

Argumentamos isto porque, junto aos diversos autores e difusores da “mediação”, identificamos uma tendência a reconhecer “mediadores” não a partir de sua função como agregador, organizador mas como aquele que estabelece “elos”, “pontes”, comunicação. Além disto, reivindica-se a neutralidade do “mediador”, que sendo um “terceiro neutral”, não se vincularia a nenhuma das partes em disputa. Questionamos esta pretensa neutralidade, pois, no caso da reforma agrária, nem agências de governo, nem ONG, nem movimentos rurais e muito menos os proprietários rurais são neutros, já que seus interesses se explicitam desde os momentos dos conflitos por terra, passando pela disputa por destinação de recursos públicos, e se estende até a execução das políticas sociais para assentamentos.

A tônica da “mediação” contribui para imprimir, pelo menos em nível aparente, um caráter menos violento à disputa de interesses no campo, já que através desta modalidade de intervenção, emergem outros interlocutores na antagonica relação trabalhadores rurais X proprietários de terra os quais, pretensamente neutros politicamente, poderiam conduzir processos de negociação que substituiriam a clássica e dramática relação capital/trabalho no campo.

Observamos o “apagamento” de desigualdades sociais as quais, sob a “mediação” transformam-se em puras assimetrias, diferenças, e perdem o caráter antagônico. Diante disto são dissolvidos os interesses de classe em particularidades de grupos. E as contradições se tornam conflitos de fácil resolatividade através da negociação das partes em litígio, realizada pelo “mediador”- especialista do diálogo e do acordo. Assim, as particularidades aparecem como universalidades; e as universalidades são tendencialmente apagadas e desagregadas, de forma que as relações aparecem com naturais. Este movimento constitui uma cultura diluidora, que contribui para confundir teórica e politicamente aqueles cuja análise se encontre encoberta pela nebulosidade do

discurso liberal, no qual a saída compactuada é via de resolução dos problemas. É emblemático que

[...] na teoria liberal, todas as categorias, para as classes subalternas, nada mais são do que abstrações vazias embora, do ponto de vista da burguesia, ela seja uma abstração real, o *resumo, qualificado do conjunto das suas práticas*. As necessidades práticas da sociedade capitalista esvaziadas da sua historicidade ganham fóruns de conceitos universais [...] (DIAS, 2006, p.25).

A instituição da prática da “mediação” e da ação de “mediadores” tenta substituir, em nível teórico e prático, o que convencionalmente foi reconhecido nos meios urbano e rural como ação de educadores populares, de agentes externos, de multiplicadores e de assessores; e, principalmente, de intelectuais orgânicos¹²². Entretanto, não seria apenas uma forma moderna de denominar velhos e conhecidos processos, já que na “mediação” um aspecto determinante é modificado: a defesa da neutralidade de interesses dos “mediadores” incide, sobretudo, no caráter político que acompanhou a ação destes sujeitos vinculados a projetos classistas. E na trama de interesses econômicos e políticos, que se constitui no meio rural, no que se refere à forma de uso da terra, interesse público X propriedade privada, é impossível colocar-se de forma neutra em relação a tais interesses.

Em contraposição à idéia de neutralidade reiteramos que é consenso na literatura que trata da questão agrária no país, que a partir de 1950-60, quando os movimentos rurais emergem na cena política na luta por reforma agrária, os apoiadores, aliados ou opositores, estiveram claramente vinculados a interesses. Assim, a participação do PCB junto às Ligas Camponesas, a ação da Igreja Católica junto ao movimento sindical rural, a ação da CPT junto aos seringueiros e aos sem-terras e a ação de diversas ONG junto a trabalhadores rurais não nos indicam ação de “mediadores” neutros que fazem elos entre mundos separados, mas explicita atuação política agregadora de intelectuais do trabalho, contribuindo na defesa de interesses dos trabalhadores rurais e seus movimentos, explicitando o embate ideológico-político de projetos de sociedade.

¹²² Muito embora as denominações de “mediadores” e “mediação” não tenham sido indentificadas nos documentos governamentais, consideramos que há uma aproximação entre estas noções e o perfil do agente extensionista, ou do técnico requeridos pelas agências governamentais conforme encontra-se em Brasil (2003); Brasil (2004a) e Brasil (2005)

No caso da pesquisa que realizamos, defendemos o argumento de que não é possível denominar de “mediadores” os intelectuais do trabalho que durante conflitos de terra e luta por direitos posicionam-se na defesa dos trabalhadores rurais e seus interesses. Como vemos a seguir,

[...] eu trabalhei com conflito de terra, acompanhei vários conflitos de terra principalmente na região do Mato Grande aqui do estado; E inclusive, o conflito de terra que eu analiso na minha dissertação de mestrado foi fruto do trabalho que a equipe do SAR desenvolveu na década de [19]90; um conflito muito violento nós acompanhamos vários conflitos na década de [19]80 e [19]90. [...] No SAR além de conflito de terra eu trabalhei com a área canavieira e a área de assalariamento rural da fruticultura irrigada no Vale do Açu. Foi onde eu passei a minha maior parte do tempo, nos cinco anos do SAR, três anos desses cinco anos eu passei na área canavieira e na fruticultura irrigada no vale do Açu e foi uma experiência fabulosa; [...] aprendi muito das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, eu aprendi muito de como voce pode crescer politicamente na sociedade brasileira quando voce se junta com outras pessoas para tentar entender sua vida, tentar entender a vida que tá ao seu redor e mudar essa vida [...] (BARROS, 2006, p. 10-11)

Mesmo diante de tal realidade, paralelamente a isto, a “mediação” tem sido incorporada de forma irrestrita, na visão dos movimentos rurais e urbanos, nas agências de governo e na academia. Embora haja uma adoção consensual e pouco problematizada do termo nos diversos espaços, chamamos a atenção para o fato de que este é um conceito que se origina enraizado nas agências internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), com forte cariz liberal, que assume traços eurocêntricos, e que passa a influenciar amplamente o Cone Sul através do financiamento (pelo FMI, Banco Mundial, BID, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) de políticas governamentais e da influência de pesquisadores europeus no Brasil.

Isto quer dizer que “mediadores” e “mediação” são idéias originárias dos setores hegemônicos da sociedade, os quais realmente decidem o rumo das relações econômicas e políticas para o mundo, e que, gradativamente, vão sendo difundidas capilarmente na sociedade e seguem sendo absorvidas de forma indistinta por todos os setores sociais, inclusive por movimentos sociais, ONG e intelectuais do trabalho.

Para este segmento, confundir visões de mundo, incorporar o discurso do opositor, dotando-lhe de uma falsa universalidade, representa uma decomposição

gradativa e molecular de uma subjetividade que vem, ao longo da história, tentando firmar-se e contrapor-se de forma autônoma a uma ofensiva cuja intensidade não pode ser desmerecida. Modernizar o intelectual na figura do “mediador” constitui-se como um tipo renovado do já conhecido “canto da sereia” do liberalismo, diante da contra-hegemonia organizada pelos intelectuais do trabalho. A perspectiva modernizadora-liberalizante sempre operou um fascínio na sociedade. E os setores mais tradicionais sempre usaram deste recurso com maestria como vemos no Brasil o discurso dos partidos Democratas e “tucanos”. Em nossa concepção, modernizar representa não avanços mas formas maquiadas de uma integração cada vez mais ativa à ordem em curso.

Atentamos ainda para o fato de que “mediação” e “mediadores” respondem não a uma necessidade dos trabalhadores e seus movimentos mas a um interesse das agências multilaterais, em convergência com capital agrário nacional, de levar a cabo a reforma agrária de mercado, já que, ao despolitizar a ação dos movimentos e de seus intelectuais, a negociação e o consenso político são obtidos mais facilmente. Dessa forma, podemos inferir que o “mediador” expressa, em última instância, uma demanda do capital em “abrandar” os ânimos dos movimentos rurais na luta pela reforma agrária. E na medida em que movimentos e ONG assumem este discurso que lhes é exterior contribuem indiretamente para este consenso e dominância dos interesses capitalistas no campo.

Nesses termos, podemos indicar que o “mediador” é uma necessidade histórica da ordem burguesa neste momento, o que aponta para demanda de formação de um exército de intelectuais para o capital no campo. E isto se expressa na reivindicação da neutralidade do “mediador”, no que se refere aos antagonismos da relação capital X trabalho no campo. É possível indicar que “mediador” é produto histórico, fruto de condições e relações sociais determinadas. Mas é, sobretudo, uma requisição do capital nesta fase contemporânea. Em síntese, podemos considerar que a absorção por alguns movimentos sociais e intelectuais do trabalho da idéia de “mediação” configura-se como expressão atual do transformismo.

Defendemos esta idéia porque no percurso da pesquisa identificamos que a atuação dos intelectuais do trabalho que investigamos se constitui não como prática neutra e estabelecadora de pontes, mas como atuação política requisitada pelos

trabalhadores rurais e seus movimentos nos processos de hegemonia que se arrolam hoje no cenário do RN. A definição de sua função, dada pelos próprios entrevistados, nos revela a fragilidade da concepção e sua insuficiência para explicar os embates de classe

[...] a minha intervenção [...] é uma intervenção política, é uma intervenção coletiva, é uma intervenção fundamentada, é uma intervenção crítica, é uma intervenção elaborada sem perder de vista o foco que agente quer alcançar, sem perder de vista a especificidade da profissão, sem perder de vista os objetivos institucionais e sem perder de vista a realidade concreta, onde agente trabalha as demandas dos trabalhadores, as dificuldades, a conquista [...] (BARROS, 2007, p. 24)

Outras entrevistadas apresentam-nos a concepção que possuem acerca de no exercício de sua função junto aos trabalhadores rurais e a relevância desta intervenção diante da realidade vivenciada pelos mesmos.

[...] eu tento estabelecer relações emancipadoras que tenta, é, trazer, levar elementos, é, que permita ampliar a, a, leitura do mundo deles e minha, profis, é uma profissional que quer contribuir com que a pessoa avance que ela deseje, no que ela acredita, no que ela pensa [...] uma profissional que quer que as pessoas mudem, conheçam a, a realidade que elas estão inseridas e se proponham a fazer diferente: eu, eu só, eu sou uma profissional que quero que, que não sou um instrumento de mudança que não sou nada disso [...] mas uma profissional que quer contribuir pra que uma pessoa se, se encontre e, e mude sua vida e faça diferente, basicamente [...] (FREITAS, 2007, p. 34).

[...] Ele é importante. O meu papel é importante, porque você não consegue nada com caridade e o meu papel é, principalmente, eu acho assim que o meu papel principal é esclarecer isso: Eu não sou a menina boazinha que tô indo ali pra ajudar eles a resolver os problemas do mundo não! Até porque eu não tenho uma varinha de condão pra fazer isso! Eu sou uma pessoa que busco esclarecer que eles têm direitos e deveres, e que o papel deles é buscar e por em prática tudo isso. Eu acho que é importante por causa disso, porque eu não busco só a produção, eu busco a organização deles porque eu acho que o alicerce do meu trabalho é a organização de assentamento. Eu digo do assentamento porque engloba tudo, a organização dos agricultores e das agricultoras, então eu acho que é muito importante, se você não consegue se organizar como é que vai conseguir organizar sua vida e da sua família? [...] (CAVALCANTE, 2007, p. 24)

Portanto, situamos o surgimento do “mediador” nos quadros da hegemonia liberal que atualmente se desenvolve junto às classes subalternas, apresentada sob a forma da despolitização da sociedade, de obscurecimento das determinações do Mercado e na aparente cisão Estado/sociedade civil. Representa, desta forma, a *aggiornata* do capital para os intelectuais do trabalho; ou seja, a atualização capitalista da sociedade civil requer a modernização conservadora da função do intelectual, cindindo politicamente o intelectual em relação às classes subalternas. Apenas nestas condições é possível gerar a imagem de autonomia absoluta deste intelectual em relação às classes. E uma vez separados das classes subalternas, podem os intelectuais tranquilamente “migrar” para a sociabilidade capitalista, sem problemas.

Embora alguns defensores da idéia de “mediador” apresentem-no como agente de uma ação pedagógica, consideramos esta uma afirmação contraditória, pois o estatuto neutral de agente “descolado” de interesses e antagonismos econômicos e políticos ressalta a dimensão técnica. O “mediador” é um agente técnico responsável pela eliminação de conflitos, via elaboração de consenso. Assim, a função pedagógica que pode exercer, ao nosso ver, é aquela que reitera a hegemonia ora vigente.

É o “mediador”, o especialista ou o técnico do consenso que paira solto sobre a sociedade sem filiação teórica, sem vinculação econômica ou política. Sim, porque para seus idealizadores, o “mediador” conta com o relativismo teórico e o ecletismo, como principais estratégias para melhor intervir nas múltiplas situações de “mediação” com as quais se depara. Para este técnico, capacidade de ouvir, de comunicar-se são fundamentais. Dessa forma, a contraposição superior do intelectual do trabalho em relação ao “mediador” se encontra na possibilidade deste construir, com a classe, uma nova visão de mundo, agregada, universal e autônoma enquanto que o “mediador”, nos seus limites e contradições, busca o consenso e a reafirmação do velho e conhecido horizonte burguês. O “mediador é a recuperação renovada da perspectiva do agente especialista que se afirma pelo domínio restrito da técnica. Isto nos leva a considerar que representa também um retorno ao momento econômico-corporativo que não chega à universalidade das classes sociais, ou ao momento ético-político.

De forma geral, o que temos presenciado é uma exigência da ordem burguesa contemporânea, de uma “nova” forma de ação para intelectuais do trabalho e para as classes subalternas. Na ótica burguesa, resta aos intelectuais do trabalho uma ação resumida à “mediação” de conflitos e à obtenção de consensos, em detrimento de uma ação na perspectiva da contra-hegemonia. E às classes subalternas resta a negociação de seus interesses e absorção dos objetos de consenso advindos do seu pólo antagonista. Este é o reino ideal do capital: desconfigurar o conflitos de classes, negociar as saídas para a crise e permanecer na direção econômica, social, política e cultural da sociedade.

Portanto, “mediadores” são substitutos silenciosos da crítica radical dos intelectuais do trabalho a esta forma de hegemonia. É o “novo” lugar que o capital enseja para os intelectuais na contemporaneidade. Mas é, sobretudo, o substituto histórico que esta ordem encontrou para assimilar a função deste intelectual, crítico por excelência, desta forma social que é o capital. É na direção do “mediador” que o capital centra seus esforços: convida a fazer parte das agências de governo e abre espaços e novos nichos de trabalho no setor privado. E mais recentemente, invoca a sociedade civil, especialmente por meio das ONG, a ser “mediadora” de desenvolvimento.

No contexto atual, introjetar e assimilar a lógica da “mediação” é ser assimilado pela lógica do capital. Por meio da “mediação”, o histórico de aliança e apoio das ONG às lutas nos meios urbano e rural é posto em questão. A “mediação” é uma contradição à ação dos intelectuais do trabalho. E isto, sob nosso ângulo de visão, facilita a assimilação e o transformismo, já que substitui a luta por direitos pela sua negociação. Ora, se todos os direitos até então garantidos foram obtidos por força de luta como “aplicar” essa modalidade de negociação em setores da sociedade nos quais a violência é a resposta dos setores proprietários na defesa de seus interesses, como nos mostram os conflitos por terra no campo.

A “mediação” substitui a contra-hegemonia de classe pelo “*empowerment*” dos sujeitos individuais- tendência própria do pós-modernismo. A partir deste entendimento, a disputa pelo poder se dá entre indivíduos e não através de classes sociais. Reside neste aspecto um problema: processos de “mediação” supõem sujeitos “mediadores” e “mediados”. Mas não fica claro o que definiria a posição social de ambos que aparecem nas formulações teóricas afeitas à “mediação” como

indiscriminados e difusos, porque as determinações de classe são apagadas em tais formulações. Intrínseco à questão da “mediação” delinea-se a questão do poder. Não poder de classes sociais, mas poder de grupos que, na busca e defesa de seus interesses, necessitam de sujeitos que se configuram como “mediadores”.

A “mediação” segue uma tendência geral que a ordem burguesa coloca atualmente para sociedade, de individualização de problemas, de esfacelamento das classes e de cisão entre sociedade civil/Estado. Ora, porque apenas a idéia equivocada de cisão entre estas instâncias confirmaria a necessidade de estabelecer elos. Discordamos radicalmente desta argumentação já que partimos do entendimento da impossibilidade de separação entre Estado e sociedade civil. Em oposição a esta análise, destacamos o componente de classe que esta relação dialética comporta. No entanto,

[...] do ponto de vista liberal, essa cisão é plena de sentido: expressa a aparente oposição entre público e privado. No primeiro termo da relação, está colocada a liberdade; no segundo, a possibilidade da coerção que deve ser necessariamente controlada mas não eliminada. A sociedade política, indentificada ao Estado, deve atuar como guardião da propriedade, dos contratos. Esta é a visão liberal [...] (DIAS, 2006, p. 32).

Diante de tais argumentos, podemos agora justificar o uso aspeado dos termos “mediação” e “mediadores”. Estamos fazendo uma crítica à adoção destes conceitos, os quais se convencionou adotar no Brasil como veio analítico e prático para entender o fenômeno do intelectual diante das classes no meio rural, os quais, como mostra a pesquisa, tem influenciado a visão dos intelectuais do trabalho os quais investigamos.

A crítica à “mediação” faz emergir outras determinações de relevo: as noções de “mediação” e de “mediadores” têm sido usadas de forma banalizada e simplista, pois se opõem radicalmente à perspectiva contruída pelo materialismo histórico e dialético, principalmente em Marx. Assim, forçosamente, a categoria teórica Mediação teria sido arrancada de seu complexo estrutural original, e é destituída de seu potencial teórico, na direção de uma vulgarização se metamorfoseando-se em uma espécie de intermediação.

No materialismo histórico e dialético, a Mediação é uma categoria teórica de análise objetiva e ontológica central na dialética. Nesse sentido, “[...] As mediações são as expressões históricas das relações daí decorrentes, nas várias formações

sócio-humanas que a história registou [...]” (PONTES, 2002, p. 78). As mediações são relações que o homem edificou com a natureza e entre si. A Mediação é, constitutiva da realidade, e portanto, das relações sociais. Através dela encontram-se as possibilidades de analisar e intervir na sociedade a partir de uma visão de totalidade.

No materialismo dialético as categorias se constituem como produtos das condições históricas, e por este motivo e sua validade apenas adquire sentido se consideradas em determinadas condições e dentro de certos limites (MARX, 1974). A partir do entendimento de Mediação enquanto uma categoria de análise, situada em uma sociedade historicamente determinada, concordamos com Marx ao afirmar que

[...] as categorias que exprimem suas relações [burguesas], a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora apenas indicado que toma assim toda a sua edificação [...] (MARX, 1974, p.120).

Nesse sentido, a Mediação enquanto categoria possibilita que a realidade seja descoberta em seus nexos e articulações fundamentais, permitindo que [...] o movimento da sociedade humana possa, enfim, ser compreendido em suas leis internas, ao mesmo tempo, como produto dos próprios homens e das forças que surgiram de suas relações e escaparam ao seu controle [...] (LUKÁCS, 2003, p 88)

Cabe destacarmos outro ponto de crítica: as influências que fundamentam a “mediação” como intermediação criam um contexto de sincretismo teórico. Em geral, as influências que orientam, na Europa, são dadas por Max Weber pela idéia de coesão social; Já no Brasil, a antropologia se encarrega de iniciar este debate a partir de Pierre Bourdieu, pela crítica ao intelectual orgânico e na definição de um “campo intelectual” que se reivindica autônomo aos demais campos sociais; também recorre a Michael Foucault no que toca ao problema do poder-não poder central mas nos diversos espaços nos quais este se dissipa. Assim, estas influências complexificam-se quando se encontram às matizes brasileiras do catolicismo, fortemente presentes nos movimentos rurais e em algumas ONG que atuam no meio rural como, vimos durante a pesquisa.

A “mediação” e os “mediadores” também pode ser considerada como resultado de um grande ecletismo teórico através do qual alia, indistintamente, a categoria teórica Mediação, parte do complexo que forma o método dialético em Marx à idéias de base antropológica como assimetria de grupos; recupera a questão do saber-poder em Foucault; recupera o debate de Bourdieu sobre experiência do campo cultural e da autonomia do campo intelectual; e por fim esses vetores convivem ao lado das influências marxista e cristã da Teologia da Libertação como revelam nossos entrevistados.

Estes fenômenos teóricos e políticos que se imbricam à questão da “mediação” e dos “mediadores” são parte de uma avalanche ideológico-política liberal que desqualifica a análise em perspectiva de totalidade, que vulgariza categorias fundantes da tradição marxista, que despolitiza ação de classes/ grupos/ indivíduo, que atualiza velhas práticas e que deixa conceitos difusos.

Este fenômeno também se encontra no conteúdo das políticas governamentais voltadas para a reforma agrária, através das quais observamos as noções de abordagem holística e de enfoque sistêmico, as quais são incorporadas sem conceituação precisa como modalidades possíveis para abordagem metodológicas de agentes extensão. Em nosso entendimento, a adoção de holismo e de enfoque sistêmico se inserem no mesmo quadro teórico e político no qual se encontram os “mediadores”, pois convergem para a negação de uma análise que adote totalidade e contradições como determinações vitais da sociedade.

Diante deste contexto, é possível identificar que o embate de projetos hegemônicos se desenvolve de forma aberta ou implícita pela oposição entre marxismo e liberalismo. Podemos entender como Liberalismo “o projeto de classe e a forma ideológica da maturidade burguesa na qual consta o conjunto das formulações teóricas ligadas especificamente à política, que se baseia no princípio da igualdade formal perante a lei[...]” (DIAS, 2006, p.89). Por seu turno, é a ofensiva liberal que reduz a contradição ao conflito entre indivíduos, geralmente atomizados, quase nunca coletivo e; no máximo, participante de uma comunidade na qual diferenças se assemelham a desvios de fácil solução.

Através destes mecanismos, a hegemonia se realiza pela criação de fetiches constituidores de uma sociabilidade que, mesmo estando plena de antagonismos, sustenta a aparência de arena homogênea e pacífica quando estes

fetiches são assimilados pelos sujeitos. É o que ocorre na medida em que assimilamos a noção de “mediadores” como substitutos para os intelectuais do trabalho. Um dos efeitos de tal incorporação pode ser, como nos mostra a pesquisa, uma tendência de desistorização da formação social brasileira e dos conflitos que tem como núcleo central o latifúndio e os interesses oponentes em seu entorno.

A sociabilidade capitalista vê-se fortalecida no momento em que a classe subalterna deixa de colocar em questão o caráter antagônico, próprio desta sociabilidade. Não questioná-la ou não compreender as forças contrárias em presença facilita a assimilação para a racionalidade liberal que as nega.

O embate de projetos é vivido pelas classes subalternas como administração ou gestão da vida social, na forma das políticas sociais, na possibilidade ou não do consumo de mercadorias, no desemprego, no sistema escolar, dentre outros. Desta maneira, o embate não é identificado por essas classes como fruto de antagonismos a serem travados na esfera da política. Isto decorre do caráter fetichizado que as relações de mercado assumem na imediatividade do cotidiano, mas também pela progressiva perda do caráter classista de alguns aparelhos privados de hegemonia: o sindicato cidadão, o terceiro setor, as ONG (DIAS, 2006).

E paradoxalmente ao consenso que a sociabilidade do capital pretende instituir como verdade universal os discursos e as práticas clasistas, que não são complementares, mas opõem-se um ao outro, o que inviabiliza a negociação. No entanto, uma visão unilateral da totalidade permite uma leitura do real que subtrai as contradições.

Assim, marxismo e liberalismo não são apenas concepções teóricas, mas modos distintos de explicar e dirigir o real, já que a disputa ideológica e teórica é um dos momentos de embate de projetos de hegemonia. O Liberalismo é, por excelência, o programa de reforma econômica e de hegemonia intelectual e moral burguesa. Enquanto que o marxismo é a maturidade política e filosófica das classes subalternas, visto que auxilia na elaboração de sua visão de mundo própria e autônoma, e na tentativa de contra-hegemonia, através da superação das relações capitalistas.

Em tempos de avanço da sociabilidade do capital, as classes subalternas, como em nenhum outro momento da história, necessitam de intelectuais para junto

com estas classes enfrentar os problemas que os afetam e esboçar respostas. Neste trabalho pedagógico do intelectual do trabalho é vital a clareza da correlação de forças dos projetos em disputa dos mecanismos objetivos/subjetivos por onde passam as disputas. Em tal processo, o impacto da ação “neutra” do “mediador” seria a reafirmação da indiferenciação abstrata de interesses particularizados, a integração passiva à ordem, pela desintegração das identidades de classe e a possibilidade de pactos que justificariam sua existência como “articulador de elos perdidos”.

Em meio às contradições que apresentam os “mediadores” podem ser compreendidos como intelectuais *das* e *para* as classes dominantes, já que tratam de criar condições necessárias à manutenção da sociabilidade em curso. Assim, somente no interior dos setores dominantes, poderia o “mediador” fazer elos, visto que malgrado as diferenças de interesses entre setores burgueses e seus *lobys* (agricultura, indústria, comércio, mercado financeiro) não há antagonismos, mas em última instância, convergências.

Os “mediadores” são, por natureza, modernizadores e atualizadores providos essencialmente de uma racionalidade técnica e pragmática e destituídos de política. Dessa forma é que se auto intitulam “neutros” e autônomos em relação às classes, o que levaria a pensar que não estariam imediatamente conectados a projetos específicos. Sua posição pseudo-neutral costuma criar fascínio e atração entre intelectuais em geral, inclusive, entre aqueles ligados organicamente à sociabilidade do trabalho.

Não é à toa que Pierre Bourdieu, Boaventura Souza Santos e Augusto Santos Silva, dentre outros, exercem tanta influência e fascínio ao se propõem a falar em nome da humanidade, da democracia e da autonomia dos povos. Institui-se a partir destes pensadores, uma hierarquia entre grandes e pequenos pensadores e intelectuais.

Diferenciação esta que é demarcada através do apelo à neutralidade, pela morte do intelectual engajado/comprometido/orgânico gerada, segundo estes autores, pelos próprios intelectuais devido ao seu alinhamento político que os teria levado à “morte”.

A “morte” do intelectual tem sido resolvida com a emergência do “mediador”. Em nossa visão, personagem subalterno teórico e politicamente, produto da

sociedade do capital recente, que necessita de indivíduos sem posição, sem direção e projeto. A crítica à noção de “mediador” possibilita estabelecer nexos que articulam “mediação” e “mediadores” à tendência do pós-modernismo que acentua o indivíduo atomizado, destituído de determinações econômicas e políticas que pairam no cotidiano, na tarefa de construir elos, atividade que demanda saberes dispersos e superficiais.

Já intelectuais do trabalho necessitam refinar sua análise teórica na perspectiva de uma crítica radical, sistematizada e profunda, como resposta ao determinismo e ao economicismo tão presentes e funcionais para a geração de fetiches. A fragilidade teórica pode tornar-se subalternidade analítica que permite equívocos e cisões tão caras ao pensamento liberal. O desafio é recuperar e apropriar-se da análise da totalidade e das contradições do bloco histórico, pois é neste que o embate de projetos se efetiva cotidianamente, sob os nossos olhos. Para intelectuais do trabalho a crítica aos “mediadores” seria um importante momento de contraposição hegemônica.

Nesse sentido, diante da análise que realizamos é possível considerar que os intelectuais do trabalho não podem reduzir-se a “mediadores”, pois são intelectuais em determinadas condições históricas e materiais, através das quais se vêem absorvidos pelo avanço do capital e pelas mudanças que ocorrem no Estado-determinações que se apresentam nas condições de reprodução social destes intelectuais e também pela condução da reforma agrária. Também encontram-se impactados pela fragilidade da força motriz das classes subalternas neste período da história, bem como pelas mudanças na sociedade civil e pelo embate de projetos políticos e teóricos, nos quais o pós-modernismo tem peso significativo na recriação de velhos fetiches e na facilitação do transformismo.

Estes argumentos são reforçados com as descobertas que Gramsci realizou, ao observar a tendência histórica de ofensivas transformistas, diante dos intelectuais das classes subalternas. Consideramos que a figura do “mediador”, tido geralmente sob a visão de moderno, já se encontra como velho substituto subalterno para o intelectual do trabalho, há mais de um século, ou seja,

[...] pode se observar que um tal modo de conceber a dialética é próprio dos intelectuais, os quais concebem a si mesmos **como**

árbitros e os mediadores das lutas políticas reais, os que¹²³ personificam a ‘catarse’ o momento econômico ao momento ético-político, ie, a síntese do próprio processo dialético, síntese que eles ‘manipulam’ especulativamente em seus cérebros, dosando seus elementos ‘arbitrariamente’ (ie passionalmente). Esta posição justifica o seu não ‘engajamento’ completo no ato histórico real e é indubitavelmente cômoda [...] (2004a, p. 292-293)

Em síntese, esta substituição histórica do intelectual pelo “mediador” contribui para tirar do centro do debate as mudanças que ocorrem no bloco histórico. Assim, modernizar a aparência do real contribui para impedir a apreensão das graves contradições da hegemonia do capital contemporâneo. Contudo, capturar este real e entendê-lo é uma estratégia importante, pois é quando podemos ver o rol de possibilidades para modificá-lo em outra direção. Dessa forma, “mediar” é restaurar o velho e afastar-se da possibilidade de um salto de qualidade, no horizonte de uma nova *civiltá*.

4.3 À guisa de conclusão: para além da atuação de mediador- os desafios de ser intelectual do trabalho em tempos de ofensiva do capital

A análise dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária seguiu o critério metodológico que buscou na totalidade social, e particularmente, nas transformações que ocorrem no mercado, no Estado e na sociedade civil as mediações para desvendar e explicar a realidade. Transformações estas, materializadas na reestruturação produtiva, na expansão da esfera do mercado, na corrida pelo aumento da taxa de lucro, nas alterações no perfil do Estado e na readequação das estratégias de domínio burguesa sobre as classes subalternas, expressa, principalmente, sob a forma de uma ofensiva liberal.

Assim, procuramos entender o objeto de estudo no conjunto das relações sociais historicamente situadas com vistas a apreensão dos condicionantes históricos e econômicos que incidem no fenômeno dos intelectuais na sociedade contemporânea, tendo como referência empírica a realidade agrária norterriograndense.

¹²³ Grifo nosso.

É, portanto no rol da luta de classes, e nas formas através das quais se objetiva a disputa por hegemonia na sociedade contemporânea, que os determinantes da atuação dos intelectuais se inserem. Isto porque, consideramos que serviço intelectual é elemento de hegemonia.

As transformações que ocorrem no mercado decorrem principalmente da necessidade dos grupos hegemônicos criarem as condições materiais e espirituais favoráveis à sua expansão. Nesse sentido, a partir da década de 1970 o capital articula um conjunto de estratégias que contribuem para a superação da crise. Desta forma, parte da chamada tríade (EUA/ALEMANHA/JAPÃO) as respostas esboçadas dos setores burgueses na direção da restauração capitalista, onde se destacam a reestruturação produtiva, a mundialização, a institucionalização de uma nova divisão do trabalho e o ajuste estrutural, detonador de mudanças significativas no perfil dos Estados-Nação e nas políticas sociais.

No bojo da restauração econômica capitalista, articula-se e ganha sustentação, uma ofensiva ideológica que contribui para criação de formas sociais necessárias e convergentes com as transformações materiais em processo. As vicissitudes da restauração capitalista, as quais reivindicam a afirmação do mercado como instância reguladora das relações sociais, colocam como exigência, na ordem do dia, a criação de modificações nas subjetividades dos sujeitos individuais e coletivos que garantam o crescimento ideológico do mercado. Assim, a solidificação de valores como desigualdade, competitividade e individualismo se tornam fundamentais na sustentação ideológico-política da sociabilidade capitalista contemporânea.

A obliteração de uma sociabilidade ancorada em valores humanistas e favorecedora do trabalho e sua substituição, por uma sociabilidade voltada para o mercado, tem sido estratégias importantes para hegemonia burguesa no movimento de restauração capitalista que presenciamos na contemporaneidade.

A hegemonia d'ocapital se desenvolve no contexto de agravamento das contradições que se estabelecem entre as classes sociais, dado o avanço dos interesses burgueses que neste momento histórico encontram amplas condições para universalização. Enquanto isto, observamos que as classes subalternas se defrontam com inúmeros desafios para articular uma resposta contra-hegemônica a

ofensiva burguesa em processo. Desafios que se colocam nas condições de reprodução social e também nas formas de organização política e coletiva.

Assim, é situado no âmbito das disputas por hegemonia, especialmente na batalha de idéias, que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária se encontram.

Dessa forma, foi possível identificar no percurso analítico que as formas econômicas hegemônicas da ofensiva material do capital, objetivadas na reestruturação produtiva, na mundialização, nos ajustes das economias da periferia capitalista, no desemprego estrutural, no neoliberalismo e na degradação das condições de vida das classes subalternas (miséria, fome, epidemias de dengue) têm se constituído como mediações importantes para apreensão dos determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho. Porque estas formas hegemônicas tem dificultado, tanto as condições de reprodução das classes subalternas, quanto suas formas de enfrentamento político.

A capilarização do mercado nas diferentes esferas da sociedade seja no setor de serviços em geral, na esfera da cultura, da educação, dentre outros cria um movimento onde a superestrutura social ganha uma função ainda mais relevante na disputa por hegemonia. Para os intelectuais do trabalho a ênfase na comunicação de massas e o incremento da difusão de idéias ampliam suas possibilidades de atuação, embora os mesmos sejam requisitados a ter menos idéias, valores e opiniões e mais conhecimentos técnicos, neutralidade, objetividade e rapidez. Neste percurso, se constituem bases para uma empreitada burguesa na direção de realizar um transição modernizante que tende a alterar o perfil do intelectual engajado conduzindo-o ao protótipo do intelectual competente cuja característica mais expressiva é dominância da técnica. Na particularidade de nossa pesquisa percebemos que o financiamento das agências multilaterais, em parceria com o governo federal, tem, por uma lado, aumentado as possibilidades de atuação destes intelectuais em alguns programas e projetos como PDA, PAC, ATES, entre outros. Por outro lado, esta atuação tem sofrido as contradições da interferência dos financiadores, seja na precarização das condições de trabalho descontínuas, seja pela assimilação de idéias e valores embutidos nos conteúdos dos projetos. A título de exemplo, as idéias de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Desenvolvimento

Local e de Segurança Alimentar, encontradas nos documentos governamentais fazem parte do discurso cotidiano dos intelectuais entrevistados.

Diante deste panorama, podemos compreender que atualmente ampliam-se as possibilidades de inserção cada vez maior de intelectuais na vida social pela complexificação das relações materiais e espirituais impulsionadas pelas transformações das relações econômicas, ao mesmo tempo se ampliam as contradições para os intelectuais ligados a sociabilidade do trabalho.

Podemos considerar, a partir da realidade empírica por nós analisada, que no campo brasileiro e norteriograndense, as expressões da hegemonia burguesa podem ser identificadas através da interferência de agências capitalistas como Banco Mundial, na proposta de reforma agrária de mercado, na ênfase do governo no combate à fome e à pobreza rural, no sucesso do agronegócio, na descontinuidade dos programas e projetos a exemplo do programa de ATES, na reedição de programas e projetos iniciados durante o governo Fernando Henrique, portadores de um cariz liberalizante, na manutenção e reforço do latifúndio que renova-se e consolida-se, cada vez mais, na propaganda do biocombustível, na criminalização dos movimentos sociais, bem como na visão de mundo burguesa que os setores agrários capitalistas defendem. Visão que se faz presente também, no interior do Estado, especialmente no Ministério da Agricultura, na medida em que o Ministro Guilherme Cassel afirma que “Stédile agride o bom senso” ao referir-se às ações do MST. (PARDELLAS; MARQUES, 2008). Este tipo de leitura de realidade encontram bases de sustentação também no mercado e em diferentes espaços da sociedade civil, mas quando disseminados a partir de intelectuais do Estado, sua força é incontestável na perspectiva de abortar as possibilidades de democratização da terra e das condições de permanência nesta.

Contudo, esta hegemonia capitalista no campo, mesmo em um contexto de inúmeros desafios, tem sido contra-posta através da ação dos movimentos rurais e de seus intelectuais na defesa de um projeto de reforma agrária que não obedeça as diretrizes econômicas de mercado e que não favoreça a ampliação frenética do agronegócio em detrimento da média e pequena agricultura como nos mostrou a pesquisa.

Este aspecto pôde ser registrado na pesquisa através de alguns elementos da visão de mundo que os intelectuais do trabalho são portadores e na qual a

reforma agrária é um dos componentes relevantes para superação da desigualdade social e da exploração dos trabalhadores rurais. Esta visão de mundo, articulada aos interesses da sociabilidade do trabalho, é resultado de um longo processo de formação pelo qual passaram os intelectuais do trabalho em sua trajetória nos diferentes aparelhos privados de hegemonia, com destaque para a escola, o movimento pastoral, o movimento estudantil e o PT. Assim, para os entrevistados, a inserção política em movimentos sociais e partidos políticos foi decisiva para apropriação e internalização de um projeto contra-hegemônico, o qual se expressou na escolha do meio rural como área de atuação e, particularmente no âmbito das ONG.

Podemos considerar que o resgate de aspectos da trajetória de vida, política e profissional dos intelectuais, permitiu identificar que os vínculos que estabelecem com as classes subalternas e o processo de formação destes são também determinações importantes para sua atuação, tendo em vista, que estes elementos contribuem para que permaneçam, mesmo em um contexto desfavorável, mantendo-se aliados e organicamente articulados ao projeto e aos interesses dos trabalhadores rurais.

Entretanto, esta visão de mundo e este projeto no qual se localizam sofrem as determinações e as contradições dos embates hegemônicos em curso na sociedade, e por este motivo, apresentam contradições e ambigüidades. Ou seja, observamos que embora sintonizados com um projeto contra-hegemônico, os entrevistados, por vezes, não conseguem realizar uma crítica radical à ordem em curso que contemple os nexos entre mercado, Estado e sociedade civil.

A leitura de realidade feita pelos intelectuais durante a pesquisa nos mostra aspectos frágeis, no que se refere à análise teórica. Podemos apreender que, os entrevistados, mesmo apresentando consciência política das contradições estatais, não expressam a consciência teórica destas mesmas contradições, tendo em vista que esta não é um processo linear. No âmbito da pesquisa estes aspectos puderam ser observados no pouco conhecimento dos fundamentos econômicos que regem a sociedade, na confusão acerca do entendimento e das particularidades do Estado e das classes, na oposição abstrata ao Estado e sua suposta “ineficiência” e “burocracia excessiva”, na crítica romântica ao capitalismo e na idéia excelência do “terceiro setor” e da “sociedade civil” – que aparece abstrata.

A recuperação das condições de reprodução social dos intelectuais e suas condições de trabalho contribuiu para estabelecer os nexos entre mercado, Estado e sociedade, processo no qual as ONG aparecem como parte contraditória da estratégia burguesa contemporânea de captura da subjetividade das classes subalternas para o fortalecimento de seu projeto.

As macro-determinações advindas do ajuste estrutural, o apelo da participação da sociedade civil e o falso consenso da crise e da ineficiência estatal, possibilitam o consenso da parceria entre governos e ONG, sob o princípio da terceirização de serviços não exclusivos do Estado. Parceria que se realiza em condições adversas, tendo em vista a precarização, os baixos salários, os contratos temporários, a descontinuidade dos programas, os atrasos de repasse de recursos, a carga horária extenuante, os períodos sem salários, a ausência de direitos trabalhistas ou previdenciários, as incertezas de continuidade dos projetos, elementos registrados no decorrer da pesquisa. Um dado relevante é que os intelectuais do trabalho entrevistados, apresentam uma tendência a naturalizar este panorama, a não fazer uma crítica a este processo, e, não se identificam como os demais trabalhadores cujos direitos são subtraídos. Depreendemos deste cenário uma tendência dos entrevistados ao voluntarismo, justificado geralmente pelo compromisso político.

Portanto, as possibilidades de criação de um “mercado de trabalho” pela via da terceirização das ações estatais gera para os intelectuais do trabalho, os quais pesquisamos, inseridos em ONG, uma gama de contradições entre as quais a precarização, a mercantilização desvalorizada de sua força de trabalho, a limitada autonomia na atuação, a possibilidade de desemprego, a fragilização como trabalhador e o descrédito dos trabalhadores rurais são o reverso negativo do discurso da proeza da “sociedade civil organizada” que pesa sobre estes intelectuais. O quadro crítico da inserção destes intelectuais e suas ONG, remete-nos a pensar qual o lugar que o capital cria para intelectuais do trabalho na reforma agrária. E concluímos que é este: o da subordinação econômica e ideológico-política às ações de governo, nas quais a reforma agrária vai perdendo espaço e sendo vencida pelos óbices advindos das diretrizes de mercado e molecularmente sendo metamorfoseada em desenvolvimento rural, expressando o processo de transformismo. Transformismo este que ocorre com a participação ativa de

intelectuais como Carlos Jara na elaboração e disseminação das suas noções de Desenvolvimento Local e Rural Sustentável.

É neste contexto, que as fragilidades nas condições de reprodução social e de trabalho constituem-se também como determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos assentamentos de reforma agrária. Determinações que encontram-se mediadas pela ação do Estado, e pela direção que imprime na condução das políticas voltadas para os assentamentos rurais. Processo no qual as inflexões das agências multilaterais sobre o Estado não podem ser desprezadas. É, em tal contexto, que vem à tona a capacidade reduzida das ONG em apresentar respostas econômicas e sociais às condições de reprodução social e de enfrentamento político das classes subalternas, e em particular dos movimentos rurais.

Nesse sentido, as mediações existentes na relação das agências multilaterais e o Estado brasileiro, as contradições das ONG e os desafios materiais e espirituais das classes subalternas no enfrentamento político, diante da ofensiva burguesa, permitem-nos argumentar a existência de uma ação transformista na direção dos intelectuais do trabalho, por nós investigados, os quais encontram-se inseridos em ONG e atuando nos assentamentos de reforma agrária através de projetos em parcerias com o Estado, de forma que parte do financiamento é oriundo do Banco Mundial e do BID.

O transformismo apresenta-se através de modificações moleculares e, às vezes, imperceptíveis, mas substantivamente importantes para o predomínio de interesses burgueses no campo.

Neste sentido, a pesquisa mostra-nos que elementos como a migração de membros de ONG e/ou movimentos sociais rurais para governo; a presença de interesses do agronegócio *versus* os interesses dos trabalhadores rurais no governo de Luis Inácio Lula da Silva; a correlação desigual de forças em disputa no MDA e no Ministério da Agricultura; a existência de consensos acerca das parcerias governo-ONG; os limites e possibilidades trazidos com a promulgação do II PNRA; o atendimento parcial e subalterno de demandas dos trabalhadores como desapropriação de terras, crédito e assistência técnica e os constrangimentos políticos das ONG e dos movimentos rurais que se encontram silenciados, diante do governo federal, são potencializadores do transformismo.

De forma gradual e contínua, seja através de uma adesão ativa ou de um silenciamento e passivização de alguns intelectuais do trabalho que se encontram diretamente nas agências de governo ou ligados de forma mediatizada nas ONG, os mesmos têm sido absorvidos pelo falso consenso em torno da realização de uma reforma agrária efetiva, a qual responde aos interesses dos trabalhadores rurais e seus movimentos.

Entretanto, ao desvelar os nexos macro-estruturais e a direção política do governo nesta conjuntura, a pesquisa nos indica não a implementação de uma reforma agrária, mas como destacamos no capítulo primeiro, a realização de uma contra-reforma agrária, que em nossa perspectiva, assume traços de *reatualização da modernização conservadora*, a qual contém elementos de continuidades e rupturas do processo em curso nos anos do regime militar.

Argumentamos este ponto de vista porque o processo que ora observamos no meio rural tende a ser regressivo, na medida em que molecularmente as ações de reforma agrária vão sendo subordinadas às diretrizes de mercado. Outro fator de destaque é que nesta conjuntura observamos, uma tendência que parte do Estado, em reerguer a estrutura do latifúndio, através do agronegócio, do biocombustível e dos programas de aquisição de terras pela compra, em detrimento da desapropriação; e ainda, porque, conta com uma participação do governo federal na garantia das condições econômicas de acumulação do capital agrário, através do perdão das dívidas dos grandes produtores e proprietários, na destinação de recursos públicos para incremento das safras agrícolas e no equilíbrio da balança comercial; e na garantia de condições políticas- no “silenciamento” dos movimentos sociais, por meio do apelo à negociação e à participação dos movimentos rurais e de seus intelectuais nos programas de governo, e ainda, através do convite a assumir cargos no âmbito governamental.

Destacamos que no período do regime militar a possibilidade de diálogo e de participação de setores pró-reforma agrária no interior do Estado eram impensáveis. Por este motivo este momento histórico embora democrático, contendo dirigentes do governo de origem popular e tendo movimentos rurais mais fortalecidos (diferentemente dos anos 1980), o que temos assistido na essência entre 2003 e 2007 é um molecular, progressivo e gradual desvirtuamento da reforma agrária, já que as macro-determinações capitalistas, apontam a tendência de investimento na

reforma agrária de mercado e na transferência de renda para combate a pobreza rural, como destacamos no capítulo terceiro.

Assim, a reatualização da modernização conservadora torna imprescindível a adesão de todos os envolvidos, principalmente dos trabalhadores rurais, seus movimentos e intelectuais. Adesão obtida pelas potencialidades que se apresentavam a partir de 2003, com a promulgação do II PNRA, com a composição dos quadros do MDA e dos INCRA regionais, com a realização dos concursos para Emater/INCRA, com o início do programa de ATES e seu *status* de política de governo com os investimentos previstos no orçamento da União. A adesão dos intelectuais do trabalho à direção do governo foi se transformando em contradição entre assimilação e resistência dos mesmos, tendo em vista os desafios que se colocam para a reforma agrária no embate hegemônico entre as forças sociais, dentro e fora do Estado.

Dessa forma, a assimilação se constata no discurso do “público não estatal”, na dificuldade e no constrangimento em criticar as ações de reforma agrária do governo federal, na naturalização da precarização imanente das ONG e na incorporação da idéia de “mediador” e “mediação”. A assimilação é também facilitada pela fragilidade teórica que pode contribuir para subordinação ideológica através da desconstrução da função histórica do intelectual submetendo-o à figura do mediador. Noção radicada no discurso liberal de pensadores estrangeiros, cujas tendências apontam para traços elitistas e idealistas, como apresentamos na pesquisa. Podemos também afirmar que o “agente mediador” é uma atualização, sob novos contornos, do agente extensionista e do técnico, requisitados pela militarização da questão agrária nos anos do regime militar.

Em nossa órbita de análise, o recurso à ação de “mediar” ou intermediar relações e conflitos, é uma das expressões renovadas do transformismo diante dos intelectuais do trabalho, que na particularidade da reforma agrária, contribui para despolitizar a luta dos movimentos rurais e reduzi-las a mera formalidade de negociação e diálogo, e que põe as ONG e os intelectuais ou até membros dirigentes, na qualidade administradores do consenso, através da colaboração de classes, visando criar um contexto de convergência de interesses .

Em escala mais abrangente, esta ofensiva transformista que incorpora o “mediador” como substituto do intelectual do trabalho, articula-se ao pós-

modernismo, tão caro ao projeto liberal burguês contemporâneo, o qual encontra na tradição culturalista, uma forma diplomática de desqualificar a tradição gramsciana (e a tradição marxista).

Ao nosso ver, essa invasão culturalista é inválida para entender o fenômeno intelectuais, seja na cidade seja campo, mas é a aposta do projeto liberal burguês para se ampliar e fortalecer, na medida em que fragmenta o Estado e a sociedade, a política e a economia, o especialista e o dirigente, o intelectual e a classe. Como vimos na pesquisa, os intelectuais do trabalho, apesar de incorporar a idéia de “mediar”, não podem ser compreendidos, ou reduzidos a “mediadores”, pois a atuação política e organizativa que se propõem a fazer é antagônica e superior a um processo de criação de elos.

Nesse sentido, a ação de “mediar” ou intermediar é passível crítica, pois em suas múltiplas formas, o transformismo, a exemplo a história italiana e brasileira, é capaz de desagregar uma possibilidade de contra-hegemonia e fertilizar no bloco histórico uma hegemonia burguesa por longos períodos de história.

A contra-face à esta ofensiva transformista é a participação ativa dos intelectuais do trabalho e sua interferência na elaboração da proposta de reforma agrária local a partir de 2003. Resistência que se identifica também na articulação e na proximidade com movimentos rurais, na defesa da reforma agrária proposta pelos trabalhadores rurais e na crítica, mesmo tímida, à direção do governo, no que concerne às ações para o campo (descontinuidade de programas, discurso da fome e da pobreza, fortalecimento do latifúndio, força dos ruralistas, pouco incentivo a pequena e média agricultura).

Este quadro indica-nos que as possibilidades de contra-hegemonia para as classes subalternas e intelectuais do trabalho, no período em tela, são difíceis, tendo em vista as vicissitudes materiais e subjetivas que assolam não só esta classe, mas também seus intelectuais. A criação de uma perspectiva ético política é um enorme desafio em um contexto de fragmentação como este, mas é também uma possibilidade. Neste movimento histórico, os intelectuais do trabalho que investigamos, seguem organicamente inseridos na disputa entre capital e trabalho, processo que dispensa o domínio da técnica do “mediador” e exige a função política de intelectual.

Finalmente, salientamos que os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho não são condicionantes absolutos, deflagradores do pessimismo ou imobilismo mas são os elementos os quais os intelectuais do trabalho devem entender profundamente para resgatar para si e para a classe com a qual articula-se na perspectiva de radicalizar na crítica e forjar esse enfrentamento no âmbito material e na disputa de idéias. É um processo que exige paciência histórica e persistência política, articulada a uma formação teórica consistente, recurso fundamental para uma ação política contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMARAL, A. S. **Qualificação, sociedade civil e desindentidade de classe: os desafios para o sindicalismo**. In: Revista Outubro.(p.29-45) Nº 5. São Paulo: Xamã. 2001.

_____. **Crise capitalista e o “Aggiornamento” das práticas sindicais**. In: temporalis: revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 3,n.6 (jul/dez. 2002). Brasília:ABEPSS, 2002.

_____. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de Hegemonia**: o embate de projetos classistas. Tese. de doutoramento..UFRJ. Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro. 2005. 325 f

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Lisboa: Edições 70, 1998.

ANTUNES. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, S. G. de. **Terra e poder na virada do século**. In: revista Inscrita Ano II nºV, CFESS, 1999.

_____. **Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal/RN: EDUFRN, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO. **Relatório dos seminários balanço do Plano regional de reforma agrária- PRRA**. Natal, 2007. mimeo.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO. **Análise da execução do serviço de Assistência Técnica Social e Ambiental nas áreas de assentamento do Rio Grande do Norte**. Natal, 2006. mimeo

ATHAYDE, P., MARTINS, R. “**Por que não anda**”? Revista carta capital 30 de janeiro de 2008 ano XIV nº 480

BARROS, A. **Do latifundismo à reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo**. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1986.

BARROS, I. F. **os determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo**. Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração duas horas e vinte

BARROS, J. A polarização no campo: entrevista com João Pedro Stédile. edição especial “ **a direita brasileira**”IN Revista caros amigos, número 26 de dezembro de 2005

BASTOS, E.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais: sociedade e politica**. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, E. R.; REGO, W. D. L. (Org.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BENDA, J. **La trahison des clercs**. Tradução de Cristina Prado. Paris: Edition Bernard Grasset, 1927.

BENJAMIM, C. **As quatro democratizações necessárias**: riqueza, terra, informação e cultura. In revista caros amigos Ano IX, número 106 janeiro de 2006 caros amigos Ano IX, número 104 novembro de 2005

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Políticas sociais no governo Lula: uma reflexão**. In: revista semestral Inscrita. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. Ano IV nº VII maio de 2004.

BESAÇON, A. **As Origens intelectuais do leninismo**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Cia editora, 1979. (Coleção Enciclopédia Universitária, 6).

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIRNBAUM, N. **Intelletuali e classe operaia negli stati uniti**. In: **Critica Marxista**: analyse e contributi per ripensare la sinistra. Ano 5-6, settembre-dicembre; Roma. Ciemme editori Soc. Coop. Arl. 1997.

BOTTOMORE, T. **As Eites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOUDIN, L. **Intelectuais**. Lisboa: Arcádia, 1964.

BOBBIO, N. **Intelectuais e vida política na Itália**. In: BASTOS, E. R.; REGO, W. D. L. (Org.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999

BRACCO, fabrizio. **Gramsci e la crisi del mondo liberale**. Quaderni regione dell'umbria- série studi storici- nº 03. Perugia: 1977.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II **Plano Nacional de Reforma agrária**. Brasília. 2003a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte. **Plano Regional de Reforma Agrária**. Natal: INCRA, 2003b

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica** e extensão Rural. Brasília, 2004a

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater **Norma de execução nº 39 do INCRA**, de 30 de março de 2004

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater. **Programa Nacional Assistência Técnica e extensão Rural**. Brasília, 2005

BRESSAN, C. M. F. Dialogando com as dimensões teórico-metodológicas; ético-políticas e técnico-operativas no campo de estágio: a experiência da mediação familiar; **Cd rom XII CBAS**: CFESS, 2007

BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POULLON, J. et al. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRUM, A. **A reforma agrária e politica agrícola**. Coleção ciências sociais. Ijuí: UNIJUÍ.; 1988.

CAILLÉ, A. **A Demissão dos intelectuais**: a crise das ciências sociais e o esquecimento do factor político. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

CAPITANE, L.; VILLA, R. **Scuola, intellettuali e identità nazionale nel pensiero de Antônio Gramsci**. Roma: Gamborretti. 1999.

CAVALCANTE, A. T. **Os Determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo**. Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração três horas)

CASANOVA, A.; PREOUST, C.; MATZGER, J. **Intelectuais e lutas de classe**. Lisboa: Estampa, 1976.

CASSEL, G. **“Stéidile agride o bom senso”**. Entrevistador: PARDELLAS, S. MARQUES, H. revista Isto É de 23/01/2008

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, F. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. In: revista Outubro- (p. 7-28) revista do instituto de estudos socialistas- nº 5, 2001.

CHOMSKY, N. **A Responsabilidade dos intelectuais**. Lisboa: Dom Quixote, 1968.

CINTRÃO, R: P. **A Relação entre técnicos e agricultores no contexto de atuação de uma ong que trabalha com tecnologias alternativas**. In: Raízes- revista de ciências sociais e econômicas; mestrado em economia e sociologia da UFPB nº 17 ano XVII, campina Grande: EDUEPB, 1998(p. 143-149).

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, E. P. Novas configurações da função intelectual. In: Izabel M.; Renato C. G. (Org.). **O Papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

COSTA, O., PARDELLAS, S. "O MST contra o desenvolvimento" Revista isto É de 09/04/2008. Nº 2005 Ano 31

COSTA, O., PARDELLAS "Acabou o diálogo" Revista Isto É de 19/03/2008. nº 2006, Ano 31.

_____. **Marxismo e política:** dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DIAS, E. F. **A Política no Brasil:** embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Lins e Rosa Sundermann, 2006. (Série Polêmicas, 4).

_____. **A Liberdade (im)possível na ordem do capital:** reestruturação produtiva e passivização. Textos didáticos. IFCH/UNICAMP. Nº 29. Agosto. 1997.

DIAS, M. M. **Extensão rural para agricultores assentados:** uma análise das boas intenções propostas pelo "serviço de ATES". In: cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 21, nº 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DIÓGENES, F. **Os Determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo.** Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração três horas)

D'ORSI, A. **La pace degli intelletuali:** Aldo Capitini. In Critica Marxista – Analise e contributi per ripensare la sinistra. Ano 5-6, settembre-dicembre; Roma: Edizioni riuniti. 2002.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. A condição camponesa: aparência e realidade no capitalismo. Dissertação; UFPB. Mestrado em Sociologia Campina Grande, 1985 344 f.

EAGLETON, T. **As Ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EMATER. Rio Grande do sul. **Grupo de trabalho para elaboração do marco referencial da EMATER/RS-ASCAR**; Equipe do NUCUDAT/DAT. Documento para discussão: versão 16/08/2002. porto Alegre, 2002.

EVANGELISTA, J. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. Coleção Questões de nossa época; nº 7. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Neoliberalismo e Pós-modernismo: algumas relações nem sempre óbvias. IN: GICO, V. V. , SPINELLI, J. A. , SOBRINHO, P. V. C. **As Ciências sociais: desafios do milênio**. Natal:EDUFRN, 2001

_____. FERNANDES, B. M. **gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de formação n. 30; SP: secretaria nacional - MST. 1998.

FERNANDES, B. M. ; NETO, C. C. Das ocupações de terra à reforma agrária: territorialização, renda capitalizada e sobretrabalho. In Revista margem esquerda ensaios marxistas nº 2 , SP: Boitempo, setembro, 2004 .

FREDERICO, C. **1843-44**: o jovem Marx: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, D.; FONSECA, I.; GODINHO, P. **Mundo rural**: transformação e resistência na península Ibérica. Lisboa:Edições Colibri e Centro de Etnologia Portuguesa, 2004.

FREITAS, D. **Os Determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo**. Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração duas horas)

FONDAZIONE INSTITUTO GRAMSCI. L'ordine Nuovo. Roma: Teti Editori. 1919-1925.

GOHN, M. G. . **os sem terra, ONG'S e cidadania**. SP: Cortez, 1997.

GRAMSCI, A.. **A Questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Álvaro Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Coleção perspectivas do homem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 48 v

_____. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Risorgimento italiano. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. 5 v.

_____. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce.. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004a. 1 v

_____. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. 2 v.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3 v.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v.

GREGOLIN, A. **Descentralização e municipalização**: o caso da assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade., 1997.150f.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1995.

GUIMARÃES, M. L. L. Assentamentos rurais sob políticas públicas com empresa privada: assentamento Hipólito no município de Mossoró/RN. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a185pdf> consultado em 25 de julho de 2008.

HADDAD, F. (Org.). **Desorganizando o consenso**: 9 entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HOFFER, E. **O Intelectual e as massas**. Lisboa: Lidador, 1969.

HOLANDA, M. N. A. B. **Trabalho e reprodução social**. In: Temporalis- revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. Ano III, nº 6 (julho à dezembro de 2002) Brasília: ABEPSS, 2002.

IAMAMOTO, M.. **trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez;, 2001.

INFRANCA, António. **Intelletuali e marxismo in América Latina**. In Critica Marxista – Analise e contributi per ripensare la sinistra. Ano 1-2, gennaio-aprile; Roma:Ciemme editori Soc. Coop. Arl.1996.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. Tradução de Magda Lopes.. São Paulo: Trajetória Cultural e Edusp, 1990.

KADRI, A. **Intelectuais argelinos**: los fundamentos de la diferenciación In: revista internacional de sociologia, instituto de estudios sociales avanzados. Tercera época – nº 14, maio-agosto 1996. (CSIC) consejo superior de investigacion. Madrid

KEBIR, Sabine. **Rivoluzione-restaurazione e rivoluzione passiva**: concetti di storia universale. In Critica Marxista – Analise e contributi per ripensare la sinistra. Ano 5, settembre-dicembre; Roma: Ediitori riuniti.2001

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LEAL, L. (Org.). **Reforma agrária na Nova República**: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez; Educ, 1986.

LE GOF, J. **Intelectuais na Idade Média**. 2. ed. Tradução de Margarida Sérvulo Correia. Lisboa: Gradiva, 1979.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Coleção Aldus, 23).

LEITE, S. at al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Coordenadores Sergio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros ...[et al.].- Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural ; São Paulo : Editora UNESP, 2004. 392p.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LESSA, S. **Lukács e a ontologia**: uma introdução. In: Revista Outubro. Nº 5. São Paulo: Xamã. 2001.

_____. **O Processo de produção/reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. (Módulo 2).

LOWY, M. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Gli intellettuali latinoamericani e la critica sociale della modernità**. In Critica Marxista – Analise e contributi per ripensare la sinistra. Ano 4, luglio-agosto; RomaCiemme editori Soc. Coop. Arl.1996.

_____. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**: evolução política de Lukács (1909-1929). Tradução Heloisa Helena A. Mello; Agostinho Ferreira Martins. Tradução de anexos de Gildo Marçal Brandão. São Paulo: Lech, 1979.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARI, C. L. **O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci**: em uma perspectiva de emancipação humana. Disponível em <http://www.grasmcieobrasil.org.br>

MARX, K.. **Para a crítica da economia política**. coleção os pensadores, volume XXXV, São Paulo, Abril cultura, 1974.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, Volume II Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. ; 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas) .

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 8. ed.RJ: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. Tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELO, R. (Org.). **Os Intelectuais e a política**. Lisboa: Presença, 1964.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____ et al. **O promissor Brasil dos Assentamentos rurais** IN: Revista Proposta, RJ, 1998.

MENEZES, J. R. **Gramsci e a revolução passiva**. In: revista conceitos. João Pessoa, v. 4, n. 5, p. 70-75. janeiro/junho 2001 disponível em: http://www.lainsignia.org/2007/marzo/cul_006.htm 07-04-2008.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**: rumo à uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETO, C. C. Reforma agrária no Brasil: a intervenção do MST e a atualidade do programa de transição. In: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Outubro nº 2, São Paulo: Xamã. 1998.

NETTO, J. P. . A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. Capacitação em serviço social e política social: **crise contemporânea, questão social e serviço social** módulo 1 - Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, 20).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social** :uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7. ed. – SP:Cortez, 2004a.

_____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. SÃO PAULO: Cortez, 2004b.

_____. A ordem social contemporânea é o desafio central. CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 33., 2006, Santiago do Chile. **Palestra Mimeo...** Santiago do Chile, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 1).

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. D. D (organizadores) **Para pensar uma outra agricultura** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

NEVES, P. F. **Os Determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo**. Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração três horas)

NOVAES, A. (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al (Org.). **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

NUNES, C. F. M. S. **Compromissos incontestados: a autorepresentação dos intelectuais católicos portugueses** Tese; Universidade de Lisboa. Doutorado em Antropologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa., 2004.

OLIVEIRA, A.; GALEGO, C. **A Mediação sócio cultural**: um puzzle em construção. Observatório da imigração. Lisboa, 2005.

OLIVERA, M. G. **Mediación comunitaria**: bases para implementar um Centro Municipal de Mediación Comunitaria y de resolución de conflictos. – 2a ed. – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ORTEGAL, L. R. O. Justiça restaurativa: uma via para humanização da justiça. **Cd rom XII CBAS**: CFESS, 2007

PADILHA, M. et al. A configuração do assistente social como intelectual: contribuições para o debate sobre o poder político em Gramsci. In: COSTA, A. A. (Org.). **O poder em debate**. Programa de Pós graduação em serviço social da UFPE. Recife: unipress gráfica e editora do NE.2002.

PAIVA, S. M. **Os Determinantes da Atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo**. Entrevistador: Eliana Andrade da Silva, 2007. Gravação digital (duração três horas)

PARDELLAS, S. “**contratados desde a faculdade**” revista isto É de 09/04/2008

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Carta de princípios**. São Paulo: 1979. disponível em <http://www.pt.org.br> consultado em 19 de março de 2008

_____. **Socialismo Petista**. São Paulo, 1990. disponível em <http://www.pt.org.br> consultado em 19 de março de 2008

_____. **Compomisso com a mudança**. São Paulo, 2002. disponível em <http://www.pt.org.br> consultado em 19 de março de 2008

PILEGGI, Marialba. **Intelletuali e “sans papiers”**. In Critica Marxista – Analise e contributi per ripensare la sinistra. Ano 4, luglio-agosto; Roma: Ciemme editori Soc. Coop. Arl. 1996.

PETRAS, J. **Brasil de Lula: ano zero**. Tradução de Aleksandra Piasecka-Till. Blumenau: EDIFURB, 2005.

_____. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Tradução de Ana Maria Ruediger Neumann et al. Blumenau: FURB, 1999.

PEREIRA, E. Q. Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiência do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência. In: DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social: módulo 4: **o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. CFESS-ABEPSS-CEAD, UNB, Brasília, 2000.

_____. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3. ed. São Paulo: corteiz, 2002

PORTAL DO AGRONEGOCIO. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br>. Consultado em 20-02-2007

PORTELA, E. **O intelectual e seus fantasmas..** Texto didático do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeo.

POUILLON, J. et al. **Problemas do estruturalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

QUEIROZ, M. I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. QUEIROZ, [19--.].

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco mundial. In MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

RIEZNIK, P. Intelectuais diante da crise. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo.** São Paulo: Xamã, 1997. (Coleção Fora da Ordem).

RIDENTI, M. **Intelectuais e romantismo revolucionário** In: São Paulo em perspectiva. Revista da fundação SEADE. Volume 15,nº 2 Abril-jun 2001.

SALES, I. C. **Os desafios da gestão democrática da sociedade:** em diálogo com Gramsci. 2. ed. Recife/PE: UFPE, 2005. CE: Edições UVA; Recife, PE:Editora da UFPE

SANTOS, J. A. **Intelectuais e o poder.** Lisboa: Fenda, 1999.

SANTOS, M. L. L. **Os fabricantes dos gozos da inteligência:** alguns aspectos do mercado de trabalho intelectual. In revista Análise Social. Revista do instituto de ciências Sociais da Universidade de Lisboa, (pg 7-28). Ano 19, nº 75, 1983

SARTRE, J. P. **O escritor não é político?** Lisboa: Dom Quixote, 1970.

SIMIONATTO, I. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis/SC: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATO, I. & NOGUEIRA, V. M. R. **pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais**. In Serviço social e sociedade- revista quadrimestral de serviço social; Ano XXII- nº66-. SP: Cortez, julho de 2001.

SILVA, Marilene. Moura da.. **P1MC: programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido em Campo Redondo**: analisando o componente controle social. Monografia- UFERSA/MDA/EMATER. curso de Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. Mossoró., Mimeo. 2007. 56 f.

SILVA, Marleide. Moura da.. **Participação política no projeto de assentamento Canto da Ilha de Cima**. Monografia-. UFERSA/MDA/EMATER. Curso de especialização em extensão rural para o desenvolvimento sustentável Mossoró. Mimeo. 2007. 44 f.

SILVA, A. S. S. Podemos dispensar os intelectuais?In: MORGATO, I; CORDEIRO, R. G. (Org.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SILVA, E. A. **O Tema dos intelectuais no jornal L'ordine Nuovo**: revista semanal de cultura socialista (1919-1925). Roma. mimeo, 2006

SILVA, R. B. **Intelectuais e movimentos sociais populares**: possibilidades e limites na construção da hegemonia das classes subalternas. Dissertação UFPE (Programa de Pós Graduação em Serviço social), Recife. 1997. 200 f.

SILVA, M C. Campones, mediadores e Estado. In: revista análise social. **Revista do instituto de ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, quarta série, vol XXVIII, 1993- 3º ed. Nº 122

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para agricultura familiar In: LOPES, E. S. A. (Org.). **Ensaio desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa tabuleiros costeiros/UFES, 2002.

_____. Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente a proposta do novo mundo rural In: GICO, V.; LINDOSO, J. A. S.; COSTA SOBRINHO, P. V. **As ciências sociais: desafios do milênio**. Natal/RN: EDUFRN, 2001.)

STÉDILE, J. P. **A Ofensiva conservadora e as propostas do MST**. In: revista semestral Inscrita. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. Ano IV nº VII maio de 2001.

STÉDILE, J. A novela da reforma agrária e a falta de compromisso real. IN: revista caros amigos Ano IX, número 102 Setembro de 2005 edição especial “ **reforma agrária , vai ou não vai?**”, número 18 de setembro de 2003

SANTOS, M. L. L. **Os fabricantes dos gozos da inteligência**: alguns aspectos do mercado de trabalho intelectual no Portugal de oitocentos. In Análise social- Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, volume XIX, (75). , Janeiro-março. 1983.

SOUZA, M. F. de. A participação do assistente social na judicialização dos conflitos sociais; ORTEGAL, L. R. O. Justiça restaurativa: uma via para humanização da justiça. **Cd rom XII CBAS**: CFESS, 2007

SOUZA, J. V. **Mediação**. Lisboa: Quimera, 2002

TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOMMASO, A. **Mediación y trabajo social**. 2a ed.- Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.

VACCA, G. **Il marxismo e gli intellettuali**: dalla crisi di fine secolo ai “quaderni del cárcere”. Roma: Riuniti, 1985.

_____. **El marxismo y los intelectuales**: Universidade Autónoma de Sinaloa, México, 1984.

VASCONCELOS-SOUZA, J.(org) **O que é mediação?** Lisboa: Quimera, 2002.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

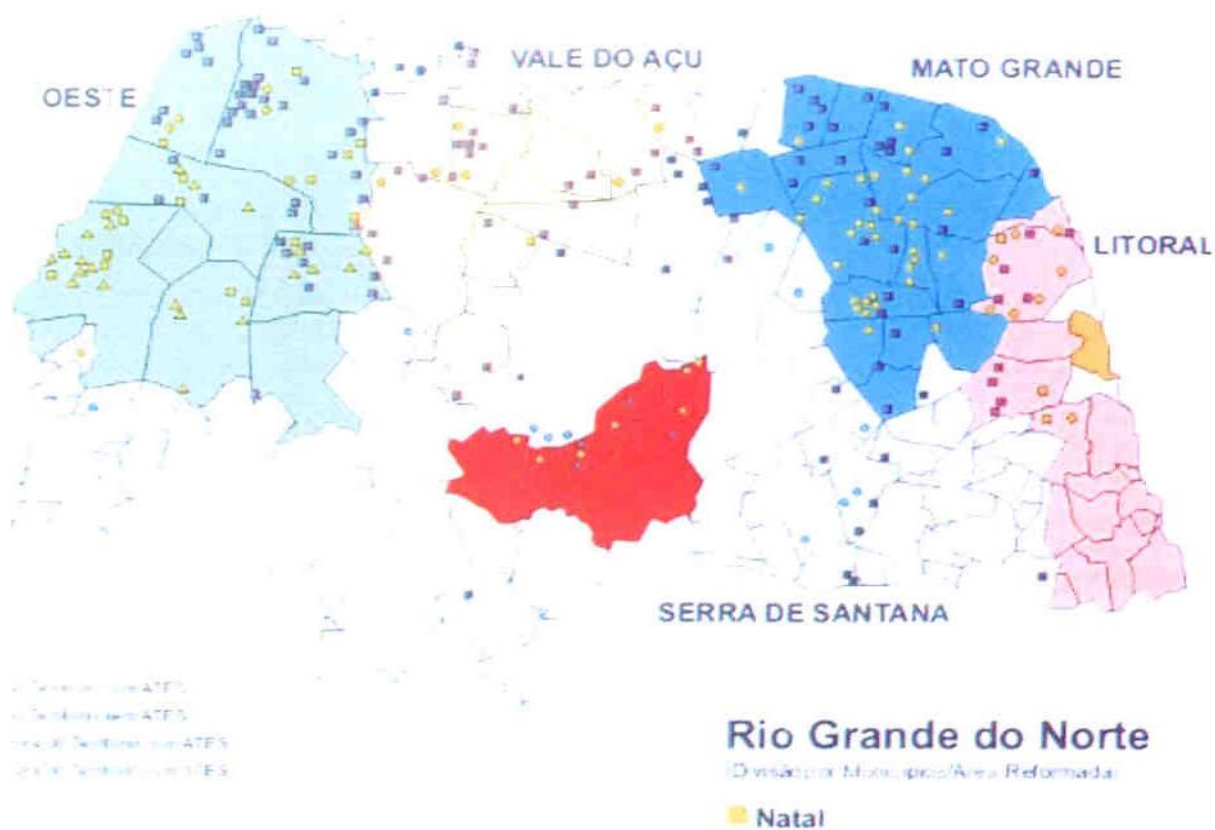
VEZZUELLA, J. C. **Mediação**: teoria e prática- Guia para utilizadores e profissionais. Barcelos: Artes Gráficas, Portugal , 2001.

VIANNA, L. W. **Revolução passiva e americanismo em Gramsci**. In: La Insignia. Disponível em. http://www.lainsignia.org/2007/marzo/cul_006.html

WOOD, E. M. **O que é (anti)capitalismo?** In: revista crítica marxista nº 17, Editora Revan, novembro de 2003.

YAMAMOTO. O. H. **Marx e o Método**. São Paulo: Moraes, 1994.

Anexo A



APÊNDICES

APÊNDICE A

RELAÇÃO DE ENTIDADES ENTREVISTADAS

AACC- ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO

AESCA - ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

APICE- COOPERATIVA MULTIDISCIPLINAR DE ASESSORIA A EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS

CEAAD- CENTRO DE ESTUDOS E ASSESSORIA APLICADA AO DESENVOLVIMENTO

CEAHS- CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA HERBERT DE SOUZA

EMATER. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

APÊNDICE B

INSTRUMENTO DE PESQUISA

- 1-identificação (informações pessoais)
- 2-Trajetória política
- 3- trajetória profissional

1- Identificação:

- a) local de nascimento;
- b) ano;
- c) sexo;
- d) escolaridade;
- e) religião;
- f) estado civil;
- g) família (nº de membros);

2- Trajetória política:

- a)Participa de algum movimento social? O que motivou a participação na vida política-pública (atuação pública da família – pai, mãe, irmãos, outros);
- b)Onde e como começou?
- c)Qual o tipo de participação? (membro de partido, associação, movimentos sociais) qual a função desempenha? (dirigente, associado); há quanto tempo participa?; por que optou por tal espaço?
- d)Como vê o papel do partido/sindicato/movimento na sociedade?
- e)Como se define politicamente (esquerda/direita)?
- f)Qual(is) a(s) influência(s) política(s) e teórica(s) (personalidades políticas, pensadores)

3- Trajetória profissional

- a) Formação acadêmica
- b) Ano de conclusão
- c) Experiências profissionais anteriores
- d) Missão da instituição
- e) Ano de criação
- f) Sujeitos envolvidos na criação e fatores que motivaram sua criação
- g) Missão da instituição
- h) Ano de criação
- i) Sujeitos envolvidos na criação e fatores que motivaram sua criação
- j) Sua participação na criação e consolidação da ong
- k) Com quais sujeitos- instituições da sociedade civil possui articulação política
- l) Como se processa a Relação com Estado

- m) Principais desafios institucionais e desafio para sua atuação
- n) O que o(a) levou a trabalhar em ong?
- o) Função que desempenha atualmente
- p) Em que parâmetros fundamenta sua atuação profissional
- q) Ações desenvolvidas
- r) Como desenvolve seu trabalho (individual-coletivo, instrumentos de trabalho-
descreva sua atuação)
- s) Temas e conteúdos trabalhados (como é a escolha e a fundamentação teórica)
- t) As maiores preocupações na atuação
- u) Condições de trabalho (carga horária, salário, tipo de vínculo, capacitação)
- v) Objetivos do trabalho
- w) Resultados esperados com o trabalho
- x) Como define sua atuação
- y) Como é a relação com os trabalhadores rurais

Outros aspectos:

- a) Como vê a sociedade brasileira hoje? E o NE/ RN?
- b) Como analisa a proposta de reforma agrária e a política agrária?
- c) Como analisa os movimentos rurais? E os proprietários?
- d) Quais os desafios e tarefas para os intelectuais hoje?
- e) Aspectos culturais e lazer (como se informa das questões?)